U.PORTO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Contágio e controvérsia:

A disputa pela 'verdade' na pandemia do coronavírus

César S. Silva

César S. Silva

Contágio e controvérsia: A disputa pela 'verdade' na pandemia do coronavírus

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

2020-2022

Orientadoras:

Professora Doutora Isabel Menezes

Doutora Carla Malafaia

O mal que existe no mundo provém quase sempre da ignorância, e a boa vontade, se não for esclarecida, pode causar tantos danos quanto a maldade. Os homens são mais bons que maus, e na verdade a questão não é essa. Mas ignoram mais ou menos, e é a isso que se chama virtude ou vício, sendo o vício mais desesperado o da ignorância, que julga saber tudo e se autoriza, então, a matar. (…) É uma ideia que talvez faça rir, mas a única maneira de lutar contra a peste é a honestidade.

Albert Camus, *A Peste*, 1947

RESUMO

Esta pesquisa pretende problematizar o conceito de desinformação, em particular como este é mobilizado na comunicação entre agentes em antagonismo. Através de um estudo de caso analisamos uma controvérsia em torno das políticas de resposta à pandemia da COVID-19, com que procuramos desenvolver um quadro interpretativo dos fenómenos de desinformação. A partir de um procedimento metodológico desenvolvido em três fases de recolha e seleção de publicações on-line, aplicamos o método de análise temática a um *corpus* constituído por 30 textos, que englobam notícias, artigos de opinião, entrevistas e transcrições de conferências de imprensa, intervenções em manifestações de rua e podcasts, publicados entre 29 de agosto de 2020 e 13 de fevereiro de 2021, em jornais e mídia sociais.

A controvérsia que se estudou opôs o movimento *Médicos pela Verdade* (MPV) a jornalistas, colunistas, peritos e dirigentes da saúde. Pela sua análise procura-se compreender o modo como agentes em antagonismo, que intervêm através da imprensa e dos novos mídia, mobilizam mecanismos de legitimação do seu discurso e deslegitimação de discursos adversos para a resolução da controvérsia. O antagonismo emerge quando o MPV contesta o suporte científico das políticas pandémicas, a isenção dos mídia, das organizações e dos especialistas, e apela à contestação pelos seus pares e pela sociedade em geral. A discussão inicia-se por tomadas de posição dos agentes em relação ao campo científico (onde as credenciais académicas e profissionais são invocadas para (des)legitimar os agentes), mas tende a ser resolvida por argumentos emocionais e morais, apelando para entidades externas ao campo: o capital físico (número de apoiantes da causa ou vítimas do problema); e o dever cívico-moral (combater uma ameaça ao bem comum). Problematizando o conceito de desinformação, os resultados sugerem que a noção de desinformação se expressa de diferentes formas, que classificamos como *dizer mal* (equívocos ou imprecisões), *maldizer* (diminuir o estatuto e as aptidões do oponente), *dizer não* (negar o consenso sobre um assunto) e *não dizer* (ocultação de informação essencial), e atua como mecanismo de exclusão de discursos adversos.

Palavras-chave: desinformação, novos mídia, controvérsia, crise epidémica, disputa epistémica, literacia científica; literacia mediática; educação

ABSTRACT

This research aims to think critically on the concept of disinformation, considering how it is employed in communication to categorize antagonistic positions. Through a case study we analysed a controversy over the pandemic response policies, from which we sought to develop an interpretative frame of disinformation phenomena. Through a research design structured in three stages to gather and select online publications, the method of thematic analysis was applied to a *corpus* of 30 texts,

consisting of news, opinion pieces, interviews and transcripts of press conferences, interventions in street demonstrations and podcasts, published between August 29, 2020 and February 13, 2021, in newspapers and social media.

The selected controversy opposed the protest movement *Médicos pela Verdade* (MPV) to journalists, columnists, scholars, and health officials. By its study we intend to understand how opposite agents, intervening through legacy media and social media, mobilize mechanisms to legitimize their discourses and delegitimize adverse discourses, to decide the controversy. Antagonism emerges when the MPV doubts the scientific support of the political policies, the exemption of the media, organizations, and experts, and calls for protest by its peers and society at large. The discussion begins with the positioning of the agents in relation to the scientific field (where academic and professional credentials are invoked to (de)legitimize the agents), but tends to be solved by emotional and moral arguments, appealing to entities outside the field: physical capital (number of supporters of the cause or victims of the problem); and civic-moral duty (combating a threat to the common good). Problematizing the concept of disinformation, the results suggest that the notion of disinformation is expressed in different ways, which we classify as *ungrounded statement* (stating misconceptions or inaccuracies), *unqualified source* (to vilify or smear the opponent's status and skills), *denialism* (to deny a consensual matter), and *withholding* (to conceal substantial information), and acts as a mechanism for excluding adverse discourses.

Keywords: misinformation, new media, controversy, epidemic crisis, epistemic dispute, science literacy, media literacy, education

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à problématiser le concept de désinformation, en particulier la façon dont il est mobilisé pour catégoriser les positions opposantes. À travers une étude de cas, nous avons analysé une controverse sur les politiques de réponse à la pandémie, à partir de laquelle nous avons cherché à développer un cadre interprétatif des phénomènes de désinformation. Pour une recherche structurée en trois étapes pour rassembler et sélectionner des publications en ligne, la méthode d'analyse thématique a été appliquée à un corpus de 30 textes, qui comprennent de nouvelles, d'articles d'opinion, d'interviews et de transcriptions de conférences de presse, d'interventions dans des manifestations et de podcasts, publiés entre le 29 août 2020 et le 13 février 2021, dans les journaux et les médias sociaux.

La controverse sélectionnée opposait le mouvement de protestation Médicos pela Verdade (MPV) aux journalistes, chroniqueurs, experts et responsables de la santé. Par son étude, nous entendons comprendre comment des agents opposés, intervenant à travers les médias traditionnels et les médias sociaux, mobilisent des mécanismes pour légitimer leurs discours et délégitimer les

discours entendons, pour décider de la controverse. L'antagonisme émerge lorsque le MPV doute du soutien scientifique des politiques, de l'exemption des médias, des organisations et des experts, et appelle à la protestation de ses pairs et de la société en général. Le débat commence par le positionnement des agents par rapport au champ scientifique (où les références académiques et professionnelles sont invoquées pour (dé)légitimer les agents), mais déploie à être résolue par des arguments émotionnels et moraux, faisant appel à des entités extérieures au champ: capital physique (nombre de partisans ou de victimes du problème); et le devoir civique et moral (combattre une menace pour le bien commun). Problématisant le concept de désinformation, les résultats suggèrent que la notion de désinformation s'exprime de différentes manières, que nous classons comme *déclaration équivoque* (énonçant des idées fausses ou des inexactitudes), *émetteur sans crédibilité* (tromper ou salir le statut et les compétences de l'adversaire), le *négationnisme* (nier une matière consensuelle) et *masquer les informations* (pour soustrait ou dissimuler des informations importants), et procède comme un mécanisme pour exclure les discours opposés.

Mots-clés: désinformation, nouveaux médias, controverse, crise épidémique, dispute épistémique, éducation aux sciences, éducation aux médias, éducation

ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Comissão Europeia

CoE – Council of Europe (Conselho da Europa)

COVID-19 - Coronavirus disease 2019 (Doença do coronavírus 2019)

DGS – Direção-Geral da Saúde

ECDC – European Centre for Disease Prevention and Control (Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças)

ERCS - Entidade Reguladora para a Comunicação Social

FB – Facebook

HLGE – High Level Group of Experts (Grupo de Alto Nível de Peritos)

MPV – Médicos pela Verdade – Portugal

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OM – Ordem dos Médicos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SARS-CoV – Severe Acute Respiratory Syndrome (Grave Síndrome Respiratória Aguda)

SPCE – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

UE – União Europeia

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura)

ÍNDICE

RESUMO iv
ABREVIATURAS E SIGLAS vii
ÍNDICE DE FIGURAS x
INTRODUÇÃO: pandemia e infodemia 1
Parte I: Da teoria à empiria 8
I. ENTRE CILA E CARÍBDIS: tecnologia e mudança social 9
1. Perspetivas teóricas sobre a desinformação 9
a) Abordagem conceptual 10
b) Abordagem psicossociológica 11
c) Abordagem culturalista 12
d) Abordagem normativa 14
2. Considerações sobre as perspetivas teóricas da desinformação 16
3. O lugar da educação nas perspetivas sobre a desinformação 20
4. A delimitação do problema de pesquisa 28
II. MODELO TEÓRICO: descida ao Maelström 30
1. A crise como fenómeno revelador e realizador 30
2. Perturbações psicossociais das crises epidémicas 32
3. Ordem, rutura e mudança social 33
4. Síntese do modelo teórico 37
III. METODOLOGIA 39
1. Considerações sobre o método 39
2. Procedimento metodológico e delimitação do objeto de estudo 40
2.1. A delimitação do objeto de estudo: Médicos pela Verdade (MPV) 43
2.2. O processo de análise temática 52
3. Considerações sobre a ética de pesquisa 56
Parte II: Da empiria à teoria 59
I. ESTUDO DE CASO: a controvérsia dos Médicos pela Verdade 60
1. 2020: o ano do covid 60
1.1 O incidente: advento, disrupção da rotina e interpretação do desconhecido 60
1.2 A interpretação do incidente: os 'factos' e as controvérsias 62
2. Uma cronologia da relação entre MPV e os mídia 66
a) Fase invisível 66
b) Fase da formação da comunidade de apoiantes 67
c) Fase visível 69

d) Fase da emergência da controvérsia 72
e) Fase da colisão 74
f) Fase da resolução da controvérsia 77
g) Fase da reiteração 78
2.1 Considerações sobre a relação entre o MPV e os mídia 79
3. Desinformação: *dizer mal* e *maldizer*, *dizer não* e *não dizer* 81
3.1 Desinformação como *dizer mal* 81
3.2 Desinformação como *maldizer* 83
3.3 Desinformação como *dizer não* 85
3.4 Desinformação como *não dizer* 86
4. Do *Fórum* e da *Ágora*: modos e tempos da controvérsia 88
4.1 Fiéis e infiéis da 'Ciência' 88
4.2 Números: muitos e poucos, sábios e loucos 97
4.3 Vigilantes e anjos caídos: convicção e messianismo 101
II. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 110
1. (Re)consideração do racional teórico e retorno às questões de partida 111
a) Como é que a disputa epistémica se relaciona com a crise epidémica? 111
b) O que 'desinformação' quer dizer? 113
c) Como os novos mídia e os velhos mídia se relacionam com a controvérsia? 114
d) O que a controvérsia pela 'verdade' revela sobre a ordem social? 117
e) Como pensar a educação na problemática da desinformação? 118
2. Limitações da pesquisa e sugestão de futuras investigações 123
QUE SEJAS ANÁTEMA – post-scriptum de uma dissertação 126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 128
1. Livros, capítulos e artigos científicos 128
2. Comunicados, relatórios e legislação 142
3. Notícias e on-line mídia 147
4. Literatura (ficção), arte e outros 163
GLOSSÁRIO 165

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Visualização (nuvem de palavras) sobre os agentes de desinformação identificados na base de dados (n=190) 43
Figura 2. Organização cronológica dos textos publicados pelo MPV e sobre o MPV pelos mídia..... 48
Figura 3: Fotogramas do registo vídeo da conferência de 2020/08/29 68
Figura 4: Fotograma da reportagem televisiva "Grupo polémico..." (NOTÍCIA, 12/11)..... 75
Figura 5: Fotogramas do registo vídeo da CONFERÊNCIA, 29/08 87

Gráfico 1: Distribuição por tipo de texto on-line sobre desinformação e a pandemia, no período 1/1/2020 a 31/12/2021, (n=190) 42
Gráfico 2: Distribuição por meios de difusão dos textos sobre desinformação e a pandemia no período 1/1/2020 a 31/12/2021, (n=190) 42
Gráfico 3: Proporção do número de seguidores/aderentes nas plataformas on-line do MPV: Facebook (64.521), Youtube (3.420), Instagram (2.365), Telegram (2.307) e Bitchute (127) 44
Gráfico 4. Codificação dos temas das publicações do MPV no Facebook (n=283) 45
Gráfico 5. Volume de publicações do MPV no FB em comparação com publicações on-line que mencionam o MPV (artigos noticiosos ou de verificação; artigos de opinião ou entrevista; publicações em mídia sociais) 46
Gráfico 6: Volume de publicações do MPV no FB em comparação com outras publicações on-line que mencionam o MPV 47
Gráfico 7: Número de publicações por semana na página de Facebook do MPV (n=283)..... 65
Gráfico 8: Evolução das interações de utilizadores com os conteúdos da página de Facebook do MPV (n=351.292) 66

Tabela 1: Quadro síntese das dimensões psicossociais das crises epidémicas..... 37
Tabela 2: Listagem dos textos que constituem o corpus de análise..... 51
Tabela 3A-3E: Síntese da codificação identificada/aplicada ao corpus de análise..... 53

INTRODUÇÃO: pandemia e infodemia

Em *A Peste*, Albert Camus escreve que «os flagelos, na verdade, são uma coisa comum, mas é difícil acreditar neles quando se abatem sobre nós», lembrando que «houve no mundo igual número de pestes e de guerras. E, contudo, as pestes, como as guerras, encontram sempre as pessoas igualmente desprevenidas.» (1947: 37). Em 2020, a pandemia do COVID-19 parece confirmar esta ideia.

A 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava o novo coronavírus uma pandemia[1] (Ghebreyesus & *OMS*, 2020d; Johnson, Daniel & *ONU*, 2020). A doença, designada por COVID-19, provocada pelo vírus SARS-Cov2, popularmente chamado simplesmente de 'coronavírus' ou 'covid', foi detetada no final de dezembro de 2019, na China, e estava então presente em 114 países[2]. Um acontecimento com epicentro na província chinesa de Wuhan propaga-se a todo o mundo a uma velocidade sem precedentes. Nos meses seguintes, as notícias do galopante número de mortos, os hospitais à beira do colapso, o encerramento de fronteiras, voos cancelados, decretos de Estado de exceção, o confinamento e recolher obrigatório, as ruas vazias, as escolas pela televisão, etc., foram vividos por milhões de pessoas simultaneamente em todo o globo (*Eurofound,* 2021; *OCDE*, 2021).

Tão depressa como a propagação do vírus SARS-Cov2, consolidou-se a conceção de que existia um problema de desinformação de alcance global, radicalmente ligada à comunicação na internet, e que era urgente investigar, vigiar e conter, tanto quanto ao próprio vírus (Cinelli et al., 2020; Chen, Lerman, & Ferrara, 2020; Zarocostas, 2020). Ainda antes da declaração de pandemia, a 15 de fevereiro do mesmo ano, o Diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, no seu discurso na *Munich Security Conference*, tinha alertado para este problema dizendo que «Não estamos apenas a lutar contra uma epidemia; estamos a lutar contra uma infodemia. Notícias falsas espalham-se mais rápida e facilmente do que este vírus e são igualmente perigosas» (Ghebreyesus & *OMS*, 2020a, 2020b)[3].

---

[1] As palavras 'epidemia' e 'pandemia' têm sido usadas para designar fenómenos tão diversos como a prevalência de obesidade, de crime, de um corte de cabelo ou de uma diversão numa determinada população (O'Neil & Naumova, 2007; Anomaly, 2014). No entanto, o risco é que a comunicação dos especialistas em saúde pública, num evento futuro, possa ficar dificultada, pois a força das palavras se foi erodindo. Com isto em mente, ao longo deste texto usam-se as expressões epidemia ou pandemia, para referir a doença, e perturbação epidémica ou crise epidémica, para indicar os aspetos mais amplos dos efeitos sociais da doença.

[2] A mesma fonte afirma que, nessa data, foram reportados 118 mil casos e 4.291 mortes, mas mais de 90% das infeções estão em quatro países (China, Itália, Coreia do Sul e Japão), sendo que 81 nações ainda não haviam reportado qualquer caso e que cerca de 57 países confirmaram menos de 10 casos (Johnson, Daniel & ONU, 2020)

[3] Todos os excertos e citações são apresentados em língua portuguesa. As traduções dos textos em língua estrangeira são da minha responsabilidade, excetuando os casos em que a fonte citada é a edição em língua portuguesa.

Quando o Diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, alerta para o problema da infodemia, é relevante que o tenha feito em direto na plataforma de mensagens *Twitter*, na página oficial da OMS (Ghebreyesus & *OMS*, 2020a, 2020b). Alguns meses depois, em junho de 2020, na *1st WHO Infodemiology Conference*, a OMS clarificou o termo infodemia[4] como «uma abundância excessiva de informações - corretas ou não - que dificulta que as pessoas encontrem fontes e orientações de confiança», ou seja, admite que o excesso de informação é o problema, sublinhando, no entanto, que a sua preocupação é com a desinformação: «Tal como os agentes patogénicos nas epidemias, a desinformação espalha-se cada vez mais e acrescenta complexidade à resposta de emergência em saúde» (*OMS*, 2020a).

Da mesma forma, o Secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), António Guterres, anunciara em abril, no *Twitter* e na página web da Organização, a estratégia de «inundar a Internet com factos e ciência para combater o crescente flagelo da desinformação» (Guterres & *ONU*, 2020a, 2020b). O Secretário-geral da ONU assume-se contra certos discursos, propensos a excessos, equívocos e mentiras, «um veneno que está a colocar ainda mais vidas em risco», entendendo a ciência como o discurso autorizado e legítimo, um antídoto para a «epidemia de desinformação», «mesinfo-demia», «falsidades saturam a comunicação» e «tresloucadas teorias da conspiração infetam a Internet», e como tal, «Este é um momento de ciência e solidariedade.» (Guterres & *ONU*, 2020a, 2020b).

Estas afirmações focam-se na intensificação da comunicação oblíqua[5], proporcionada pela Internet, em particular pelos mídia sociais, onde todo o tipo de agentes se envolve na interpretação do que estava a acontecer, em paralelo com a comunicação vertical, que é dominada pelas instituições nacionais e internacionais de governo. Neste contexto, os mídia[6], em particular as redes

---

[4] No mesmo texto a OMS apresenta "a nova ciência da infodemiologia" que define como "a ciência da gestão da infodemia", e propõe-se "fazer um balanço da investigação relevante e práticas eficazes e definir as necessidades de investigação em saúde pública, a fim de promover este domínio" (*OMS*, 2020a). A primeira utilização do termo 'infodemia' pode ser atribuída ao professor e cientista político David Rothkopf num texto de opinião, a propósito da epidemia de SARS, em 2003. Já o conceito de 'infodemiologia' deve ser creditado ao médico e investigador Gunther Eysenbach (Eysenbach, 2002. 2009).

[5] Emprega-se o conceito de comunicação oblíqua, semelhante ao conceito de comunicação diagonal bem estabelecido na teoria das organizações (e.g.: Wilson, 1992; Oliveira, 2002; Rego, 2016), para designar os processos de circulação da informação que não têm um padrão claramente vertical ou horizontal. Os novos mídia vêm apresentar novas possibilidades de comunicação vertical (de governantes, especialistas, intelectuais, etc.), mas também novas possibilidades de horizontalidade (sem uma hierarquia vincada entre os agentes da comunicação) e obliquidade, onde cada vez mais pessoas se envolvem na produção de sentido (Namhata & Patnaik, 2019).

[6] A palavra *media*, usada em língua inglesa e usualmente usada em Portugal, tem de ser italicizada para não se confundida com a palavra homógrafa 'media' (do verbo medir) ou com a palavra homófona 'média' (medida estatística). Desse modo, assume-se a grafia em uso no Brasil – mídia – que ajusta muito bem a grafia à fonética. Usa-se a expressão 'mídia sociais' ou 'novos mídia' para referir o conjunto amplo de tecnologias de comunicação e partilha de conteúdos na internet, e 'redes

sociais, forneceram as condições para uma comunicação global dos acontecimentos e experiências durante a pandemia. Representantes eleitos, diretores de organismos públicos, especialistas, jornalistas, comentaristas, etc., tomaram parte numa discussão pública sobre a pandemia, muitas vezes em tom alarmista, indignado e persecutório, através dos meios de comunicação social convencionais[7], mas principalmente através de páginas de mídia sociais (cf. Kulldorff et al., 2020; Alwan et al. 2020a, 2020b).

O interesse no estudo deste tipo de fenómenos não é recente, mas a preocupação sobre o seu impacto aumentou após a votação do Brexit e a eleição presidencial nos EUA de 2016[8]. Nesse ano, a *Oxford Dictionaries* elegeu 'pós-verdade' como palavra do ano, indicando que o 'novilinguismo' orwelliano não é apenas ficção. Desde então, termos como *fake news*, pós-verdade e desinformação têm-se destacado na comunicação social e têm-se multiplicado as pesquisas sobre esses fenómenos (e.g. Tucker et al., 2018; Wang et al., 2019; Kapantai et al., 2020; Valverde-Berrocoso et al., 2022). Especialistas, mídia, organizações governamentais e não-governamentais, através da produção de relatórios, pesquisas e iniciativas legislativas, entendem a noção de 'desinformação' como conceito-chapéu de um conjunto de problemas sociais, que ameaçam valores e princípios dos sistemas de democracia representativa. Nestes relatórios e políticas, entende-se que a educação falhou em preparar as pessoas para lidar com a comunicação digital, e é chamada a resolver um conjunto alargado de déficits, que se discutirão adiante (Wardle & Derakshan, 2017; Ireton & Posetti, 2018; *HLGE*, 2018, *CE*, 2018, 2019).

Tomando como referência o caso português, numa série de artigos publicados no jornal *Público* entre 2016 e 2020, José Pacheco Pereira escreveu sobre a ascensão de uma nova ignorância, «uma certa forma de ignorância agressiva», relacionada com a utilização das redes sociais, que se caracteriza pela «dificuldade de separar a verdade da mentira, o crescimento das teorias conspirativas, as ideias contra a ciência, tudo isto está a ganhar terreno. O populismo moderno dá-lhes uma expressão política eficaz», implicando «um retrocesso civilizacional e um risco para a

---

sociais' para referir as plataformas de conexão e realimentação da comunicação entre utilizadores. Ver também o GLOSSÁRIO no final deste volume.

[7] No seu quadro teórico sobre a sociedade em rede, Manuel Castells destaca o surgimento da auto-comunicação de massa [mass self-comunication], baseada em redes horizontais na internet, como suporte de comunicação, organização e ação de novos movimentos sociais; que contrasta com os mída-unidirecionais de massa [one-directional mass communication], que suportam as instâncias políticas da ordem dominante (Castells, 2007: 241-243). De modo a simplificar a terminologia, usaremos novos mídia ou mídia sociais para os primeiros, e mídia convencionais ou tradicionais para designar os segundos.

[8] O ex-presidente Donald Trump tem sempre um lugar de destaque na discussão sobre a desinformação. Nesta pesquisa não é relevante continuar a lavrar esse terreno, mas fica aqui a nota de que, em resposta aos seus constantes *tweets* e afirmações controversas, o *The Washington Post* criou uma plataforma de verificação de factos e o *The New York Times* criou uma coluna intitulada "Trump's Lies" [as mentiras de Trump], para dar conta das mentiras e equívocos de Trump. (McGonagle, 2017; Leonhardt & Thompson, 2017).

democracia». Pacheco Pereira faz uma distinção entre a antiga ignorância, que «tem muito que ver com a baixa qualificação profissional, com a insuficiente escolaridade, com a má qualidade de muitas escolas, sem meios, sem professores preparados, com o analfabetismo funcional», e a nova ignorância, que «tem muito que ver com uma ideologia corrente face às novas tecnologias (...) a crença de que são as novas tecnologias que estão a mudar a sociedade» (Pereira, 2016, 2017, 2020).

Argumentos destes, ou próximos, foram reiterados ao longo da pandemia COVID-19, em várias notícias, reportagens e artigos de opinião que debateram nos mídia problemas sociais que emergiam em paralelo com a doença. Estes textos são atravessados por um conjunto de assunções que tomam a desinformação como "ignorância", "estupidez", "anti-ciência" e "pseudociência" (Carona, 2020a; Pereira, 2020; Pequenino & Serafim, 2020); entendem que no «esgoto a céu aberto que são as redes sociais, a disseminação de informação contra-científica é larvar» (Coutinho, 2021) e permitem que «vozes dissonantes com a realidade, que seriam ignoradas em contextos tradicionais, tenham oportunidade de se organizar, criando verdadeiros cancros de desinformação que corroem as instituições e a sociedade civil» (Pequenino & Serafim, 2020); repudiam «médicos que são negacionistas, relativistas e conspirativos» que «vão ser co-responsáveis (juntamente com o vírus) pelo colapso do país» (Carona, 2020b), pois fazem uma «usurpação do prestígio da profissão numa tentativa de credibilizar disparates» (Marçal, 2020a) e que «deveriam responder perante a lei, pelas mortes alimentadas pela sua ignorância» (Carona, 2020b); é preciso «criar 'cordões sanitários' nos focos da mentira e interromper as suas cadeias de transmissão secundárias» (Nunes & Laires, 2020); e «compete a estes órgãos [ordens profissionais, administrações hospitalares e comissões de ética das universidades] a observância dos padrões éticos na interação com a sociedade e divulgação pública da ciência» (Abreu, 2021b).

Dizer que uma pesquisa tem um mítico momento inaugural é, pelo menos neste caso, um mito. As perguntas, se são mesmo perguntas, vêm de muitos sítios para se acumularem como pó numa prateleira até que damos por elas. Mas, posso dizer que a leitura destas notícias e artigos de opinião desencadeou esta investigação, na medida em que tornou o pó indisfarçável na prateleira.

Que declarações de insanidade e ignorância implicam disputas de saber-poder, já o sabemos pelo menos desde Michel Foucault. Cada sociedade, diz Foucault, tem o seu 'regime de verdade', isto é, «os tipos de discurso que são aceites e que se tomam como verdadeiros [e] o estatuto daqueles que são autorizados para dizer o que vale como verdade» (Foucault, 1972: 131), que subjuga «todo um conjunto de conhecimentos que foram desqualificados como inadequados ou insuficientemente elaborados» como «conhecimentos *naïfs*, no fundo da hierarquia social, abaixo do nível de cognição ou de ciência exigido». (Foucault, 1972: 82 e 132). O discurso, longe de ser transparente ou neutro é o lugar onde se exerce privilegiadamente o poder, «não é uma simples tradução de conflitos ou sistemas de dominação, mas é *a* coisa pela qual e através da qual há o conflito, o discurso é o poder a ser conquistado» (Foucault, 1970: 52-53). O regime de verdade outorga a alguns a legitimidade para

excluir a posição epistémica dos demais. Estas declarações sobre desinformação analisadas no contexto da recente crise epidémica, apontam para disputas epistémicas pela autoridade de declarar a 'verdade'.

Com o conceito de 'disputa epistémica' designamos conflitos entre grupos, mas também as fraturas e lutas sectárias internas aos grupos. O conceito é usado no mesmo sentido que Marcelo Dascal atribui ao conceito de 'disputa' na sua teoria da controvérsia (Dascal, 2001, 2008). Dascal entende que uma controvérsia é uma interação adversativa pela qual se realizam «trocas polémicas», e que requer «pelo menos duas pessoas que usam a linguagem para se comunicarem (…) um confronto de opiniões, argumentos, teorias, etc.». (2001: 314), e identifica três tipos: as disputas, que visam vencer; as controvérsias, visam convencer; e as discussões, visam resolver um problema (2001: 314-317). Ou seja, a discussão recorre à demonstração e termina pela prova; a controvérsia recorre à persuasão e termina pelo compromisso; a disputa recorre à exclusão e termina pelo monopólio.

Nos textos de imprensa atrás referidos surgem várias menções a "médicos negacionistas e conspirativos". Através de uma recolha de dados exploratória identificamos que o grupo *Médicos pela Verdade* (MPV) é o foco de muitos dos artigos de opinião e das notícias na imprensa portuguesa sobre desinformação no contexto da pandemia da COVID-19. O MPV foi um grupo constituído em Portugal por profissionais de saúde, que administrou uma página de Facebook, bem como outros mídia sociais, entre finais de agosto de 2020 e princípios de fevereiro de 2021. O grupo esteve envolvido em várias polémicas apresentadas nos meios de comunicação social, sendo descrito por estes como um "grupo polémico", "negacionista", "movimento que desvaloriza a gravidade da Covid-19" (Novais, 2020; Pereira, 2021a; Polígrafo, 2020a) e foram noticiadas práticas que atentam à deontologia médica, sendo também instruídos processos disciplinares pela Ordem dos Médicos (Novais, 2020; Pequenino & Serafim, 2020). O grupo apresentou-se publicamente no dia 29 de agosto de 2020, com o objetivo de, nas suas palavras, «juntar médicos descontentes com o discurso oficial» e cujo «objetivo final, será a retoma do Serviço Nacional de Saúde e a retoma dos cuidados de saúde sem restrições» (*Artspacehotel*, 2020: 0:21:01" - 0:22:23"). O espaço principal da ação do grupo foi a internet, com maior preponderância na rede social *Facebook*, participando em protestos de rua e escrevendo artigos de opinião na imprensa. Cerca de seis meses depois da sua apresentação pública o grupo decide suspender a sua atividade e pouco depois extingue-se (Barreto, 2021; Simões, 2021; Novais & Simões, 2021).

Nesta dissertação o MPV é o objeto de um estudo de caso, a partir do qual procuramos desenvolver um quadro interpretativo dos fenómenos de desinformação. Esta pesquisa pretende problematizar o conceito de desinformação, em particular como este é mobilizado para sustentar tomadas de posição antagónicas numa disputa epistémica em contexto de crise. Através da análise da controvérsia em torno das políticas de resposta à pandemia, que opôs o MPV a jornalistas, colunistas, peritos e dirigentes da saúde, procura-se compreender o modo como agentes posicionados em

diferentes campos (científico, político, médico), que intervêm através dos mídia (novos e convencionais), mobilizam mecanismos de legitimação do seu discurso e deslegitimação de discursos adversos. Para desenvolver a pesquisa, e a partir de um procedimento metodológico que decorreu em três fases de recolha e seleção de publicações on-line, constituiu-se um *corpus* de textos produzidos pelo MPV, jornalistas, colunistas, médicos e dirigentes da profissão médica onde travam entre si uma disputa em torno das políticas de resposta à pandemia. Através do método de análise temática sobre esses textos (Braun & Clarke, 2006), procurou-se compreender esta controvérsia, identificando mecanismos e estratégias de des/legitimação do discurso e, consequentemente, problematizando o conceito de desinformação.

Alguns académicos entendem que as disputas epistémicas, as controvérsias em torno do conhecimento legítimo, tendem a formar divisões entre os saberes tecnocientíficos e os saberes leigos (Wyne, 1996; Trépos, 1996; Irwin, 1998), mas também sectarismo entre especialistas (Collins, 1992; Michael, 1996), onde argumentos científicos e não-científicos são mobilizados para circunscrever as regras e rituais próprios para a discussão e desacreditar os antagonistas. Para discutir as decisões políticas sobre o combate à doença, as partes em oposição na controvérsia procuram delimitar o conjunto dos agentes legítimos, que Harry Collins chama de "conjunto nuclear" [*core set*] (1992), isto é, quais os atores e os saberes são centrais para a discussão. Collins entende que o conjunto nuclear «não funciona necessariamente como um "grupo". Só estão ligados pelos seus interesses próximos, ainda que distintos, no âmbito da controvérsia (...) só interagem no contexto de um debate particular passageiro» (p. 143). A disputa epistémica que aqui analisamos patenteia fraturas internas num grupo social, constituído por médicos, dirigentes de associações profissionais e serviços de saúde, professores universitários, jornalistas e colunistas, que se forma no âmbito da controvérsia, e se caracteriza pelas elevadas credenciais académicas e profissionais. A disputa trava-se pela (des)classificação das credenciais, e da sua legitimidade para a discussão. Jornalistas, colunistas, médicos, entre outros, pronunciam-se contra o MPV que classificam como agente de desinformação argumentando que, entre outras asserções, não possui as devidas credenciais. O MPV pronuncia-se contra a imprensa, que igualmente considera agente de desinformação, porque, entre outras asserções, está comprometida com as instâncias de governo. Deste modo, esta controvérsia permitiu-nos explorar as questões que colocamos para investigação: O que 'desinformação' quer dizer? Como é que a disputa epistémica se relaciona com a crise epidémica? Como os novos mídia e os velhos mídia se relacionam com a controvérsia? O que a controvérsia pela 'verdade' revela sobre a ordem social? Como pensar a educação na problemática da desinformação?

O texto que se segue divide-se em duas partes, compostas por capítulos, e estes por secções, que procuram traduzir, com alguma infidelidade, o nosso trajeto pendular entre teoria e empiria. O texto da dissertação parece indicar que a empiria surge num momento específico, posterior à exploração teórica. Quando o empírico nos engloba como a um ponto, como diz Bourdieu (1994:

13), estamos presentes nele desde o primeiro momento. Mas também não estamos nesse lugar sem o ponto de vista teórico e epistemológico que a (de)formação académica nos fornece.

Na primeira parte começa-se por explorar o estado da arte sobre desinformação (*Entre Cila e Caríbdis: tecnologia e mudança social*), em seguida apresenta-se o racional teórico que estrutura a problemática da pesquisa (*Modelo Teórico: a descida ao Maelström*), seguido de um capítulo teórico-empírico (*Metodologia*) onde se apresenta o método, o processo de construção do objeto de estudo e reflexões epistemológicas e éticas que emergiram e condicionaram a pesquisa. A segunda parte inicia-se com uma apresentação do contexto da pesquisa (*2020: o ano do Covid*), seguido de uma caracterização da controvérsia (*Uma cronologia da relação entre MPV e os mídia*). Nos capítulos seguintes apresenta-se a análise temática, dividida em duas seções (*Desinformação: dizer mal e maldizer, dizer não e não dizer*; *Do Fórum e da Ágora: modos e tempos da controvérsia*). Conclui-se esta parte com um capítulo de *Considerações finais*, seguido de uma metareflexão sobre a pesquisa. Para encerrar o volume listam-se as *Referências bibliográficas* e um *Glossário*.

Parte I: Da teoria à empiria

...acabar com os cumprimentos de uso, apertos de mãos e ósculos de cerimónia, gestos que repugnam à higiene e até à cultura, restos, como são, de um passado selvagem. As reverências chegam, bem mais inocentes do que os toques suspeitos do próximo, e logo coisas tão polutas como beiços e dedos.

Ricardo Jorge, *Relatório dirigido ao Presidente da República*, 1918

A peste como forma simultaneamente real e imaginária da desordem tem como correlativo médico e político a disciplina. A inspeção funciona incessantemente. O olhar está alerta em toda a parte.

Michel Foucault, *Vigiar* e *Punir*, 1975.

...já não são poucos os estados que me manifestaram a sua preocupação de que o que está a suceder aqui possa vir a atravessar as fronteiras e espalhar-se como uma nova peste negra, Branca, esta é branca, corrigiu com um sorriso pacificador o chefe do governo, E então, sim, rematou o ministro dos negócios estrangeiros, então poderemos, com muito mais propriedade, falar de cargas de profundidade contra a estabilidade do sistema democrático, não simplesmente, não meramente, num país, neste país, mas em todo o planeta.

José Saramago, *Ensaio Sobre a Lucidez, 2004.*

Estamos em guerra – porque de uma verdadeira guerra se trata (…) Nesta guerra, como em todas as guerras, só há um efetivo inimigo, invisível, insidioso e, por isso, perigoso. (…) Resistência, solidariedade e coragem são as palavras de ordem. E verdade, porque nesta guerra, ninguém mente nem vai mentir a ninguém.

Presidente da República Portuguesa, *Mensagem sobre a declaração do Estado de Emergência*, 2020/03/18

I. ENTRE CILA E CARÍBDIS: tecnologia e mudança social

1. Perspetivas teóricas sobre a desinformação

Na prisão, Antonio Gramsci escreveu: «A crise consiste precisamente no facto de o antigo estar a morrer e o novo não poder nascer; neste interregno, aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos» (1929-35: 276). Nos momentos de transição social, a impermeabilidade dos valores do passado sabota a emergência de novos programas sociais, coartando a mudança com desconfiança e desdém. Hoje, atravessamos um momento histórico em que está em curso uma mudança social de contornos ainda imprecisos. Fascinados pelos encantos da era da informação, como os argonautas de Homero com o canto das sereias, navegamos perigosamente entre Cila e Caríbdis, entre a emergência de novas formas de vigilância, controlo e censura e a proliferação de ressentimento, indignação e violências várias. Em torno das tecnologias de comunicação em rede, há os que louvam a 'autoestrada da informação' (Gore, 1994), a via da ciência e da técnica para realizar a 'sociedade do conhecimento' (Drucker, 1969, 2002), outros alertam para os perigos da 'era da desinformação' (Cheyfitz, 2017; Bennett & Livingston, 2020). Onde uns veem déficits de saber e antidemocracia (Sunstein, 2017; Wardle & Derakshan, 2017) ou a propensão das massas para a manipulação (Sunstein & Vermeule, 2009; Pariser, 2011; Douglas et al., 2016; Marwick & Lewis, 2017), outros veem a reemergência de velhos pânicos de mídia (Drotner, 1999) e veem auspiciosamente a apropriação de recursos por novas formas de cidadania e participação (Jenkins, 2006; Castells, 2007; Hara, 2008; Shantz & Tomblin, 2014; Tufekci, 2017).

Neste contexto, o termo 'desinformação'[9] emerge para descrever um problema premente da comunicação na internet, e tem sido usado, ora como substantivo (desinformação como um tipo de informação), ora como verbo (o ato de difundir esse tipo de informação), ou ainda como adjetivo (a atribuição de valor à informação e ao ato de difusão).

A produção e difusão de informação falsa, incorreta, imprecisa ou enganosa, tem sido definida em inglês por 'misinformation', 'disinformation' e 'malinformation', cuja tradução em português não é direta. Muitos autores optam por escrever 'mis/disinformation', de forma a englobar a diversidade de fenómenos estudados. No entanto, em língua portuguesa, a terminologia é muitas vezes confusa e inconsistente. O termo desinformação está presente em vários dicionários da língua portuguesa, porém, na literatura da especialidade, o termo *desinformation* refere-se a desinformação em sentido restrito, isto é, informação falsa produzida ou difundida intencionalmente, enquanto o termo *misinformation* refere-se a desinformação em sentido amplo, isto é, todo o tipo de informação falsa ou

[9] Alguma literatura refere que o termo 'desinformação' surge no contexto da guerra fria, quando a inclusão da palavra nos dicionários pode ser encontrada a partir do ano de 1949 num dicionário de língua russa, onde a palavra *dezinformatsiya* (дезинформация) teve a sua primeira definição como «a ação para induzir a opinião pública em erro através do uso e propagação de informações falsas». (cit. Breton, 1997: 62. Ver também Fallet, 2001, Mahairas & Dvilyanski, 2018).

incorreta produzida ou difundida, seja intencional ou inadvertidamente (Floridi, 2011; Fallis, 20015). No sentido de sistematizar uma definição conceptual, propõe-se nesta pesquisa uma tradução destes conceitos em língua portuguesa que se alinhe com os congéneres ingleses, e aplicam-se os termos 'desinformação' e 'mesinformação', assumindo que a problematização dos fenómenos suscita a necessidade de novos conceitos[10].

Através de uma revisão do estado da arte, agrupamos as perspetivas teóricas sobre a desinformação em quatro abordagens: (a) a abordagem conceptual, que visa definir critérios para determinar o que é desinformação; (b) a abordagem psicossociológica, que se centra na definição de predisposições psicológicas e sociológicas que tornam os indivíduos e os grupos suscetíveis à desinformação; (c) a abordagem culturalista, que procura interpretar os processos socioculturais da difusão de informação falsa ou incorreta mais do que estabelecer o que é desinformação; e (d) a abordagem normativa, que parte do pressuposto de que a desinformação é uma ameaça à ordem social e que deve ser combatida através de regulação e controlo.

a) Abordagem conceptual

A primeira abordagem inclui perspetivas que tratam a desinformação como uma espécie particular de informação (Fox, 1983) e outras que argumentam que a desinformação é algo distinto de informação (Dretske, 1981; Frické, 1997; Fetzer, 2004; Floridi, 2005). Christopher Fox (1983) sugeriu que a informação, em primeiro lugar, não tem de ser verdadeira, seria sempre a transmissão de algum tipo de mensagem. Por outro lado, Dretske (1981) entende que a informação falsa é uma violação da virtude da informação e Frické (1997) diz que a veracidade da informação pode ser avaliada em relação a um ideal-tipo de informação perfeita. No mesmo sentido, Floridi (2005) argumentou que a informação deve ter sentido e valor de verdade: se uma destas condições for violada, não se pode considerar informação; e se for entendida do ponto de vista do conhecimento científico, enquanto a informação verdadeira acrescenta novos conhecimentos, a informação que não é verdadeira não acrescenta nenhum novo conhecimento. Em contrapartida, James Fetzer, entende que a desinformação pode ser avaliada como atos de mentira, na medida em que «os indivíduos mentem quando (a) fazem afirmações (como se fossem verdadeiras) (b) que saibam ser falsas (c) com a intenção de induzir em erro.» Deste modo distingue desinformação de ignorância, na medida em se tratará de «afirmações sinceras, mas que acontecem de ser falsas», e de sátira, informações falsas ou inverosímeis no contexto da comédia, e que podem ou não ser percebidas como tal (2004: 232-233).

[10] Encontramos a tradução que se propõe aqui numa coleção de guias informativos da organização *First Draft*, traduzidos do inglês para português, onde se lê «preferimos usar os termos desinformação, mesinformação ou malinformação. Coletivamente, chamamos isso de desordem informacional» (*First Draft*, 2020: 9).

Para resolver esta indefinição, surge a necessidade de fazer uma distinção entre a desinformação não intencional (mesinformação) e a desinformação intencional (desinformação)(Fallis, 2009, 2015). Don Fallis propõe que «a desinformação é uma forma particularmente problemática de mesinformação» porque não é um engano acidental «provém de alguém que procura ativamente enganar (…) e desgasta a confiança e coage a capacidade para partilhar informação de forma efectiva» (2015: 402). Procurou sistematizar os critérios para uma definição definitiva de 'desinformação': (a) a desinformação é informação (b) é um tipo de informação que tem grande probabilidade de criar crenças falsas (c) tem o potencial para prejudicar alguém (d) não é falsa por equívoco mas sim por intenção (2015: 406). Envolvendo-se numa disputa com Luciano Floridi (Fallis, 2011, 2015; Floridi, 2011), acaba por admitir que «pode não haver um conjunto conciso de condições necessárias e suficientes que capturem perfeitamente o conceito de desinformação (…) pode simplesmente haver casos prototípicos de desinformação, com coisas diferentes a aproximarem-se mais ou menos destes protótipos.» (2015: 416). Esta discussão, que anima as publicações académicas da especialidade, concentra-se mais no conceito do que nos problemas sociais a que este se refere.

Alguns académicos realçam a dificuldade em determinar a intenção para poder fazer a distinção entre desinformação e mesinformação (Jack, 2017; Cooke, 2017). Caroline Jack, afirma que «no discurso público, a mesinformação é usada com mais frequência do que a desinformação - uma tendência que os atores ardilosos podem explorar para tentar manter credibilidade» (Jack, 2017: 15). Nicole Cooke entende que «os conceitos de mesinformação e desinformação podem ser considerados como dois lados da mesma moeda (…) a mesinformação é simplesmente definida como informação que está incompleta (...) mas pode também ser categorizada como informação que é incerta, vaga ou ambígua» (2017: 136).

b) Abordagem psicossociológica

Na última década consolidou-se uma perspetiva teórica que alia a desinformação ao desenvolvimento das redes sociais na internet. Esta perspetiva pressupõe uma relação entre a tecnologia de comunicação e a desinformação, na medida em que cada tecnologia oferece novas oportunidades de difusão de informação ao mesmo tempo que potencia novos modos de engano e manipulação (Fallis, 2009: 1-2). Nesta abordagem, os novos mídia são tecnologias que propiciam a formação de polarização e antagonismo, através de 'câmaras de eco' e 'bolhas epistémicas' (Pariser, 2011; Sunstein, 2017), acentuando efeitos psicossociais como viés cognitivo[11] e viés de confirmação[12] (Tversky & Kahneman, 1972; Plous, 1993; DiMaggio, Evans & Bryson, 1996).

[11] A noção de viés cognitivo foi proposta pelos psicólogos Amos Tversky e Daniel Kahneman (1972) para interpretar os resultados de experiências sobre a capacidade de julgamento racional, em que os sujeitos de pesquisa demonstravam dificuldade em interpretar proporções e grandezas numéricas.

DiMaggio, Evans & Bryson (1996) propuseram o conceito de 'polarização' para descrever o modo como, nos sistemas bipartidários, a tensão entre duas posições partidárias tendia a criar uma opinião pública fortemente dividida. Com os mídia sociais, as teorias da polarização focam-se na sua capacidade para o aumento destas divisões (Greenwood, Sorenson, & Warner, 2016; Volfovsky et al., 2018).

Eli Pariser (2011) teorizou a ideia de que as redes sociais criam 'bolhas epistémicas' (*filter bubbles*) por um efeito de filtro da informação. A ideia é que os algoritmos das plataformas de redes sociais, concebidos para personalizar a pesquisa – garantindo que os utilizadores de internet obtêm o que procuram – tendem a apresentar resultados que refletem os interesses que os utilizadores procuraram antes, ficando cada vez mais expostos a informação que se inscreve nas suas crenças e expectativas, resultando num reforço da sua visão sobre um problema.

Análoga à bolha epistémica, a noção de 'câmara de eco' refere-se à influência das redes sociais para aproximar pessoas com pontos de vista semelhantes. Cass Sunstein (2017) entende que esse fenómeno tende a criar aglomerados de pessoas on-line que apenas ouvem 'ecos' das suas opiniões, enfraquecendo o papel do dissenso na democracia (Sunstein, 2017).

As consequências, segundo estas perspetivas, são a fragilização da participação democrática, o ceticismo em relação aos mídia convencionais, às instituições de governo e ao conhecimento científico, e a radicalização das posições políticas e sociais em torno de temas como a saúde, o ambiente, e o multiculturalismo (Mondon & Winter, 2020; Nguyen & Catalan-Matamoros, 2020; Zarocostas, 2020). Assim, nesta abordagem, a desinformação não é somente perigosa porque é falsa e pode induzir as pessoas a crer em mentiras, mas é perigosa justamente porque representa riscos para as instituições que asseguram a ordem. As pessoas poderão ter dificuldade em rejeitar a informação falsa quando ela reforça a sua mundivisão, é partilhada por pessoas com mundivisões semelhantes e tenderá a ser utilizada como arma contra grupos percebidos como contrários aos seus valores políticos, económicos e sociais, representando uma ameaça aos valores da democracia, ao conhecimento científico e à ordem social.

c) Abordagem culturalista

Uma outra abordagem, em contraste com as anteriores, centra-se na ambiguidade da relação das pessoas com a informação, entendendo que nem sempre é possível fazer uma distinção clara entre verdade e mentira, pois a informação pode ser verdadeira, mas ser percebida de forma errada consoante o contexto (Ecker et al., 2014; Hendricks & Vestergaard, 2019), e que o modo como as

[12] O viés de confirmação, segundo Plous (1993), foi proposta por Peter Watson, para descrever a tendência das pessoas para crer em informações que confirmam as suas crenças e valores, e que estas são mais persistentes e resistentes a informação que as contradiga.

pessoas usam a informação falsa é mais matizado do que se supõe (Acerbi, 2019; Altay, Hacquin & Mercier, 2020; Duffy, Tandoc & Ling, 2020). Hendricks e Vestergaard questionam a possibilidade de se distinguir entre desinformação e mesinformação, entendendo que a desinformação «raramente é totalmente falsa (…) para surtir efeito, não é suposto revelar facilmente a sua fraude. A desinformação deve parecer fiável para induzir efetivamente as pessoas em erro» (2019: 55). Ullrich Ecker e colegas (2014) observam que a manchete dos artigos noticiosos pode induzir os leitores em erro relativamente a artigos que não contêm informação falsa, através de processos de inferência e outros fatores cognitivos e culturais, que afetam a perceção e a memória que as pessoas têm da notícia. Por outro lado, há a possibilidade de enviesamento na pesquisa sobre a desinformação que assume que as pessoas o fazem porque acreditam no seu conteúdo. Alberto Acerbi (2019) sugere que «estimações quantitativas sobre a difusão de notícias falsas podem estar a ser inflacionadas» por não considerarem os indivíduos que partilham notícias falsas pelo sarcasmo (p: 6).

O ato de partilhar move as notícias do espaço da informação para o espaço social. A partilha de notícias prende-se com a sua utilidade para o coletivo, seja pelo seu conteúdo emocional (Mitchelstein & Boczkowski, 2013), seja porque a pessoa que partilha presta conselhos e alertas relevantes para os outros (Xiong et al., 2018), ou ainda porque as pessoas partilham notícias com o objetivo de obter aprovação social, parecendo atentas e bem informadas (Bobkowski, 2015; Bright, 2016). Porém, estas características estão presentes tanto em notícias verdadeiras quanto nas falsas. A utilidade social das notícias ajuda à difusão de notícias falsas porque quando as pessoas partilham notícias pelo seu valor social, essa mesma prática pode levá-las a distribuir notícias falsas inadvertidamente (Berriche & Altay, 2020; Duffy, Tandoc & Ling, 2020; Duffy & Ling, 2020).

No entanto, em diversos contextos, as consequências negativas da partilha de notícias falsas pesam na decisão das pessoas de partilhar informação que lhes parece falsa, ou também podem ser ignoradas ou superadas por outras preocupações. Altay, Hacquin e Mercier (2020) desenvolvem pesquisas onde observam que a partilha de informação tida como falsa ou duvidosa, quer por jornais quer por indivíduos, não é uma prática muito comum, pois há o receio de partilhar notícias falsas possa ter efeitos negativos sobre a sua reputação:

> Mesmo que as notícias falsas possam ser feitas para serem cognitivamente apelativas, e congruentes com a posição política de qualquer um, ela só é partilhada por uma pequena minoria de utilizadores das redes sociais, e por meios de comunicação especializados (...) Não só a partilha de notícias falsas é dispendiosa, como as pessoas parecem ter em conta estes custos (2020: 17)

Esta abordagem, na medida em que centra a discussão nos aspetos culturais de difusão e receção da informação, alinha-se com a teoria da comunicação de Stuart Hall (1973) que critica o modelo tradicional da teoria da comunicação (eg.: Lasswell, 1948) apontando que este sobrestima o papel do remetente da mensagem e subestima o papel do destinatário. Hall entende que as pessoas, mais do que meros recetores da informação, desempenham um papel ativo na sua circulação, uso e reprodução, entendendo que o processo de comunicação é marcado por dimensões individuais,

culturais e sociais que determinam o significado que a mensagem adquire para cada um, participando na construção do seu sentido através da ação coletiva.

Nestas perspetivas o papel da audiência é fundamental para os efeitos da desinformação, entendendo que a desinformação só funciona se os recetores a aceitam como verdadeira. Por exemplo, «as 'fake news' são co-construídas pelo público, pois a sua falsidade depende muito se o público toma o falso como real. Sem este processo de engano, as fake news continuam a ser uma obra de ficção» (Tandoc, Lim, & Ling, 2018: 12). Estabelece-se então a diferença entre a *produção* de informação falsa ou fraudulenta; e o equívoco que acontece *na receção e reprodução* dessa informação. Ou seja, a distinção dá conta da informação falsa que alguém crê ser verdadeira e a reproduz inadvertidamente, mas também na informação que se crê falsa mas é partilhada como parte de uma conversação. Deste modo, recentrando o problema no recetor, não basta que a informação seja falsa, os seus efeitos dependem do que as pessoas fazem com ela e os seus efeitos são tão diversos quanto a diversidade da sua audiência.

d) Abordagem normativa

Por fim, a abordagem normativa entende que a partilha, produção e acesso generalizado à informação deve ser regulada para proteger a ordem social. Foca-se no uso que algumas pessoas fazem das tecnologias da informação para obter benefícios (económicos, políticos, etc.), prejudicando outros e ameaçando a estabilidade e confiança na ordem pública.

A investigadora Claire Wardle fundou em 2015 uma ONG no Centro Shorenstein da Universidade Harvard, o *First Draft News*, organização que tem desenvolvido trabalhos de consultoria e *lobbying* junto de governos e organizações internacionais para que sejam implementados regulamentos sobre as plataformas, o jornalismo e a partilha de informações no meio digital. Em conjunto com o jornalista Hossein Derakshan produziu para o *Conselho da Europa* (CoE) um relatório intitulado *Information Disorder - Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking* que pretende «proporcionar um enquadramento para os decisores políticos, legisladores, investigadores, tecnólogos e profissionais que trabalham nos desafios relacionados com a desordem informacional» (Wardle & Derakhshan, 2017: 10). Aí descrevem o problema da desinformação sob o conceito englobante de *desordem informacional* (2017: 20). A sua convicção é que a desordem informacional tem de ser travada, regulamentada, e a opinião pública precisa de ser saneada. Em resumo, entendem que

> ...estamos a assistir a algo novo: a poluição da informação à escala global (...) Só estamos nas primeiras fases de compreensão das suas implicações. (…) tem havido muita discussão sobre como a desordem informacional está a influenciar as democracias. No entanto, mais preocupantes são as implicações a longo prazo das campanhas de desinformação destinadas especificamente a semear a desconfiança e a confusão e a acentuar as divisões socioculturais existentes utilizando tensões nacionalistas, étnicas, raciais e religiosas. (Wardle & Derakshan, 2017: 4).

Este modelo de análise foca-se em três elementos – os agentes, as mensagens e os intérpretes – e em três fases – criação, distribuição e re/produção. Os agentes, criadores da mes/desinformação, aparecem como conspiracionistas, extremistas, manipuladores, embusteiros e oportunistas. Os meios e modos de distribuição, de modo geral as redes sociais, são amplificadores de notícias falsas, embustes e rumores, e propensas a criar bolhas epistémicas, câmaras de eco, polarização e radicalização. Os intérpretes, que podem também tornar-se produtores e difusores da mes/desinformação, sofrem de um conjunto alargado de 'patologias' psicossociais como viés de confirmação, insuficiente ceticismo para a mes/desinformação mas muita desconfiança sobre as instituições democráticas e o jornalismo profissional (Wardle & Derakshan, 2017: 4-7).

Este trabalho será estruturante para a abordagem destas questões pelas instâncias políticas, como a UNESCO, a União Europeia (UE) e também em Portugal. Ao nível internacional, este relatório será influente para o manual *Journalism, fake news & disinformation: handbook for journalism education and training* publicado pela UNESCO em 2018 (Ireton & Posetti, 2018). Ao nível da UE, é referência para o relatório produzido para a Comissão Europeia (CE) pelo High Level Group of Experts (HLGE) que entende que é preciso «reforçar a prevenção e reduzir o apelo da desinformação e das teorias da conspiração através da literacia mediática e pensamento crítico sobre propaganda e publicidade» para uma utilização «mais segura e responsável dos mídia sociais» (*HLGE*, 2018: 16-17, 25).

Será também a referência para o *Código de Conduta da UE sobre Desinformação*, com o «objetivo identificar as ações que os estados-membro poderão adotar para fazer face aos desafios relacionados com a "desinformação"» (*CE*, 2018); e para o comunicado da CE intitulado *Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia*, que alerta que os «atuais mecanismos de funcionamento dos mídia sociais, mais do que os de qualquer outro canal de informação, se prestam à propagação de mentiras (…) a ameaça da desinformação afeta as sociedades democráticas e as instituições a todos os níveis» (*CE*, 2019). Atualmente está em discussão, pelos órgãos legislativos da UE, o *Digital Services Act* (Regulamento de Serviços Digitais) que, entre outros objetivos, se propõe criar «uma supervisão apertada das plataformas on-line» e «melhorar os mecanismos de remoção de conteúdos ilegais para uma proteção eficaz dos direitos fundamentais on-line dos utilizadores, incluindo a liberdade de expressão» (*CE*, 2020).

Em Portugal, as diretrizes políticas europeias refletem-se no relatório *A Desinformação - Contexto Europeu e Nacional* da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERCS), onde se afirma que o problema da desinformação através da internet «vai da simples divulgação e propagação de notícias falsas às mais organizadas campanhas de desinformação (…) suscetível de semear desconfiança nas pessoas e alimentar tensões sociais» (*ERCS*, 2019: 1-2). Por último, destaca-se a legislação que a República Portuguesa publicou em maio de 2021: a *Carta dos Direitos Humanos na Era Digital* (Lei n.º 27/2021). Esse diploma, reconhece que a internet deve ser transformada «num instrumento de

conquista de liberdade, igualdade e justiça social e num espaço de promoção, proteção e livre exercício dos direitos humanos, com vista a uma inclusão social em ambiente digital.» No artigo 6.º diz-se que «O Estado assegura o cumprimento em Portugal do Plano Europeu de Ação contra a Desinformação, por forma a proteger a sociedade contra pessoas singulares ou coletivas (…) que produzam, reproduzam ou difundam narrativa considerada desinformação».

2. Considerações sobre as perspetivas teóricas da desinformação

As perspetivas que atrás elencamos comportam algumas limitações relevantes. Em primeiro lugar, a distinção entre informação – como entidade discursiva de valor positivo – e desinformação – como entidade discursiva de valor negativo – é em si mesma uma tomada de posição. Estas perspetivas assentam numa conceção de que existe, não só, uma informação neutra e objetiva, mas também atores imparciais e apolíticos, os ideais-tipo face aos quais é possível avaliar a verdade, a intenção e a ameaça a uma ordem social.

As reflexões de Jacques Derrida (1996) sobre a mentira podem ajudar a clarificar os limites da noção de desinformação. Na perspetiva clássica, diz Derrida, «mentir, enganar e enganar a si mesmo inscrevem-se na categoria do pseudológico». O grego *pseudos* significaria o que é falso, o erro, mas também a simulação e a fantasia, como o teatro. Na conceção escolástica, excluía-se o engano próprio e então mentir «é querer enganar o outro, às vezes até dizendo a verdade (…) mas não mente quem acredite naquilo que diz, mesmo que isso seja falso.» Na aurora do Esclarecimento, Immanuel Kant vai defender como mandamento da razão, que exclui a 'mentira de cortesia' ou 'mentir por humanidade', o imperativo da veracidade como dever de cada um para com os outros independentemente do prejuízo que daí possa resultar (Derrida, 1996: 8-15). Em contraponto, Derrida propõe uma definição, dizendo «a mentira não é um facto ou um estado, é um ato intencional, um mentir», e insiste numa pluralidade e heterogeneidade do ato de mentir dizendo que «mentir seria dirigir a outrem um ou mais enunciados sabendo, em consciência explícita e convicta, que elas formam asserções total ou parcialmente falsas» (p: 3). Mas, adverte, a especificidade do conceito de mentira – e podemos pensar se isso também se aplica ao conceito de desinformação – é que «deve ser rigorosamente distinguido do erro, da ignorância, do preconceito, da falta de raciocínio e até da deficiência na ordem do saber, ou ainda da deficiência na ordem da ação ou do fazer, da prática e da tecnologia (…) que se refere mais à crença do que ao conhecimento» (p: 24). Este entendimento sobre a mentira, se aplicado ao conceito de desinformação, sublinha a dificuldade de distinguir erros, desconhecimentos e intenções, mas também as falsidades que resultam da convicção, do excesso de zelo ou da incúria.

Acrescenta-se que quando estas perspetivas teóricas percebem a desinformação como uma ameaça à ordem, procedem como se esta última fosse um produto inescapável da história. No entanto, a desinformação pode ser usada tanto como estratégia de transformação como de

manutenção de uma determinada ordem social. Ao confrontar a ordem, pode ser uma ação de resistência que põe em causa uma estrutura de privilégios e poderes. Mas a manipulação, ocultação e rejeição de informação pode ser também uma estratégia de conservação dessas estruturas. Alguns académicos têm investigado a forma como organizações e governos usam a desinformação neste sentido, apontando que a ignorância pode ser ativamente criada (Proctor & Schiebinger 2008; Oreskes & Conway, 2010; Rayner, 2012; McGoey, 2012, 2019). Discutem a "ignorância estratégica" resultante da manipulação da opinião pública pela "fabricação de dúvida", a amplificação de informação favorável e sonegação de informação desfavorável (Oreskes & Conway, 2010; McGoey, 2012). Quando as organizações enfrentam problemas que põe em causa a sua credibilidade ou continuidade, Steve Rayner (2012) fala de "conhecimento desconcertante" [uncomfortable knowledge], onde as organizações participam num processo de sequestro e manipulação da informação, e compactuam para manter a ordem estabelecida (p. 112).

As diferentes abordagens sobre a desinformação apresentam uma multiplicidade de construtos, valores e referentes morais, que partem de uma posição conservacionista da ordem social, para avaliar os riscos da desinformação, procedendo normativamente. Não se pretende afirmar que não existe informação falsa e perigosa, que a difusão de desinformação é sempre um ato revolucionário, ou que toda a informação é equivalente. O que entendemos é que, para classificar uma determinada declaração como desinformação, é inevitável tomar posições sobre a natureza do conhecimento, os processos legítimos da sua validação, a ordem social e o dever-ser. E estes são contingentes e contestáveis, e podem tanto encontrar o seu suporte numa ordem estabelecida como confrontá-la.

Quanto aos aspetos psicossociológicos que estas perspetivas atribuem às pessoas que produzem e partilham desinformação, algumas pesquisas na abordagem culturalista observam que a partilha de informação falsa por parte dos recetores e utilizadores de mídia sociais nem sempre é feita de forma inconsciente e pode também ser uma forma de fomentar as relações interpessoais (Altay, Hacquin & Mercier, 2020; Duffy, Tandoc & Ling, 2020; Waruwu et al., 2020). Em contraste com a ideia de que a partilha de informação, verdadeira ou falsa, tende a formar bolhas epistémicas e câmaras de eco, a pesquisa de Waruwu e colegas (2020) sugere que a partilha de informação num grupo on-line serve vários propósitos, entre os quais a confirmação da veracidade da notícia, potencia solidariedade entre os membros do grupo, recorrendo àqueles que podem contribuir para esclarecer os demais «quando as notícias são partilhadas, autenticadas ou não, há uma consequência social que influencia as relações sociais e os comportamentos de autenticação noticiosa subsequente» (p: 15). Duffy, Tandoc e Ling (2020) apontam que a partilha de notícias, verdadeiras ou falsas, pode ser interpretada como a partilha de um bem social e, desse modo, as notícias falsas podem ser partilhadas pela ironia, «notícias que são 'exageradamente más'; histórias bizarras; e histórias sobre celebridades são um meio para começar uma conversa» (p: 4). Algumas notícias falsas podem ser partilhadas não por ingenuidade, mas sim porque são divertidas.

Por outro lado, a pesquisa de Flaxman, Goel e Rao (2016) sugere que a magnitude dos efeitos de bolha epistémica e câmara de eco são relativamente modestos pois as pessoas encontram informação através de vários mídia, e os novos mídia contribuem para a exposição das pessoas a diferentes perspetivas.

Acrescenta-se que alguma pesquisas sugerem que o próprio discurso académico e mediático sobre a prevalência das 'fake news' está a conduzir a uma desconfiança generalizada sobre os mídia (Van Duyn & Collier, 2019). O principal perigo não é que as pessoas sejam crédulas e consumam informações de fontes não confiáveis, pelo contrário, o problema é que as pessoas rejeitem as fontes de informação indiscriminadamente.

Quanto à visão de que a desinformação parte de pessoas que rejeitam a ciência e recusam a evidência científica, alguma pesquisa tem revelado que essa é uma explicação reducionista (Harambam & Aupers, 2014, 2016; Harambam, 2020). A partir de uma pesquisa etnográfica no que designam o 'milieu conspiracionista' holandês, Jaron Harambam e Stef Aupers afirmam que

> Estes inquiridos sublinham continuamente que perfilham o empreendimento científico de acumular conhecimento preciso sobre o *self*, o mundo e o universo, mas argumentam que o ceticismo radical, o espírito livre e inquisitivo se evaporou e foi sufocado pelo dogma. (...) Não negam nem descartam a relevância da ciência. Muito pelo contrário, o seu argumento é que a ciência moderna não é científica o suficiente (Harambam & Aupers, 2014: 6-8)

Estes pesquisadores salientam que, para os seus entrevistados, «o dogmatismo da ciência é realçado pela socialização dos cientistas numa cultura de especialistas, com um conjunto de assunções e crenças próprio (…) cuja visão exclui todas as outras» (2014: 7). Deste modo, concluem que as pessoas envolvidas nestes grupos efetivamente creem na ciência como método de descoberta da 'verdade', e se percebem munidos de curiosidade científica e pensamento crítico, mas rejeitam a objetividade dos cientistas cujo «conhecimento está intimamente relacionado com o poder político e económico», uma epistemologia que, sublinham, «reverberam assunções nas ciências sociais», designadamente o construtivismo, a teoria crítica e todo o campo de S&TS (Estudos de Ciência e Tecnologia) (p: 9).

Pode-se identificar que a teorização conspirativa é uma das formas de difusão de desinformação que mais preocupa os académicos e decisores políticos, quando o Secretário-geral da ONU afirma que é preciso combater as «tresloucadas teorias da conspiração infetam a Internet», (Guterres & *ONU*, 2020a), ou no relatório do HLGE se lê que é preciso «reforçar a prevenção e reduzir o apelo da desinformação e das teorias da conspiração» (*HLGE*, 2018: 25).

Contudo, também a visão de que os proponentes de teorias da conspiração representam uma ameaça à democracia é contestada por pesquisas que apontam que os grupos de ativistas que se formam em torno destas podem ter, mesmo que inadvertidamente, o efeito positivo de promover o debate, colocar a academia em diálogo com a população, e exigir mais transparência nos processos políticos. Roland Imhoff, que tem desenvolvido pesquisas sobre a 'mentalidade conspirativa', encontra suporte empírico para a ideia de que a mentalidade conspirativa tem validade preditiva para atitudes

de responsabilização dos governos por atos de abuso de poder, corrupção e negligência, fazendo pressão sobre essas autoridades (Imhoff & Bruder, 2014); mas também de uma tendência para desenvolver ações dentro do quadro normativo (i.e., legais), e que a defesa de ações não-normativas (i.e., ilegais) apenas se revela quando as causas parecem mais desesperadas (Imhoff, Dieterle & Lamberty, 2021).

Queremos com isto relevar que aceitar sem reservas a patologização dos movimentos de protesto é uma tomada de posição e evitá-la requer ponderação sobre as consequências de subscrever o que é desinformação, conspiracionaismo ou outra forma de 'transtorno' informacional. Podemos produzir uma análise das teorias da conspiração como uma forma de discurso e conflito sem desvalorizar o que estas também são de construtos sociais e produtos de contexto. Embora algumas teorizações da conspiração possam conduzir à radicalização, xenofobia e violência, é necessário ter em atenção que também desempenham um papel importante na responsabilização das instâncias de governo e corporações pelas suas ações. É necessário, portanto, evitar partir de um juízo de valor sobre as reivindicações dos ativistas e perceber tanto as suas motivações como as dos que se lhes opõem. Nesse sentido é ilustrativo um episódio em que um grupo de cientistas (Dentith et al., 2016), refletindo sobre uma declaração publicada no *Le Monde* por um outro grupo de cientistas (Dieguez et al., 2016) que exigia do governo francês uma ação repressiva sobre fomentadores de teorias da conspiração, escreve

> ...acreditamos que não é a teorização da conspiração que é o perigo, mas sim a resposta patologizante às teorias da conspiração. O antídoto para os problemas que as teorias da conspiração apresentam é vigilância, não uma falsa sofisticação intelectual que descarta sem mais as teorias da conspiração. É realmente muito simples quando se pensa nisso: a teoria da conspiração é essencial para o funcionamento de qualquer democracia, ou mesmo qualquer sociedade eticamente responsável. (Dentith et al., 2016)

Atendendo agora às perspetivas teóricas que apontam para os perigos das tecnologias de comunicação em rede, observa-se que são marcadas por um viés determinista. Ao determinismo tecnológico é preciso contrapor o que já foi exposto por Michael Lynch (2012) quando fala da tendência de alguma teoria sociológica para pressupor que as pessoas são "cultural dopes" que não agem sobre a informação e se limitam a ser dependentes e determinados por ela. A investigadora Kristen Drotner entende que «de cada vez que um novo medium surgiu, gerou controvérsias (…) reações emotivas e inflamadas (…) que podemos chamar pânico de mídia (…) inscrito no conceito mais amplo de pânicos morais» (1999: 596). Também considera que o discurso sobre as tecnologias da comunicação é «uma constelação complexa de prós e contras que se divide em duas abordagens», o discurso do otimismo, que defende o *medium*; e o discurso pessimista, que lhe aponta problemas (p: 596).

A uma visão de comunicação vertical é preciso contrapor formas horizontais e oblíquas da comunicação que abarquem a comunicação não somente como uma ação *sobre* as pessoas, mas também uma ação *pelas* pessoas. Drotner entende que o determinismo tecnológico coloca «o foco

no efeito que os mídia têm nas pessoas – não no que as pessoas fazem com os mídia» (1999: 611). No mesmo sentido, a socióloga Zynepp Tufekci, estudando a forma como a internet é utilizada por vários movimentos sociais, sublinha que "tecnologias de comunicação" é uma designação que engloba uma multitude de ferramentas que abrem «uma vasta gama de possibilidades (…) e modos de organizar e moldar a comunicação» que fazem a diferença no que se pode fazer com elas (2017: 117). A pesquisa de Malafaia e Meriluoto (2022) explora a forma como os jovens ativistas negoceiam o valor das redes sociais nas suas práticas, sugerindo que as pessoas não se conformam necessariamente às condições de utilização das plataformas de rede social e lidam com as contradições, entre estas e os seus valores, através de compromissos e subversões. Os ativistas admitem que a "lógica de fama" das redes sociais pode conduzir à individualização e despolitização da comunicação, em que os conteúdos e mensagens se tornam mercadoria, mas subvertem essa lógica através de estratégias de apropriação da tecnologia em conformidade com os seus valores e objetivos. Por outro lado, Soares, Ferreira e Malafaia (2021) identificam que, em oposição à dicotomia entre passivos e ativos para caracterizar o envolvimento político on-line, o uso das redes sociais é mais matizado, uma vez que as pessoas podem apresentar diferentes perfis entre participativas, desinteressadas, esperançosas e confiantes.

O determinismo tecnológico não tem em conta que as implicações da mudança técnica estão sujeitas a subversões, reconfigurações e apropriações, sob uma variedade de fatores individuais e culturais, locais e globais, levando a consequências muitas vezes inesperadas. É reconhecido que, apesar de potenciarem o controlo e vigilância por Estados e corporações (Zuboff, 2019), estas tecnologias têm sido adotadas por grupos sociais para colaborar, organizar e realizar as suas atividades (Castells, 2012; della Porta, 2015; Malafaia & Meriluoto, 2022).

3. O lugar da educação nas perspetivas sobre a desinformação

A influência do relatório de Wardle & Derakshan (2017) vai estender-se, igualmente, às políticas educativas, pressionando para a implementação de políticas de combate à desinformação onde a escola ocupa um lugar central. Os objetivos são a promoção de um conjunto plural de literacias. No relatório sugere-se um conjunto de competências a integrar nos *curricula* escolares e em programas de literacia mediática e literacia da comunicação para a população em geral, que «devem incluir discussões sobre como ultrapassar a tendência humana para procurar informações que apoiem a nossa mundivisão e 'identificação tribal', como vencer o viés de confirmação e como ser cético em relação à informação emocional.» (2017: 48). Os conteúdos sugeridos para qualquer *curriculum* incluem: competências de literacia 'tradicionais'; (b) competências informáticas para verificação dos mídia sociais; (c) conhecimentos sobre o poder dos algoritmos para moldar o que nos é apresentado; (d) compreender as possibilidades, mas também as implicações éticas oferecidas pela inteligência artificial; (e) técnicas para desenvolver ceticismo emocional; (f) competências de numeracia e

estatística (p: 70). Em suma, desenvolver competências de leitura e escrita, informática (programação, comunicação e tecnologia), filosofia (ética, epistemologia e lógica) e matemática (estatística, aritmética e álgebra).

Nesse sentido, a CE defende programas de educação cívica que incentivam os cidadãos a usarem do seu pensamento crítico (*CE*, 2018). O relatório do HLGE diz que no «contexto da era da informação, a literacia mediática adquire uma importância estratégica para a cidadania digital, assim como as competências educacionais básicas foram para os cidadãos da era industrial.» A literacia mediática «tornou-se uma competência essencial, pois é o ponto de partida para o desenvolvimento do pensamento crítico e de boas práticas para a comunicação online e, consequentemente, também no mundo offline» e, no seu entender, «não pode ser limitada aos jovens, mas deve abranger adultos (…) já que a educação do público em geral é outra forma de construir resiliência entre os cidadãos, consumidores e eleitores.» (*HLGE*, 2018).

A CE identifica quatro pontos principais da estratégia de luta contra a desinformação na internet, de onde se destaca o segundo e quarto pontos: «promover a diversificação das fontes de informação [que] incentivam os cidadãos a usarem do seu pensamento crítico» e «realizar programas de educação cívica», respetivamente. Nesse documento entende-se que «a educação e a formação dos cidadãos para uma utilização responsável e informada dos meios de comunicação online, em particular dos mídia sociais, constitui o melhor método a longo prazo de combater a desinformação» (*CE*, 2019: 5-7). A ERCS entende que as instituições e governos deveriam encarar a literacia mediática como literacia no sentido clássico, incluindo-a assim nos curricula escolares (*ERCS*, 2019). A DGS (Direção-Geral da Saúde) destaca a literacia para a saúde «para evitar a desinformação e promover a clarificação de medidas e conceitos, assegurando a adesão às medidas protetoras, numa ponte entre a literacia científica e a literacia cívica e cultural» (*DSPDPS/DGS*, 2020, Arriaga et al., 2021).

Neste sentido, a educação é entendida como uma das causas e a principal solução para a desordem informacional. Via para a transmissão do conhecimento científico, o ensino é chamado a debelar a ignorância que está na base da desordem informacional, tornando as pessoas em filósofas, cientistas e matemáticas práticas (Dellantonio & Pastore, 2019; Damasceno, 2021). Para combater a desinformação, Wardle e Derakshan sugerem pouco menos (ou até mais) que uma passagem pelo ensino superior para um curso intensivo. Ao identificar uma «necessidade de aquisição de conhecimentos e capacidades específicas» para «avaliar se os argumentos em que se baseiam uma crença são fortes e congruentes», Dellantonio e Pastore (2019) entendem que as pessoas devem adquirir competências específicas de teoria da argumentação, lógica, análise, inferência, entre outras teorias de filosofia analítica e matemática discreta (:7485-7490). No mesmo sentido, Cristiane Damasceno, a partir do conceito de multiliteracias do *New London Group* (Cope & Kalantzis, 2005),

propõe que os *curricula* escolares devam promover literacias funcionais, críticas e retóricas para a era digital (Damasceno, 2021).

Algumas pesquisas sugerem, de facto, que o nível de educação está relacionado com a crença em desinformação, em particular teorias da conspiração, onde altos níveis de ensino preveem uma diminuição da probabilidade de as pessoas acreditarem em fenómenos paranormais e teorias da conspiração (Aarnio & Lindeman, 2005; Douglas et al., 2016; Van Prooijen, 2017). As pesquisas de Kia Aarnio e Marjaana Lindeman (2005), que comparam a propensão para acreditar em fenómenos paranormais entre estudantes universitários e de cursos profissionais de nível secundário, sugerem que os estudantes universitários têm menos propensão para crenças paranormais do que os estudantes do ensino profissional. Os trabalhos de Karen Douglas e colegas (2016) sugerem que há uma correlação entre o nível de educação e a crença em teorias da conspiração, e que esta relação é mediada pela tendência geral de atribuir intencionalidade e agência onde ela não existe, ou é improvável que exista. No entanto afirmam que «as correlações entre o nível de educação e a crença em conspiração foram modestas, e, portanto, muitos outros fatores devem ser tidos em conta na probabilidade de endorsar teorias da conspiração» (Douglas et al., 2016: 72). Do mesmo modo, a pesquisa de Jan-Willem Van Prooijen (2017) sugere que «a relação entre a educação e a crença nas teorias da conspiração não pode ser reduzida a um único mecanismo psicológico, mas é o produto da complexa interação de múltiplos processos psicológicos. Particularmente a complexidade cognitiva e os sentimentos de controlo são processos independentes através dos quais a educação prevê a crença em teorias da conspiração.» (2017: 56).

No entanto, nem todos os estudos encontraram uma relação entre a educação e a crença em teorias da conspiração e é possível que haja uma relação entre a crença e elementos particulares da cultura (Parsons et al., 1999; Gentzkow & Shapiro, 2004; Drummond & Fischhoff, 2017). Nas pesquisas de Parsons e colegas (1999) e Gentzkow & Shapiro (2004), o primeiro com comunidades afro-americanas e o segundo em países muçulmanos, a relação entre a educação e as crenças em conspiração não se verifica.

Outras pesquisas sugerem também que pessoas com baixos déficits de literacia desempenham um papel importante na difusão e persistência da desinformação científica (Nyhan & Reifler, 2010; Krishna, 2017), nomeadamente pessoas ou grupos que estão muito motivados e mobilizados para uma determinada causa, mas têm escasso conhecimento e altos níveis de rejeição e negação dos argumentos científicos, apresentando «atitudes extremas, mas deficiente conhecimento e compreensão» sobre assuntos controversos (Kim & Krishna, 2014: 94). No entanto, para além da dicotomia entre leigos e cientistas, é necessário compreender como diferentes tipos de atores sociais, com diferentes papéis e níveis de literacia, participam neste processo. Entre os diferentes atores, algumas pesquisas têm destacado o papel das pessoas e grupos dos estratos mais privilegiados, como elementos das elites económicas e políticas. A pesquisa de Brulle e colegas

(2012) sobre a variação do nível de preocupação da população em relação às alterações climáticas, sugere que, de entre um conjunto de indicadores observados, são as posições expressas [*cues*] por membros da elite (líderes políticos, celebridades, artistas, etc.) que têm o maior efeito nessa variação, enquanto campanhas de divulgação científica têm apenas um efeito ténue. Sublinham também que embora a cobertura mediática exerça uma influência relevante, esta cobertura varia em função das posições expressas pela elite (Brulle, Carmichael & Jenkins, 2012). Também Paul Kellstedt (2003), estudando as atitudes sobre as questões raciais, considera que as posições expressas pela elite interagem com a cobertura mediática para moldar as atitudes coletivas.

Todavia, também a ideia de 'elite' não designa uma entidade homogénea. David Darmofal (2009) aponta para as divergências entre membros da elite política, e entende que «apesar da imprecisão das posições expressas por uma fação da elite política, muitos cidadãos seguiram estas em vez de as rejeitarem em favor de opiniões mais sustentadas da elite política da oposição», concluindo que a influência da dimensão científica é muitas vezes suplantada por considerações identitárias (p. 392).

Para além de investigar o papel das elites económicas e políticas nos processos de desinformação, é relevante perceber o papel dos mais escolarizados, aqueles que potencialmente compõem a elite cultural. Vários estudos sugerem que as pessoas mais escolarizadas são mais capazes de discernir posições expressas pela elite económica e política e, desse modo, as suas atitudes individuais tendem a coincidir de forma mais estreita com as dos grupos com que se identificam (Zaller, 1992; Malka et al. 2009; Borick & Rabe 2010). As pesquisas de Lawrence Hamilton sugerem que a capacidade preditiva de fatores como conhecimento em ciências, nível de escolaridade e nível de rendimentos é significativamente afetada pela orientação política para determinar tomadas de posição sobre questões controversas (Hamilton, 2008, 2010). Se os elevados níveis de escolaridade poderiam prever tomadas de posição consequentes com o melhor conhecimento científico disponível, Kellstedt e colegas (2008) sugerem que as pessoas com maiores níveis de escolaridade e mais confiança no conhecimento científico são as que expressam menos preocupação com o aquecimento global (Kellstedt, Zahran & Vedlitz, 2008), resultados corroborados por Kahan e colegas que mostram que os detentores dos «mais elevados graus de literacia científica e capacidade técnica não foram os mais preocupados com as alterações climáticas. Pelo contrário, eram aqueles entre os quais a polarização cultural era maior» (Kahan et al., 2012 :1). Caitlin Drummond e Baruch Fischhoff (2017), estudando a forma como os níveis de escolaridade se relacionam com a aceitação ou rejeição de evidência científica sobre temas controversos, apresentam resultados que sugerem que a escolarização pode levar a uma maior desconfiança sobre os resultados das pesquisas e até acentuar a polarização, afirmando que «o conhecimento científico pode facilitar a defesa de posições motivadas por preocupações não científicas» (Drummond & Fischhoff, 2017: 9587).

Estas conclusões alinham-se com os resultados que têm sido sugeridos pela investigação sobre cognição motivada (Nyhan et al., 2010, 2013; Ecker et al., 2014a; Schaffner & Roche, 2017). De forma resumida, a cognição motivada refere-se à propensão das pessoas lidarem de forma seletiva com informação, aceitando e recordando a informação que confirma crenças pré-existentes e rejeitando ou desconsiderando a informação que a contradiz (e.g.: Kunda, 1990; Redlawsk, Civettini & Emmerson, 2010). As pesquisas de Brendan Nyhan e colegas (2010, 2013), sugerem que quando as pessoas são confrontadas com informação que refuta as suas opiniões, isso é eficaz principalmente quando a informação é congruente com o seu sistema de crenças, mas podem ter o efeito de reforçar a opinião quando eram incongruentes com o seu sistema de crenças. Ullrich Ecker e colegas (2014a) desenvolvem pesquisas que «ao contrário de algumas investigações anteriores, constatamos que a eficácia do desmentido da desinformação não foi afetada por atitudes» e sugerem que quando «aceitar um desmentido não requer a mudança de atitudes subjacentes, esta não será rejeitada [mas] quando um desmentido entra em conflito com as atitudes subjacentes das pessoas, elas vão resistir-lhe» (Ecker et al., 2014a: 303). No mesmo sentido, Schaffner & Roche (2017), para compreender se havia fundamento na preocupação com os elevados níveis de desinformação relatados por académicos e inquéritos nacionais, investigam a forma como as pessoas reagiram imediatamente antes e depois da divulgação de informação politicamente divisiva, constatam que a crença em desinformação «parece ser impulsionada pela tentativa de os inquiridos lidarem com a informação de uma forma que preserve os argumentos avançados pelas direções partidárias (...) de uma forma que os ajude a preservar as suas identidades partidárias» (p: 94).

Há académicos que entendem que anos de ensino de uma ideia ambígua de 'pensamento crítico' «podem estar a ripostar», como aponta danah boyd[13] (2017: s/p). Numa tradição filosófica radicalmente ligada ao 'Esclarecimento' (Kant, 1784) que libertaria as pessoas das suas crenças e dos seus credos, o princípio de que 'devemos questionar tudo' (Russell, 1951) leva-nos a desconfiar da 'elite do poder' (Mills, 1956), do 'consenso fabricado' pelos mídia (Herman & Chomsky, 1988) que remete as vozes dissidentes à 'espiral de silêncio' (Noelle-Neumann, 1974). Neste contexto, questionar tudo é perguntar quem escreve as notícias e com que intenções, identificar jornais de má qualidade e procurar melhor informação, etc. Deste modo, o que se pede à escola é que ensine os alunos a questionarem tudo e que procurem fontes de confiança. Mas, diz, boyd

> ... nem todos concordam com o que é uma fonte de confiança (...) combine-se isto com uma profunda desconfiança dos mídia... Se os mídia estão a relatar alguma coisa, e não se confia neles, então tem-se a responsabilidade questionar a sua autoridade (...) Se eles fazem um enorme esforço para trazer "peritos" para argumentar que algo é falso, deve haver algo mais. (boyd, 2017: s/p.)

[13] A autora danah boyd, investigadora em tecnologia e redes sociais, fundadora e presidente do *Data & Society Research Institute*, escreve o seu nome em minúsculas, como explica na sua *a bitty auto-biography / a smattering of facts* (http://web.archive.org/web/20220122004617/http://www.danah.org/aboutme.html).

Esta investigadora pergunta se não é isso que as pessoas estão a fazer ao duvidar do senso comum, mas também das notícias, dos políticos ou dos cientistas, sublinhando que, fundamentalmente, «a dúvida é instrumentalizada» (ibid.). O papel da dúvida como «virtude democrática, que gera diálogo, diferendo e deliberação», diz Peter Dahlgren, dá lugar a «versões concorrentes de conhecimento e factos, gerando visões incompatíveis da realidade, cimentando e isolando bolhas discursivas incompatíveis e dificultando os processos de discussão política» (2018: 3).

Outra preocupação é expressa por Filipe Piedade e colegas (2020) quando advertem que é preciso uma atitude crítica face à noção de pensamento crítico de professores e alunos, pois há o «risco de se defender um tipo normativo de criticidade que se baseia na legitimação e reprodução dos sistemas políticos liberais já em vigor na maioria dos países ocidentais, e assim de promover a conformidade política e não a autonomia política» (p. 5).

Atendendo especificamente ao conceito de literacia científica, não existe uma definição consensual (Roberts, 2007; Carvalho, 2009). O conceito de literacia científica ganha relevância a partir da década de 50 do séc. XX, e tem sido debatido e reconsiderado, com implicações nos programas e práticas de ensino (Valente, 2002). Na década de 1960, a literacia científica era considerada desejável para aqueles que não iriam para o ensino superior, sendo a literacia científica um conhecimento científico menos completo do que a "ciência" (Hurd, 1958). Desde então surgem propostas que rompem com visões dicotómicas, entre mais escolarizados e menos escolarizados, e a literacia científica tem sido considerada desejável para todos, independentemente do nível e da área de formação (Shen, 1975; Thomas & Durant, 1987; Bybee, 1997). Benjamin Shen (1975), para dar conta do modo diversificado como a ciência se relaciona com o conhecimento e a prática quotidiana, propôs uma classificação em três categorias (prática, cívica e cultural), de acordo com o objetivo e o público-alvo dos programas educativos. Roger Bybee (1997) distingue diversos graus de literacia científica (nominal, funcional, concetual, multifuncional), argumentando ser impossível a um mesmo indivíduo estar preparado igualmente em todos os domínios científicos.

Outras perspetivas teóricas tendem a realçar a relação entre literacia científica e a cidadania (Thomas & Durant, 1987; Hurd, 1998; DeBoer, 2000; Aikenhead, 2006). Thomas e Durant (1987) definem a literacia científica como o conhecimento científico básico para ser capaz de interpretar e aplicar os processos e métodos da ciência na resolução de problemas quotidianos. Paul Hurd (1998) entende que a literacia científica é uma competência essencial da cidadania, que se refletirá na competência cívica de cada um a nível pessoal, social, económico e político. George DeBoer entende que esta literacia deve ser essencial no ensino para promover o uso do conhecimento científico pelas pessoas para tomar decisões como cidadãs e consumidoras (DeBoer, 2000).

Ora, quando as perspetivas sobre a importância da literacia científica e o ensino de ciência contam com mais de meio século de trabalho, os estudos que medem os níveis de literacia científica sugerem resultados inquietantes. Apesar do interesse dos governos no desenvolvimento da literacia

científica pela escola (*OCDE*, 2016, 2019; Martins, 2017; *CE*, 2022), não se regista um aumento significativo dos níveis de literacia científica entre os estudantes (Miller, 1998; Osborne, Simon & Collins, 2003, Marôco et al., 2015), e os estudantes do ensino superior, em particular, registam níveis de literacia científica pouco mais elevados do que a generalidade da população (Impey et al., 2011; Kühn et al., 2022)[14].

O conhecimento científico tornou-se fundamental na sociedade moderna. Os seus modos de inquirir e descobrir, mas também as suas aplicações técnicas, alteraram quer a forma como conhecemos e percebemos o mundo, quer as possibilidades de manipulação dos seus aspetos materiais. Deste modo, os processos das ciências adquiriram um papel central em todos os campos sociais, para identificar os problemas e informar as soluções (Knorr-Cetina & Mulkay, 1983; Latour, 1987, 1993; Nunes, 1996). Uma interligação entre ciência e sociedade manifesta-se nos modos como o conhecimento científico é produzido, comunicado e reconhecido. Ao modelo tradicional em que o conhecimento científico é produzido por cientistas e a sua transmissão ao público leigo é mediada pelos mídia de massa, contrasta-se o modelo de co-produção do conhecimento, que reconhece que especialistas e leigos estão envolvidos na construção e difusão do conhecimento científico (Collins & Pinch, 1998; Callon, 1999; Jasanoff, 2004; Grand et al., 2012; Wehrens, 2014).

A transmissão e discussão do conhecimento científico é um processo que se alarga a vários agentes sociais, com efeitos positivos e negativos pois, se por um lado, se assiste à democratização do conhecimento, por outro, opiniões pouco fundamentadas são difundidas como certezas (Prior, 2003; Ceccarelli, 2011; Roycroft-Malone et al., 2016). Contudo, um conjunto de pesquisas tem mostrado que a desinformação não advém apenas da forma como o público entende (ou não entende) a ciência, mas também sucede de práticas no campo científico (Scheufele & Krause, 2019; Cacciatore, 2021; West & Bergstrom, 2021), nomeadamente a intensa competição entre cientistas e centros de pesquisa; a consagração precipitada de artigos em pré-publicação; títulos sedutores para os mídia, mas enganadores no que toca ao conteúdo, etc. Em síntese, se «A ciência é a maior das invenções humanas para compreender o mundo, e funciona muito bem apesar destes desafios. Ainda assim, os cientistas competem por olhos, tal como os jornalistas» (West & Bergstrom, 2021: 1).

Neste contexto, os novos mídia vêm romper com a ideia de que os meios de comunicação são meros canais de transmissão, facilitando formas oblíquas de comunicação e participação. Com a era da internet surge a necessidade de desenvolver conceitos para dar conta de novas formas de participação e intervenção cívica e, a jusante, outro entendimento sobre a pessoa, a coletividade e as culturas. Desse modo, há uma convergência entre os vários modelos teóricos sobre as literacias, reconhecendo a sua interligação, onde se destaca a centralidade da cidadania e participação

[14] Vários académicos apontam para as limitações de estudos que medem a literacia científica, como os estudos do Eurobarómetro (UE) e do National Research Council (EUA), que tendem a privilegiar o conhecimento enciclopédico e descontextualizado (eg.: Wynne, 1995; Godin & Gingras, 2000, Lévy-Leblond, 2004; López Cerezo & Cámara, 2007).

democrática. Como afirmam Hobbs et al. (2013), neste novo ecossistema da comunicação «são necessárias novas competências para aceder, analisar, avaliar, criar e distribuir mensagens dentro de uma sociedade digital, global e democrática» (p: 5). Nesse sentido, Henry Jenkins e colegas (2006, 2009, 2016) têm defendido a ideia de que «uma cultura participatória está a emergir à medida que a cultura absorve e responde à explosão de novas tecnologias que possibilitam aos consumidores arquivar, comentar, corrigir e re-circular conteúdos mediáticos de modos novos e poderosos» (Jenkins et al., 2009: 8). Alguns académicos creem que

> ...os cidadãos com capacidade para participar, colaborar e expressar-se on-line têm mais hipóteses de se tornarem pensadores críticos, criadores e comunicadores, e agentes de mudança social: ajudando a capacitar vozes cívicas para o futuro sustentável, tolerante, e participado da democracia na era digital (Mihailidis & Thevenin, 2013: 1619).

Joseph Kahne e Benjamin Bowyer propõem o conceito de 'literacias de envolvimento digital' para descrever um subconjunto da literacia digital que engloba as «capacidades para criar, comentar e distribuir meios digitais» tidas por «capacidades essenciais no que diz respeito à voz da juventude sobre temas políticos» (2019: 213). A sua pesquisa sobre se oportunidades de aprendizagem destas literacias podem ou não fomentar a participação, sugere que esta aumenta significativamente a probabilidade de os jovens se envolverem em formas de atividade política on-line, sustentando que «se estas oportunidades forem proporcionadas a todos os estudantes, os educadores podem aumentar significativamente tanto a quantidade como a igualdade do envolvimento político online dos jovens» (p: 220). No entanto, constatam também que «existe uma desigualdade substancial quando se afere quem são os jovens que participam», pois, tendem a ser aqueles que «estão politicamente interessados e ativos, que possuem competências digitais, e que têm o ensino superior» (ibid.).

Emily Howell e Dominique Brossard (2021) entendem que, no contexto atual, não faz sentido separar o acesso ao conhecimento científico, a comunicação digital e os processos psicossociais de interpretação da informação. Propõe que o desenvolvimento da literacia científica requer uma combinação de três dimensões que atravessam o «ciclo de vida da informação científica», isto é, a forma como as pessoas utilizam, acedem e interpretam informação relacionada com a ciência: literacia científica cívica, literacia científica dos mídia digitais e literacia científica cognitiva (p. 1-8).

Posto isto, é necessário equacionar o quanto o debate sobre literacia mediática ou digital está a tratar de capacidades para a participação ou para o consumo, se se trata de promover a busca de conhecimento ou apenas a utilização; se os mídia digitais estão de facto a promover a religação entre culturas ou a deslaçar as ligações que formam as comunidades. Peter Dahlgren entende que «à medida que nos tornamos mais dependentes de informação digitalizada (...) a nossa crescente dependência dos nossos ecrãs significa que somos menos frequentemente deixados às nossas próprias habilidades para pensar, meditar e refletir» (2018: 4), concordando com Franco Berardi (2015) que entende que a transição do conhecimento mediado pela palavra e pelo face-a-face para o conhecimento mediado pelo digital e pelo distanciamento, envolve mudanças no uso da memória, da empatia, da sensibilidade, entre outros aspetos essenciais da subjetividade humana.

Assinala-se também que a relação entre literacia mediática e aumento dos níveis de participação e cidadania está, em boa medida, por estabelecer. Paula Lopes e Patrícia Ávila, num artigo onde investigam este tema em profundidade, entendem que se trata de '*wishful thinking*' pois «a relação entre literacia mediática e cidadania tem vindo a ser proclamada, de forma sistemática há décadas», mas «não existe qualquer evidência empírica robusta que prove que uma educação para os media (…) seja, por si só, garantia de maior envolvimento e participação política, social ou cívica» (2019: 29-30). Por outro, como McKenzie Wark (2019), Shoshana Zuboff (2019) ou Christian Fuchs (2020) têm vindo a apontar, a agência na 'cultura participatória' é enunciada em termos de 'utilizador' e 'consumidor', evidenciando que esta é fortemente determinada por corporações que procuram proventos económicos. Estas não se regem necessariamente pelos princípios da democracia e do desenvolvimento humano, e as suas atividades económicas exploram a participação on-line de forma drasticamente assimétrica. Como diz Wark, «se as antigas indústrias da cultura tiveram de fazer produtos que captavam a nossa atenção [as atuais] nem se dão ao trabalho de proporcionar entretenimento. Temos de nos entreter uns aos outros, enquanto eles cobram a renda» (2019: 2-3). E, recentrando no tema da desinformação, esta atividade económica, diz Wark, «prospera tão bem no ruído, na volatilidade, nas más informações, como com qualquer tipo de argumento ou razão» (p: 58).

4. A delimitação do problema de pesquisa

Em *A Ação Educativa Como Um Empreendimento Ético*, Rui Trindade (2012) desenvolve uma reflexão sobre o lugar da ética na educação escolar. Numa parte desse texto o autor esboça um conjunto de dilemas, relativamente novos, que se colocam à educação, em torno das tecnologias da informação e comunicação, escrevendo:

> Importa reconhecer que chegou o tempo de interpelar algumas das crenças que marcam o nosso quotidiano, como é o caso daquelas que, por exemplo, dizem respeito à informação que temos ao nosso dispor, a qual tanto pode ser um obstáculo à compreensão do mundo físico, social e cultural que nos rodeia (…) como pode ser um instrumento necessário à afirmação de uma presença mais curiosa, inteligente e solidária neste mundo. (Trindade, 2012: 36)

Um sumário destes dilemas apresentados por Trindade seria que as ditas tecnologias, criando oportunidades para a comunicação, «não permitem gerar, só por si, a ocorrência de aprendizagens mais substantivas» e não garantem, só por si, mais entendimento – quer no sentido da compreensão do mundo, quer na aproximação entre as pessoas e as culturas (Trindade, 2012: 36-37). Contudo, estas questões ficam por aprofundar, extravasando o tema nuclear do texto de Trindade. Assim, com a presente dissertação, pretende-se retomar estas reflexões que, se já eram urgentes, ainda mais se tornaram desde então.

De modo geral, a questão é que se as tecnologias da informação nos trouxeram novas oportunidades de acesso à informação, diluíram algumas barreiras à participação nos assuntos públicos e forneceram a infraestrutura para uma cultura comum à escala global, assiste-se também à

emergência de sectarismo, manipulação e exploração, que alguns académicos entendem como uma rejeição de valores democráticos (e.g.: Lukianof, 2012; McIntyre, 2018). Nesta perspetiva, é paradoxal que ao mesmo tempo que se alcançaram níveis de escolaridade cada vez mais elevados, que idealmente realizariam o aumento da(s) literacia(s) e capacitação para a participação cívica, assiste-se também à emergência de antagonismo à erudição e ao saber instituído da ciência, tudo interpretado como novas formas de ignorância que o ensino deve colmatar (e.g.: Lukianoff & Haidt, 2018; Rauch, 2021; Philipp-Muller, Lee & Petty, 2022).

Como exposto, a literatura sugere-nos que as pessoas com os mais elevados níveis de escolaridade tendem a não aderir a argumentos conspirativos ou sem evidência científica, mas são também mais propensas a adotar posições polarizadas, a suspeitar da evidência científica que desmente a sua opinião e a ceder à cognição motivada. Tendem a adotar posturas céticas, mas a dúvida também vem com um viés. Podemos então interrogar como as pessoas mais escolarizadas se envolvem na difusão de desinformação. Isto é, se a literatura que exploramos se debruça sobre o modo como os mais escolarizados recebem informação falsa, interessa-nos agora explorar o modo como algumas dessas pessoas tiram partido das suas credenciais académicas para lidar com informação que consideram perniciosa para o bem-comum.

Nesta pesquisa pretende-se compreender o modo como o sentido de 'desinformação' é construído numa disputa epistémica e como os atributos dos altos níveis de escolaridade e das profissões intelectuais e especialistas estão implicados no desenvolvimento de fenómenos de desinformação. A disputa epistémica sobre a 'verdade' das políticas da pandemia é também uma disputa sobre as credenciais legítimas para declarar essa 'verdade'. Ao analisar o modo como agentes que intervêm através dos mídia mobilizam mecanismos de (des)legitimação das partes envolvidas na controvérsia, procura-se compreender como o valor do capital atribuído às credenciais académicas e profissionais pode ser mobilizado tanto para desclassificar discursos como desinformação, como para legitimar discursos de desinformação. Assim, com a presente pesquisa, partindo dos argumentos expressos em notícias, reportagens e artigos de opinião que debateram nos mídia problemas sociais que emergiam em paralelo com a doença COVID-19, investigamos como noções de 'desinformação' são mobilizadas numa controvérsia e como as credenciais académicas e profissionais operam na resolução de disputas epistémicas pela 'verdade'.

Neste primeiro capítulo apresentamos o estado da arte das perspetivas sobre a desinformação, propondo uma classificação em quatro categorias: abordagem conceptual, abordagem psicossociológica, abordagem culturalista e abordagem normativa. Discutimos também as limitações destas perspetivas e o seu impacto nas políticas europeias e nacionais e a forma como estas perspetivam a educação. Por fim apresentamos uma delimitação do problema de pesquisa. No capítulo que se segue apresenta-se o racional teórico que enquadrou a pesquisa.

II. MODELO TEÓRICO: descida ao Maelström

1. A crise como fenómeno revelador e realizador

A Descent into the Maelström é um conto de 1841 do escritor Edgar Allan Poe. Nesta história, um homem conta como sobreviveu a um naufrágio num temível redemoinho, o Maelström, impulsionado pelo «mais terrível furacão que já saiu dos céus». Uma embarcação tripulada por dois irmãos foi apanhada no vórtice do Maelström. Um deles foi puxado e afogou-se. O outro foi levado à loucura pelo horror do redemoinho, que impelia o navio para o fundo. No início, apavorado, só via o terror à sua volta e temia a morte que se precipitava, mas, num momento de revelação, viu que o Maelström era um ser fascinante. Observando como os objetos à sua volta eram atraídos e repelidos, ele compreendeu o funcionamento do Maelström e largou o que acreditava ser o seu lugar, o navio, sendo projetado para fora do redemoinho, salvo horas depois por pescadores.

Este conto serve-nos de metáfora para pensar a crise epidémica. A rutura no quotidiano que nos apresenta a pandemia, é como o Maesltröm que, subitamente, nos puxa para o desconhecido que, tudo aponta, será violento e desagradável. No entanto, é quando se largam as ilusões da rotina, do 'mundo da vida' quotidiana, da 'ordem das coisas', que podemos ter algum momento de revelação sobre a natureza do turbilhão.

A aparente ordem e regularidade do quotidiano é por vezes sacudida pelo desconhecido. A esses eventos súbitos e disruptivos, como a depressão económica, as guerras, os desastres naturais ou as epidemias, chamamos crises. Estes acontecimentos são vividos coletivamente, confrontando as pessoas com experiências confusas, inesperadas e angustiantes. O sentido dessas experiências, porque vividas coletivamente, é também construído coletivamente, e essa construção de sentido será acompanhada por uma busca de explicações para a desordem vivida e respostas para o regresso à ordem.

A relevância do estudo das crises epidémicas pelas ciências sociais foi identificada pelo sociólogo britânico Philip Strong num ensaio intitulado *Epidemic Psychology* (Psicologia Epidémica)[15] em 1990, onde esboça uma teoria psicossocial das crises epidémicas. Tendo por referência a Peste de *Yersinia pestis* no séc. XIV e a epidemia de HIV/SIDA, propõe um modelo teórico para compreender as especificidades dos fenómenos psicossociológicos das epidemias.

---

15 O conceito de 'psicologia epidémica' é um pouco ambíguo, mas como referem Dingwall, Hoffman & Staniland (2013), o título é tanto enganador uma vez que 'psicologia' é usado aqui no sentido em que Gabriel Tarde ou Herbert Blumer o aplicaram nos seus estudos do comportamento coletivo. Isto é, Strong propõe um quadro teórico para compreender aspetos psicossociais e sociológicos que se desenvolvem num período de crise epidémica. Nas suas próprias palavras, trata-se de "uma primeira tentativa de formulação sociológica geral sobre os surpreendentes problemas que as grandes epidemias fatais parecem apresentar à ordem social" (Strong, 1990: 249).

Strong entende que a dinâmica psicossocial numa epidemia é análoga a «outras crises para além das de doença alicerçada nas propriedades fundamentais da linguagem e interação humanas» (Strong, 1990: 249). O filósofo francês Edgar Morin escreveu, em 1984, sobre a necessidade de uma 'crisologia', o estudo de momentos de crise[16] enquanto acontecimentos que potenciam possibilidades e mudanças, que podem revelar conflitos e contradições que geralmente são tidos como evidentes nas rotinas do quotidiano. Para Morin, a crise é um 'revelador' e um 'realizador'. Revela, subitamente, «a presença, a força e a forma daquilo que, em tempos normais ou em situações normais permanece invisível» e «nos ilumina teoricamente a parte submersa da organização social, as capacidades de superação e transformação». Enquanto fenómeno realizador, «a crise põe em movimento forças de transformação e pode, eventualmente, constituir um momento decisivo na mudança» (Morin, 1984: 159-162). Se Philip Strong se debruça sobre o que se sucede na crise e o que ela pode revelar, Edgar Morin pensa mais no que se segue à crise e no ela pode realizar.

Ambos os autores entendem a crise como um momento de transição, com potencial para romper com a ordem estabelecida. No entanto, se Morin considera que «a crise revela aquilo que estava encoberto, latente ou virtual, no seio da sociedade (ou do indivíduo) – os antagonismos fundamentais, as ruturas sísmicas subterrâneas, a marcha oculta de novas realidades» (Morin, 1984: 162), ou seja, o antagonismo e o conflito são propriedades inerentes à realidade social – Strong tem um entendimento diferente. Com o trabalho que vinha a realizar, procurava ultrapassar os vieses morais que entendia existirem tanto nos discursos populares como nas abordagens teóricas neste campo (e.g. Frankenberg, 1988; Rosenberg, 1989), que tendem para visões maniqueístas da sociedade[17], que têm uma visão dual da natureza humana na qual chocam extremos absolutos e incompatíveis. Nesta visão, à superfície, em tempos normais, as pessoas são racionais, mas, no seu âmago, esta racionalidade «esconde uma massa de impulsos sombrios e desagradáveis» que emerge e domina em tempos de crise. Afastando a visão maniqueísta, que opõe o racional ao emocional, socorre-se do trabalho de Alfred Schütz (1945) para quem «não se trata de racionalidade nem de irracionalidade, mas sim de rotina» (Strong, 1990: 257). As crises põem em causa o que até então é incontroverso, «a maior parte do tempo, no monótono desenrolar da vida quotidiana, a perceção dominante é de ordem. Mas, de vez em quando, o caos irrompe de maneiras inesperadas e

[16] Edgar Morin entende que existe uma crise do conceito de crise. Em todos os domínios da vida se atravessam 'crises', a crise do capitalismo, a crise da família, a crise dos valores, a crise da ciência, etc. Entende, portanto, que é necessário às ciências sociais repensarem o conceito de crise pois "este conceito está hoje demasiado difundido, vulgarizado, indefinido e pouco operativo" que, ao generalizar-se, diz Morin "tornou-se uma palavra tão crua e vazia, que, em vez de despertar, contribui para entorpecer (…) e perdeu toda a sua capacidade explicativa". Propõe uma criseologia para "elevar a crise ao nível de macroconceito rico e complexo que contenha em si uma constelação de conceitos". (Morin, 1984: 160-172).

[17] Este quadro teórico baseia-se num ensaio publicado em 1990 por Philip Strong, parte de um trabalho de investigação em curso baseado em entrevistas a alguns participantes-chave nos primeiros anos da história do SIDA na Grã-Bretanha. Malogradamente, o autor viria a falecer pouco depois, em 1995, e a investigação ficou por concluir.

surpreendentes», nas epidemias, nas revoluções, nas crises que põem em causa a solidez das estruturas sociais (p: 256).

2. Perturbações psicossociais das crises epidémicas

Philip Strong identifica que numa epidemia o contágio assume um amplo conjunto de formas, para além da infeção propriamente dita, envolvendo três ideais-tipos de epidemias psicossociais, conexas e implexas: uma epidemia de medos, uma epidemia de explicações e uma epidemia de ações (1990: 252).

A epidemia de medos manifesta-se em suspeição, irracionalidade e pânico. O medo do contágio traduz-se numa suspeição desmedida do «contacto com tudo e todos» de modo que «todo o ambiente, humano, animal e inanimado é tido como potencialmente infecioso». Quando fala sobre 'irracionalidade', Strong refere-se a um medo excessivo, paradoxal e desproporcionado, dando como exemplo a onda de pânico no Japão em 1987, quando havia um único caso confirmado de SIDA no país. Não se trata da 'irracionalidade dos ignorantes'. De facto, sublinha particularmente que «pânico e irracionalidade podem afetar até aqueles que estão, nominalmente, mais bem informados sobre a doença», e refere como médicos experientes ficavam melindrados quando encontravam o seu primeiro paciente com o SIDA (1990: 253).

Quanto à epidemia de explicações, Strong (1990) percebe que esta passa por duas fases: a indeterminação e depois a convicção. Numa primeira fase, nos estágios iniciais da epidemia, há uma desorientação generalizada, volatilidade das crenças e interpretações, ou seja, «quando uma doença é novidade, podem surgir centenas de teorias diferentes sobre a origem da doença e os seus potenciais efeitos. Muitas destas são profundamente morais por natureza» (:254). Caracteriza-se por uma grande incerteza sobre o que fazer e o que pensar sobre a doença e o contágio, oscilando entre a sua trivialização ou um alarmismo desmedido sobre os riscos do contágio.

Na fase seguinte dá-se um processo que Strong compara com a conversão religiosa. Confrontadas com questões existenciais sobre as origens e as razões da doença, algumas pessoas creem ter a solução para os problemas, «tornam-se messiânicas e apressam-se a avisar os outros (…) visando educar e converter outras pessoas». À falta de formas de atuação instituídas nas rotinas coletivas «milhares de convertidos podem aparecer de todas as partes da sociedade, cada qual com o seu próprio plano de atuação» (p: 254). Em sentido idêntico, Morin diz que «os perigos da crise suscitam, em reação, grandes esperanças num devir melhor, numa solução final e radical, de esperança absoluta», uma crença no «messianismo da salvação que alimenta, amplia e desenvolve na crise a dimensão mitológica já presente em todos os assuntos humanos» (1984: 168). Mas a crise, diz Morin, indica também a insuficiência do conhecimento. Representa uma retração nas certezas do saber consolidado e potencia o avanço do conhecimento, e um desafio aos pressupostos 'tidos-por-certos', e as bases para uma nova epistemologia (p: 169).

A epidemia de ações, entende Strong, é marcada pela moralização e estigmatização. Surge com a rutura e desorientação que estas crises produzem, férteis não só para a disputa moral, mas também para «todo o tipo de empreendedores morais. Para qualquer pessoa que já esteja numa missão para mudar o mundo, uma epidemia é uma nova oportunidade para a mudança e conversão» (p: 254). Por outro lado, diz Strong, neste momento da crise psicossocial «lidamos aqui com o mágico e o tabu, não somente com quarentena» (ibid.). O messianismo passa ao «furor e 'sururu' de controvérsia intelectual e moral», numa 'praga de convertidos' cada qual com o seu plano de ação, as suas estratégias e meios para enfrentar a epidemia, pelo que «ferozes controvérsias morais podem abater-se sobre uma sociedade» (ibid.). Morin entende que a crise «convida à busca de soluções, cada vez mais radicais e fundamentais», isto é, encerra também o potencial para a revolução (1984: 169). Na crise, diz, «estimulam-se simultaneamente os processos quasi-neuróticos (mágicos, rituais e mitológicos) e os processos inventivos e criativos (…) que se enfrentam, entrecruzam, invetivam e interpelam (…) em processos extremamente ricos que se influenciam e se destroem mutuamente na desordem» (ibid.).

Philip Strong coloca a linguagem no centro do seu modelo, pois entende que esta tem um papel fundamental na estruturação das sociedades, «a capacidade para a linguagem molda a nossa existência individual e coletiva (…) cria a possibilidade para a ação uniforme, por vezes coordenada», desde as relações face a face às inter-relações de milhões de pessoas (Strong, 1990: 256). Portanto, tal como a doença, a crise «também se pode contagiar rapidamente de pessoa para pessoa tendo desse modo um grande impacto coletivo e individual» (p: 251), mais ainda através dos mídia de massas, pois «a capacidade da linguagem significa que o medo se pode transmitir rapidamente, até instantaneamente (como pela televisão) através de milhões de pessoas e de sociedade para sociedade» (p: 258).

3. Ordem, rutura e mudança social

Um aspeto em que o quadro teórico de Morin se distingue de Strong é a sua perceção de que a crise pode ter uma dimensão valorizada positivamente, senão por todas, por algumas pessoas. Ambos, concordam que a crise é uma rutura, que apresenta desafios à 'ordem'. Se Strong afirma que «a psicologia social particular produzida por uma epidemia de larga escala [pandemia] potencia um colapso, ainda que breve, da ordem social convencional» (1990: 255), Morin diz que «em situações normais, o predomínio dos determinismos e das regularidades não permite agir mais do que dentro de margens extremamente estreitas» (1984: 169). Se existe uma ordem social que a crise vem abalar, esta define-se em relação a períodos de estabilidade relativa, isto é, «é necessário um antes e um depois mais ou menos normais» (p: 171).

Uma crise, diz Morin, apresenta duas facetas, uma é a possibilidade de regressão e a outra a possibilidade de progressão. Na regressão «o sistema perde em complexidade e flexibilidade (…) a perda das qualidades mais ricas, as liberdades». Na progressão «o sistema adquire qualidades e

propriedades novas, ou seja, uma maior complexidade» (1984: 170). Em qualquer dos casos, é a atual ordem das coisas, e as posições e distribuições que ela assegura, que estão em causa. Para Morin, o potencial realizador da crise está em aberto, a vida das sociedades não se concebe como um processo linear, antes é marcado por descontinuidades e ruturas e «há que ultrapassar a ideia de que a evolução é um processo continuo que flui para diante» e a crise cria condições para o desenvolvimento de estratégias audazes e inventivas, ampliando o espaço de decisões de onde pode emergir um conjunto novo de possibilidades (1984: 171).

No contexto da crise, diz Edgar Morin, as relações entre indivíduos e grupos vão sofrer reconfigurações, alianças e oposições, emergindo discursos de solidariedade cooperativa – 'estamos todos juntos' – mas também de solidariedade sectária – 'nós vs eles'. Morin entende que os antagonismos são aspetos característicos de qualquer organização social complexa, mas que na crise se evidenciam e atualizam (Morin, 1984: 166).

Com a ideia de 'empreendedores morais', Philip Strong aponta-nos para os trabalhos de Howard Becker e Stanley Cohen, fundamentais para o nosso entendimento do fenómeno analisado. A disputa epistémica pode ser caracterizada como o confronto entre diferentes empreendedores morais (Becker, 1963) que demonizam os seus adversários como ameaça à ordem (Cohen, 1972). Os movimentos de protesto acusados de propagar a desinformação, que se organizam nas redes sociais, são, de modo geral, identificados como uma ameaça à ordem levada a cabo por grupos perigosos. Por seu turno, também estes grupos se consideram escudados em valores de dever e justiça quando se insurgem contra um mal que identificam como uma ameaça à ordem.

Howard Becker afirma que «as regras são o produto da iniciativa de alguém e pode-se pensar nas pessoas que realizam esse empreendimento como 'empreendedores morais'» (Becker, 1963: 147). Becker debruça-se sobre dois tipos de 'empreendedores morais': (a) os proselitistas morais - pessoas criadoras de regras; e (b) os protetores da lei - pessoas que zelam pela aplicação das regras. O «protótipo dos criadores de regras é o cruzado reformista» para quem existe um mal que o perturba profundamente, que é a raiz dos problemas da sociedade, e as regras ou leis vigentes têm de ser mudadas (Becker, 1963: 148-149). Mobiliza-se por uma forte crença de que a sua missão é sagrada, procurando converter outras pessoas para a sua causa e o seu objetivo é estabelecer um novo ordenamento jurídico de acordo com a sua própria moral. Por seu turno, a pessoa protetora das regras, cujo arquétipo é a polícia ou outra superintendência da lei, não está particularmente interessada na moral que dá origem à lei. O seu papel existe porque existe a lei, que «lhe providencia um emprego, uma profissão e uma *raison d'être*». (Becker, 1963: 156-157). Neste processo, Becker compreende que o desvio é contingencial. As regras determinam comportamentos desviantes e os grupos sociais a quem se atribuem esses comportamentos são, assim, considerados marginais.

Stanley Cohen (1972), desenvolve o modelo de Becker (1963), investigando o modo como algumas formas de desvio são contruídas, principalmente através dos mídia, por discursos de

proselitismo moral. Com o conceito de pânico moral Cohen procura compreender os processos sociais pelos quais se constroem identidades desviantes, identificando uma relação entre empreendedores morais e mídia. Cohen define pânicos morais como episódios em que «pessoas ou grupos de pessoas emergem sendo definidos como ameaças aos valores e interesses societais». Essas pessoas são percebidas como 'demónios populares' [folk devils][18] que adotam práticas contrárias aos valores tidos por fundamentais à ordem social, sendo por isso rotulados como desviantes (Cohen, 1972: 1). Este processo é desencadeado por «editores, clérigos, políticos e outros», como proselitistas morais, que vão considerar certos comportamentos como perniciosos para toda a sociedade e que, portanto, é urgente corrigir (ibid.). Estes empreendem uma campanha de alerta, dirigida à sociedade em geral, e de pressão, sobre as instituições de decisão e regulação, para demover os demónios populares. Cohen entende que a campanha extravasa a esfera pessoal do proselitista quando conta com o apoio de «peritos socialmente acreditados que emitem os seus diagnósticos e soluções» para a ameaça, e dos mídia, que apresentam a causa «de forma estilizada e estereotipada». (1972: 2-3). Para Cohen os mídia de massa têm um papel central na formação dos pânicos morais. Um acontecimento pontual e localizado é amplificado pelos mídia, sendo então percebido como ameaça a toda a ordem social. Isto acontece quando, ocasionalmente, há uma convergência entre as notícias, os debates parlamentares e a mobilização de ativistas expressando indignação em relação a um acontecimento, uma prática e/ou um grupo social. Estes agentes sociais, diz o sociólogo, «derivam do mesmo estrato de moralidade política (…) e têm um ritmo e lógica semelhantes» e são bem-sucedidos quando encontram «pontos de ressonância com ansiedades mais amplas» (Cohen, 2011: xxxvii).

Edgar Morin entende que a crise é um conjunto de interações dialéticas «bloqueios e desbloqueios, efeitos de feedback negativos e positivos, antagonismos e solidariedades, mal-entendidos, buscas práticas e mágicas e soluções no plano físico e no plano mitológico» (1984: 167). Se por um lado a crise pode levar a «um desbloqueio das atividades intelectuais (…) para a correção do conhecimento insuficiente ou falseado, em oposição a uma ordem estabelecida e sacralizada, para a inovação e criação», por outro lado, na ambiguidade radical da crise, «a busca de uma solução adquire aspetos mágicos, míticos e rituais» (id.:168). Por sua vez, Phillip Strong entende que «a linguagem cria a possibilidade da ciência e da tecnologia», mas também «da religião e magia» e, deste modo, é determinante dos meios com que se podem endereçar os problemas colocados pelas

[18] Ao traduzir 'folk devils' como 'demónios populares' perdem-se nuances do termo na língua inglesa que aqui se dá nota. 'Folk' é um termo que alude ao mesmo tempo à ideia de povo, comunidade e cultura popular, mas também a um conjunto de valores como a ingenuidade e a simplicidade da crença (naïve), o costume, a tradição e as práticas ancestrais, tidas como substratos identitários do 'povo'. Portanto, associado ao termo 'devils', falamos de algo que se inscreve no imaginário popular como uma ameaça que se opõe ao costume e tradição e que, por isso, tem um efeito pernicioso sobre os valores e crenças sobre a ordem social e é tido como contrário à estabilidade da comunidade.

epidemias, pelo que «diferentes sociedades podem ter diferentes preferências, diferentes estruturas e meios ao seu dispor». Strong frisa que se trata de cultura e não de natureza humana, «na base de tudo isto estão as palavras e não os genes» (1990: 258).

Deste modo, a 'epidemia de medos' e 'epidemia de explicações' podem precipitar o proselitismo moral, gerando uma onda de ativismo exigindo medidas sociais, tanto para o controlo da propagação da doença como para o controlo das perturbações psicossociais, que, entende Strong, ameaça os códigos de conduta; invade a privacidade e limita fortemente as liberdades como a mobilidade, o comércio, a reunião, a liberdade de expressão, etc., e «os próprios tratamentos podem ser considerados por alguns como anti-éticos» (Strong, 1990: 254-255).

Com estes contributos podemos construir um quadro teórico consistente para analisar as controvérsias que emergem em períodos de crise. As controvérsias são fenómenos sociais, transversais a todas as sociedades e contextos da vida humana, tanto na esfera privada quanto pública, tanto no quotidiano como na política, arte, ciência, etc. Podem, no entanto, manifestar-se num espectro, desde as mais serenas e sensatas, às mais virulentas e agressivas, que Marcelo Dascal define sob três formas: as disputas, as controvérsias e as discussões (2001, 2008). A discussão é «a forma idealizada de um debate científico. O seu objetivo é determinar qual das posições em confronto é verdadeira, a outra sendo forçosamente equivocada», e resolve-se pela demonstração (Dascal, 2008: 31). A disputa é o tipo diametralmente oposto à discussão, pois o debate não se dirige a um problema, mas sim a juízos de valor ou sentimentos sobre o tema divisivo e a legitimidade da parte adversária para o debater, e resolve-se pela dissolução (Dascal, 2001: 315). Por fim, Dascal introduz a noção de controvérsia, em sentido restrito, entre estes dois extremos, em que participantes «acreditam que acumulam solidez às suas posições apontando objeções aos argumentos adversários, levando assim, se não a decidir o assunto em questão, pelo menos a inclinar o "equilíbrio da razão" a seu favor», e se resolve pela conceção de compromisso (2001: 315). Definimos a disputa epistémica do mesmo modo que Dascal define 'disputa', isto é, uma troca polémica onde os participantes não aceitam que os outros dominem os procedimentos necessários à validação dos argumentos, que só termina se for dissolvida. Esta dissolução acontece pela intervenção de uma entidade externa ao debate, mas isso não altera a crença dos debatentes na justeza e correção das suas posições (p: 315).

No contexto de crise, os governos promovem uma interpretação oficial, que enforma a interpretação dominante, para justificar as políticas que implementam. No entanto, as ações, consideradas urgentes e inevitáveis por uns e excessivas e despóticas por outros, vão ser defendidas intransigentemente pelos agentes que se organizam em fações, e procuram persuadir outros para a sua causa. A institucionalização de uma interpretação oficial poderá ser rejeitada por agentes que não reconhecem a autoridade e legitimidade desta interpretação. Esta dicotomia de crenças forma uma polarização, que se manifesta em disputas epistémicas onde as posições adversárias são classificadas

como eticamente e moralmente erradas e ameaçadoras do bem comum. A única solução possível é a purga dos insurgentes e a vitória dos dominantes.

4. Síntese do modelo teórico

Neste capítulo apresentamos as referências teóricas de enquadramento da pesquisa, que se passa a sistematizar (tab. 1).

<table>
<tr><td rowspan="7">ORDEM</td><td colspan="4">Rotina</td></tr>
<tr><td colspan="3">Incidente</td><td>Emergência do desconhecido</td><td>Disrupção das práticas e representações da ordem estabelecida (ameaça à rotina)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Investigação</td><td>Constatação do desconhecido</td><td>Primeiras interpretações do desconhecido</td></tr>
<tr><td colspan="3">Comunicação vertical (mída-unidirecionais de massa)</td><td>Publicitação da constatação (comunicação social)</td><td>Tradução das primeiras interpretações na forma de ‘facto’</td></tr>
<tr><td colspan="3" rowspan="3">Comunicação horizontal (auto-comunicação de massa)</td><td rowspan="3">Constituição de redes de comunicação e interpretação do ‘facto’</td><td>Voluntarismo (procura e partilha de informação)</td></tr>
<tr><td>Expectativa</td></tr>
<tr><td>Trivialização (indiferença, inação, alheamento)</td></tr>
<tr><td rowspan="19">CRISE</td><td rowspan="9">Perturbação de medos</td><td rowspan="6">Perturbação de explicações</td><td rowspan="13">Perturbação de ações</td><td rowspan="2">Suspeição</td><td colspan="3">Da origem da doença (onde começa o contágio)</td></tr>
<tr><td colspan="3">De si, dos outros e do meio (vetores de contágio)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Pânico</td><td colspan="3">Alarmismo (catastrofismo, fatalismo, urgência)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Volatilidade (oscilação entre excesso de cuidado e trivialização do risco)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Irracionalidade (expressão de crenças díspares, erráticas, infundadas ou paradoxais)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Convicção</td><td rowspan="2">Instituição de uma interpretação dominante</td><td rowspan="2">Controvérsia (disputa epistémica)</td><td>Aceitação dogmática da interpretação dominante</td></tr>
<tr><td>Rejeição dogmática da interpretação dominante</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Moralização (proselitismo moral)</td><td colspan="3">Demonização (atribuição de culpas; identificação de ameaças)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Estigmatização (isolamento, segregação, diferenciação física)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Messianismo (crença em indivíduos redentores e explicações salvíficas)</td></tr>
<tr><td rowspan="4"></td><td rowspan="2">Solidariedade</td><td colspan="3">Cooperação (solidariedade entre pessoas e grupos)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Sectarismo (solidariedade voltada para o próprio grupo)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Regulação</td><td colspan="3">Prescrição (profilaxias, terapias e curas)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Proscrição (expiação, purga, punição exemplar)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Transformação</td><td colspan="3">Regressão (recuo de direitos, liberdades e garantias)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Progressão (novos direitos, liberdades e garantias)</td></tr>
<tr><td>ORDEM</td><td colspan="4">Rotina</td></tr>
</table>

Tabela 1: Quadro síntese das dimensões psicossociais das crises epidémicas

Num primeiro momento há um incidente, a emergência do desconhecido, que conduz à disrupção da rotina. Pela investigação do incidente há inicia-se a procura da sua interpretação e a sua comunicação, pelas instâncias de governo e/ou especialistas, através de mída-unidirecionais de massa (mídia convencionais). A comunicação horizontal, através de redes de auto-comunicação de massas (mídia

sociais), vai espoletar a formação de redes de comunicação e interpretação do 'facto', com respostas de voluntarismo na partilha de informação, mas também de expectativa ou de trivialização do incidente.

Segue-se a perturbação de medos, que se manifesta por comportamentos de suspeição sobre a origem da doença e dos vetores de contágio, e comportamentos de pânico (alarmismo, volatilidade e irracionalidade), de onde emerge a perturbação de explicações, com a expressão de apoio a interpretações díspares, erráticas, infundadas ou paradoxais.

Com a instituição de uma interpretação dominante (pelas instâncias de governo, especialistas ou o consenso da maioria) consolida-se a perturbação de explicações. A fase da convicção é o momento em que o tipo de controvérsias que analisamos emerge na crise epidémica: quando surgem posições antagónicas de aceitação ou rejeição dogmáticas sobre a interpretação dominante. Emergem convicções divergentes que polarizam as crenças ('nós' versus 'eles'). Estas conduzem à fase de moralização e proselitismo moral, que se manifesta em comportamentos de demonização e estigmatização de pessoas ou grupos considerados perigosos, e pela crença em pessoas ou grupos salvadores e explicações salvíficas (messianismo). Porém, a crise também permite a formação de formas de solidariedade, entre a cooperação inclusiva entre pessoas e grupos, e o sectarismo onde a solidariedade está voltada para o próprio grupo. Aqui a crise epidémica é marcada pela perturbação de ações.

A perturbação de ações manifesta-se pela procura de regulação das controvérsias, manifestando-se pela prescrição (de profilaxias, terapias e curas) e a proscrição (a purga e punição exemplar dos insubmissos). Esta fase anuncia a resolução da crise e das controvérsias. Esta resolução concretiza-se pela regulação (pelas instâncias de governo, dirigentes, sistema judicial, autoridades sectoriais, etc.), em que uma das posições em antagonismo monopoliza a definição de 'verdade'. Este processo de regulação e resolução das crises fornece condições de mudança social acelerada, transformando as instituições e a ordem social, podendo conduzir a uma regressão ou uma progressão na solidariedade entre os membros da comunidade (por exemplo, na equidade, na justiça, na inclusão, etc.).

Esta pesquisa procura dar um contributo para compreender como a crise epidémica se desenvolve, particularmente nas fases de convicção e moralização, onde emergem os fenómenos de controvérsia.

No próximo capítulo pormenoriza-se o método, define-se o objeto de pesquisa e apresentam-se considerações sobre a ética da pesquisa com documentos recolhidos on-line.

III. METODOLOGIA

1. Considerações sobre o método

Nesta investigação foi usado o método da análise temática (Braun & Clarke, 2006), de modo a analisar textos publicados na imprensa e mídia sociais, produzidos por médicos, jornalistas e colunistas, que representam a controvérsia travada entre si sobre as políticas governamentais na pandemia de SARS-COV-2. Os textos, que englobam artigos de opinião, entrevistas e transcrições de conferências de imprensa, intervenções em manifestações de rua e podcasts, foram publicados entre 29 de agosto de 2020 e 13 de fevereiro de 2021. Neste capítulo pormenoriza-se o método de pesquisa, o trabalho de pesquisa exploratório, a definição do objeto de pesquisa e a constituição do *corpus* de análise, e apresentam-se considerações fundamentais sobre a ética da pesquisa com documentos recolhidos on-line.

A análise temática, como concetualizada por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) é uma técnica que visa identificar padrões de sentido num *corpus* de dados com o objetivo de responder a questões de pesquisa. Há várias abordagens a esta técnica, mas de modo geral baseiam-se numa sequência de procedimentos de imersão, codificação e identificação de temas recorrentes num conjunto de textos, imagens, filmes, etc.

A imersão, também chamada de familiarização, refere-se a uma leitura iterativa dos textos com o objetivo de apreender todos os seus detalhes. Trata-se de um processo moroso e que, em boa parte, não é padronizável pois depende de texto para texto e de pesquisador para pesquisador.

A codificação é um processo de «esquartejamento do texto e do seu sentido imediato» pelo qual se relevam outros sentidos interpretados pelo pesquisador (Amado, 2000: 56). Isto é, se um texto possui uma coerência e lógica interna, a codificação é o processo de captação concetual dos seus aspetos implícitos, «é uma sequência de fragmentos cortados e o esquartejamento de uma unidade de sentido que dá lugar, sub-repticiamente, a outros sentidos» (Pais, 1993: 86).

A tematização é o resultado da análise temática. Trata-se do desenvolvimento de uma interpretação dos dados através de temas, enquanto categorias conceptuais analíticas, apresentadas de modo narrativo. Em suma, o objetivo último da análise temática é responder às questões de pesquisa contando as histórias identificadas nos dados.

As autoras desenvolvem o método, especificando a análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2016, 2019), que enfatiza o papel constitutivo do discurso nas práticas e representações sociais. Trata-se de um método de análise que procura identificar os cambiantes e sentidos múltiplos do discurso sobre aspetos particulares de realidade social, desenvolvendo as propostas de Richard Boyatzis (1998) e Klaus Krippendorff (2004), e que as autoras consideram convergente com a análise do discurso proposta por Gary Taylor e Jane Ussher (2001). O processo de análise parte de um nível concreto e explícito dos textos (excertos de texto e descrição simples dos acontecimentos e

afirmações) e, através da identificação de padrões de sentido organizados em categorias de análise (codificação), chega a um nível abstrato e implícito de interpretação em torno de conceitos nucleares (temas) que identificam nos textos uma história rica, coerente e significativa, para responder aos objetivos de investigação.

Braun e Victoria (2016, 2019) identificam seis diferentes abordagens à análise temática, que podem ser usadas em diferentes combinações. Uma abordagem indutiva, em que a codificação se processa a partir do conteúdo dos textos, ao passo que uma abordagem dedutiva predefine, pelo menos em parte, os códigos a observar nos textos. Numa abordagem semântica o processo de construção de temas reflete a estrutura de significados explícitos no conteúdo dos textos, enquanto numa abordagem latente se procuram as subjetividades e assunções subjacentes às declarações dos sujeitos. Por fim, numa abordagem essencialista admite-se que os dados descrevem uma realidade assumida como evidente nos discursos, ao passo que numa abordagem construcionista se observa o discurso como ato de construção de sentido.

Nesta pesquisa adota-se uma abordagem fenomenológica, considerando que os sujeitos constroem discursivamente a realidade nas práticas quotidianas, através da comunicação como ato performativo, mas estão envolvidos numa realidade que assumem como evidente, tida-por-certa, que se torna real nas suas consequências. Adotamos uma combinação de procedimentos indutivos e dedutivos (parte-se para a análise com algumas categorias *a priori*, mas admitindo a identificação de categorias *a posteriori*), procurando identificar sentidos implícitos e o modo como a comunicação constrói os atributos do discurso.

2. Procedimento metodológico e delimitação do objeto de estudo

O processo para definir claramente o objeto de estudo foi marcado por uma progressiva imersão no fenómeno em estudo. Se as inquietações de partida existiam, a sua tradução em questões teórico-empíricas e empírico-teóricas não foi um processo linear. Cedo na pesquisa se balizou o estudo às questões da desinformação em torno da pandemia, mas é à medida que se explorou a literatura que as múltiplas dimensões do problema vão formando um lastro que, em vez de propalar a pesquisa, a estagnavam. Se nos textos de imprensa que espoletam o meu interesse pelo tema estava implícito o objeto de estudo, tive necessidade de sustentar pela imersão empírica as impressões que daí surgiam. Assim, passa-se a expor detalhadamente esse processo de delimitação do objeto de estudo, que envolveu diferentes etapas analíticas.

Num primeiro momento da pesquisa, entre janeiro e fevereiro de 2022, procedeu-se à compilação de textos on-line (e.g.: notícias, artigos de opinião, publicações em blogues e websites) publicados em Portugal sobre desinformação no contexto da pandemia COVID-19. Para a compilação destes materiais usou-se um método de bola de neve, pelo qual sucessivas iterações de

dados permitiram conhecer diferentes dimensões do objeto de estudo e suportar a tomada de decisão para a construção do *corpus* de análise.

Partiu-se de uma primeira recolha com a ferramenta *Search Engine Scraper*[19] que permite parametrizar e recolher os URLs (Uniform Resource Locators) apresentados por um motor de busca numa consulta (*query*) por um dado termo ou conjunto de termos. A ferramenta permite escolher qual a língua, a região, o domínio (.pt, .com, .org., etc.); o período temporal a analisar e um máximo de mil resultados a compilar. Neste caso, usou-se o motor de busca Google; o termo de consulta consistiu num conjunto de palavras-chave articuladas por operadores booleanos: *(covid | corona | pandemia) AND desinformação*[20]. Restringiu-se a recolha a sites registados em Portugal, em língua portuguesa e com o domínio pt.; o período temporal foi definido para 01/01/2020 a 31/12/2021; e definiu-se um máximo de 300 resultados a devolver. A consulta realizou-se no dia 22/01/2022 tendo a ferramenta devolvido 202 resultados. A ferramenta possibilita exportar os dados em vários formatos, tendo-se optado pelo formato CSV (coma separated values) para então tratar os dados numa aplicação de folha de cálculo.

Para a análise dos textos assim recolhidos aplicou-se a técnica de 'leitura distante', como definido por Franco Moretti (2013), que entende que analisar o imenso volume de textos produzidos na internet exige uma abordagem diferente da leitura extensiva e imersiva, preconizada pela análise de conteúdo convencional. Moretti afirma que «pagamos sempre um preço pelo conhecimento teórico: a realidade é infinitamente rica», e propõe que se faça uma 'leitura distante', para apreender ideias-chave mais do que compreender sentidos complexos do texto, que possa abarcar a comunicação on-line como um sistema complexo e pensar a análise em «unidades muito menores ou muito maiores que o texto» (2013: 48-49). No mesmo sentido, Simon Lindgren entende que «a leitura distante exige que o pesquisador esteja preparado para se afastar da leitura próxima convencional para poder apreender conjuntos maiores de dados, e também perder algum grau de detalhe qualitativo por causa disso.» (Lindgren, 2018: 445).

Deste modo, o passo seguinte consistiu em triar os dados recolhidos, apurando se efetivamente cumprem os critérios definidos, se são adequados aos objetivos de pesquisa, e adicionar informação descritiva para referenciar o site e o tipo de item a que cada URL se refere. Foram excluídas publicações que não versavam sobre a relação de desinformação com a pandemia; resultados duplicados; outros elementos característicos de páginas web como indexadores de notícias e títulos

[19] A *Search Engine Scrapper* é uma ferramenta desenvolvida pela *Digital Methods Iniciative* da Universidade de Amsterdão desenhada para recolher os resultados de pesquisa de um motor de busca, devolvendo uma lista de URLs que este apresenta dados os termos de pesquisa. Uma descrição detalhada e os procedimentos para a sua instalação e utilização estão disponíveis em https://wiki.digitalmethods.net/Dmi/ToolSearchEngineScraper.

[20] O separador "|" significa "ou", os parênteses definem um conjunto e o operador "AND" conjuga o conjunto entre parênteses com o termo "desinformação".

de notícias, que não são os próprios textos, mas apenas hiperligações para os mesmos. Com este processo foram validadas 167 entradas para análise. Com a leitura distante e abrindo hiperligações nos textos analisados, identificaram-se 23 novos textos que se adequavam à base de dados e que, portanto, foram adicionados, totalizando 190 entradas[21].

Estes documentos foram classificados numa tipologia de dez categorias: *anúncio, artigo académico, comentário/opinião, entrevista, informação institucional, notícia, palestra, tutorial, verificação/desmentido*, e *outro*. Uma análise de frequências (graf. 1) permitiu identificar que uma grande proporção dos textos desta base de dados são publicações em mídia convencionais (notícias, entrevistas, comentários/opiniões).

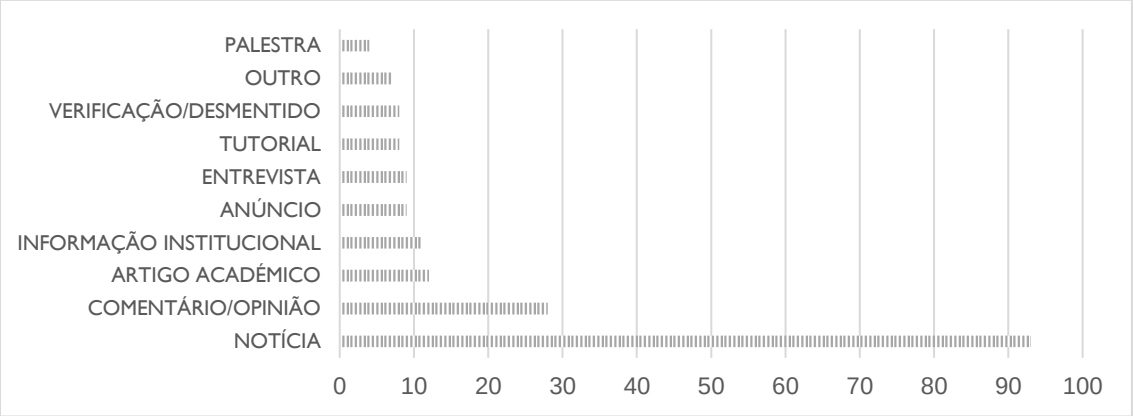

Gráfico 1: Distribuição por tipo de texto on-line sobre desinformação e a pandemia, no período 1/1/2020 a 31/12/2021, (n=190)

Outro aspeto saliente é que os textos de modo geral referem-se à desinformação na comunicação on-line, em particular nas redes sociais (graf. 2).

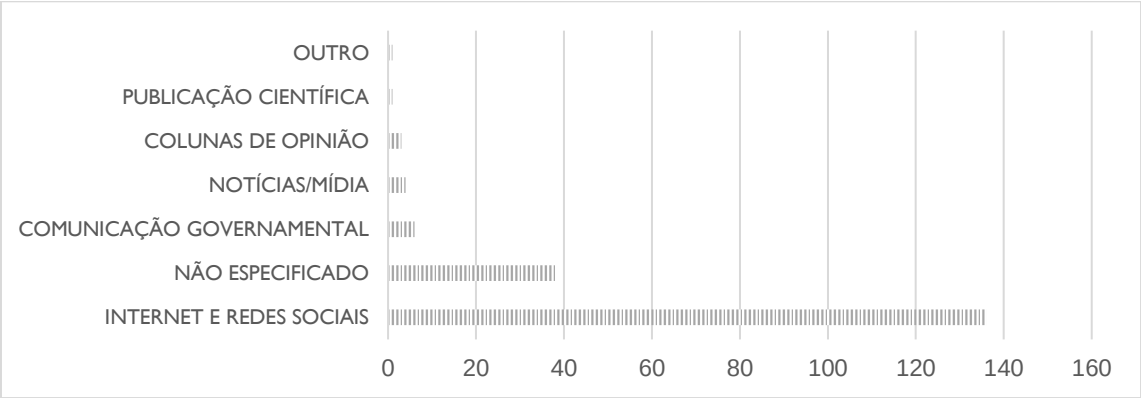

Gráfico 2: Distribuição por meios de difusão dos textos sobre desinformação e a pandemia no período 1/1/2020 a 31/12/2021, (n=190)

[21] Disponibilizamos as bases de dados que construímos para a pesquisa em formato de documento on-line. A ligação para a *BASE DE DADOS 1: DESINFORMAÇÃO & COVID EM PORTUGAL* em CSV encontra-se em: https://bit.ly/3cJ4iLA

Nas referências específicas a agentes de desinformação, destacam-se alguns políticos, governos, celebridades e, com grande preponderância, grupos de protesto. Entre estes grupos, o Médicos pela Verdade (MPV) aparece com destaque na amostra recolhida, como se pode perceber na nuvem de palavras[22] gerada a partir da triagem que realizamos desta base de dados (fig. 1). Estes dados alinham-se com as primeiras impressões da leitura de alguns artigos de opinião, como exposto na *Introdução*, em que há várias referências ao grupo MPV ou a médicos 'negacionistas, relativistas e conspirativos'.

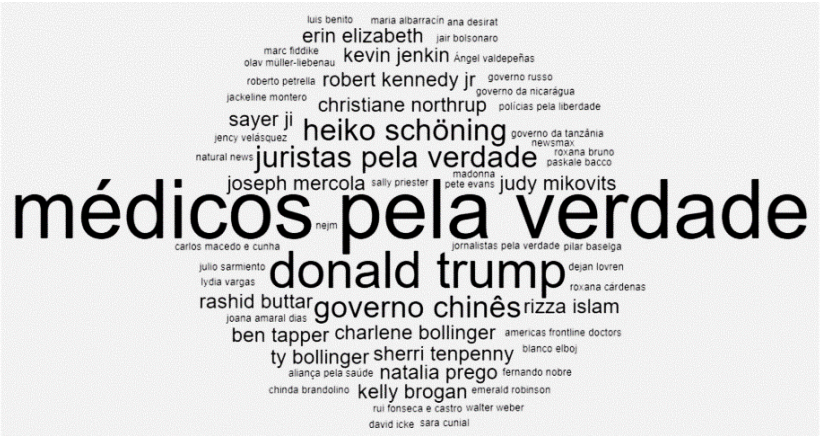

Figura 1: Visualização (nuvem de palavras) sobre os agentes de desinformação identificados na base de dados (n=190)

A recolha de dados revelou um foco dos artigos de opinião e das notícias sobre o MPV, subestimando grupos congéneres e que as notícias frequentemente associam ao MPV (*Verdade Inconveniente*, *Covid-19 com Ciência*, *Cidadania XXI*). Apesar de nas peças noticiosas se identificarem grupos semelhantes ao MPV, com as mesmas reivindicações, formas de protesto e meios de comunicação, estes grupos são frequentemente apresentados nas notícias como movimentos cívicos cujas reivindicações se inscrevem no quadro da democracia participativa, e são praticamente ignorados nos artigos de opinião, cujo foco é invariavelmente nos 'médicos negacionistas', para os quais demandam uma atuação da OM e do sistema judicial para conter a desinformação. Esta observação reorientou a pesquisa e permitiu avançar na compreensão do fenómeno.

2.1. A delimitação do objeto de estudo: Médicos pela Verdade (MPV)

Posto isto, circunscreveu-se a análise ao grupo MPV e entramos numa segunda fase da pesquisa, com uma duração aproximada de dois meses, que consistiu num trabalho de leitura, arquivo e análise de toda a cronologia da página de Facebook *Médicos pela Verdade – Portugal* (https://www.facebook.com/medicospelaverdadeportugal/). Para tal, começamos por analisar todas as

[22] A 'nuvem de palavras' é uma ferramenta de visualização rápida que permite identificar os termos mais usados num determinado texto. Neste caso usou-se a ferramenta *wordclouds* disponível em: https://www.wordclouds.com/.

283 publicações do grupo MPV na sua página de Facebook, num período que abrange a data de formação (29 de agosto de 2020) e a dissolução do grupo (8 de fevereiro de 2021). A análise incidiu sobre as mensagens publicadas pelos administradores da página e excluíram-se as mensagens publicadas pelos aderentes no espaço de comentário[23]. Como se discutirá adiante nesta secção, sobre as decisões éticas subjacentes à investigação, leva-se em conta a ambiguidade público/privado do espaço de comentários das redes sociais, e observam-se somente as mensagens dos administradores da página, que são tratadas como expressões de posições ou visões coletivas, vinculadas ao grupo que representam – o MPV.

A leitura destas publicações permitiu identificar que o grupo utiliza várias plataformas de mídia sociais para difundir as suas reivindicações, mas o *Facebook* (FB) é a plataforma que privilegia para comunicar com os seus apoiantes (graf. 3), e desse modo centramos a recolha de dados nessa plataforma.

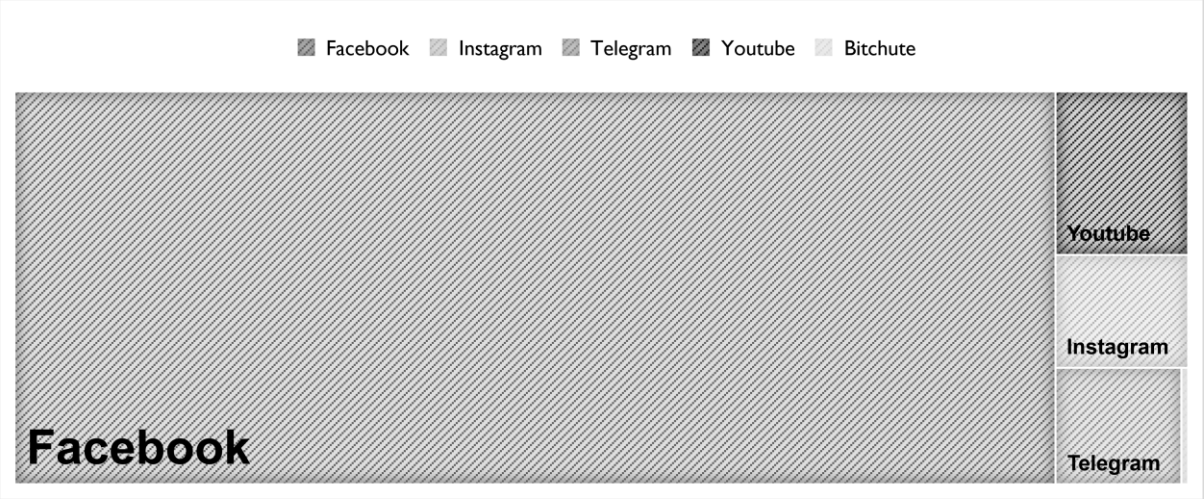

Gráfico 3: Proporção do número de seguidores/aderentes nas plataformas on-line do MPV: Facebook (64.521), Youtube (3.420), Instagram (2.365), Telegram (2.307) e Bitchute (127)

Através desta leitura procedeu-se a uma codificação das publicações do MPV no FB (graf. 4) identificando o tema de cada uma, que nos permitiu reconhecer a importância que tem para o grupo a obtenção do apoio popular, por exemplo através de apelos à adesão às páginas administradas por si, à presença nas palestras que o grupo realiza e nos protestos de rua em que o grupo participa; a apresentação de cada médico que adere ao grupo é também uma das publicações mais frequentes; a par de declarações de repúdio a acusações de que o grupo difunde desinformação ou à sua rotulagem como grupo de 'negacionistas', destacam-se as declarações em que está contra a testagem, as máscaras, o confinamento, a vacinação e, de modo geral, a gestão política da pandemia.

[23] Ligação para a *BASE DE DADOS 2: RECOLHA E ANOTAÇÕES* em PDF e CSV: https://bit.ly/3KJJSyF e https://bit.ly/3KO5kCB

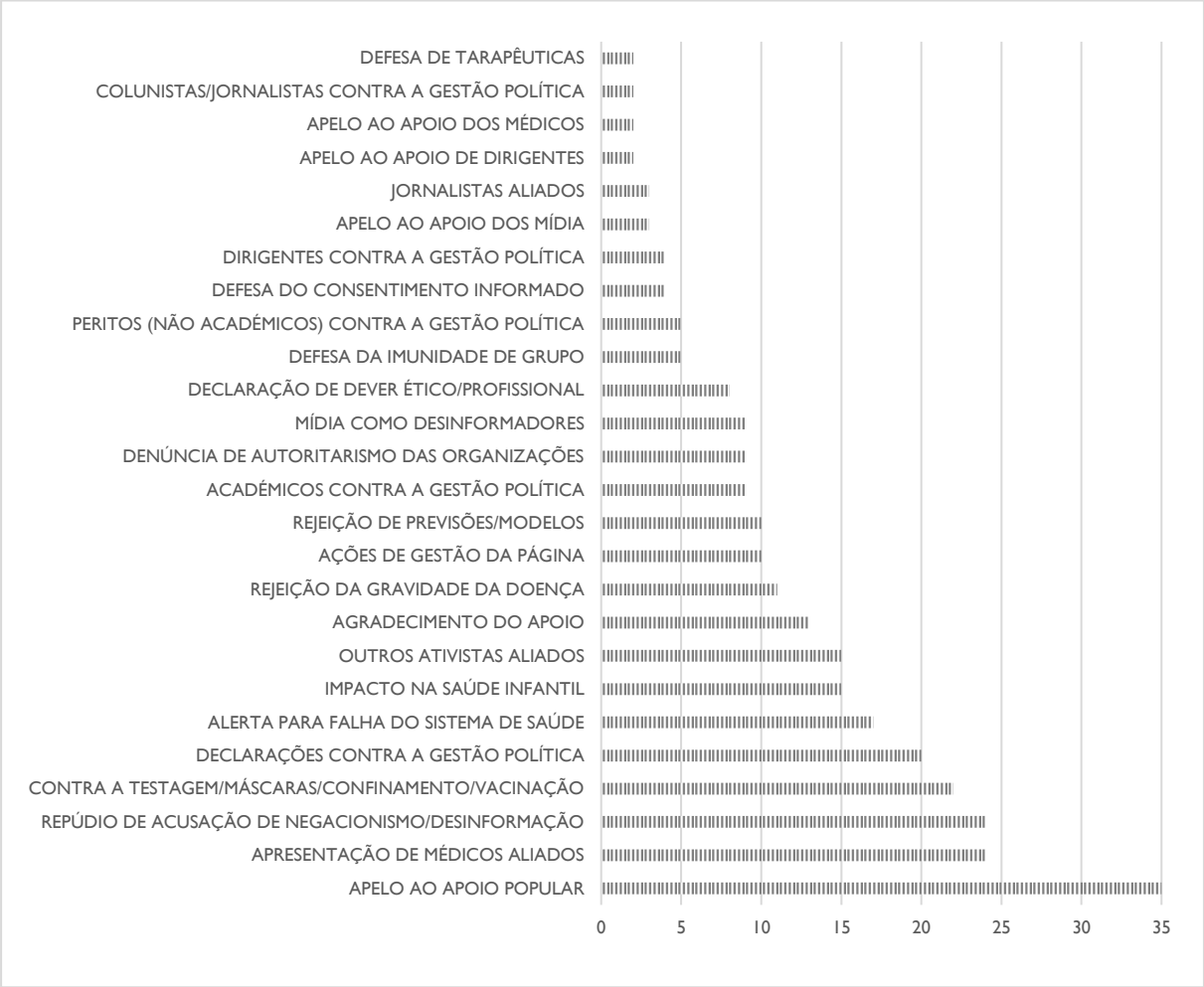

Gráfico 4. Codificação dos temas das publicações do MPV no Facebook (n=283)

Aqui inicia-se uma terceira fase da pesquisa empírica. Nesta leitura procuramos identificar as publicações do MPV em que eram referidos jornalistas, colunistas e artigos de imprensa. Por um lado, o MPV suporta frequentemente os seus argumentos em artigos noticiosos e de opinião publicados nos mídia convencionais e procura a atenção de jornalistas e órgãos de comunicação social, escrevendo «O Dr {MPV} é um dos Médicos pela Verdade. Finalmente um órgão da Comunicação Social nos deu espaço» (CARTA ABERTA 25/09)[24]; Por outro lado, o MPV acusa frequentemente os órgãos de comunicação de alarmismo, de seguirem acriticamente as instâncias de governo naquilo que chama 'narrativa oficial' e de moverem contra o grupo uma campanha de perseguição e assédio, descrevendo uma peça noticiosa como «de índole persecutória e inquisitorial, e, além de violar meia dúzia de princípios do vosso Estatuto Editorial, representa um assédio indecoroso e perseguição pessoal ao [MPV]» (CARTA ABERTA 12-11) ou protestando com o «vil

[24] Ao longo da dissertação, as menções aos documentos que constituem o *corpus* de análise seguem este modelo de codificação, como se apresentará adiante (tab. 2).

ataque que temos sofrido nos orgãos de comunicação social, nas redes sociais e no espaço público» (COMUNICADO 13-11).

Com o objetivo de compreender esta relação, em particular como o MPV é retratado nos mídia, realizou-se uma nova recolha com a ferramenta *Search Engine Scraper* procurando todos os URLs referentes ao grupo MPV. Mais uma vez usou-se o motor de busca Google; como termo de pesquisa usou-se a expressão "Médicos pela Verdade", restringindo a busca a sites registados em Portugal, em língua portuguesa e com o domínio pt.; o período temporal foi definido para 01/01/2020 a 31/12/2021; e definiu-se um máximo de 300 resultados a devolver. A pesquisa realizou-se no dia 03/03/2022 tendo a ferramenta devolvido 158 resultados. Exportamos os dados em formato CSV para nova triagem, excluindo dados que não cumprem os critérios definidos, e para adicionar informação descritiva referenciando o site e o tipo de item a que cada URL se refere. Excluíram-se as referências anteriores a agosto de 2020 e posteriores a fevereiro de 2021, período que abrange a formação e extinção do grupo. Foram validadas 118 entradas, complementadas com 21 novas entradas que encontramos ao longo do processo de pesquisa subsequente, onde eram referidos outros documentos que foram igualmente avaliados pelos critérios definidos, totalizando 139 entradas (URLs)[25].

Procedeu-se a uma leitura e anotação desses 139 documentos, como processo de familiarização com os textos, permitindo conhecer profundamente os atores, as disputas e os argumentos que as alimentavam, e desse modo focalizar a análise nos temas mais salientes. Para tal, os documentos foram classificados em três categorias: (a) artigos noticiosos ou de verificação (71 documentos); (b) artigos de opinião ou entrevista (33 documentos); e (c) publicações em mídia sociais (35 documentos), englobando blogues, websites, vídeos, etc. Deste modo, identifica-se que as referências ao MPV nestas categorias variam na razão inversa das publicações que o MPV faz no FB, em particular nos artigos noticiosos (grafs. 5 e 6).

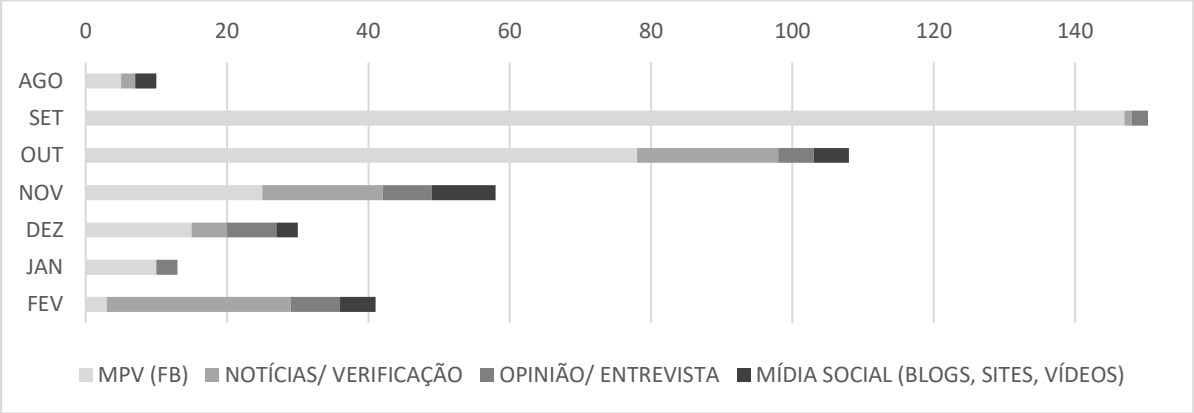

Gráfico 5. Volume de publicações do MPV no FB em comparação com publicações on-line que mencionam o MPV (artigos noticiosos ou de verificação; artigos de opinião ou entrevista; publicações em mídia sociais)

[25] Ligação para *BASE DE DADOS 3: REFERÊNCIAS "MÉDICOS PELA VERDADE"* em CSV: https://bit.ly/3KKaz6i

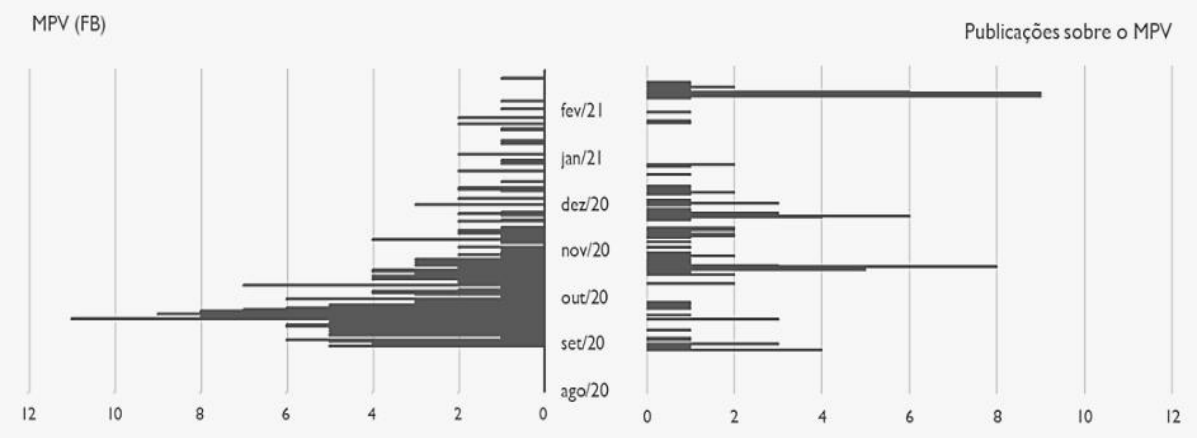

Gráfico 6: Volume de publicações do MPV no FB em comparação com outras publicações on-line que mencionam o MPV

Para constituir o *corpus* para uma análise compreensiva, excluíram-se as publicações em mídia sociais, e dos restantes documentos excluíram-se aqueles que são notícias breves que remetem para uma notícia original de outro jornal, e também as republicações feitas em websites compiladores de notícias. Assim, selecionamos 57 documentos. Destes, os documentos em texto foram extraídos, os audiovisuais transcritos e as suas ligações on-line estão arquivadas na plataforma *Internet Archive*[26], de modo a garantir o seu acesso posterior[27].

Em seguida apresenta-se uma linha temporal (fig. 2) que possibilitou identificar como estes textos se relacionam com as publicações e intervenções do MPV, e desse modo selecionar os documentos mais relevantes para a análise temática. Nesta linha temporal listam-se do lado esquerdo textos do MPV nas plataformas que administra, e do lado direito textos publicados nos mídia convencionais. As setas de ligação indicam textos de resposta, onde a direção da seta parte do texto de resposta e indica o texto visado.

[26] A plataforma *Internet Archive*, (https://archive.org/) é um repositório de sites da internet, onde o utilizador tem acesso e pode contribuir para arquivar todo o tipo de objetos disponíveis na internet, salvando o seu URL e os conteúdos a que ele dá acesso à data do arquivo. A utilização deste tipo de plataformas de arquivo digital é uma estratégia que se torna cada vez mais necessária à investigação científica. Existe um serviço similar à *Internet Arquive* em Portugal, o *Arquivo.pt* (https://arquivo.pt/), criado com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cujo objetivo declarado na plataforma é «a preservação da informação publicada na Web para fins de investigação». Optamos por utilizar a *Internet Arquive* pois utilizamos uma grande quantidade de ligações para documentos estrangeiros e, por uma questão de uniformidade, mantivemos os registos numa só plataforma.

[27] Ligação para *TRANSCRIÇÕES E EXTRAÇÕES*: https://bit.ly/3TFA4d9

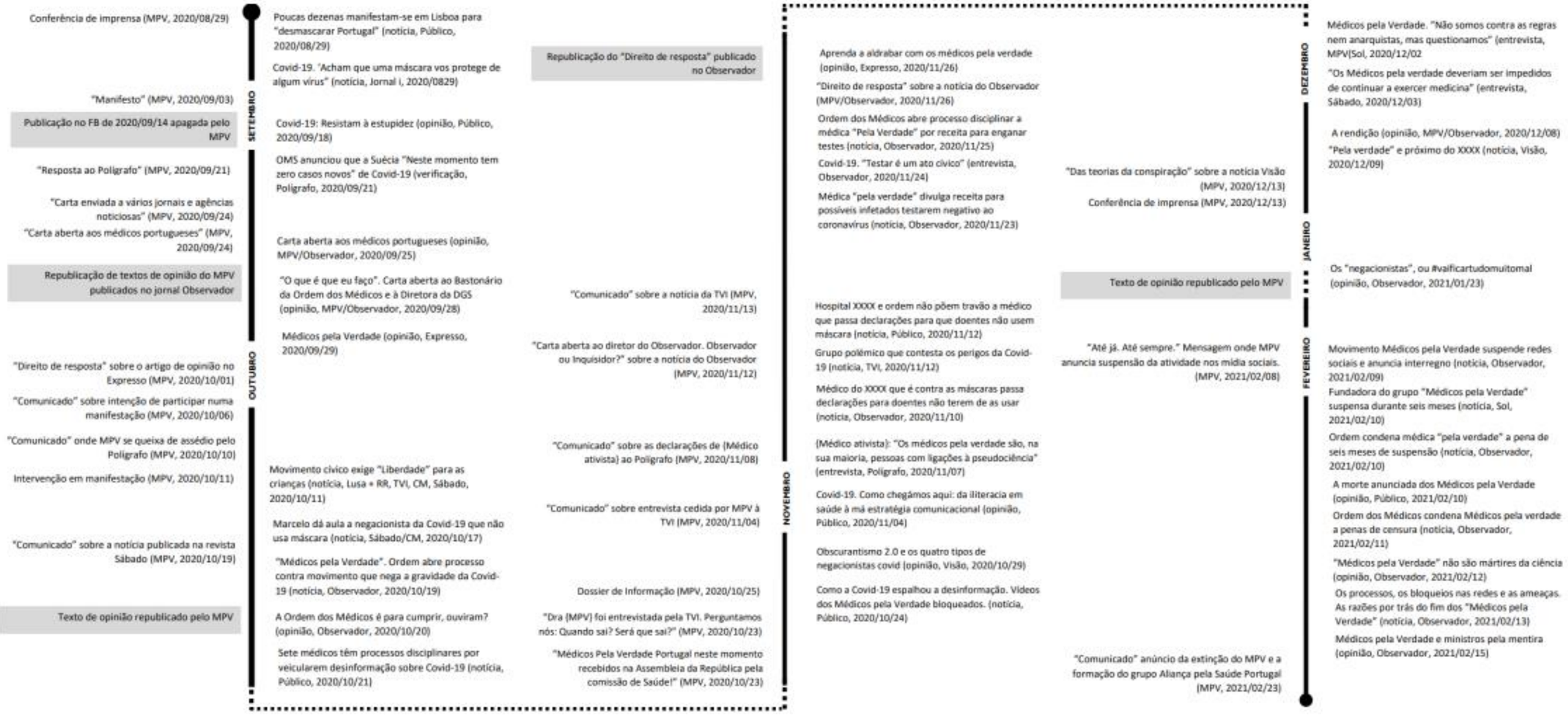

Figura 2. Organização cronológica dos textos publicados pelo MPV e sobre o MPV pelos mídia

Os textos do MPV englobam transcrições de conferências de imprensa e intervenções em protestos de rua, respostas a notícias sobre o grupo e outras declarações sobre situações em que são abordados pelos mídia. Nos textos publicados na imprensa estão 13 textos de opinião, sendo quatro escritos por integrantes do MPV; quatro entrevistas, sendo uma a um integrante do MPV; 18 textos noticiosos, sendo um por um serviço noticioso de verificação e desmentido. Nos textos noticiosos, de modo geral, há testemunhos de integrantes do MPV, outros ativistas, especialistas, médicos e dirigentes da profissão médica.

Por fim, deste conjunto de textos, selecionaram-se aqueles onde é manifesta a relação de interpelação: comunicados e respostas do MPV a textos em que são tema nos mídia, bem como os textos a que se referem; e entrevistas e textos de opinião do MPV publicados nos mídia. No entanto, e trata-se de um aspeto a realçar, em grande parte esta controvérsia trava-se sem interpelação direta. Por exemplo, o MPV realiza duas conferências de imprensa onde não esteve presente nenhum jornalista; publica textos de direito de resposta que afirma ter enviado para o jornal visado, mas que não são publicados, como é obrigatório pela Lei da imprensa (Lei n.° 2/99); os jornais publicam notícias sobre o grupo sem que haja o testemunho dos integrantes sobre o assunto em causa, por vezes registando que o MPV se recusou a responder.

Portanto, para uma análise imersiva e compreensiva, através do método de análise temática, formamos um *corpus* de análise composto por um conjunto de 30 textos[28] que fornecem pontos de vista essenciais ou marcam pontos-chave no desenvolvimento da controvérsia (tab. 2). Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro texto, CONFERÊNCIA 29/08, é a transcrição da conferência de imprensa onde o MPV se apresenta publicamente; o segundo texto, NOTÍCIA 29/08, é a primeira notícia que refere o MPV; o terceiro texto, MANIFESTO, 03/09, é o manifesto onde o MPV sumariza as suas reivindicações e causas; o quarto texto, CARTA ABERTA 25/09, é um apelo escrito pelo MPV dirigindo-se aos médicos portugueses que foi publicado num jornal.

Os dois textos seguintes são um artigo de opinião sobre o MPV, OPINIÃO, 29/09, publicado num jornal, seguido de uma publicação do MPV, RESPOSTA 01/10, onde contesta as críticas que aí lhe são feitas.

Segue-se a transcrição de uma comunicação do MPV numa ação de protesto de rua, INTERVENÇÃO 11/10, e depois selecionamos uma notícia sobre o protesto, NOTÍCIA 11/10, produzida por uma agência noticiosa e reproduzida em vários órgãos de comunicação social.

O nono texto trata-se de uma notícia, NOTÍCIA 17/10, onde o MPV é referido brevemente, mas será motivo do texto de contestação que lhe segue, COMUNICADO 19/10.

Os textos seguintes têm como assunto a instauração de processos disciplinares pela OM a integrantes do MPV. O décimo segundo texto, NOTÍCIA 19/10, aborda esta matéria confrontando as

[28] Ligação para *CORPUS PARA ANÁLISE TEMÁTICA*: https://bit.ly/3RfZ8FP

reivindicações do MPV com comentários de especialistas, académicos e dirigentes da profissão médica; o texto seguinte, OPINIÃO 20/10, partilhado pelo MPV nas suas plataformas, é a transcrição de uma coluna de opinião em formato podcast em que o autor manifesta apoio à causa do MPV; e em seguida selecionamos uma reportagem, NOTÍCIA 21/10, que associa o MPV a desinformação, com comentários de especialistas, académicos e ativistas que se opõe ao MPV.

O décimo quarto texto, DOSSIER 25/10, é produzido pelo MPV em resposta às acusações de difundir desinformação e à instauração de processos disciplinares, constituindo um dossier de informação disponibilizado nas suas várias plataformas e que, alega o grupo, foi também entregue na Assembleia da República.

Segue-se uma publicação onde o MPV repudia a forma como um dos seus integrantes foi entrevistado por um canal de televisão, COMUNICADO 04/11.

Os seis textos que se seguem formam uma sequência de textos publicados nos jornais onde é referido o grupo, seguidos de contestações do grupo. Este conjunto começa com uma entrevista a um médico ativista, ENTREVISTA 07/10, que descreve o MPV como grupo que difunde desinformação, seguido de uma resposta de repúdio destas acusações, COMUNICADO 08/11. Segue-se uma notícia, NOTÍCIA 10/11, onde se alega que um MPV terá emitido atestados de isenção do uso de máscara de forma abusiva, seguida de uma carta ao diretor do jornal, CARTA ABERTA 12/11. Conclui esta sequência a transcrição de uma reportagem televisiva, NOTÍCIA, 12/11, que apresenta o MPV como um grupo polémico, negacionista e que difunde informação falsa, seguida de um texto onde o MPV repudia estas acusações, COMUNICADO, 13/11.

Os cinco textos seguintes tratam de uma polémica em que se alegou que um dos integrantes do MPV teria incorrido em práticas médicas fraudulentas ao informar algumas pessoas sobre formas de lograr os resultados de testes ao SARS-COV-2. O primeiro texto, NOTÍCIA 23/11, é a notícia que relata essas ações, com comentários de especialistas, académicos e dirigentes da profissão médica; o segundo, ENTREVISTA 24/11, é a transcrição de uma entrevista em formato podcast onde um especialista opina sobre esse tema; segue-se um texto do MPV, RESPOSTA 26/11, publicado na imprensa, onde contesta as acusações; a seguir, OPINIÃO 26/11, trata-se de um texto de opinião de um colunista, sobre o mesmo assunto; e por último apresenta-se uma entrevista ao MPV envolvido na polémica, ENTREVISTA 02/12, publicada na imprensa.

Os dois textos que se seguem são uma notícia que associa o MPV a grupos políticos de extrema-direita, NOTCÍCIA 09/12, e a resposta de contestação publicada pelo MPV, COMUNICADO 13/12.

Para terminar selecionamos a transcrição da segunda (e última) conferência de imprensa do MPV, CONFERÊNCIA 13/12, e uma reportagem, NOTÍCIA 13/02, sobre a dissolução do grupo, com testemunhos de dirigentes da profissão médica bem como apoiantes e integrantes do MPV.

DATA	TÍTULO	AUTORIA	PUBLICAÇÃO	REFERÊNCIA[29] Legenda: // favorável ao MPV e \\ desfavorável ao MPV || neutro
2020/08/29	*Conferência de imprensa*	MPV	Website / blogue / Bitchute	MPV//CONFERÊNCIA 29/08
2020/08/29	*Poucas dezenas manifestaram-se em Lisboa para "desmascarar Portugal"*	Jornalista	Público	Notícias||NOTÍCIA, 29/08
2020/09/03	*Manifesto*	MPV	Facebook / website / blogue	MPV//MANIFESTO, 03/09
2020/08/25	*Carta aberta aos médicos portugueses*	MPV	Facebook / Observador / website / blogue	MPV//CARTA ABERTA, 25/09
2020/09/29	*Médicos pela Verdade*	Colunista	Expresso	Opinião e Entrevistas\\OPINIÃO, 29/09
2020/10/01	*Direito de resposta* (ao artigo de opinião no Expresso de 29/09)	MPV	Facebook / website / blogue / Youtube	MPV//RESPOSTA, 01/10
2020/10/11	*Intervenção da {MPV} na manifestação de ontem, dia 11 de outubro, pelas crianças e pela saúde, em frente à Assembleia da República.*	MPV	Facebook / Bitchute	MPV//INTERVENÇÃO, 11/10
2020/10/11	*Movimento cívico exige "liberdade" para as crianças*	Jornalista	Agência Lusa + RR, TVI, CM, Sábado	Notícias||NOTÍCIA, 11/10
2020/10/17	*Marcelo dá aula a negacionista da Covid-19 que não usa máscara*	Jornalista	Sábado / Correio da Manhã	Notícias\\NOTÍCIA, 17/10
2020/10/19	*Comunicado* (comentário à notícia revista Sábado de 17/10)	MPV	Facebook / blogue	MPV//COMUNICADO, 19/10
2020/10/19	*"Médicos Pela Verdade". Ordem abre processo contra movimento que nega a gravidade da Covid-19*	Jornalista (com comentários de especialistas, académicos e dirigentes)	Observador	Notícias\\NOTÍCIA, 19/10
2020/10/20	*A Ordem dos Médicos é para cumprir, ouviram?*	Colunista	Observador	Opinião e Entrevistas//OPINIÃO, 20/10
2020/10/24	*Como a covid-19 espalhou a desinformação. Vídeos dos Médicos pela Verdade Bloqueados*	Jornalista (com comentários de especialistas, académicos e ativistas)	Público	Notícias\\NOTÍCIA, 24/10
2020/10/25	*Médicos Pela Verdade – Dossier de Informação*	MPV	Facebook / website/ blogue	MPV//DOSSIER, 25/10
2020/11/04	*Comunicado* (comentário sobre entrevista na TVI)	MPV	Facebook	MPV//COMUNICADO, 04/11
2020/11/07	*"Os 'Médicos pela Verdade' são, na sua maioria, pessoas com ligações à pseudociência"*	Entrevista	Polígrafo	Opinião e Entrevistas\\ENTREVISTA, 07/10
2020/11/08	*Comunicado* (comentário à entrevista no Polígrafo de 07/11)	MPV	Facebook / blogue / Youtube	MPV//COMUNICADO, 08/11
2020/11/10	*Médico do xxxx que é contra as máscaras passa declarações para doentes não terem de as usar*	Jornalista (com comentários de dirigentes e médicos)	Observador	Notícias\\NOTÍCIA, 10/11
2020/11/12	*Carta aberta ao Diretor do Observador. "OBSERVADOR" OU "INQUISIDOR"?* (comentário à notícia no Observador de 10/11)	MPV	Facebook / blogue	MPV//CARTA ABERTA, 12/11
2020/11/12	*O grupo polémico que contesta os perigos da covid-19*	Jornalista (com comentários de académicos, dirigentes e médicos)	TVI	Notícias\\NOTÍCIA, 12/11
2020/11/13	*Comunicado MPVP sobre Notícia TVi24* (comentário à notícia da TVI de 12/11)	MPV	Facebook / blogue	MPV//COMUNICADO, 13/11
2020/11/23	*Médica "pela Verdade" divulga receita para possíveis infetados testarem negativo ao coronavírus*	Jornalista (com comentários de académicos, dirigentes e médicos)	Observador	Notícias\\NOTÍCIA, 23/11
2020/11/24	*COVID-19. "Testar é um ato cívico"*	Entrevista	Observador	Opinião e Entrevistas\\ENTREVISTA, 24/11
2020/11/26	*Direito de resposta ao artigo "Médica 'pela Verdade' divulga receita para possíveis infetados testarem negativo ao coronavírus"*	MPV	Observador	MPV//RESPOSTA, 26/11
2020/11/26	*Aprenda a aldrabar com os Médicos pela Verdade*	Colunista	Expresso	Opinião e Entrevistas\\OPINIÃO, 26/11
2020/12/02	*Médicos pela Verdade. "Não somos contra as regras nem anarquistas, mas questionamos"*	Entrevista	SOL	Opinião e Entrevistas//ENTREVISTA, 02/12
2020/12/09	*"Pela Verdade" e próximo do Chega*	Jornalista	Visão	Notícias\\NOTÍCIA, 09/12
2020/12/13	*Das teorias da conspiração* (comentário à notícia na Visão de 09/12)	MPV	Facebook / blogue	MPV//COMUNICADO, 13/12
2020/12/13	*Conferência de imprensa*	MPV	Facebook / website / blogue / Bitchute	MPV//CONFERÊNCIA, 13/12
2021/02/13	*Os processos, os bloqueios nas redes e as ameaças. As razões por trás do fim dos "Médicos pela Verdade"*	Jornalista	Observador	Notícias||NOTÍCIA, 13/02

Tabela 2: Listagem dos textos que constituem o corpus de análise

[29] Ao longo desta dissertação, as menções a estes documentos nas referências bibliográficas em texto, fazem-se pela codificação aplicada na coluna 'Referência' do quadro acima (tab. 2).

Estes textos são analisados como formas culturais, isto é, «a estrutura de significados e as configurações de sentimentos» que se produzem numa disputa epistémica (Hall, 1975:16), que Elfriede Fürsich (2009) define como «a forma momentaneamente fixa de uma negociação em curso ou mesmo de uma luta sobre o significado» (Fürsich, 2009: 247). A análise assume o «carácter narrativo dos conteúdos mediáticos, o seu potencial como lugar de negociação ideológica e o seu impacto como 'realidade' mediada» (Fürsich, 2009: 238). Mas, para compreender como o sentido do discurso se realiza numa discussão entre agentes através de diferentes mídia, na seleção dos textos para análise procurou-se manter o carácter multisituado da discussão, através de blogues, notícias, publicações em redes sociais, mas também em manifestos e protestos de rua. Ponderou-se restringir a análise a textos produzidos num só medium, mas tendo em conta o trabalho de exploração prévio, seria estreitar a interpretação quando já se sabia que esta precisava de outra abordagem. Deste modo, ainda que longe de representar a totalidade da discussão, procuramos definir uma amostra de textos que lhe possa ser fiel.

2.2. O processo de análise temática

Partiu-se para a análise temática colocando as seguintes questões analíticas ao *corpus*, potenciando o processo de desenvolvimento de temas (Braun & Clarke, 2019): para identificar os agentes em antagonismo procurou-se identificar (a) os antagonistas do MPV; (b) os aliados do MPV; para identificar que sentidos são atribuídos à noção de 'desinformação', procurou-se identificar (a) a quem é atribuído o papel de agente de desinformação; (d) quais as consequências atribuídas à desinformação; e (e) que ações são preconizadas para o combate à desinformação.

O processo de imersão e codificação, conduzido de forma relativamente simultânea através de leituras e anotações sobre os textos, suscitou novas questões analíticas que trazem profundidade interpretativa à pesquisa. Para identificar que entendimento é atribuído à noção de 'verdade' procurou-se identificar como os argumentos apresentados validam ou invalidam o discurso do autor e do opositor através de (a) argumentos sobre as credenciais e os lugares apropriados para a discussão; (b) argumentos sobre as motivações, os objetivos e princípios éticos dos arguentes; e (c) argumentos sobre as organizações que podem decidir sobre a legitimidade dos arguentes. Nas tabelas abaixo (tabs. 3A-3E) apresenta-se um sumário da codificação do *corpus* analisado.

TEMA: ANTAGONISTAS / ALIADOS DO MPV		**DESCRIÇÃO DA CODIFICAÇÃO**
ANTAGONISTAS DO MPV	Jornalistas / Colunistas / Mídia Colegas de profissão / Grupo de pares Delatores (pessoas identificadas como queixosos) Opositores não especificados (pessoas/organizações) Organizações / Governos / Reguladores Outros ativistas	Declarações de antagonismo do MPV em relação a outros (pessoas, grupos, organizações); descrições e representações do MPV dos seus antagonistas (fotos, avatares, memes, etc.). Declarações de antagonismo ao MPV por outros; descrições e representações do MPV por outros (fotos, avatares, memes, etc.)
ALIADOS DO MPV	Outros movimentos / ativistas (colaboradores; movimentos inspiradores) Aderentes nas plataformas on-line / Cidadãos Colegas de profissão / Grupo de pares Jornalistas / Colunistas / Mídia	Declarações de aliança do MPV em relação a outros (pessoas, grupos, organizações); descrições e representações do MPV dos seus aliados, colaboradores e apoiantes (fotos, avatares, memes, etc.). Declarações de apoio ao MPV por outros. Descrições e representações do MPV pelo MPV (fotos, avatares, memes, etc.)

Tabela 3A: Síntese da codificação identificada/aplicada ao corpus de análise

TEMA: AGENTES E MEIOS DE DESINFORMAÇÃO		**DESCRIÇÃO DA CODIFICAÇÃO**
AGENTES DE DESINFORMAÇÃO	Jornalistas / Colunistas / Verificadores de factos (*fact checkers*)	Jornalistas como cúmplices na manipulação, subestimação ou exagero das informações
	Especialistas impostores / desonestos	Pessoas com credenciais académicas consideradas desadequadas para participar na discussão. Pessoas que usam a credencial académica ou profissional de forma ilegítima.
	Organizações / Governos / Reguladores	Manipulação e controlo da informação por aqueles que detêm poder económico e político.
	Poderes-sombra	Desinformação com objetivos velados de instâncias de poder não identificadas.
	Grupos / Líderes ativistas	Pessoas que difundem informação falsa ou incorreta enquanto integrantes de movimentos sociais.
MEIOS DE DESINFORMAÇÃO	Redes sociais	Redes sociais como recurso de organização de agentes desinformadores. Permitem amplificar opiniões minoritárias.
	Mídia convencionais	Mídia tradicionais como meios de difusão de informação incorreta, omissa e enviesada.
	Publicação científica	Artigos de investigação com falhas (pré-publicação; falhas de metodologia; etc.). Artigos de opinião sem isenção publicados em revistas científicas.

Tabela 3B: Síntese da codificação identificada/aplicada ao corpus de análise

TEMA: CONSEQUÊNCIAS E COMBATE À DESINFORMAÇÃO		**DESCRIÇÃO DA CODIFICAÇÃO**
CONSEQUÊNCIAS DA DESINFORMAÇÃO	Perigo e ameaça à sociedade	Induz comportamentos de risco para a saúde pessoal e coletiva. Potencia formas de violência e discriminação.
	Gerador de medo e pânico	Produção de medo exacerbado sobre a doença, sobre os riscos do contágio e os efeitos da epidemia.
	Polarização / Desconfiança	Antagonismo extremado entre grupos sociais.
COMBATE À DESINFORMAÇÃO	Pressão sobre os reguladores	Ações de denúncia e exigência de punição pelos reguladores. Pressão sobre os reguladores para reverter ou instituir legislação.
	Instruir / esclarecer as pessoas	Implementar programas de educação. Alertar sobre a informação falsa e divulgar informação verdadeira. Apelo ao protesto, indignação e desobediência civil.

Tabela 3C. Síntese da codificação identificada/aplicada ao corpus de análise

TEMA: NOÇÃO DE DESINFORMAÇÃO		**DESCRIÇÃO DA CODIFICAÇÃO**
Desinformação como "dizer mal" (a ideia de que alguém a difundir informação incorreta, exagerada, sem fundamento)	Informação falsa ou incorreta / não científica	Informação incompatível com o conhecimento científico e/ou a experiência empírica. Desproporção entre restrições políticas / notícias e os efeitos da doença.
	'Narrativa oficial' / Propaganda	Expressão do MPV para classificar as afirmações dos adversários que considera enviesadas porque que não correspondem a informações fidedignas.
Desinformação como "maldizer" (a difusão de informação para descredibilizar o adversário)	Ataque à sanidade, idoneidade e isenção	Informação falsa produzida com o objetivo de provocar dano na reputação de uma pessoa ou organização. Depreciação das credenciais e/ou sanidade de um agente para participar na discussão.
Desinformação como "dizer não" (a negação da informação 'verdadeira')	Negacionismo	Rejeição da informação das autoridades e dos especialistas. Declarações contrárias às afirmações das autoridades e especialistas.
	Opinião minoritária / contracorrente	Declarações contrárias à maioria; minoria estatística; vozes dissonantes / divergentes
Desinformação como "não dizer" (omissão ou sonegação de informação; falta de transparência)	Omissão / Sonegação	Informação omissa ou deturpada, produzida e difundida intencionalmente. Contradições na informação apresentada pelos indivíduos e/ou organizações.
	Manipulação / Conspiracionismo	Mensagens de intimidação, coerção e controlo social através dos mídia. Manipulação das pessoas por poderes-sombra para imposição de uma agenda secreta.

Tabela 3D. Síntese da codificação identificada/aplicada ao corpus de análise

TEMA: DISCURSOS DE LEGITIMIDADE / ILEGITIMIDADE (SOBRE A 'VERDADE')		**DESCRIÇÃO DA CODIFICAÇÃO**
Fiéis vs. infiéis da 'Ciência' (argumentos sobre fidelidade à racionalidade científica, aos processos da ciência, e às credenciais dos arguentes)	Domínio das credenciais académicas e profissionais	Declarações sobre as credenciais académicas e experiência profissional adequadas para a discussão; testemunho de especialistas e cientistas. Prevalência da opinião e da experiência de profissionais da medicina sobre outras opiniões; crença numa hierarquia de cientistas e disciplinas científicas.
	Racionalidade científica	Apelo à racionalidade científica; fundamento da evidência e investigação científica publicada. Declarações sobre a incerteza e fragilidades na investigação científica; incoerências na evidência científica. Apelo aos processos dialéticos da ciência: afirmação do debate desinteressado como processo de resolução da dúvida em ciência; crença na natureza democrática e apolítica da ciência. Declarações sobre a (i)legitimidade dos espaços da discussão científica; afirmações sobre a ilegitimidade de espaços de discussão como as redes sociais e as ações de protesto de rua.
Vigilantes e anjos caídos (declarações sobre a legitimidade de organizações, líderes e dirigentes; argumentos de dever de proteger as pessoas contra os desinformadores e os perigos da desinformação; demonização de indivíduos, grupos e organizações)	Autoridade de organizações, dirigentes e mídia	(Des)conformidade dos argumentos com as declarações de organizações e dirigentes. (Des)conformidade dos argumentos com os princípios e normas de códigos jurídicos e deontológicos. Atribuição de veracidade/falsidade às asserções dos serviços de verificação e desmentido (*fact checkers*). Autoridade/irrelevância da opinião publicada (em qualquer mídia), afirmações publicadas na imprensa, manifestos, entrevistas, websites, páginas de mídia sociais, etc.
	Responsabilidade cívico-moral	(Des)conformidade com princípios éticos e de cidadania como a honestidade, lealdade e solidariedade. Expressão de dever de esclarecimento da opinião pública; afirmações sobre o objetivo de providenciar informações que elucidem as pessoas sobre a causa e os riscos iminentes. Afirmações sobre passividade/cumplicidade das pessoas e organizações em relação aos problemas.
	Ativismo e heroísmo	Expressão de crença no caráter democrático da sociedade; apelo ao potencial transformador do ativismo. Argumentos de dever por 'juramento'; dever de enfrentar quem intimida e ameaça; expressão de sacrifício altruísta; expectativas de que o seu exemplo leve outros a aderir à causa; convicção inabalável na causa. Expressão de sentimentos pessoais sobre problemas sociais; indignação e perceção de injustiças como móbil da adesão à causa. Autoridade da opinião de pessoas pela notoriedade mediática (celebridades).
Muitos e poucos / sábios e loucos (autoridade do número elevado/reduzido de aderentes ou potenciais aderentes à causa, afirmações sobre a idoneidade e competência cognitiva e/ou moral das pessoas e organizações)	Número de apoiantes / vítimas do problema	Justificação da (ir)relevância do problema pelo número (elevado/reduzido) de aderentes à causa e/ou de pessoas afetadas pelas medidas políticas (número de infetados e hospitalizados). Apelo ao carácter internacional/universal da causa afirmando as suas derivações e alianças em vários países. Desvalorização/sobrevalorização do problema; declarações sobre os danos presentes e futuros da ação/inação das pessoas, organizações e instâncias de governo.
	(In)sanidade / (Ir)racionalidade	Declarações sobre a (in)coerência das reivindicações e dos argumentos; afirmações sobre a mentira/omissão intencional de informação. Declarações sobre a (in)capacidade cognitiva para a discussão; declaração de ignorância dos opositores; falta de competências para compreender os problemas (pensamento crítico, literacia em saúde, literacia científica, etc.).
	(Im)parcialidade	Declarações sobre a (im)parcialidade e (in)dependência moral das pessoas e organizações; declaração de falta de isenção e integridade dos opositores. Argumentos sobre a coerção/liberdade de opinião; pluralidade/censura e bloqueio nos mídia. Declarações sobre a (in)justiça e fundamento das medidas políticas. Declarações sobre a interposição do campo político no campo médico; influência das decisões políticas sobre a prática da medicina.

Tabela 3E. Síntese da codificação identificada/aplicada ao corpus de análise

3. Considerações sobre a ética de pesquisa

A migração da investigação para o digital não é uma viagem sem riscos. Se até aqui a pesquisa face-a-face contava com espaços de fronteiras e tempos definidos, o ciberespaço, como território com diversos ritmos temporais, difusos e permeáveis, coloca-lhe novos problemas, nomeadamente éticos e técnicos. Se a internet é hoje uma parte fundamental das sociedades, é difícil, no entanto, definir o que é pesquisa digital, as suas fronteiras, métodos e ética. A pesquisa digital, podendo reinventar técnicas convencionais ou até criar técnicas novas, tem o desafio pensar a ética de pesquisa. É tentador olhar para a comunicação em mídia sociais e ver uma vasta esfera pública. No entanto, é preciso reconhecer que aí há espaços, tempos e modos de interação que ocupam uma posição ambígua entre o privado e o público. A tensão entre o acesso a uma infinidade de textos on-line, coloca novos desafios à pesquisa. Como diz Simon Lindgren «a crescente 'softwarização' da sociedade (…) levou muitos à esperança de que o gigantesco volume de dados disponível fará o mundo um lugar melhor», mas outros «apontam que *big data* é *big* como em *big brother*» (2018: 442). Pela internet, temos várias possibilidades para observar interações, recolher documentos e estabelecer contacto com as pessoas. Isso acarreta também responsabilidades acrescidas.

Alguns autores entendem que a 'privacidade' na comunicação on-line deve ser equacionada na relação entre os vários contextos de vida dos sujeitos (Nissenbaum, 2010; Mckee & Porter, 2009; Warrell & Jacobsen, 2014; Treadwell, 2014). Helen Nissenbaum sugere que tal como noutros espaços do quotidiano nos movemos através de uma pluralidade de contextos, cada qual com as suas normas e representações coletivas e individuais, também a comunicação on-line é marcada por entendimentos peculiares a cada utilizador. Do mesmo modo Heidi Mckee e James Porter (2009) discutem a 'privacidade percebida' como o modo como as pessoas entendem a comunicação num determinado contexto, e como isso pode ser diferente do entendimento do pesquisador. Este pode também não fazer parte do público-alvo da comunicação, o que Jacqueline Warrell e Michele Jacobsen (2014) discutem sob o conceito de 'audiência pretendida'. Donald Treadwell (2014) faz uma distinção pertinente entre 'intenção da publicação' e a sua 'publicidade' (como algo público). Se os conteúdos em mídia sociais são públicos como um anúncio colocado na rua, o modo como é partilhado e comentado assemelha-se mais a uma discussão informal, que não é composta necessariamente por opiniões ponderadas e intenções inequívocas.

Se as informações nos mídia sociais podem ser encaradas como dados naturalísticos, de acesso público, é necessário pensar além da imediata disponibilidade dos 'dados' e acautelar a diversidade de atitudes e representações que as pessoas têm sobre a comunicação no ciberespaço. O caráter ambíguo das páginas web, de acesso público e aberto, não deve escamotear que o que existe na internet é também do foro pessoal, mesmo se legalmente no foro público. A conceção de 'espaço público' não é inequívoca quando muitas pessoas podem encarar a conversação pública numa rede social como um partilha intragrupal, e o que é partilhado faz parte de um diálogo em curso, ou um

diálogo de um outro 'eu' que não corresponde ao que o 'eu' é agora. Ou seja, não é necessariamente tido como uma conversação estritamente pública nem uma tomada de posição imutável.

Deve-se ter em conta também que se os administradores de uma página podem definir se esta é aberta ou fechada, podem aceitar ou rejeitar aderentes e podem permitir ou bloquear comentários, também estão condicionados pela própria arquitetura da plataforma. A utilização de qualquer plataforma de mídia sociais é condicionada por uma extensa lista de termos de adesão que não podem ser recusados. Coloca-se também a dificuldade de definir a 'autoria' de uma opinião quando o on-line é profundamente marcado pelo 'remix' de textos, imagens, vídeos, etc., produzidos, reproduzidos e recombinados por um conjunto indeterminado de pessoas. Mais ainda, as plataformas contêm mensagens automatizadas, um conjunto de reações e expressões tipificadas na forma de ícones, frases, imagens, cores, etc., cuja autoria não é necessariamente de quem aparece como produtor da mensagem. Deste modo, a análise da comunicação on-line deve estar atenta a estes aspetos, sob o risco de atribuir intenções abusivamente.

Por outro lado, se as mensagens on-line estão ao alcance de uma pesquisa num motor de busca, hoje, o problema não é tanto do anonimato e confidencialidade, como previsto na *Carta da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* (*SPCE*, 2020), mas mais da não-rastreabilidade (Beaulieu & Estalella, 2012; Tiidenberg, 2018). Qualquer texto ou imagem produzida on-line é mais ou menos rastreável num motor de busca como o *Google*. Contudo, quando são partilhados e repartilhados com frequência, o seu rastreio não leva a um lugar específico, e a sua utilização na pesquisa pode não ser problemática.

Deste modo, subjacente a todo o processo desta pesquisa, está o princípio fundamental de não causar dano. Se aceitarmos com Howard Becker que «não existe uma posição a partir da qual a investigação sociológica possa ser feita sem qualquer tipo de viés» (1967: 245), podemos acautelar que os pré-juízos do investigador não resultem em prejuízos da investigação.

Expondo as principais dificuldades desta pesquisa, a mais considerável foi encontrar um espaço de teoria que permitisse enquadrar a análise. Ao procurar compreender o estado da arte sobre o tema da desinformação em torno da pandemia, multiplicavam-se os estudos sobre a crença em teorias da conspiração, vieses cognitivos, déficits de literacia, anticiência, populismo, etc. Quando se trata de estudar pessoas e grupos que difundem desinformação, muitos pesquisadores recolhem dados em websites e fóruns conhecidos por divulgarem informação falsa ou por promoverem 'teorias da conspiração' (e.g.: Harambam & Aupers, 2014; Kompatsiaris & Mylonas, 2015; Del Vicario et al., 2016a; Del Vicario et al., 2016; Al-Zaman, 2021). Consideramos que assumem uma posição maniqueísta convicta das intenções fraudulentas de uns e salvíficas de outros. Contudo, o que hoje se classifica por verdade e o que é ilusão conspiracionista não é tão certo como gravado em pedra. Essa é uma posição epistemológica que procuramos evitar porque entendemos enviesar a análise. Nesse sentido, não se parte do pressuposto que qualquer discurso seja mais ou menos legítimo ou

autorizado, mas sim, que a controvérsia nos permite observar o modo como os discursos em confronto interpretam o mundo social, como se expressam e formam alianças e antagonismos, e que mecanismos de resolução são mobilizados.

Tendo em conta estas considerações, apresenta-se o conjunto de decisões éticas e metodológicas que enquadram esta pesquisa. Em primeiro lugar, tendo em conta a ambiguidade entre público e privado nos mídia sociais, a recolha incide somente sobre as mensagens publicadas pelos administradores da página MPV, e não sobre os comentários dos aderentes e utilizadores da mesma. Com isto assume-se o carácter informal e intragrupal da conversa que se desenvolve nos comentários on-line. Por outro lado, incluem-se no *corpus* de análise os textos que os administradores da página identificam como mensagem aberta, disponibilizados também no *blogue*, no canal de *Youtube* ou no *website* do grupo. Isto acontece em textos descritos como 'Carta aberta', 'Comunicado', 'Manifesto', ou 'Direito de resposta', este em geral dirigido, e por vezes reproduzido, na comunicação social.

A análise incide sobre um *corpus* de texto que se compõe por três tipos de texto. Um composto por textos produzidos pelos administradores do grupo MPV; outro composto por textos produzidos por jornalistas e que, de modo geral, contêm testemunhos de especialistas, académicos, entre outros; e um terceiro por colunistas na comunicação social. No conceito de 'administradores' fica já patente um nível de anonimato sobre os sujeitos, uma vez que o 'avatar'[30] é críptico por natureza e, neste caso, designa um coletivo. Mas, mais do que a pseudonimização de cada um dos administradores opta-se então por tratar todos os textos por estes produzidos como um só texto, sem relevar a autoria específica de cada texto, pelo que todos os integrantes do MPV são designados por 'MPV'. Do mesmo modo, os textos produzidos por jornalistas e os textos produzidos por colunistas são tratados como conjuntos de texto, sem especificar os autores. Todos os nomes, profissões e cargos de direção foram igualmente alterados para categorias genéricas, como 'jornalista', 'dirigente', 'médico' ou 'colunista'.

Além disso, opta-se pela edição de imagens que possam identificar pessoas. É uma precaução que pode ser em boa medida excessiva, uma vez que se trata de objetos audiovisuais disponíveis na internet, em redes sociais, blogues, websites, notícias da comunicação social, etc., mas é uma ação coerente com os princípios éticos que enunciamos, isto é, evitar que por negligência se cause às pessoas dano decorrente da pesquisa. Depois do tratamento de dados para constituir o *corpus* de análise, as informações excedentes e desnecessárias são eliminadas.

---

[30] Na comunicação digital, um avatar é um alterego inteiramente digital, pelo qual uma pessoa ou grupo se apresenta. Pode ser descrito como uma 'máscara' que pode conter textos, imagens e outros elementos audiovisuais, numa composição informática bi ou tridimensional, que constitui a identidade visível em ambientes do ciberespaço. (Cf.: Rheingold, 1993; Santanella, 2003).

Parte II: Da empiria à teoria

Who shall decide, when doctors disagree, and soundest casuists doubt, like you and me?

(…) Like doctors thus, when much dispute has passed, we find our tenets just the same at last.

Alexander Pope, *An Epistle to Allen Lord Bathurst*, 1733

...nem conselho de médico, nem virtude de remédio algum, parecia proporcionar cura, nem proveito. Ao contrário. Ou a natureza do mal nada disso tolerava, ou a ignorância dos curandeiros não sabia de onde partir e, por conseguinte, não se aplicava o remédio devido. Dos curandeiros, além dos cientistas, a quantidade se havia tornado enorme. Entre eles figuraram mulheres e homens que não tinham recebido, jamais, qualquer instrução sobre Medicina.

Giovanni Boccaccio, *Decamerão,* 1348-1353

Girl, you have no faith in medicine
Oh girl, you have no faith in medicine
Is there a way to find the cure for this implanted in a pill?
It's just the name upon the bottle which determines if it will?

Jack White, *Girl, You Have No Faith in Medicine*, 2003

Diga lá, doutor Romano, doutor delegado de saúde, ajuramentado por memória de Hipócrates e suas atualizações de forma e de sentido, diga lá, doutor Romano, aqui de baixo deste sol que nos alumia, se é realmente verdade que o homem se enforcou. (…) Será mentiroso, Romano doutor e delegado de saúde, ganhou como e para quê, e desde quando, esse feio hábito de mentir. Não sou mentiroso, mas a verdade não a posso dizer, Porquê, Por medo, Vá em paz, doutor Pilatos, durma em paz com a sua consciência, fornique-a bem, que ela bem os merece, a si e à fornicação, Adeus, senhor autor, Adeus, senhor doutor, mas tome um conselho que lhe dou, evite as formigas, sobretudo aquelas que levantam a cabeça como os cães, é bicho de muita observação, nem o doutor Pilatos imagina, vai ficar debaixo dos olhos de todos os formigueiros, não tenha medo que não lhe farão mal, é só para ver se um dia a sua consciência lhe põe os cornos, seria a sua salvação.

José Saramago, *Levantado do Chão*, 2002

I. ESTUDO DE CASO: a controvérsia dos Médicos pela Verdade

Neste capítulo começa-se por apresentar uma breve resenha cronológica da pandemia COVID-19, de modo a estabelecer o contexto da crise epidémica em que se desenvolveu a controvérsia analisada, seguida de uma caracterização geral da relação entre MPV e os mídia, e por fim, apresenta-se a análise temática.

1. 2020: o ano do covid

1.1 O incidente: advento, disrupção da rotina e interpretação do desconhecido

A 4 de janeiro de 2020 a OMS *twittou* que havia um surto de pneumonia em Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Acrescentava que não havia mortes e que estavam em curso investigações para identificar a causa (*OMS*, 2020)[31].

A 9 de janeiro a OMS informou que investigadores chineses determinaram que o surto era causado por um novo coronavírus (*OMS*, 2020g, 2020h)[32]. A 10 de janeiro de 2020, a sequência genómica desse coronavírus foi publicada na base de dados *GenBank* e carregada para acesso aberto aos cientistas na plataforma *Global Initiative on Sharing All Influenza Data* (GISAID) (Lu et al., 2020; Paraskevis, et al., 2020).

A primeira morte pelo novo coronavírus é reportada pela China a 11 de janeiro de 2020. Dias depois são reportados os primeiros casos na Tailândia e no Japão. Os primeiros casos na Europa surgiram em França, a 24 de janeiro, seguem-se a Itália, a Espanha, e em seis dias foram registados 98 casos fora de território chinês, distribuídos por 18 países. A 30 de janeiro um total de 712 casos foram reportados a bordo de um navio de cruzeiro atracado ao largo de Yokohama (Japão), tendo sido registados 7 óbitos. Em poucos dias a epidemia fazia-se sentir também no continente americano (Alcantara et al., 2020-2022; *OMS*, 2020g, 2020h).

---

[31] Esta resenha cronológica da pandemia do coronavírus segue a cronologia publicada pela OMS a 27 de abril de 2020 (OMS, 2020g) e subsequentemente atualizada (a última vez a 29 de janeiro de 2021), convenientemente complementada com outras fontes.

[32] Os primeiros coronavírus foram identificados na década de 1930, apesar da designação 'corona' só surgir cerca de 30 anos depois. São um grupo de vírus de ARN reconhecido por provocar distúrbios intestinais e respiratórias em vários vertebrados, mas que não eram considerados uma ameaça à vida humana (Kahn & McIntosh, 2005; Thiel, 2007). O primeiro coronavírus humano foi descrito em 1965, pela escocesa June Dalziel Almeida e o inglês David Arthur Tyrrell, pioneiros da virologia (Almeida & Tyrrell, 1965; Tyrrell & Fielder, 2002; Brocklehurst, 2020). Os coronavírus humanos eram tidos como vírus relativamente inofensivos, sendo uma das causas das constipações. Com o surto de SARS em 2003, síndrome provocado por um coronavírus, essa noção mudou. Este coronavírus, designado SARS-Cov (agora SARS-Cov-1), propagou-se rapidamente da Ásia para várias partes do mundo e teve uma taxa de letalidade de cerca de 10%, tendo infetado cerca de 8.000 pessoas, em 29 países, fazendo 774 vítimas mortais (Kahn & McIntosh, 2005; Thiel, 2007).

A partir de 21 janeiro de 2020, a OMS passa a emitir relatórios síntese sobre a epidemia onde recomenda '2019-nCoV' e '2019-nCoV doença respiratória aguda' como designações provisórias para o vírus e para a doença[33], respetivamente (*OMS*, 2020c, 2020d). A nomenclatura COVID-19 e SARS-CoV-2 [34] acabou por ser definida pela organização a 11 de fevereiro de 2020. Deste modo, estabelece que COVID-19 é a doença provocada pelo vírus SARS-Cov-2[35] (Ghebreyesus & *OMS*, 2020e; *ECDC*, 2020). A doença também é referida coloquialmente na forma abreviada 'covid'.

A 30 de janeiro, a OMS declara o surto como uma emergência de saúde pública internacional (*DN,* 2020a; *JN*, 2020a). Vários países instituem medidas de confinamento geral, com o encerramento das escolas e outros serviços públicos, restringem atividades económicas e implementaram medidas de quarentena à entrada de passageiros originários da China. Várias companhias áreas suspenderam voos com destino ou origem na China, e evacuaram cidadãos que residiam na cidade de Wuhan (Alcantara et al., 2020-2022; *OMS*, 2020g, 2020h).

Se no início do surto, a China reportava milhares de novas infeções por dia, estas estavam a diminuir rapidamente em meados de março. No entanto, na Europa, os casos multiplicavam-se de dia para dia (*JN*/*Agências*, 2020a; Neves, 2020a). A 22 de fevereiro, as autoridades italianas reportaram a existência de vários surtos em regiões do país. Com 7.375 casos confirmados e 366 óbitos, a Itália decretou medidas restritivas como confinamento geral da população e quarentena de pessoas infetadas. Seguiram-se Espanha, França e muitos outros países europeus. No dia 7 de março, as infeções em todo o mundo atingiram os 100.000. Dias depois, a 11 de março, a COVID-19 foi declarada uma pandemia pela OMS (Clarke et al., 2020; Dean, 2020; *OMS*, 2020g).

Em Portugal, em janeiro e fevereiro de 2020, os jornais trazem alguma expectativa sobre a possibilidade de o vírus chegar, com notícias de 'falso alarme' (Neto, 2020; Neves, Ramos & Neto, 2020; *Público*, 2020a; Vicente, 2020). No dia 2 de março confirmam-se dois casos de covid em Portugal (Maia, 2020). O número de novos casos confirmados de infeção foi aumentando nos dias

---

[33] Aqui a OMS procura seguir as diretrizes que estabelecera em 2015 contra a utilização de localizações geográficas ou algum tipo de identidade cultural, regional ou nacional para nomes de doenças e vírus, para prevenir a estigmatização (*OMS*, 2015).

[34] O nome de SARS-CoV-2 provém do acrónimo para *Severe Acute Respiratory Syndrome* (Síndrome Respiratória Aguda Grave), uma doença provocada por um coronavírus (*Cov*), e o algarismo *2* representa a segunda variante identificada. (Ben et al., 2020).

[35] Em fevereiro de 2020, em declarações aos mídia, o diretor-geral, Tedros Ghebreyesus explicou que o *CO* significa corona, *VI* para vírus, *D* para doenças e *19* para 2019, ano em que a epidemia começou (Ghebreyesus & *OMS*, 2020e; *ECDC*, 2020). A partir de fevereiro de 2020 a OMS utilizará as expressões 'o vírus COVID-19' e 'o vírus responsável pela COVID-19' nas comunicações públicas, entendendo a utilização do acrónimo SARS podia "criar medo desnecessário para algumas populações, especialmente na Ásia, que foi mais afetada pelo surto de SARS em 2003" (*OMS*, 2020e).

seguintes, até atingir os 642 casos no dia 17 de março (*MAI*, 2020: 10). O primeiro óbito regista-se a 16 de março (Almeida, 2020; Chaíça, 2020)[36].

O Chefe de Estado português declara o estado de emergência no dia 18 de março, a vigorar em todo o território nacional entre os dias 19 de março e 2 de abril de 2020 (Decreto do Presidente da República n.º14-A/2020). A declaração de estado de emergência será renovada por mais dois períodos de 15 dias sucessivos, a 2 e a 17 de abril. Nesse quadro foi imposto o «dever de confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde ou no respetivo domicílio, aos doentes com Covid-19 e aos infetados com SARS-CoV-2» bem como a obrigatoriedade do teletrabalho para grande parte dos funcionários públicos, a suspensão de algumas atividades económicas, limitação da mobilidade entre concelhos, entre outras medidas (Resolução n.º15-A/2020; Decreto n.º2-A/2020).

Com a declaração do estado de emergência, lançou-se uma campanha de informação através dos mídia convencionais e novos mídia, em vídeos, posters e cartazes (*DGS*, 2020a). A partir de 14 de janeiro o site da DGS, apresenta uma secção de informação relativa ao SARS-Cov-2 (https://covid19.min-saude.pt/). No dia 18 de março o Governo lança um site onde coloca informações sobre as medidas de prevenção e contenção do vírus (covid19estamoson.gov.pt/). As forças policiais portuguesas são usadas para dispersar ajuntamentos na rua, forçar o encerramento de estabelecimentos comerciais e, com 'drones' e viaturas equipadas com altifalantes, «divulgando mensagens pedagógicas e de sensibilização, apelando à adoção dos cuidados a ter e dos procedimentos inerentes ao cumprimento das restrições legais impostas», executando aquilo que o governo classifica como «ação pedagógica» (*MAI*, 2020: 41, 55 e 66).

Fazendo uma retrospetiva do primeiro ano de covid, 2020 terminou com 1,8 milhões de vítimas mortais do covid em todo o mundo (Dantas, 2020; *DGS*, 2020). O número de mortes causadas pelo novo coronavírus em Portugal ultrapassou as 1.000 no dia 1 de maio (*DGS*, 2020; Micael, 2021). O dobro deste número é atingido cinco meses depois, no dia 4 de outubro (*DGS*, 2020; Nunes, 2021) e dois meses depois tinha dobrado novamente. (*DGS*, 2020; Salcedas, 2021). Pelo final do mês seguinte, no dia 23 de janeiro, ultrapassava as 10.000 vítimas (*DGS*, 2020; Sá, 2021).

1.2 A interpretação do incidente: os 'factos' e as controvérsias

De janeiro a fevereiro, a OMS, os governos, os cientistas, os mídia e as pessoas em geral partilham de uma indeterminação sobre a doença e que impacto teria na vida quotidiana. É ainda incerto se se

[36] Os mídia afirmam que os primeiros contágios provêm de viagens a Itália e Espanha (Maia, 2020). As infeções começaram por atingir o norte de Portugal, e a procura de explicações leva a que um meio de comunicação justifique com os baixos níveis de educação desta região portuguesa, espoletando a primeira controvérsia moral da pandemia ao nível nacional. (Figueiredo, 2020; Mandim, 2020; Neves, 2020).

trata de um surto passageiro, o quão infeciosa e letal é a doença, e que medidas poderão ser mais eficazes na sua contenção (*DN*/*Lusa*, 2020; Reis, 2020).

A pandemia do SARS-COV-2 teve uma profusa cobertura noticiosa, ocupando uma parte significativa da conversação no quotidiano, envolvendo jornalistas, médicos, políticos e as pessoas em geral (Ducharme, 2020; Mitchell & Oliphant, 2020; Molla, 2020). Nesse contexto, em que a informação é produzida, partilhada e comentada por diversos agentes, meios e formatos, a comunicação é particularmente marcada pelo carácter imediato e interativo da comunicação digital (Cardoso, Paisana & Pinto-Martinho, 2020; Cardoso et al., 2020; Cardoso et al., 2020a; Narciso, 2020). Desse modo, a realidade é construída por uma comunicação abundante, constante e redundante, espoletando problemas de saúde mental (Wen et al., 2020; *OMS*, 2022) e ao que alguns descrevem como «fadiga pandémica» (Aslam et al., 2020; Garfin, Silver & Holman, 2020; Skulmowski & Standl, 2020).

As controvérsias entre especialistas, jornalistas e dirigentes serão uma constante ao longo do primeiro ano da pandemia. Virologistas, epidemiologistas e médicos, mas também políticos, economistas e jornalistas, entre outros, estarão envolvidos em debates na comunicação social sobre a origem do vírus, os medicamentos a aplicar, as estratégias de contenção da propagação, etc., pressionando as instâncias de governo através de artigos de opinião, declarações conjuntas, cartas abertas e petições[37]. Neste contexto, a pandemia será marcada por fenómenos de polarização das crenças e opiniões (Hart, Chinn & Soroka, 2020), onde os agentes sociais dispõem de diferentes interesses, valores e domínio sobre os meios de informação, cooperando e competindo pela definição da situação em desenvolvimento.

Destaca-se uma disputa que será de toda a relevância para o desenvolvimento do objeto desta dissertação. Em outubro de 2020, especialistas em saúde publicaram duas declarações concorrentes sobre as políticas de resposta à pandemia COVID-19: a *Declaração de Great Barrington* (Kulldorff et al., 2020) e o *Memorando de John Snow* (Alwan et al., 2020a; 2020b). A primeira defende a ideia de se promover a imunidade de grupo protegendo os mais idosos, mas levantando todas as restrições aos jovens porque estes teriam capacidade para contrair a infeção do SARS-Cov-2 sem doença grave, e dessa forma adquiririam anticorpos, o que dizem ser benéfico para toda a sociedade. A segunda defende que qualquer estratégia de gestão da pandemia baseada na imunidade natural é um equívoco, pois a transmissão descontrolada entre pessoas mais jovens apresenta um risco significativo de letalidade e mortalidade em toda a população. Se estas posições são incompatíveis, os seus proponentes, porém, possuem as credenciais académicas que os legitimam, a si e aos seus

[37] Sobre a controvérsia da origem do vírus veja-se *OMS* & Jiani et al., 2021; Worobey, 2021; Barata, 2021; sobre a hidroxicloroquina veja-se Wong, 2020; Davey, 2020a; 2020b; Mendes, 2020; sobre a controvérsia da ivermectina veja-se Davey, 2021.

argumentos. Uma extensa lista de cientistas assinará ambas as declarações, sendo os primeiros signatários cientistas reputados da epidemiologia, virologia e outras ciências biomédicas[38].

É ilustrativo que, na pandemia da COVID-19, os governos e as tutelas da saúde afirmavam que as suas decisões apenas 'seguiam a ciência' [follow the science], mas, como refere Sylvia Walby (2021) num ensaio onde discute esta questão no Reino Unido, esta noção de seguir a ciência revela as suas fragilidades quando cientistas, economistas e académicos defendem estratégias mutuamente exclusivas, mas sempre invocando a sua fidelidade à ciência.

No caso português emergem também disputas semelhantes. Por exemplo, quando a 12 de março o *Conselho Nacional de Saúde Pública* (CNSP) toma a decisão de não encerrar as escolas (Gomes, 2020a; Reis, 2020a), os médicos do *Conselho de Escolas Médicas Portuguesas* (CEMP) enviam uma carta aberta para os mídia, endereçada ao chefe do governo, ondem põem em causa a competência dos membros do CNSP dizendo

> Compete-nos manifestar a nossa preocupação relativamente à capacidade técnica de o Conselho Nacional de Saúde Pública lidar com este problema. (…) dúvidas na sua competência para lidar na prática com uma situação destas, sendo que esta eventual falta de competência poderá ainda explicar a sua manifesta incapacidade de decisão (CEMP *apud* Wong, 2020a).

Em tandem com as controvérsias no campo científico, surgem movimentos populares, onde se opõem cientistas e não-cientistas, médicos e jornalistas, especialistas e leigos. Passando a focar o caso português, os mídia dão conta de diferentes movimentos com reivindicações relacionadas com os impactos da pandemia no mercado de trabalho, nomeadamente em setores como as artes, a hotelaria e a restauração, para «dar visibilidade à luta para combate da precariedade que, com a situação epidemiológica que (ainda) atravessamos, tomou contornos assustadores» (Aleixo, 2020), e como as redes sociais têm um papel instrumental na organização e divulgação das suas ações de protesto (Aleixo, 2020; Cordeiro & Rocha, 2020; *Observador/Lusa*, 2020b; *Público/Lusa*, 2020a).

Enquanto estes protestos se baseiam em reivindicações laborais e redistributivas, a partir de agosto de 2020 os mídia dão notícia de movimentos que reúnem um conjunto díspar de pessoas e reivindicações que são classificadas como 'negacionistas' e 'conspiracionistas'. Apesar de estes movimentos frequentemente se aliarem, divulgarem as iniciativas uns dos outros e subscreverem manifestos conjuntos, as suas reivindicações são marcadas por alguma heterogeneidade, entre as que exigem mais rigor científico e transparência nos fundamentos das decisões políticas; outras reclamam inconstitucionalidade das medidas de controlo e restrição (e.g. confinamento, testagem, imposição do uso de máscaras); ou outras que contestam que haja um vírus e, daí, um problema grave para a saúde

[38] Esta controvérsia ainda viverá mais um momento de glória dúbia, quando John Ioannidis, um dos mais citados cientistas de medicina do mundo, publicou um artigo na revista de alto impacto BMJ, onde usa um irónico índice de popularidade, designado Índice Kardashian, para sugerir que os signatários do Memorando John Snow seriam mais populares mas menos científicos que os seus esforçados colegas que subscreveram a Great Barrington Declaration (Ioannidis, 2022).

pública. (Alves, 2021; VV.AA., 2021; Marques, 2021). Entre os movimentos mais referenciados em 2020 estão o *Médicos pela* Verdade, *Verdade Inconveniente*, Pela *Liberdade! Pela Verdade!*, *Covid-19 com Ciência* e *Jornalistas pela Verdade*; e ao longo de 2021 serão destacados o *Juristas pela Verdade*, *Habeas Corpus*, *World Wide Demonstration*, *Defender Portugal* e *Somos hUmaNIDADE*. (Almeida, 2020a, 2020b; Ferreira, 2020; *Público*, 2020b; Alves, 2021; Carmo, 2021; Marques, 2021).

O grupo *Médicos pela Verdade Portugal* (MPV) é um grupo que entrou nesse processo de discussão sobre a pandemia. Constituído em Portugal por profissionais de saúde, apresenta-se publicamente numa conferência de imprensa no dia 29 de agosto de 2020, com o objetivo de, nas suas palavras, «juntar médicos descontentes com o discurso oficial [que] percebem que o discurso oficial não tem paralelo com a realidade» e cujo «objetivo final, será a retoma do Serviço Nacional de Saúde e a retoma dos cuidados de saúde sem restrições» (CONFERÊNCIA, 29/08). Nesta conferência de imprensa estão seis integrantes e, ao longo dos meses seguintes vão sendo apresentados outros integrantes, num total de 24.

O espaço principal da ação do grupo é a internet, com maior preponderância na rede social *Facebook*. O grupo administrou páginas em várias plataformas, no entanto, o *Facebook*, onde alcançou mais de 60.000 seguidores, é a plataforma que privilegiou para comunicar com os seus apoiantes. Regista-se um crescimento acentuado da sua atividade no FB entre setembro e outubro de 2020, decrescendo nos quatro meses seguintes até à sua dissolução no início de fevereiro de 2021. Nestes dois primeiros meses produziu 224 do total de 283 publicações na página, ou seja, cerca de 80% do total de publicações (graf. 7), obtendo uma base de seguidores que ativamente interagem com as publicações (graf. 8), registando-se um total de 351.292 interações.

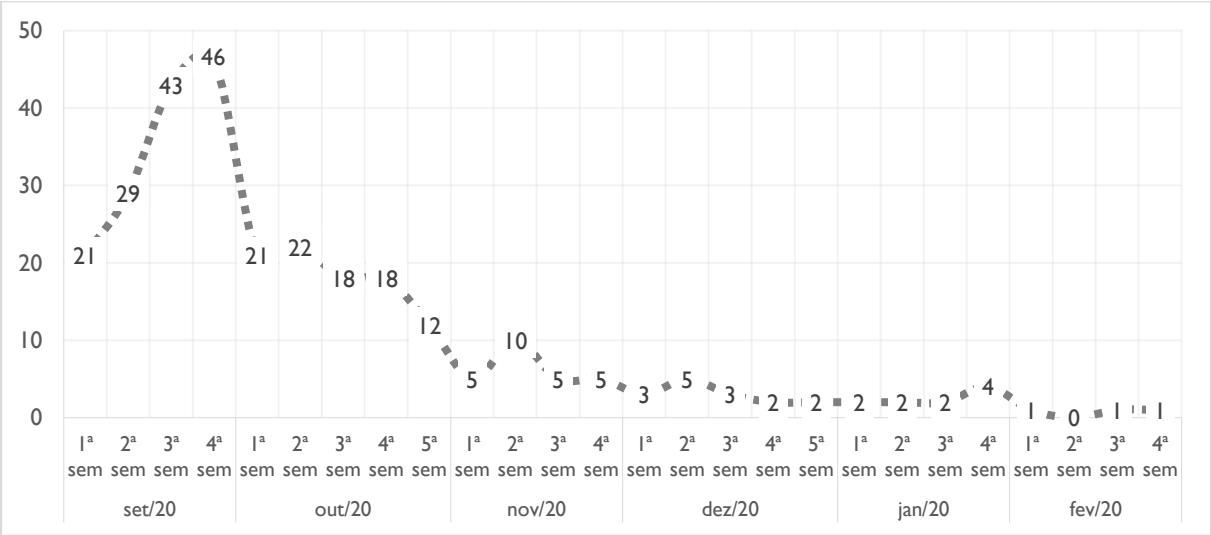

Gráfico 7: Número de publicações por semana na página de Facebook do MPV (n=283)

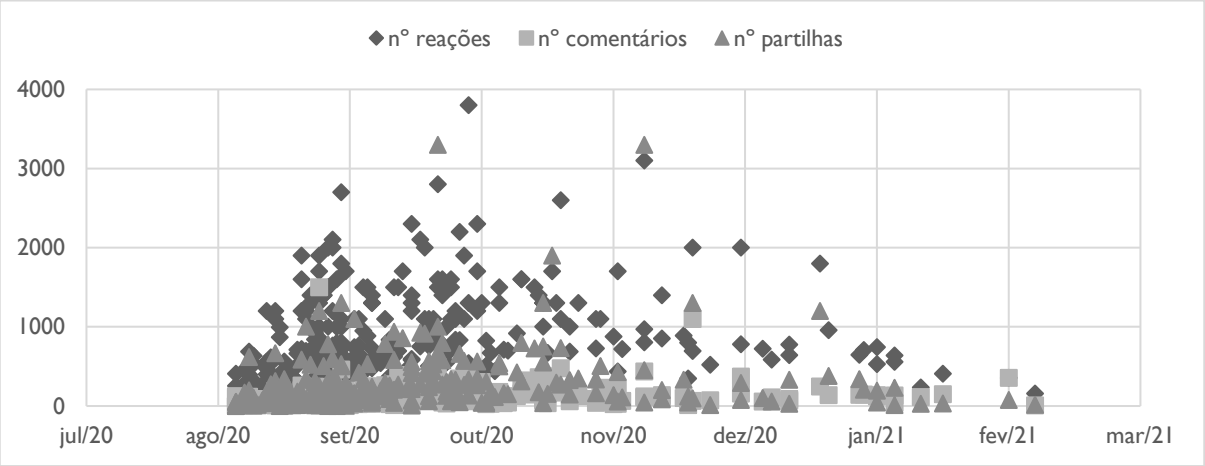

Gráfico 8: Evolução das interações de utilizadores com os conteúdos da página de Facebook do MPV (n=351.292)

Em seguida apresenta-se o estudo de caso, dividindo o trabalho em dois segmentos. No primeiro segmento apresenta-se uma cronologia da relação entre o MPV e os mídia, tendo por base os textos publicados nas plataformas do grupo e nos mídia convencionais. Em seguida apresenta-se a análise temática que incidiu sobre a relação do MPV com os mídia expressa numa seleção de 30 textos (como exposto em *Metodologia*) que nos possibilitam compreender como se desenvolveu esta controvérsia.

2. Uma cronologia da relação entre MPV e os mídia

A relação entre MPV e mídia é marcada por sete estágios, que se identificam como (a) fase invisível; (b) fase da formação da comunidade de apoiantes; (c) fase visível; (d) fase da emergência da controvérsia; (d) fase da colisão; (e) fase da resolução da controvérsia; e (f) fase da reiteração.

a) Fase invisível

Esta fase refere-se a um período que precede a apresentação pública do grupo, durante a qual há uma aproximação entre os indivíduos que serão a base para a constituição do grupo. Os futuros integrantes expressam oposição às políticas aplicadas pelo governo e às posições dos especialistas que os aconselham, em artigos de opinião, e em comunicações entre si que ficam fora do registo que pudemos captar. Compreendemos que esta fase existiu através dos indícios que pudemos recolher: alguns artigos de opinião na imprensa (e.g.: Branco, 2020a, 2020b; Branco & Dias, 2020; Oliveira, 2020a; Tribolet, 2020, 2020a; 2020b); a declaração de objetivos e motivações na conferência de apresentação, onde se afirma «…é um pouco inútil cada um estar a fazer posts no Facebook e na internet em que não temos qualquer espécie de visibilidade. O facto de nós conseguirmos juntar as vozes …poderá dar mais visibilidade à nossa mensagem» (CONFERÊNCIA, 29/08); a afirmação de que a audiência da conferência já estava familiarizada com as opiniões do palestrante, «…alguns de vocês conhecem o meu discurso das entrevistas desencadeadas pelo 'Querendo emigras'»

(CONFERÊNCIA, 29/08); ou ainda a presença de uma faixa com as palavras "Médicos pela Verdade" na manifestação que ocorre no dia de apresentação pública do grupo (NOTÍCIA, 29/08).

Neste período há uma aproximação a outros grupos congéneres, em Espanha e na Alemanha, manifesta na presença de um representante do grupo homólogo espanhol e de uma mensagem em vídeo de um aliado alemão, exibida na conferência de apresentação (CONFERÊNCIA, 29/08). Numa entrevista em dezembro um MPV dá apontamentos de que este período se inicia pelo menos em maio, no final do período de estado de emergência, quando há uma aproximação entre colegas e ativistas com os mesmos interesses e pontos de vista sobre o problema das políticas de resposta à pandemia:

> ...decorrente de várias conversas que nós tínhamos – com colegas de trabalho, etc. – começámos a reparar que tínhamos todos a mesma preocupação (…) começámos a fazer contas e a interagir com colegas de outros países, a estudar epidemiologistas e virologistas internacionais. (ENTREVISTA, 02/12)

Desta fase destaca-se que os mídia convencionais, ao mesmo tempo que as redes sociais, são já usados como canais de comunicação por alguns dos elementos mais destacados do grupo.

b) Fase da formação da comunidade de apoiantes

O MPV apresenta-se publicamente em conferência de imprensa no dia 29 de agosto de 2020[39], num sábado, no Altis Grand Hotel em Lisboa, com transmissão por vídeo na página de *Facebook* 'Quero emigrar', administrado por {Quero emigrar}, um integrante não médico do MPV que fará a gestão das transmissões vídeo do grupo. A data, diz, foi escolhida pela oportunidade de contar com a presença de um representante do grupo espanhol *Médicos por la Verdad* e por coincidir com uma jornada internacional de protestos agendada pelo grupo alemão *ACU2020*[40], dois movimentos referidos como inspiração para a formação do MPV (CONFERÊNCIA, 29/08). Num documento publicado a 25 de outubro, bem como numa outra conferência de imprensa, a 13 de dezembro, o

[39] O registo vídeo da conferência está alojado no website, no blogue do grupo e na plataforma *Bitchute* do grupo. O vídeo também esteve alojado no *Youtube* do MPV, mas o acesso a este e outros vídeos desse canal foi bloqueado em outubro pela plataforma, sendo exibida a mensagem «Este vídeo foi removido por violar os Termos de Utilização do YouTube» (CONFERÊNCIA, 29/08).

[40] O líder do *ACU2020*, o médico Heiko Schöning é uma das pessoas que assume preponderância nos movimentos europeus de contestação às políticas de restrição de liberdades adotadas pelos governos em face da pandemia e será frequentemente mencionado pelo MPV como inspiração. A sigla ACU é a contração do alemão *Außerparlamentarischer Corona Untersuchungsausschuss*, em português 'Comissão Extraparlamentar de Inquérito Corona', entende-se como um grupo de investigação para reunir provas de que a pandemia é uma farsa (ACU, 2020; Hennig, Hilbert, Seekamp & Struckmeier, 2020). Schöning é também co-fundador de outros grupos com objetivos semelhantes como o World Doctors Alliance, (Schneider, 2020; Sundermeyer, 2020; TLB, 2020; WDA, 2020).

MPV declara ter-se inspirado também no movimento alemão *Ärzte Für Aufklaerung* (ÄfA)[41] (DOSSIER, 25/10; CONFERÊNCIA, 13/12).

Na conferência estiveram três palestrantes na sala do hotel e quatro palestrantes com {Quero emigrar} numa sala virtual através da plataforma *Zoom*. Apesar das reivindicações do grupo contra as recomendações e normas vigentes em período de pandemia, as filmagens (fig. 3) permitem afirmar que houve o acatamento das recomendações de distanciamento tanto na distribuição da assistência como na disposição dos conferencistas na mesa.

Figura 3: Fotogramas do registo vídeo da conferência de 2020/08/29

A conferência prolongou-se por cerca de duas horas. Nos primeiros 30 minutos há intervenções de cada um dos MPV, onde se apresentam, dizem as motivações para integrar o movimento, quais as suas reivindicações e elencam as suas credenciais profissionais e académicas. No tempo restante respondem a questões colocadas pela assistência.

Nas palavras de abertura da conferência sublinham que, apesar de terem sido endereçados convites, não há nenhum órgão de comunicação social presente. Isto é algo que se repetirá em dezembro, na segunda e última conferência de imprensa do MPV (CONFERÊNCIA, 13/12).

No início da conferência refere-se que «há pessoas que querem ir à manifestação», ficando claro que existe uma coordenação com os protestos que decorrerão nesse dia em Lisboa e a conferência de imprensa termina com um apelo para as pessoas se dirigirem ao Rossio, para onde está agendada a manifestação (Almeida, 2020a; NOTÍCIA, 29/08).

Neste período os mídia mantêm-se indiferentes ao grupo MPV em Portugal. Não houve qualquer referência à conferência de apresentação, mas há referências à manifestação. Uma notícia sobre a manifestação refere o discurso de «uma pessoa que se disse médico pela verdade»; e outra notícia apresenta com algum detalhe as intervenções do MPV na manifestação, mas refere que se

[41] O grupo Aerzte für Aufklaerung, que em português pode ser traduzido como Médicos pelo Esclarecimento, foi fundado em Hamburgo em maio de 2020 pelos médicos Walter Weber e Marc Fiddike. Reivindica o fim de todas as medidas de restrição de liberdades, convicto de que a pandemia da COVID-19 é uma farsa criada por poderes-sombra para fins económicos e políticos. (Schneider, 2020; Sundermeyer, 2020). Um grupo análogo é formado em Espanha com o nome Médicos por la Verdad e será desse modo que em Portugal o grupo Médicos pela Verdade escolherá o seu nome, como declarado pelo MPV no DOSSIER DE INFORMAÇÃO e nas conferências de imprensa a 29 de agosto e 13 de dezembro de 2020 (Polígrafo, 2020; CONFERÊNCIA, 29/08; DOSSIER, 25/10; CONFERÊNCIA, 13/12).

trata da congénere espanhola, não identificando que havia despontado um grupo português com a mesma designação (Almeida, 2020a; NOTÍCIA, 29/08).

A partir da apresentação em conferência de imprensa a atividade on-line do grupo é maioritariamente orientada para a captação de apoiantes, publicitação do seu *Manifesto* e dos diferentes recursos de intervenção que o grupo cria em plataformas on-line. Identifica-se que passa a uma fase de formação de uma comunidade de apoiantes, uma audiência a quem se dirige diariamente através de publicações no website, blogue e no *Facebook*. Na primeira semana de setembro, o grupo cria uma página no *Facebook* e contacto de correio eletrónico (31 de agosto), um canal de *Youtube* (2 de setembro), uma página de *Instagram*, um website e um blogue (3 de setembro), e um grupo de conversação no *Telegram* (4 de setembro)[42]. As mensagens do grupo revelam como principal preocupação a angariação de aderentes à causa, indo de 7.500 'likes' no *Facebook* no dia 7 de setembro para o dobro sete dias depois. O grupo publicita nas várias plataformas um manifesto onde sintetiza as suas reivindicações, as condições para aderir ao grupo, e declara a sua independência em relação a grupos partidários, religiosos e outros movimentos nacionais e internacionais (MANIFESTO, 03/09).

c) Fase visível

A última semana de setembro é marcada por um esforço concertado de ter a atenção dos mídia, que se revela por um conjunto de cartas dirigidas aos jornais ou publicadas nos jornais, reproduzidas nas plataformas administradas pelo grupo (CARTA ABERTA, 25/09; Tribolet, 2020c). Nestas cartas em nenhuma parte os autores se identificam como MPV. No entanto, antes de chegarem aos mídia são publicadas nas plataformas do MPV ou são republicadas com mensagens como: «carta aberta do Dr.{MPV}, um dos nossos médicos»; «Dr.{MPV} é um dos Médicos pela Verdade». Esses autores produzirão textos nas plataformas do grupo e prestarão declarações à imprensa enquanto MPV, evidenciando que integram, de facto, o grupo. Destaca-se uma *Carta Aberta aos Médicos Portugueses* publicada nas plataformas do grupo no dia 24 de setembro e no dia seguinte num jornal. A ligação para a carta publicada no jornal é também partilhada pelo MPV com a afirmação «Finalmente, um órgão da Comunicação Social nos deu espaço. Aguardamos oportunidade de debater as nossas posições publicamente» (FB, 24/09; CARTA ABERTA, 25/09).

Este primeiro mês de existência do grupo é já pontuado por alguma polémica sobre as suas publicações no Facebook. Um website de verificação e desmentido classifica uma publicação do MPV como 'notícia falsa', alegando que o grupo teria apresentado informação parcial, omitindo dados que

[42] Facebook: https://www.facebook.com/medicospelaverdadeportugal/; email: info@medicospelaverdadeportugal.com; Youtube: https://www.youtube.com/channel/UCJ-wqZW6E7yr_XRsSq2KoQg; Instagram: https://www.instagram.com/medpelver/; website: http://www.medicospelaverdadeportugal.com/; blogue: https://www.medicospelaverdadeportugal.com/blog; Telegram: https://t.me/joinchat/OAqlyR0YmoXhE8gCnWOYgg.

falseariam as proposições que defendem (Sampaio, 2020). O grupo apagará a publicação em causa e responderá a esta notícia, questionando a isenção dos mídia de um modo geral e a legitimidade dos 'fact checkers' em particular (FB, 21/09).

Nos mídia convencionais, assinalam-se dois artigos que visam o MPV. Um primeiro artigo datado de 18 de setembro, não explicita o MPV, mas refere-se a «médicos (poucos) que perigosamente por saberem qualquer coisinha sobre ciência esquecem-se que a sua ignorância é muito maior do que o pouco que sabem» (Carona, 2020a). Um segundo texto de opinião trata especificamente do grupo onde o autor expressa um conjunto de ideias que serão recorrentes em peças noticiosas subsequentes. O autor entende que algumas das reivindicações do grupo lhe parecem louváveis, com objetivos «nobres e legítimos (…) entraria num movimento de cidadania assim», no entanto, releva os aspetos onde o MPV se aproxima, na sua perspetiva, a grupos "conspiracionistas", "negacionistas" e à "fauna antivax", considerando pueris a generalidade das suas reivindicações pois «dedicam-se fundamentalmente à guerra à testagem e às máscaras» (OPINIÃO, 29/09).

O uso que o grupo faz do direito de resposta, previsto na Lei da Imprensa (Lei n.° 2/99), será quase sempre muito *sui generis*. O MPV responde a este texto de opinião, no dia 1 de outubro, com um vídeo e texto intitulado "Direito de Resposta ao {Jornal}", mas esse direito de resposta não será publicado no jornal, como este estaria obrigado nos termos da lei (RESPOSTA, 01/10). De facto, apesar de intitularem vários textos e vídeos como 'direito de resposta' ou ainda 'resposta ao jornal X', apenas um texto será efetivamente publicado nos mídia ao abrigo desse direito legal.

Esta fase é, assim, marcada por um dualismo em relação aos mídia, seja a imprensa sejam as plataformas de mídia sociais. Ao mesmo tempo que o grupo expressa desconfiança em relação à imprensa, procura insistentemente o seu engajamento. O grupo protesta pela forma como alguns jornalistas lhes endereçam questões, o que consideram perseguição e assédio. Por exemplo, no dia 10 de outubro publica um comunicado onde acusa um jornal de verificação e desmentido de assédio e perseguição, com perguntas de «teor difamatório e atitude persecutória (…) concernentes ao nosso suporte informático alegando o mesmo ser composto por elementos antivacinas» (FB, 23/09; FB,10/10).

Do mesmo modo, sendo os mídia sociais fundamentais na organização do grupo, publicará mensagens onde protesta com as advertências e bloqueios que as plataformas acionam sobre os seus conteúdos. Contudo parece não poder prescindir destes meios para a sua intervenção e, em resposta a estes bloqueios, o grupo apela aos seguidores para aderirem a outras plataformas administradas pelo grupo, menos sujeitas a censura (como *MeWe*, *Bitchute*, entre outras), e revelam

que é possível o bloqueio permanente da página de *Facebook*, escrevendo «Nunca se sabe…» (FB, 27/10)[43].

O mês de outubro será marcado por protestos de rua onde o grupo participa. O MPV não se identifica como organizador de protestos de rua, mas associa-se a outros grupos que o fazem, como acontece na altura da sua apresentação em conferência de imprensa, em agosto. O grupo participará em duas ações de protesto, no dia 11 e no dia 24 de outubro, organizadas por outros ativistas (*Verdade Inconveniente*, *Covid-19 com Ciência*, *Pela Liberdade! Pela Verdade*). A participação do grupo faz-se através de comunicações aos manifestantes, transmitidas também em direto em páginas do *Facebook* e canais de *Youtube* e *Bitchute* como o *Quero Emigrar* e *Verdade Inconveniente* (FB, 6/10; INTERVENÇÃO, 11/12; NOTÍCIA, 11/10).

Se até meados de outubro as reivindicações do grupo se prendem com o uso generalizado de máscara e a fiabilidade dos testes PCR, neste momento o foco é o autoritarismo das instâncias de governo:

> O confinamento de pessoas saudáveis e a generalização do uso de máscaras, especialmente em espaços abertos, não tem qualquer base científica. São medidas que nunca foram utilizadas no passado e que, por assim dizer, foram inventadas em 2020 (CARTA ABERTA, 25/09)
>
> Em vez de uma coisa que não tem fundamento científico e nem sequer está re-co-men-da-da! [separa as sílabas para dar ênfase à palavra]. Que nem sequer está recomendada! Portanto, está-se a ir para além daquilo que é recomendado (INTERVENÇÃO, 11/10)
>
> Porque é que um diretor de um qualquer agrupamento, acha-se doutorado em medicina, o seu medo lhe dá autoridade para tiranizar uma ordem? (INTERVENÇÃO, 11/10)
>
> Não é a Graças Freitas que vai dizer à avó como é que quer tomar conta do neto, assim como não são eles que nos vão dizer como havemos de passar o Natal! Era só o que me faltava! [assobios e aplausos] (INTERVENÇÃO, 11/10)

As notícias sobre estas manifestações descrevem os grupos envolvidos como "movimentos cívicos", destacando as suas preocupações com a saúde infantil, as reivindicações por justiça na aplicação das medidas e a salvaguarda dos direitos constitucionais (NOTÍCIA, 11/10; *Observador/Lusa*, 2020c; *Público/Lusa*, 2020c). Nestes textos identificam-se os grupos *Verdade Inconveniente* e *Covid-19 com Ciência* como organizadores destes protestos e o MPV como colaborador. No entanto, não há qualquer menção a estes grupos nos artigos de opinião e será o grupo MPV que constituirá o foco das preocupações com desinformação sobre a pandemia, tanto nos textos noticiosos como nos textos de opinião.

A publicação on-line da *Declaração de Great Barrington* (Kulldorff et al., 2020), no dia 5 de outubro, dará ao MPV um novo fundamento para as suas reivindicações, adotando a defesa da imunidade de grupo como uma das suas reinvindicações (INTERVENÇÃO, 11/10; DOSSIER, 25/10; ENTREVISTA, 02/12; CONFERÊNCIA, 13/12).

---

[43] MeWe: https://mewe.com/p/medicospelaverdade-portugal; Bitchute: https://www.bitchute.com/channel/43buGjUUb2ub/

d) Fase da emergência da controvérsia

Até meados de outubro o grupo MPV não desperta muita atenção na imprensa, com as poucas referências até aqui expostas. No entanto, a partir daí rapidamente se consolidará a associação do MPV a desinformação, através de uma série de notícias que hostilizam o grupo e desaprovam as suas reivindicações.

A 17 de outubro surge uma notícia sobre um vídeo em que o Presidente da República «deparou-se com quatro cidadãos» que lhe terão dito que «está refém dos illuminati», que a pandemia é uma fraude para «testar antenas 5G» e que o vírus «SARS-Cov-2 foi preparado em laboratório e de forma intencional» (NOTÍCIA, 17/10). Nessa troca de palavras a notícia relata que uma das pessoas «lembrou ao Presidente que existe um grupo autointitulado Médicos Pela Verdade em Portugal que estão a demonstrar a fraude que é a pandemia». O MPV responderá a esta notícia no dia 19 de outubro apontando que o «vocabulário usado pela imprensa alinhada com a ortodoxia é pobre em geral», e dizendo que «se regozijam pelo facto de, decorrido pouco tempo após o seu surgimento, serem já uma referência junto da população (…) evidentemente, não assumem nem podem assumir tudo o que dez milhões de portugueses resolvam dizer invocando o seu nome» (COMUNICADO, 19/10).

Um momento charneira na trajetória do grupo acontece a 19 de outubro, quando é noticiado que a OM instaurou processos disciplinares a integrantes do MPV, na sequência de «denúncias, documentação e queixas relacionadas com os médicos que integram o movimento Médicos pela Verdade e com as ideias por eles propagadas (…) através das redes sociais e em artigos de opinião publicados na imprensa» (NOTÍCIA, 19/10). A notícia apresenta a opinião de dois MPV, que se defendem de modo distinto. Um diz que «a opinião dos especialistas vale zero quando há estudos publicados»; outro diz que «não tem acompanhado de tão próximo tudo o que o movimento tem defendido e, por isso, não pode dizer se apoia todas as coisas que fazem ou dizem». O testemunho de outros médicos e dirigentes da profissão é utilizado para rebater as reivindicações do MPV. Significativamente, o MPV é descrito nesta notícia como «movimento que nega a gravidade da Covid-19» e o artigo tem o marcador 'Pseudociência' no arquivo do jornal. Uma outra notícia noutro jornal, abordando o mesmo assunto, tem o marcador 'Desinformação científica' e o MPV é descrito como «movimento que desvaloriza a gravidade da doença pelo vírus SARS-Cov2, contra o uso generalizado de máscaras e de testes de diagnóstico pela técnica de PCR» (Firmino & Maia, 2020). Nesta segunda notícia, publicada no dia 21 de outubro, cita-se a opinião de um médico ligado ao MPV que diz «há uma perseguição a quem quer emitir a sua opinião de forma livre e documentada (…) que discorda do discurso oficial (…) nenhum de nós foi ouvido nomeadamente pela comunicação social dominante». Apresenta ainda o testemunho de um professor universitário aposentado, «uma

das pessoas que apresentaram queixa contra o movimento» que defende que o MPV deve ser acusado de «crime de propagação de doença».

No dia 23 de outubro no parlamento português discutia-se uma proposta para decretar a obrigatoriedade do uso de máscaras em espaços públicos. Os mídia noticiam que «vinte e poucas pessoas concentravam-se junto à porta lateral da Assembleia (…) tentaram entrar no Parlamento para assistir à discussão nas galerias, o que é proibido desde março devido às medidas de combate à pandemia e até exigiram o livro de reclamações» (Lopes & Rodrigues, 2020). A notícia refere também que o protesto «foi convocado pela Plataforma Cidadania XXI», com a colaboração do grupo *Covid19 Com Ciência*, «ligada ao movimento Médicos pela Verdade (…) que já pediu audiências aos grupos parlamentares».

Para além da cobertura noticiosa, outros agentes vão contribuir para a disputa, tomando partido pelas posições do MPV ou contra estas. Numa rubrica de opinião em podcast, partilhada nas plataformas do MPV, um colunista diz que o MPV está a ser injustamente reprimido e silenciado pelo regulador, numa atitude anticientífica, pois

> …o movimento Médicos pela Verdade ao que eu julgo saber não nega exatamente a gravidade da covid… modera um pouco a gravidade que tem sido anunciada… (…) E criaram um movimento, que se exprime em… julgo eu, apenas através das redes sociais (…) isto não implica nenhuma ação gravosa, é apenas uma opinião, não tem consequências diretas na saúde pública, não vale a pena dramatizar (OPINIÃO, 20/10).

No entanto, mais serão os que argumentam que o MPV é um grupo perigoso, uma ameaça à saúde pública, constituído por pessoas ligadas à pseudociência, e que conduz as pessoas a comportamentos arriscados e equivocados (Firmino & Maia, 2020; NOTÍCIA 24/10; Pina, 2020; ENTREVISTA, 07/11). Destaca-se este texto de opinião que é representativo da oposição ao MPV:

> Nas redes sociais e inseridas nos movimentos "antissistema" (apoiantes de teorias da conspiração que põem em causa as autoridades), também tivemos posições antimáscara, consubstanciadas em petições públicas online à Assembleia da República e queixas à Provedoria de Justiça. Mais grave, porque ética e deontologicamente inaceitável, é o movimento "Médicos pela Verdade", grupo de profissionais da saúde que desvaloriza a importância da pandemia e é contra o uso generalizado de máscara, de testes em pessoas assintomáticas e do isolamento profilático. Tais posições têm felizmente uma dimensão residual, mas como circulam nos media sociais há o risco de se tornarem mais robustas. Para além de contestação elas traduzem ignorância e falta de informação e há que as saber corrigir (Pina, 2020)

A associação do MPV a desinformação é fortalecida por uma reportagem intitulada *Como a covid-19 espalhou a desinformação. Vídeos dos Médicos pela Verdade bloqueados*, publicada a 24 de outubro. A reportagem conta com o testemunho de especialistas e um médico ativista contra a desinformação, onde a ligação a desinformação, negacionismo, conspiracionismo e ameaça à saúde pública é o tema de fundo (NOTÍCIA, 24/10). O testemunho do médico ativista, «criador do blog Scimed (que promove literacia em saúde) e tem desmascarado muita dessa desinformação» refere que os «movimentos 'pela verdade' não passam de movimentos pró-ignorância e negação» e que no «caso de profissionais de saúde deveria dar direito a sanções disciplinares». Por outro lado, nessa reportagem, uma especialista em desinformação do Instituto Superior Técnico entende que a

desinformação é um problema que está tanto nos mídia sociais como nos mídia convencionais, uma vez que «à boleia da diversidade de opinião espalha-se desinformação», defendendo que «deveria haver uma maior responsabilização editorial nos meios de comunicação sobre se devem publicar certas opiniões e sobre a distinção entre factos e opiniões».

A reportagem refere, com a corroboração de integrantes do MPV, que três dos vídeos do Canal de *Youtube* do MPV estavam bloqueados, e que outros vídeos apresentam uma legenda que remete para conteúdo da OMS. Esta informação é consistente com uma publicação do grupo no *Facebook* no dia 10 de outubro onde se afirma que o «Canal de Youtube dos Médicos pela Verdade Portugal acaba de ser bloqueado durante 7 dias» (FB, 10/10). Nessa publicação o grupo anuncia ainda que todo o conteúdo vídeo do grupo está disponível no seu canal de *Bitchute*, uma plataforma semelhante ao *Youtube*, mas que não censura qualquer tipo de conteúdo.

Em resposta a estas notícias o MPV publica nas suas plataformas um documento intitulado *Médicos pela Verdade Portugal – DOSSIER DE INFORMAÇÃO* (DOSSIER, 25/10). Neste documento rejeitam as acusações de divulgar desinformação, afirmando-se «inocentes da mentira», «culpados de lutar contra a desinformação», e «afirmam a sua indignação se acaso a Ordem dos Médicos abriu processo por delito de opinião ou por pretender silenciar quem dela, cientificamente, diverge».

e) Fase da colisão

O mês de novembro começa com alguma expectativa do grupo de conseguir apresentar-se num meio de comunicação de massas, anunciando uma entrevista num canal de televisão. Contudo, a 4 de novembro publicam um comunicado onde referem que, na verdade, a entrevista não decorreu como esperavam e repudiam a forma como esta foi conduzida, dizendo que a

> entrevista não se pautou, infelizmente, pelos critérios de isenção de objetividade nem de respeito que devem nortear a ação jornalística (…) mais se assemelhou a um ataque pessoal do que a um programa de esclarecimento de temáticas científicas importantes e curiais para a população (COMUNICADO, 4/11).

A reportagem será transmitida a 12 de novembro, marcando um mês em que a credibilidade do grupo entra numa fase de acelerada erosão, por um conjunto de notícias que alegam falta de ética e infrações deontológicas na atuação das figuras mais destacadas do movimento.

O grupo responderá com comunicados, cartas abertas e 'direitos de resposta', procurando defender as suas posições, apontando para o tom persecutório das notícias e a falta de preparação científica dos jornalistas para debater o tema.

Uma entrevista a um website de verificação e desmentido, no dia 7 de novembro, com o mesmo médico ativista entrevistado a 24 de outubro (NOTÍCIA, 24/10), apresenta uma visão do MPV como «pessoas com ligação à pseudociência (…) a promover desinformação». O entrevistado, que «dedica-se a refutar mitos e desinformação anti-científica» numa página na rede social Facebook, considera que

> …a Ordem tem uma atitude demasiado reativa e pouco preventiva [permitindo] médicos fazerem ou dizerem uma série de barbaridades que têm consequências reais na vida das pessoas [pelo que há] urgência de se regular a profissão de uma forma mais incisiva (ENTREVISTA, 7/11).

Este entrevistado distingue jornalistas de colunistas dizendo «os jornalistas têm tido uma atitude responsável, o problema [são as] colunas de opinião (…) que estragam todo o trabalho [ao] ter colunistas a dizer que a Covid-19 é uma gripe banal» (ENTREVISTA, 07/11).

O grupo reage a esta entrevista no dia seguinte com um comunicado onde repudia as declarações do «indesejável colega», questionando a sua legitimidade e relevância enquanto cientista que «pretende passar por sumidade científica (…) qualidade que a comunidade científica, até ao momento, não lhe conhecia»; referindo as «considerações manifestamente infelizes noutras publicações de sua autoria desta feita enquanto editor da página Scimed»; sugerindo que a sua conduta não é conforme a deontologia da profissão (COMUNICADO, 08/11).

Uma nova polémica é espoletada por uma reportagem sobre um integrante do MPV que terá «passado declarações médicas para que os doentes não tenham de usar máscaras ou viseiras nos locais em que são obrigatórias» sem que a sua especialidade o justificasse ou que houvesse um diagnóstico rigoroso de cada situação (NOTÍCIA, 10/11). O grupo responde com uma carta aberta nas suas plataformas onde considera que a reportagem «de índole persecutória e inquisitorial (…) não se trata de uma investigação, pois nada havia a investigar [é] uma inquisição» manifestando preocupação «pelos métodos com que as jornalistas obtiveram dados clínicos [sigilosos]» (CARTA ABERTA, 12/11).

Com a atenção dos meios de comunicação de massa sobre o MPV, a controvérsia terá um momento-chave a 12 de novembro quando uma extensa reportagem é transmitida num canal de televisão. A reportagem intitulada *O grupo polémico contesta os perigos da Covid-19*, apresenta o MPV como movimento de protesto cujas reivindicações são infundadas e perigosas (NOTÍCIA, 12/11). A reportagem desenvolve-se em torno de uma entrevista a um MPV, sublinhando as contradições na argumentação, refutando-a com opiniões de especialistas, as orientações da OMS, da DGS e do ECDC. A reportagem é seguida de um painel de comentadores que expressam preocupação com as declarações e as consequências da ação do MPV.

Desta reportagem serão retirados fotogramas que passam a ilustrar quase todas as notícias sobre o grupo (fig. 4).

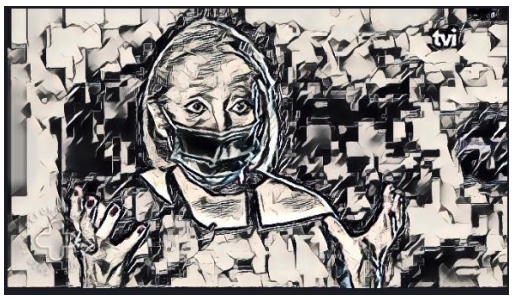

Figura 4: Fotograma da reportagem televisiva "Grupo polémico..." (NOTÍCIA, 12/11)

O MPV publica um comunicado sobre a reportagem, no dia seguinte, dizendo tratar-se de «um ataque insidioso a todo o trabalho que os MPVP têm vindo a realizar de trazer para a opinião pública o debate sobre um tema onde expressamente não há consenso científico» (COMUNICADO, 13/11).

Depois desta sucessão de polémicas nos mídia, novembro ainda seria marcado por uma reportagem que afirma que um MPV deu conselhos para falsear os resultados de testes à covid. Um jornal reporta «uma troca de mensagens dos Médicos pela Verdade na aplicação de telemóvel Telegram [divulgando] uma receita que [visa] conseguir eliminar todos os restos virais mesmo que a pessoa esteja infetada» (NOTÍCIA, 23/11). A reportagem apresenta a opinião de vários médicos, dirigentes e representantes da OM que repudiam a atuação do MPV e alguns referem que o caso pode ser enquadrado pelo artigo 283° do Código Penal que prevê uma pena de prisão a pessoa que propague doença contagiosa.

A peça de jornal afirma que o MPV em causa teria sido contactado e preferiu não responder, porém, termina referindo que o jornal recebeu um texto de resposta pelo MPV, que publicará três dias depois. Nessa resposta o MPV defende-se dizendo que «a notícia corrompe, quiçá intencionalmente, o propósito do MPV», alegando que «se os autores tivessem formação em saúde compreenderiam (…) mas, porque ignorantes na matéria, fundamentam-se 'no ouvir dizer' com o entusiasmo dos conhecedores». Este texto termina dizendo que a questão será «tratada em sede penal» e que nem «Galileu terá sido confrontado com tamanha deturpação» (RESPOSTA, 26/11).

Nos dias seguintes os mídia noticiam que a OM instaurou novo processo disciplinar a este MPV (Oliveira, 2020; *Observador*, 2020).

Uma entrevista com esse MPV, publicada no semanário *SOL* no início de dezembro, aborda o tema dos processos disciplinares mas atenua as acusações de desinformação e enfatiza as motivações 'pró-sociais' e o caráter de movimento cívico do grupo (ENTREVISTA, 02/12). Em contraste, no dia seguinte é publicada uma entrevista, na revista *Sábado*, a dois reconhecidos autores e cientistas que declaram que os «Médicos pela Verdade deviam ser impedidos de exercer medicina» (Marques, 2020).

A polémica sobre o MPV, que até aqui se prendia com questões no campo da saúde pública entrará ainda num outro campo. No dia 9 de dezembro é publicada uma notícia na revista *Visão* que alega ligações do grupo a um partido de extrema-direita através do seu coordenador técnico, {Quero Emigrar}, um dos elementos que não é médico mas tem um papel relevante na organização da atividade do grupo (NOTÍCIA, 09/12). A peça refere que {Quero Emigrar}, identificado pelo grupo como 'coordenador' ou 'suporte técnico', teria simpatias por esse partido, sendo um «inflamado propagandista da página queroemigrar.com (…) comenta o programa do Chega, do qual nega ser militante».

O grupo rejeitará estas acusações num comunicado e numa última conferência de imprensa a 13 de dezembro (COMUNICADO, 13/12; CONFERÊNCIA, 13/12), afirmando que o objetivo deste tipo de notícias é «difamar, descredibilizar ou mesmo insultar quem não se consegue aceitar» (COMUNICADO, 13/12).

f) Fase da resolução da controvérsia

Esta controvérsia será resolvida, pelo menos formalmente, pela dissolução do grupo no início de 2021. A partir de dezembro há um decréscimo acentuado das publicações do MPV, bem como algumas indicações de que o grupo está em desagregação. No dia 8 de dezembro, um MPV publica no *Observador* um texto de opinião onde escreve «Rendo-me. Atiro a toalha ao chão. (…) A vitória é de quem é mais repetido, difundido e vendido. E comprado por todos. (…) Podem parar com os artigos e os processos por delito de opinião» (Tribolet, 2020d).

Dias depois o MPV realiza uma conferência de imprensa que decorreu no Hotel Mundial, em Lisboa, no dia 13 de dezembro de 2020, transmitida por videoconferência (Zoom) no website e canal de Facebook 'Quero Emigrar'. Mais uma vez o grupo mostra-se surpreendido porque não esteve presente nenhum órgão de comunicação social:

> …tendo convocado esta conferência de imprensa, não esteja aqui a imprensa que tanto nos comenta e que tanto nos critica. (…) Lamento que não estejam aqui, que não tenham tido a frontalidade e a coragem de nos encarar a todos. Mais uma vez… não abona nada a favor do jornalismo que se faz no nosso país mas enfim… (CONFERÊNCIA, 13/12)

O tema central da conferência é a vacinação contra a COVID-19, que se iniciaria 14 dias depois:

> Vacinação massiva não é uma decisão política, não é por decreto. Implica informação da população; implica cada doente conversar com o seu médico, implica consentimento esclarecido e informado, que está consignado na Declaração dos Direitos Humanos, que está consignado na Constituição, e que não pode ser escamoteado sob pretexto algum. Muito menos com vacinas que não tiveram ainda tempo para serem estudadas e para poderem ser afirmadas com toda a segurança de que não há risco, e de que a… a vacinação massiva não nos vai transformar em cobaias humanas (CONFERÊNCIA, 13/12)

Nesta conferência de imprensa, no Hotel Mundial em Lisboa, são palestrantes cinco MPV e um representante do grupo homólogo espanhol, que participará por videoconferência. O grupo é referido como «movimento de médicos» e também como «associação de cidadãos», dizendo que «faz todo o sentido os psicólogos fazerem parte do nosso grupo (…) faz todo o sentido os enfermeiros fazerem parte do nosso grupo (…) e faz todo o sentido os cidadãos, em breve, fazerem parte da nossa associação, porque isto é uma associação cívica e humanista». A designação do MPV

como 'associação' surge já na supramencionada entrevista ao semanário *SOL* a 2 de dezembro, e será reiterada em notícias posteriores (NOTÍCIA, 13/02)[44].

Depois disto, o grupo entra num período de progressivo silêncio, pontuado por algumas publicações esparsas que culminam na declaração de suspensão das atividades, a 8 de fevereiro de 2021, numa publicação no *Facebook*, no website e no blogue.

> A nossa vontade e a nossa determinação em divulgar ciência e em expor alternativas continuam vivas e irão seguir em frente mas o ambiente concentracionário e repressivo em que vivemos e que vem sendo acentuado desde a nossa fundação, aconselha a que por ora não se vá mais além neste formato. Vamos suspender a nossa página e o nosso site até que sejamos todos livres de novo. (FB, 08/02)

Nos dias seguintes será noticiada esta decisão do grupo e a punição pela OM com penas de censura e suspensão alguns dos integrantes do MPV: uma pessoa com uma pena de seis meses de suspensão e outras três com penas de censura de uma a duas semanas (*DN*, 2021; Novais & Simões, 2021; Novais, 2021; *Observador*, 2021; Pereira, 2021a; *SOL*, 2021). Registam-se também alguns artigos de opinião em que uns apoiam a decisão do regulador e outros consideram-na antidemocrática (Abreu, 2021; Gonçalves, 2021, 2021a; Pinheiro, 2021).

g) Fase da reiteração

Uma semana depois, a 23 de fevereiro, o Facebook do MPV apresenta nas suas plataformas uma última mensagem em que comunica a extinção do grupo, referindo que três dos seus integrantes mais ativos decidiram abandonar esta forma de intervenção. Porém, na mesma mensagem, anuncia-se a formação de um novo grupo intitulado de 'Aliança pela Saúde', com página de Facebook e website (FB, 23/02). Notícias referem que este grupo é administrado por um MPV e conta com a colaboração dos que foram mencionados como tendo abandonado esta forma de luta. O novo grupo organiza ações de protesto de rua, nomeadamente a afixação de 'outdoors' em Lisboa e no Porto com a pergunta "O seu filho é uma cobaia?", e uma caminhada entre Coimbra e Lisboa, chamada *Marcha pelas Crianças*, cujo percurso foi registado em vídeos em direto no site do movimento, em protesto pela vacinação das crianças contra a COVID-19 (Novais & Duarte, 2021; Rito, 2021).

Nas colunas de opinião continuar-se-á a debater o MPV nos meses seguintes, associando-os a campanhas de desinformação, ameaças à democracia e perigo para a saúde pública (Abreu, 2021a, 2021b; Coutinho, 2021; Pereira, 2021). É relevante sublinhar que a extinção do grupo não se traduz numa diminuição dos protestos dirigidos às políticas de contenção da pandemia. Pelo contrário, regista-se um acentuar dos protestos de rua. Com o grupo formalmente extinto, outros ativistas como os *Juristas pela Verdade*, o *Habeas Corpus*, o *World Wide Alliance Portugal*, *Resistência Portugal*,

[44] Uma pesquisa na plataforma Racius, um website que compila informação sobre empresas e associações registadas em Portugal, apresenta a informação de que a Associação Médicos Pela Verdade Portugal foi constituída em 2020/11/24, com número de identificação fiscal 516228978, capital social de € 0,00, e código CAE 94995 Outras atividades associativas.

entre outros, vão ser noticiados nos mídia, espoletando novas polémicas (*DN/Lusa*, 2021a; *Público/Lusa*, 2021a). Em março, maio e julho de 2021, os mídia noticiam as manifestações com maior mobilização popular desde o início da pandemia, em que pela primeira vez ultrapassam os milhares de manifestantes (Alves, 2021; Carmo, 2021; Carmo & Pinto, 2021; Gomes & Tavares, 2021), sendo ainda registadas ações de vandalismo contra centros de vacinação e a figuras públicas como o coordenador da *task force* para a vacinação e o Presidente da Assembleia da República (Carmo, 2021a; *DN/Lusa*, 2021; Santos, 2021; *TSF/Lusa*, 2021).

Um último apontamento deve ser feito. Em janeiro de 2022, nas vésperas de eleições legislativas intercalares, médicos do extinto MPV vão integrar uma candidatura à Assembleia da República (Carona, 2022; Pereirinha, Ferreira, Martingo, 2022).

2.1 Considerações sobre a relação entre o MPV e os mídia

O MPV expressa ambiguidade em relação à imprensa. Frequentemente partilha títulos e excertos de notícias da imprensa que, de alguma forma, favorecem a sua tomada de posição, por exemplo notícias com títulos como «Treze mil médicos e cientistas juntam-se a movimento anti-confinamento» (FB, 9/10); «Estudo arrasa dados da DGS sobre Covid-19 usados em análises científicas» (FB, 9/11), ou «AstraZeneca debaixo de fogo. Duas voluntárias da vacina desenvolvem sintomas neurológicos graves» (FB, 21/09), este último acompanhado do comentário «O artigo é de jornal pelo que a sua análise deve ser feita com reservas».

Assinala-se também que, em particular nas fases iniciais, o MPV procura o engajamento com os mídia convencionais, endereçando-lhes solicitações para entrevistas, para «debater as nossas posições publicamente» (CARTA ABERTA 25-09). Quando identificamos a 'fase invisível', sublinha-se que ainda antes da formação do grupo, os seus elementos procuravam intervir através de artigos de opinião, ao mesmo tempo que utilizavam as redes sociais.

Ainda antes, na 'fase visível', o MPV escreve «Desde há alguns dias que vimos sendo assediados pelo Jornal...» (FB, 10/10) ao mesmo tempo que expressa frustração com as plataformas de rede social «O Canal do Youtube dos Médicos pela Verdade Portugal acaba de ser bloqueado durante 7 dias...» (FB, 10/10). Estas mensagens revelam alguma ansiedade em captar a atenção dos mídia, o que se alinha com a teoria dos novos movimentos sociais que indica que os grupos de ativismo on-line procuram uma legitimação ao serem notícia nos mídia tradicionais (Smith et al. 2001; Gamson 2004). A visibilidade pela exposição nesses mídia, é percebida não só como necessária, mas também como fundamental para a vitalidade dos movimentos on-line. Como realçam Malafaia e Meriluoto (2022), procurar visibilidade, cobertura mediática e reconhecimento público não é de forma alguma uma novidade para os movimentos sociais, mas sim a sua lógica fundamental. No entanto, na era das redes sociais, têm de lidar com plataformas em que a visibilidade é determinada por uma cultura de

consumo e que tende a acentuar o eu-centrismo, em que a comunicação se origina e termina no indivíduo. Por outro lado, como realçam Hara e Huang (2011), os movimentos sociais, de modo geral, precisam de captar a atenção dos meios de comunicação social para amplificar as suas reivindicações, mas os movimentos on-line precisam ainda mais para obter o estatuto de movimento legítimo. Apesar dos recursos de organização e mobilização potenciados pela internet, é através dos mídia tradicionais que os movimentos adquirirem legitimidade e relevância na opinião pública.

A controvérsia, ressalvando o enviesamento inerente ao processo de formação do *corpus* analisado, trava-se fundamentalmente através dos mídia. Na 'fase de colisão' os testemunhos de médicos e dirigentes são contrastados às declarações do MPV, selecionados como saberes especializados, saber de peritos a que o MPV opõe os seus contra-peritos. Jean-Yves Trépos (1996) entende que «A imprensa recorre frequentemente, numa situação excecional ou delicada, aos peritos, (...) pessoas a quem é atribuído um certo virtuosismo, por vezes mesmo para além da sua atividade profissional (...) como um rótulo prestigioso» (p. 3) a quem é reconhecida a credibilidade, isto é, «a posse de conhecimento especializado, uma certa capacidade de gerar ou reconhecer as proposições verdadeiras num determinado campo» (p. 29). Contudo, entende Trépos, ser especialista «surge como um processo e não como um estado permanente» (p. 9), pois longe de ser um rótulo definitivo, a 'especialização' caracteriza-se pela sua natureza transitória e instável, que se manifesta no contexto de um teste, uma situação problemática, em contraste com saberes leigos, práticos e políticos. O reconhecimento do especialista pelos mídia é parte deste processo de constituição do papel de perito. Como entende Pierre Boistard (2000), o saber especialista é um elemento central no processo de elaboração de políticas, mas para que estas sejam aceites pelo corpo social, é necessário que o saber especialista seja apresentado aos cidadãos, em particular através dos mídia, caso contrário, o debate de peritos substituirá o debate democrático e o parecer dos peritos aparecerá como imposição aos cidadãos. Dependendo fortemente de certificados e da experiência profissional, é o reconhecimento social alargado pelos mídia que torna relevante e autorizada a opinião especialista quando é chamada a testemunhar sobre os problemas.

Neste sentido, a interpretação que sugerimos é que, enquanto titulares de um determinado tipo de capital nas credenciais académicas e profissionais, o testemunho destas pessoas é procurado por jornalistas, ativistas e outros interessados no problema, uma vez que a opinião dos primeiros goza de credibilidade e soma veracidade às razões dos segundos. Do mesmo modo, é à credibilidade das credenciais que apoiantes e opositores do MPV atribuem a relevância da sua opinião em páginas de mídia sociais, entrevistas e/ou artigos de opinião. Então, porque essas opiniões são publicadas nos mídia, o reconhecimento da credibilidade *para* torna-se reconhecimento *por* uma audiência alargada, que acumula mais capital nas credenciais académicas e profissionais. Por um mecanismo de realimentação, a posse de um determinado tipo de capital confere credibilidade ao seu testemunho e justifica a subsequente procura por jornalistas, ativistas, etc., e essa procura confirma a legitimidade para declarar a 'verdade'.

3. Desinformação: *dizer mal* e *maldizer*, *dizer não* e *não dizer*

No *corpus* analisado, como seria de esperar tendo em conta o processo que aplicamos para a sua construção, a palavra 'desinformação' é usada profusamente, porém, regista-se quase exclusivamente nos textos dos opositores ao MPV. Porém, não é claro que a palavra seja utilizada no sentido de *desinformation* (desinformação em sentido restrito) ou no sentido de *misinformation* (mesinformação ou desinformação em sentido amplo), mas é geralmente uma ação do MPV, considerada perigosa:

> Os chamados 'Médicos pela Verdade' (...) Espalham desinformação que pode ter impacto na vida de todos. (NOTÍCIA 12-11)
>
> Os processos multiplicaram-se alertando para o perigo e para a desinformação que o movimento podia provocar, numa altura de combate à pandemia. (NOTÍCIA 13-02)

Nestes textos, invariavelmente, a desinformação está associada à internet, principalmente às redes sociais, consideradas as «principais formas de propagação de desinformação»:

> É inegável: a pandemia de covid-19 entrou na nossa vida e todos os dias se ouvem novas informações sobre a doença. A reboque, foi-se criando desinformação – muita dela a circular nas redes sociais. (...) Basta pesquisar "covid-19" online para podermos cairmos na ratoeira da informação falsa sobre a doença. (NOTÍCIA 24-10)

Ao contrário dos seus oponentes, o MPV não usa o termo desinformação para se referir às declarações dos seus adversários. O grupo usa o termo parafraseando quem os acusam de difundir desinformação (COMUNICADO, 08/11), e no dossier que publica em resposta à abertura de processos disciplinares, escrevendo «Os MpVP reconhecem-se culpados: De lutar contra a desinformação (...) Os MpVP afirmam-se inocentes: Da Mentira» (DOSSIER 25-10).

A análise temática permitiu-nos identificar quatro temas recorrentes onde se desenvolve a noção de desinformação: *dizer mal*, *maldizer*, *dizer não* e *não dizer*.

3.1 Desinformação como *dizer mal*

Muitas vezes se expressa a ideia de que alguém está a *dizer mal*, isto é, não sendo informação claramente falsa, está a difundir informação incorreta...

> ...mostrando vírus que eu já conhecia como uma nova doença, embora nessa altura se chamasse gripe. Agora tem outro nome e é suposto quererem formalizar uma nova doença que é, pelo menos, discutível (...) a minha metodologia, foi usar a mortalidade geral bruta, porque percebi logo que os números Covid eram ruído estatístico (CONFERÊNCIA 29-08)
>
> O médico de Saúde Pública {Dirigente} diz que a afirmação não podia estar mais desenquadrada da realidade porque as medidas de saúde pública tomam-se com vista a proteger os próprios, mas também terceiros (NOTÍCIA 19-10)

...exagerada...

> Temos vindo, desde o início da pandemia SARS-COV-2, a aperceber-nos da enorme desproporção entre o mediatismo do fenómeno e a gravidade do mesmo (...) em caso algum, justifica o exagero dos meios de comunicação social que insistem em realçar constantemente números cumulativos que não correspondem à realidade actual e que só servem para alimentar o medo e o pânico na população (MANIFESTO 03-09)

> Sei que a contagem diária de infetados amplificada pelos media pinta um cenário desproporcionado e que é estúpida a ideia de que esta pandemia é de alguma forma irrelevante (OPINIÃO 29-09)

...sem fundamento:

> ...vi foi incoerências e medidas a serem aprovadas com base em produção científica muito fraca, enviesada e feita, a meu ver, em cima do joelho (...) esse discurso deriva de não assentar numa base científica sólida (CONFERÊNCIA 29-08)

> Muito simplesmente, esta é a realidade. Os números Covid que nos bombardeiam todos os dias não têm qualquer credibilidade (CONFERÊNCIA 29-08)

> Os restantes objetivos, no entanto, assentam em argumentos que não são fundamentados pelo conhecimento científico ou que adaptam as publicações científicas às conclusões que pretendem tirar (NOTÍCIA 12-11)

> ...embora tenham sido sempre contraditados por especialistas e estudos que expunham a fragilidade dos seus argumentos (NOTÍCIA 13-02)

...ou que contraria a experiência empírica do sujeito:

> De resto, nós percebemos logo que era por falta de acesso aos cuidados de saúde (CONFERÊNCIA 29-08)

> Mesmo o público em geral, frequentemente chama a atenção para a incoerência desse discurso. (CONFERÊNCIA 29-08)

> Qualquer pessoa, com um mínimo de bom senso, veria que a partir de fevereiro, a desproporção entre a gravidade da… da situação e as medidas tomadas (CONFERÊNCIA 29-08)

Neste caso, a desinformação não se refere a mentira intencional, mas antes um *dizer mal* que propaga informação inverosímil ou incompatível com a evidência científica, o parecer de peritos ou a experiência empírica.

Este tema tem particular relevo nas afirmações do MPV. Mais do que considerar que os seus adversários mentem, o MPV entende que existe uma 'narrativa oficial', também referida como 'pensamento único', 'discurso oficial' e 'politicamente correto', com que descreve um conjunto de assunções erradas em que se baseiam as afirmações dos jornalistas, dirigentes e colunistas que os atacam:

> A narrativa apocalíptica, comecemos por aqui... (CARTA ABERTA 25-09)

> ...é inconcebível que só possa haver uma narrativa sem oposição... (COMUNICADO 13-11)

> ...o discurso oficial não tem paralelo com a realidade, ou seja, não corresponde aos dados epidemiológicos e mesmo clínicos que nós conseguimos obter (...) à medida que o tempo foi decorrendo, nós verificamos que os dados epidemiológicos e toda a informação de biologia do vírus não correspondia, não encaixava no discurso oficial… (CONFERÊNCIA 29-08)

> O problema aqui, do discurso oficial, é que enquanto para nós, para fazer uma afirmação um pouco contracorrente é preciso mostrar provas, é preciso mostrar estudos científicos de alto nível... para eles basta um artigo de opinião. (CONFERÊNCIA 29-08)

Assinalam-se também afirmações semelhantes de um colunista que demonstra apoio ao MPV, sendo alguns dos seus textos partilhados nas plataformas do grupo:

> Porque… o que aqui mostra é que a covid já chegou, lá fora, e também cá dentro, já chegou este estatuto do pensamento único, sobre o qual não se pode ter qualquer outra opinião… mesmo que as pessoas em causa em questão sejam também profissionais da saúde, no caso médicos. (OPINIÃO 20-10)

O MPV considera que os mídia são responsáveis pela difusão dessa forma de desinformação...

> ...os Mídia meros propagandistas, empenhados em disseminar o pânico abafando a discussão, denegrindo a diferença, fomentando a perseguição, nutrindo a fórmula do pensamento único e valorizando o discurso politicamente correcto (COMUNICADO 04-11)

...bem como as organizações e reguladores que acusa de perseguir o MPV porque «não comunga do pensamento político-sanitário dominante, agora tornado pensamento obrigatório!» (CARTA ABERTA 12-11).

Para além deste tema da 'narrativa oficial' ser recorrente nos textos que publicam, é também uma das suas expressões mais destacadas pelos jornalistas:

> MPV-1: "Burrice argumentativa da parte da narrativa oficial…" (NOTÍCIA 12-11)
>
> Um grupo como o dos Médicos pela Verdade, diz {MPV}, podia servir de "espelho à narrativa oficial". (NOTÍCIA 13-02)
>
> {MPV} sublinha que, tendo em conta a "narrativa oficial" que existe sobre a Covid-19, "todos os que têm uma opinião contrária estão sujeitos a um certo escrutínio" (NOTÍCIA 19-10)

3.2 Desinformação como *maldizer*

Noutro tema, a desinformação é um *maldizer*, isto é, a difusão de informação para descredibilizar os argumentos do adversário, apontando para a sua falta de isenção e idoneidade. O MPV refere que os seus adversários procuram atacar a sua idoneidade, afirmando «Somos também epitomizados de 'chalupas' – outra designação pouco abonatória» (CONFERÊNCIA 13-12), «querem ridicularizar, caricaturar e desprestigiar colegas, médicos e cientistas que estão a dar um passo à frente, desprestigiando com esse qualificativo: negacionistas» (CONFERÊNCIA 29-08), ou como uma entrevista a um integrante do grupo «mais se assemelhou a um ataque pessoal do que a um programa de esclarecimento de temáticas cientificas» (COMUNICADO 04-11).

Algumas afirmações de jornalistas e comentadores apresentam o MPV como megalómano ou irresponsável, «...escrevi sobre esse grupo que usa a megalómana mas reveladora denominação de "Médicos pela Verdade"» (OPINIÃO 26-11), «Usarem a sua autoridade para acrescentar ruído, ainda por cima atribuindo-se a si mesmo estatuto inaudito de "médicos pela verdade", é de uma irresponsabilidade sem nome.» (OPINIÃO 29-09).

Há também afirmações que associam o MPV a fraude, em que a descredibilização do MPV para a discussão passa por associar o grupo a 'esquemas em pirâmide' e à extrema-direita, «Durante anos, o "gestor" informático dos Médicos pela Verdade representou em Portugal a sociedade Zeek Rewards, na verdade um esquema em pirâmide online que defraudou um milhão de pessoas» (NOTÍCIA 09-12), «a própria {MPV} e dois outros médicos do movimento escolheram ser representados pelo

advogado de Mário Machado, líder do movimento skinhead de extrema-direita em Portugal.» (NOTÍCIA 13-02)

Algumas notícias apontam também o grupo como potencial foco de violência... «É perigoso do ponto de vista da saúde pública, mas também porque pode potenciar violências, xenofobia e discriminação» (NOTÍCIA 12-11), «começou a circular no Facebook um modelo de carta a enviar à Ordem dos Médicos, alertando para o "perigo" que a ação do movimento representa para a saúde pública.» (NOTÍCIA 19-10), ...e 'perigo público' que pode conduzir as pessoas a 'comportamentos irresponsáveis', «A desinformação em saúde pode levar a comportamentos irresponsáveis» (NOTÍCIA 24-10), «Vai haver muita desinformação. Vai haver muita gente a acreditar em quem não devia. Vai haver muita gente a ter comportamentos de risco como consequência de as coisas ainda não serem claras» (NOTÍCIA 12-11).

A desinformação como maldizer manifesta-se principalmente na depreciação das credenciais do MPV para participar na discussão, um tema que designamos por 'declarações de legitimidade/ilegitimidade'. Por um lado, afirma-se que «Os "Médicos pela Verdade" são, na sua maioria, pessoas com ligações à pseudociência» (ENTREVISTA 07-11), por outro afirma-se que o grupo «...não tem nenhum virologista, infecciologista, pneumologista ou especialista em Saúde Pública — áreas de referência para os assuntos relacionados com a infeção com SARS-CoV-2 e a pandemia de Covid-19» (NOTÍCIA 19-10), ou «Há consequências por cada escolha que se faz e algumas são perigosas. Tudo o que se dispensa são médicos a espalhar a confusão» (OPINIÃO 29-09).

Também se põe em causa a sanidade do MPV quando os jornalistas afirmam que «Muitas vezes recorrem à imaginação para argumentar e confundir diferentes tipos de vírus» (NOTÍCIA 12-11), outros médicos entendem que «o cerne desta questão, e que só é… entendível se existir um distúrbio de perceção das pessoas que têm este tipo de raciocínio e de comportamento» (NOTÍCIA 12-11).

Por seu turno, também o MPV usa estas estratégias quando deprecia as credenciais dos seus adversários para a discussão, sejam os colunistas, a quem falta a 'literacia necessária'...

> Os Médicos pela Verdade Portugal rejeitam esta afirmação remetendo para os conteúdos publicados e lamentam que a sua análise - se é que os leu - tenha sido levada a cabo por quem não possui a literacia necessária e suficiente (RESPOSTA 01-10)

...sejam os jornalistas, que acusa de serem 'acéfalos', 'boçais' e 'ignorantes na matéria'...

> ...a imprensa é completamente acéfala (CONFERÊNCIA 29-08)

> Se os autores tivessem formação em saúde compreenderiam (...), Mas, porque ignorantes na matéria, fundamentam-se no "ouvir dizer", com o entusiasmo dos desconhecedores, fazendo juízo de assuntos que nunca estudaram nem têm habilitações para avaliar (...) É evidente, para quem não seja boçal (RESPOSTA 26-11)

...sejam outros médicos e ativistas, em particular os que 'nem sequer são médicos'...

> Com efeito este senhor doutor além de parecer pretender passar por sumidade científica no campo da medicina, qualidade que a comunidade científica, até ao momento, não lhe conhecia (...) permitiu-se, talvez por

> desconhecimento (...) Acresce que não se entende onde se baseia para apostrofar colegas de profissão de "pseudocientistas" tendo muitos deles uma carreira profissional já longa e superior à sua. (COMUNICADO 08-11)

> Nascemos a 29 de agosto e, no início de setembro, apareceu um processo, assentando num print screen do Facebook. (...) foi feito por um indivíduo que nem sequer é médico. (ENTREVISTA 02-12)

O MPV aponta também para a irracionalidade subjacente às políticas dizendo «não me parece que tenha havido uma reação racional. (...) Portanto, há uma irracionalidade nas medidas» (CONFERÊNCIA 29-08), ou «...esta foi uma realidade absurda, construída por um governo que perdeu completamente a noção do que se estava a passar» (CONFERÊNCIA 13-12).

3.3 Desinformação como *dizer não*

Identifica-se ainda outro tema, em que a desinformação é um *dizer não*, isto é, uma negação da informação 'verdadeira'. Regista-se que até à abertura dos processos disciplinares o termo usado para designar a difusão de informação falsa ou incorreta é 'negacionismo', por exemplo, «A manifestação tinha sido convocada através do Facebook pelo movimento "Verdade Inconveniente", tendo sido divulgada em páginas onde se propagam teorias negacionistas» (NOTÍCIA 29-08), ou «No confronto entre os apocalípticos da covid e os negacionistas do covid, sou agnóstico. (...) Mesmo o termo "negacionista" que aqui uso pode ser, neste caso, excessivo [para designar o MPV]» (OPINIÃO 29-09)

Mas a qualificação do grupo como 'negacionista' será cada vez mais recorrente para referir as afirmações do MPV como 'contracorrente', «As informações que divulgam são contracorrente» (NOTÍCIA 12-11); 'contraditória', «Mais uma contradição. Outro dos argumentos usado por negacionistas é o facto de haver doenças mais graves, como a tuberculose ou a gripe…» (NOTÍCIA 12-11); e a negação ou má interpretação da evidência científica...

> "Continuamos a ter negacionistas que afirmam que 'isto é só uma gripe', que a 'máscara não funciona', que os 'testes são maioritariamente falsos positivos', afirmações que se baseiam em cherry picking (provas incompletas) ou má interpretação da ciência existente", enumera [Scimed]. (NOTÍCIA 24-10)

Mas também, para além de qualificar a informação, o termo 'negacionista' é usado para qualificar 'atitudes', em particular a desvalorização da doença ou rejeição das medidas políticas de combate à epidemia...

> Entre outras alegações, o movimento nega que exista uma pandemia de Covid-19, é contra a testagem e o isolamento de pessoas assintomáticas e rejeita do uso de máscara de forma generalizada. (NOTÍCIA 19-10)

> ...deram entrada na Ordem dos Médicas queixas referentes a médicos com uma atitude negacionista perante a pandemia de covid-19. (NOTÍCIA 12-11)

> ...movimento Médicos pela Verdade que nega a necessidade de usar máscara para evitar contágios pelo SARS-CoV-2 e rejeita a realização de testes PCR para detetar a infeção (NOTÍCIA 23-11)

> Criticado por ser negacionista e antimáscaras, o movimento Médicos pela Verdade... (NOTÍCIA 13-02)

...mas também para qualificar o próprio sujeito que difunde a desinformação:

{Especialista} ...aponta que se tem visto cada vez menos os puros negacionistas – os que negam que o vírus existe –, e mais os que dizem que não é assim tão grave. "Muita desinformação agora está relacionada com a gravidade." (NOTÍCIA 24-10)

Os negacionistas alegam que estamos a fazer testes em circunstâncias de baixa prevalência de doença, ou seja, que estamos a usar este teste como teste de rastreio. E não é verdade. (ENTREVISTA 07-11)

Esta qualificação do grupo surge com destaque em títulos como «Negacionistas: Seria tão descabido discutir isto como discutir se a Terra é plana» e «Negacionistas: Houve entrada de queixas de colegas e de cidadãos sobre a atitude de alguns profissionais» (NOTÍCIA 12-11).

Sublinha-se que é também comum uma versão de 'negacionista' pela utilização da expressão 'grupo que desvaloriza... x', que é a descrição mais frequente do MPV nas notícias:

...movimento Médicos pela Verdade, grupo que desvaloriza, por exemplo, a gravidade da doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 (NOTÍCIA 24-10)

Médicos Pela Verdade, que desvaloriza a gravidade da Covid-19, e mostra publicamente que é contra o uso das máscaras, argumentando que a pandemia não passa de uma gripe (NOTÍCIA 10-11)

...movimento Médicos pela Verdade, que desvaloriza a gravidade da Covid-19 (NOTÍCIA 23-11)

3.4 Desinformação como *não dizer*

Outro tema é a desinformação como *não dizer*, isto é, a 'farsa' que se encena para iludir, a omissão ou sonegação de informação: «…isto que nós estamos a passar é uma farsa, isto é uma farsa autêntica» (CONFERÊNCIA 29-08). Trata-se de um tema recorrente nas declarações do MPV, aludindo a informação que é suprimida, adulterada ou cujo acesso é sonegado à população. Aqui a desinformação não é tanto o que se diz, mas antes «o que não nos dizem», o que «não é dito e eu gostava de saber porque é que não é dito» (INTERVENÇÃO 11-10).

Quando o MPV fala da 'narrativa oficial', expressa uma noção cabalística do poder pois entende que essa narrativa emana de 'poderes fáticos', referidos como 'eles', «Eles dizem 'não, não', mas de um dia para o outro...» (CONFERÊNCIA 29-08), com uma agenda oculta que influencia e se impõe nas políticas e nos mídia, através dos quais se desinforma pela omissão ou manipulação da informação, escrevendo «Os MpVP reconhecem-se culpados: De confrontar poderes fácticos» (DOSSIER 25-10). Os cúmplices deste poder-sombra são as instâncias de governo e os mídia:

...por muito queiram distorcer os dados, e que alguma comunicação social queira apresentar factos que não existem... (CONFERÊNCIA 29-08)

E, portanto, sabemos que a situação médica, não é a que realmente a nível político, governamental se está a mostrar, não é? (...) isto é… uma série de informações… a nível mundial, que, em absoluto, já digo, não são baseadas na realidade, temos que saber qual é a nossa realidade e viver com essa realidade, não com a realidade que nos querem mostrar (CONFERÊNCIA 13-12)

E também organizações internacionais, como a OMS:

...há uma desproporcionalidade enorme entre aquilo que nos venderam... venderam desde o início de fevereiro, que nos venderam pela OMS que veio… fazer entrar em pânico toda a humanidade, e a meter medo. (...) Não sei por que

razão, não sei por que razão é que... nos foi imposto esse medo. Não sei. Tenho algumas dúvidas… Não sei se são interesses políticos chineses, se são interesses do Bill Gates, se são interesses seja de quem for. (...) não faço a mínima ideia, odeio aa.. teorias de conspiração, acho ridículas, mas, há aqui qualquer coisa por trás que faz com que isto seja assim… Há aqui qualquer coisa… (CONFERÊNCIA 29-08)

Mas o problema é que a OMS também tem vindo a mudar a sua definição. E, no início desta crise Covid, eu tinha… tive… consultei a página da OMS e tive acesso direto àquilo que era a definição na altura de "pandemia", mas já não a encontro [pausa]. (...) Isso tudo está na Organização Mundial de Saúde, só que está numa letra… numas frases últimas que nunca… que são as conclusões, que são realmente as que temos que estar a ver (não é?). Mas que os governantes, realmente, não estão a… a mostrar. (CONFERÊNCIA 29-08)

Segui o site EVM que até ao mês de abril tinha uma excelente informação diferenciada por anos. Deixou de ter, ali à volta de 22 de abril, porque…?! (CONFERÊNCIA 29-08)

O MPV fala de engenharia social, 'mind control', 'lavagem cerebral', 'submissão' (fig. 5)...

Acham as pessoas mesmo que esta coisa [tira uma máscara cirúrgica do bolso da sua camisa e levanta-a para a assistência] protege de algum vírus? [pausa 3s]. Isto é 'mind control' [volta a exibir a máscara facial], é manipulação social, engenharia social. [pausa 6s. mantém o braço esquerdo levantado na vertical agarrando a máscara facial com a ponta dos dedos] …Esta coisa que está aqui [olha para a máscara que tem na mão], em termos simbólicos, em termos de consciente coletivo, representa várias coisas. Uma mordaça: não podes falar [coloca a palma da mão esquerda sobre a boca] não te podes exprimir. É um sinal… é um símbolo de submissão e de obediência [pausa 3s]. Isto é inaceitável numa democracia! Baseado em quê? Em mentiras! (CONFERÊNCIA 29-08)

Figura 5: Fotogramas do registo vídeo da CONFERÊNCIA, 29/08

...métodos concertados para a subjugação das pessoas pelo poder-sombra:

Questionamos, também, a campanha de terror lançada pelos meios de comunicação e alimentada diariamente, mantendo os cidadãos presos a uma paranóia excessiva. (COMUNICADO 13-11)

Ou seja, aquelas técnicas todas que nós lemos lá muito remotas, que até vimos e assistimos em alguns filmes do passado, ou até no Matrix, estão todas a ser postas em prática. E a base essencial chama-se medo, e a manipulação daquilo que nós temos de mais primário, que é o nosso instinto de sobrevivência. (...) Porque isto foi uma lavagem cerebral e as técnicas de tortura existem! E isto foi uma técnica parecida com a da Laranja Mecânica, abrirem-nos os olhos e bombardearem as pessoas com informação. Vai demorar tempo a desbobinar (INTERVENÇÃO 11-10)

Em resumo, não usando a palavra desinformação, o MPV expressa a convicção de que se enganam as pessoas através de informação omissa ou deturpada, produzida e difundida intencionalmente para benefício de poderes-sombra, através de processos como manipulação, coerção e controlo social através da informação difundida pelos mídia.

4. Do *Fórum* e da *Ágora*: modos e tempos da controvérsia

4.1 Fiéis e infiéis da 'Ciência'

Nesta controvérsia, um tema recorrente é a tentativa de situar a pessoa que escreve como fiel da racionalidade científica, sendo o termo 'ciência' usado em dois sentidos: (a) a ciência como depósito de conhecimentos acumulados por um método provisor de uma verdade neutra e apolítica, onde as pessoas debatem de forma livre e aberta; (b) a ciência como guilda, isto é, uma organização de especialistas, técnicos e dirigentes, ligados entre si de forma hierárquica em relações de cooperação e competição para a produção de conhecimento.

A ciência como depósito de conhecimento, muitas vezes expressando um conceito idealizado de 'Ciência', singular e grafado com maiúscula, e de 'conhecimento científico' como neutro, desinteressado e apolítico, é recorrente nas declarações do MPV quando afirma que «O que fazemos é Ciência porque duvidamos» (COMUNICADO 13-12), «A Ciência é construída não por dogmas mas pela liberdade de questionar, pela liberdade de apresentar narrativas e teses contraditórias» (COMUNICADO 13-11), «Os MpVP (...) procuram o debate clínico e científico livre das peias da politica» (COMUNICADO 19-10). Nos seus textos expressa-se muito frequentemente que o dissenso é fundamental à construção do conhecimento científico, tido como processo livre e participado, afirmando «A ciência não é unanimista. A ciência vive do contraditório… A ciência não é uma religião, é completamente adogmática» (CONFERÊNCIA 13-12), ou «...gosto muito da discussão científica… porque a ciência é… não é unanimidade é diferença de opiniões.» (CONFERÊNCIA 29-08). Estas declarações do MPV uma crença no 'cientismo', isto é, na superioridade do conhecimento científico e na neutralidade axiológica do 'método científico', em linha com a filosofia do realismo científico (eg.: Bunge,1998; Dennett, 2006; Pinker, 2018).

Nos textos de colunistas destacam-se duas declarações, com sentidos divergentes, em que uma se alinha com a crença do MPV na ciência como depósito de conhecimento e discussão aberta a todos...

> A ciência progride justamente através deste destes indícios da dissidência, da argumentação e de confronto. O que não quer dizer que que os dissidentes tenham necessariamente razão, mas é importante que existam. É importante que se coloque em causa o que se se toma como um padrão. E, repito, esta questão da covid, não permitiu minimamente formar um padrão… do conhecimento. (OPINIÃO 20-10)

...e outra opinião que expressa a ideia de ciência como guilda, entendendo que a participação numa discussão científica não é aberta e democrática, dizendo:

> ...sei que tem faltado algum contraditório científico numa área que, ao contrário do que acontece com as alterações climáticas, há mais dúvidas do que certezas. (...) Sim, há sempre estudos. Nem todos valem o mesmo e, sem enquadramento, muitos são enganadores para os leigos. Não é por acaso que o debate científico não é democrático e não se faz em redes sociais. (OPINIÃO 29-09)

Nos testemunhos de dirigentes, médicos e especialistas, expressa-se menos esta ideia, entendendo o caráter transitório construído do conhecimento científico, afirmando-se que «'A ciência não é a arte

de usar dados para mostrar aquilo em que acreditamos. É manter uma dúvida razoável e ler os resultados imparcialmente', diz {Dirigente}, médico de Saúde Pública» (NOTÍCIA 19-10), e também «{Especialista}... 'Na ciência esse é o ciclo natural: conseguirmos pensar em hipóteses que digam que estamos errados'» (NOTÍCIA 24-10).

Por parte dos jornalistas é mais comum a noção de ciência como guilda, enfatizando os centros de investigação...

> {Médico}, diretor da Clínica Universitária de Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (...) ...diz a especialista e professora na Faculdade de Medicina do Porto (NOTÍCIA 12-11)
>
> ...ex-presidente da Sociedade Portuguesa de Pneumologia... (NOTÍCIA 10-11)

...e a ciência como um ofício reservado aos especialistas...

> ...sem serem especialistas da área, se entretêm a lançar suspeitas sobre o que diz quem realmente investiga o coronavírus ou trabalha de forma mais direta com a pandemia e, com o grau de segurança possível, vai dando ao Estado a informação para que tome decisões (OPINIÃO 26-11)

Porém, o tema da expressão de fidelidade à racionalidade científica é um tema transversal a esta discussão. Realçamos as semelhanças, por certo deliberadas, no texto de apresentação de uma das plataformas do MPV, onde se lê...

> Esta página destina-se a publicitar informações científicas ou outras de interesse público sobre a crise COVID-19 iniciada em 2020. (...) Verdades Baseadas na Ciência (CONFERÊNCIA 13-12)

...com este excerto de apresentação de um dos antagonistas do MPV numa entrevista:

> Médico especialista de Medicina Geral e Familiar, {Scimed} dedica-se a refutar mitos e desinformação anti-científica no âmbito da página "Scimed - Ciência Baseada na Evidência" (OPINIÃO 07-11).

É de toda a relevância que o MPV expresse a ideia de que procura a 'verdade' através da ciência, ao contrário do seu opositor que procura basear a 'ciência' através da evidência. A semelhança dissipa-se quando se compreende que, na primeira situação, da ciência sólida solicita-se a capacidade para fornecer a verdade incontestável; na segunda, da ciência contingencial constrói-se o processo de interpretação de evidências. Uma postura implica certeza e outra implica possibilidade.

Barry Barnes (2005) define a credibilidade de cientistas e outros peritos como «a probabilidade de as suas alegações serem reconhecidas por audiências não especializadas», ressalvando que «ser credível não é o mesmo que estar certo, e certamente não é garantia de estar na posse da verdade» (2005: 11). Identificamos que a credibilidade dos autores e das suas credenciais torna-se tema central no desenvolvimento da controvérsia. O estatuto de médico, especialista ou dirigente é recorrentemente invocado para atribuir sentido às declarações. Referências às credenciais académicas, à experiência profissional e aos cargos de direção em instituições de investigação, serviços de saúde e associações profissionais, são transversais a todos os textos que compõem o *corpus* de análise. Esta estratégia serve, ao mesmo tempo, para definir os agentes e as credenciais legítimos, mas também para menosprezar e bastardear adversários, declarando a desadequação das credenciais académicas e atingir a sua credibilidade (incompetência, ignorância, falta de isenção).

Aqui os mecanismos de rarefação de discursos propostos por Michel Foucault (Foucault, 1970, 1972) são centrais na ratificação ou exclusão de agentes na controvérsia em análise. Em contraste com a ideia de que a modernidade trouxe pluralismo, uma esfera pública democrática e maior liberdade de expressão, Foucault entende que cada "regime de verdade" possui os seus mecanismos de rarefação de discursos, i.e., formas de excluir, coagir e limitar o que pode ser dito, os modos de autoridade sobre a 'verdade', pois «a produção de discurso é controlada, organizada, distribuída, através de um determinado número de procedimentos cujo papel é preservar os seus poderes e perigos, dominar os seus acasos, e evitar o peso da sua materialidade» (Foucault, 1970: 52). Entre esses mecanismos estão a autoria (o autor como condição de autenticidade); disciplina (qual área científica apropriada para a discussão); os espaços e tempos ritualizados (os meios e canais próprios para a discussão); ; e as sociedades de discurso (ordens profissionais, artísticas, desportivas, etc., que zelam pelos princípios dóxicos contra a heterodoxia e heresia) (Foucault, 1970: 52-64). Isto é, estes mecanismos de rarefação operam para definir a tomada de posição do autor num campo e legitimar um ordenamento de discursos.

No *corpus* analisado quem escreve proscreve os seus adversários invocando uma sucessão de mecanismos de exclusão. O primeiro é (a) estar inscrito no campo biomédico; o segundo é (b) deter as credenciais disciplinares apropriadas; o terceiro é (c) reconhecer os lugares e tempos da discussão; e por último (d) subordinar-se às sociedades de discurso que regulam os princípios dóxicos.

O primeiro mecanismo (a) é marcado pelo atestar das credenciais. Nos textos é muito frequente as credenciais académicas (formação e certificados) e profissionais (experiência e cargos) serem salientadas como forma de autorizar a opinião. Na conferência de apresentação do MPV, os primeiros 30 minutos há intervenções de cada um dos palestrantes onde se apresentam e elencando as suas credenciais profissionais e académicas: «...sou neurorradiologista de especialidade (…) o meu currículo é extenso, com trabalhos publicados, com… muitas comunicações nacionais e internacionais, mais de uma centena», «Trabalhei como médico de família durante cerca de 30 anos», «...o meu número de cédula profissional diz isso tudo (...) Fiz a especialidade de cardiologia mas, ao mesmo tempo, a especialidade de medicina interna (...) Entretanto, em Paris, fiz a especialidade de medicina de catástrofe» (CONFERÊNCIA 29-08).

Do mesmo modo, os jornalistas salientam os certificados os cargos e as organizações académicas dos especialistas e dirigentes a quem solicitam testemunho: «...professor auxiliar convidado de Pneumologia da Faculdade de Medicina de Coimbra» (NOTÍCIA 12-11); «{Especialista}, investigador na Escola Nacional de Saúde Pública, da Universidade Nova de Lisboa» (NOTÍCIA 13-02); «{Médico}, da Unidade Covid de Urgência e Medicina Intensiva do Hospital de São João» (NOTÍCIA 12-11).

Nos textos de opinião e entrevistas assinalam-se referências às credenciais quando se diz «{MPV} é mesmo médica» (OPINIÃO 26-11); ...«é possível que este grupo, este movimento que ainda integra uma quantidade respeitável de médicos, também tenha razão...» (OPINIÃO 20-10); e «...porque de facto, uma pessoa sendo médica tem um impacto... de comunicação e na perceção que as pessoas dão, à importância do que essa pessoa diz, maior» (OPINIÃO 24-11).

Este mecanismo exclui da discussão aqueles que não têm as credenciais outorgada pelos diplomas académicos, depondo 'as pessoas não diferenciadas':

> Embora as pessoas não diferenciadas não consigam depois chegar à raiz do problema, é mais que evidente que é um discurso [impercetível] e por vezes contraditório (CONFERÊNCIA 29-08)
>
> Se os autores tivessem formação em saúde compreenderiam que se trata de uma precaução elementar de limpeza da área a examinar. Mas, porque ignorantes na matéria... (RESPOSTA 26-11)

O peso atribuído ao parecer de especialistas marca assimetrias entre campos restritos do conhecimento científico e outros conhecimentos técnicos, bem como entre esses e o conhecimento leigo. Quando o conhecimento dos especialistas se torna 'o' conhecimento, outros saberes são classificados como desadequados e, em certos casos, 'ignorantes', 'negacionistas' ou 'perigosos'. Nas disputas epistémicas, as partes em oposição na controvérsia procuram delimitar o "conjunto nuclear" (Collins, 1992), os agentes e os saberes legítimos para a discussão. Mike Michael (1996) desenvolve o conceito de conjunto nuclear proposto por Harry Collins (1992), através do conceito de "espaço agonístico legítimo", para descrever os modos "racionais" da discussão, isto é, o conjunto de saberes, processos e agentes que estão no debate de forma legítima (1996: 101). O espaço agonístico engloba cientistas, mas também políticos, jornalistas e ativistas. Estes demarcam como a discussão se pode desenrolar, podendo «tomar uma série de formas e feitios, mas só é considerada crítica "séria" quando entra em diálogo com os cientistas» (1996: 101-102). Este aspeto ganha relevo na nossa análise na medida em que as declarações de especialistas e peritos, com um certo tipo de credenciais académicas e profissionais, são fundamentais para legitimar as declarações do conjunto mais alargado de agentes que eles integram.

Por outro lado, Thomas Gieryn entende que o modo como o jargão científico é usado em controvérsias é um 'trabalho de demarcação' [boundary work], pelo qual os debatentes procuram estabelecer a sua pertença ao campo científico e excluir o adversário (1983, 1999). Para este autor, a descrição da ciência como «claramente verdadeira, útil, objetiva ou racional pode ser entendida, na melhor das presunções, como ideologia (...) parte de uma luta por autoridade, poder e recursos» (Gieryn, 1983: 792-793). Esta perspetiva é partilhada por Timothy Melley, que entende que entre cientistas e proponentes de teorias da conspiração há uma competição de interpretações [interpretive contest] sobre a 'verdade', onde os cientistas procuram distinguir-se dos leigos arrolando os feitos da ciência, que tomam como prova inequívoca da supremacia do conhecimento científico (Melley, 2000: 17).

Na controvérsia em análise, a distinção entre neófitos dos iniciados no campo científico manifesta-se no uso de expressões como 'peer-reviewed', 'testes PCR', 'estudos RCT' ou 'teorema de Bayes', entre outras...

> ...portanto, eu não digo que os testes PCR sejam completamente inúteis, têm é que ser usados com critérios científicos e com conhecimento epidemiológico grande, e saber pelo menos o teorema de Bayes, que é uma coisa elementar para quem trabalha nesta área (CONFERÊNCIA 29-08)
>
> Quanto ao argumento que as especialidades que exercem não legitimam os MpVP para a discussão de assuntos relacionados com a Covid19, cumpre esclarecer: Os Médicos pela Verdade Portugal alicerçam as suas opiniões em artigos RCT e Peer Reviewed... (RESPOSTA 01/10)

Excluídos os leigos, restam os cientistas, médicos, dirigentes, reguladores e professores universitários. O segundo mecanismo (b) exclui aqueles que, tendo diplomas académicos, não se inscrevem nos campos disciplinares tidos por apropriados. Os antagonistas do MPV destacam a desadequação das credenciais dizendo

> Quando se vai ver as especialidades destes "médicos pela verdade", percebe-se o absurdo. (...) Num movimento que pretende contestar as informações científicas, muitas delas validadas, não há um único epidemiologista, virologista, pneumologista ou especialista em saúde pública (...) E se o conhecimento do leigo não vale o mesmo que o do médico, o do ortopedista não pode valer o mesmo que o dos médicos das áreas de saber que mais se relacionam com esta epidemia. (OPINIÃO 29-09)
>
> ...[o MPV] não tem nenhum virologista, infecciologista, pneumologista ou especialista em Saúde Pública — áreas de referência para os assuntos relacionados com a infeção com SARS-CoV-2 e a pandemia de Covid-19 — pelo menos identificados na página oficial. (NOTÍCIA 19-10)
>
> ...têm o atrevimento de, apesar de meterem a foice em seara alheia, se atribuírem a propriedade da "verdade", insinuando que os especialistas da área andam a enganar os cidadãos. (OPINIÃO 26-11)

O MPV encontrará na publicação da Declaração de Great Barrington (Kulldorff et al., 2020) um novo argumento para as suas reivindicações, citando recorrentemente as credenciais dos autores da declaração dizendo «[O MPV] Questionam e questionam-se por caminhos alternativos, como aquele apontado pela Declaração de Great Barrington» (CONFERÊNCIA, 13/12), «Divulgam os Médicos pela Verdade Portugal as publicações, os estudos, as opiniões e as entrevistas dum dos mais notáveis conjuntos de peritos mundiais em ciências médicas» (DOSSIER 25-10) e «…estamos ligados a algumas pessoas que estão envolvidas na fundação da Great Barrington Declaration, movida por epidemiologistas, virologistas, de renome internacional, e professores universitários, com trabalhos publicados.» (ENTREVISTA, 02/12). Trata-se de afirmar a pertença do MPV a um "conjunto nucelar" (Collins, 1992) ou ao "espaço agonístico legítimo" (Michael, 1996), uma legitimidade pelas credenciais dos peritos aliados, realçando que têm ligação a «alguns dos maiores cientistas mundiais»...

> Entre eles figuram um Prémio Nobel, e alguns dos autores mais citados para serem futuros Prémios Nobel. (...) Para vossa informação, estamos em contacto com alguns deles que nos dão suporte técnico. É para nós um orgulho imenso tal facto, que responde a uma questão por vós muitas vezes levantada. "Então não existem virologistas nem epidemiologistas no vosso grupo?". Não, não existem. Nem precisamos, uma vez que somos assessorados pelos melhores. (CONFERÊNCIA 13/12).

Assim, na discussão permanecem os virologistas, epidemiologistas, especialistas em saúde pública, dirigentes e reguladores das especialidades. Então (c) excluem-se aqueles que expressam as suas opiniões em meios de comunicação e em lugares tidos por impróprios, como as redes sociais e as ações de protesto. Este mecanismo é expresso explicitamente em afirmações sobre o MPV que «enganam milhares de pessoas nas redes sociais, lançando a confusão e a dúvida fora dos lugares onde se faz o debate científico» (OPINIÃO 26-11), e «multiplicam-se em entrevistas na internet e publicações nas redes sociais (...) Participam em protestos, em plena pandemia, onde ninguém cumpre as regras» (NOTÍCIA 12-11), mas também:

> Apesar de se arriscarem em áreas sobre as quais têm um conhecimento médico genérico (e útil), escrevem na sua página, num separador dedicado a artigos científicos, textos que nenhum outro cientista revê e que duvido que estejam habilitados a escrever em revistas realmente científicas. (OPINIÃO 29-09)
>
> O problema não é estes médicos exporem as suas opiniões, que podem ser muito úteis. É apresentarem-se nas redes sociais sob a capa de uma autoridade científica de quem, ao contrário dos especialistas, está a dizer a verdade. (OPINIÃO 29-09)
>
> As ideias que defendem têm sido difundidas através das redes sociais e em artigos de opinião publicados na imprensa, incluindo no Observador. (NOTÍCIA 19-10)
>
> Chegaram a defendê-lo em manifestações de rua, em documentos enviados ao parlamento, para os quais nunca obtiveram resposta, e a 13 de dezembro, numa conferência de imprensa onde dizem que nenhum jornal ou televisão apareceu (NOTÍCIA 13-02)

A partir da fase da 'formação da comunidade de apoiantes', em que o MPV se apresenta e tira partido dos recursos das redes sociais, onde defende as suas posições para um número crescente de seguidores, a procura insistente dos mídia convencionais indicia que entende que estes são o espaço legítimo do debate.

O MPV, usando os mídia sociais como meio privilegiado de comunicação, expressa também o seu descontentamento, declarando

> ...a internet é maravilhosa, tem coisas maravilhosas, mas tem coisas horríveis que é, são capazes de arrebanhar... com uma facilidade enorme, uma opinião generalizada errada. (...) A internet é que nos está a pôr assim (CONFERÊNCIA 29-08)

...ou

> Hoje quem governa, infelizmente, não é a maioria de esquerda, é mesmo a rede social e os seus esbirros, que utilizam para o insulto, a má criação, a falta de rigor e a falta de… qualquer sentido ético... (CONFERÊNCIA 13-12).

Na 'fase de emergência da controvérsia', como vimos, o MPV vai apelar aos seus seguidores para aderirem às suas páginas em plataformas sem moderação de conteúdo e com condições de utilização menos restritivas sobre os conteúdos (FB, 27/10). Estes episódios de 'replataformização' enquadram-se numa tendência que as pesquisas sobre a internet vêm identificando, em particular no contexto da pandemia. A 'desplataformização' de páginas que se segue ao bloqueio de conteúdos ou, em casos limite, ao encerramento de contas compulsivo, dá lugar a uma 'replataformização' dos mesmos conteúdos noutras plataformas de mídias sociais (Pohjonen & Udupa, 2017; Rogers, 2020; Moreno,

Narciso & Sepúlveda, 2021). Possivelmente com o objetivo iludir os sistemas de bloqueio de conteúdos sobre o COVID-19 implementados pelas plataformas de rede social, o MPV opta por grafias peculiares para designar o novo coronavírus e a covid (e.g.: D0ença!9; C!!v1d19; C!!ronav1rus; SA!!RSC0v2) (FB, 9/10; 16/10). O que se destaca é que o MPV mantém uma certa ambiguidade em relação aos mídia sociais, tidos como ferramentas, mas também como ameaças. Sublinha-se também uma duplicidade entre as suas afirmações na imprensa, que apelam ao diálogo aberto e científico, e as comunicações no FB, dirigidas fundamentalmente à comunidade de apoiantes, onde está implícita uma conceção cabalística da sociedade, mais do que diálogo e transparência.

O MPV procura legitimar as suas afirmações referenciando o que considera fontes de informação credível. Porém, afirmando que as suas posições têm por «base e fundamento em artigos científicos de alta qualidade, peer rewied e devidamente publicados» (DOSSIER 25-10), dizendo-se «estão estupefactos pelo ostracismo a que foram votados no nosso país alguns dos maiores e mais recentes estudos mundiais sobre a pandemia COVID-19» (CONFERÊNCIA 13-12), uma parte considerável das suas referências são textos de websites, entrevistas, manifestos, vídeos do Youtube, etc. Recorrentemente refere que se baseia n'«as opiniões e as entrevistas dum dos mais notáveis conjuntos de peritos mundiais em ciências médicas» destacando todo o tipo de contributos de cientistas, independentemente de consistirem de opiniões ou de artigos revistos, «a maioria dos artigos que escrevemos, para além daqueles que plasmam a nossa visão humanista pessoal, estão baseados em artigos RCT, artigos 'peer review', e meta-análises ou em entrevistas e escritos feitos por alguns dos maiores cientistas mundiais como...» (CONFERÊNCIA 13-12). Portanto, a asserção do MPV em basear as suas afirmações em artigos científicos "devidamente publicados", frequentemente colide com o seu entendimento seletivo do que 'publicação' significa.

No entanto, excluídos os discursos que não usam os meios e modos legítimos para a discussão, ficam as publicações em jornais científicos, relatórios, orientações e declarações de conselhos de especialistas, dirigentes e reguladores. A resolução da controvérsia fica então para (d) as sociedades de discurso, como o sistema judicial, as instâncias de governo e as ordens profissionais, aqueles que podem efetivamente expulsar e punir os subversores:

> Mas seria interessante que o bastonário, no intervalo do seu trabalho sindical e político, condenasse de forma clara e audível estes irresponsáveis, contribuindo para os desautorizar aos olhos dos cidadãos. (OPINIÃO 26-11)
>
> O problema real é precisamente esse. É que não há oposição, não existe oposição nenhuma. Estamos completamente desprotegidos… os cidadãos. Completamente desprotegidos! Porque nenhuma, nenhuma atividade política, nenhum partido político está a defender outros cidadãos (CONFERÊNCIA 13-12)
>
> Esta matéria será tratada pela respondente em sede penal apropriada contra os autores da notícia. (RESPOSTA 26-11)

Portanto, a visão da 'Ciência' como discussão e esclarecimento, depressa dá lugar a discursos de proscrição dos adversários e prescrição da 'verdade'. O grupo MPV declara que «...pugnam, portanto, pelo esclarecimento e por consequência o direito ao contraditório, e pugnam pela ciência e

a saudável discussão da mesma» (DOSSIER 25-10), mas ao mesmo tempo um dos integrantes afirma que «a opinião dos especialistas vale zero» (NOTÍCIA 19-10).

Identifica-se, assim, que os arguentes recorrentemente identificam o campo científico como o espaço social da discussão, mas convocam outros argumentos, tangentes ou até antagónicos à racionalidade científica. Se o MPV expressa a crença na racionalidade científica, o seu discurso recorrentemente manifesta que o campo médico é marcado por fatores que não são da ordem da 'ciência exata':

> ...há uma coisa que eu gostava que as pessoas percebessem: medicina não é uma ciência exata. A medicina tem ciência e depois tem afeto e tem olfato e tem tato e tem olhares (...) uma medicina feita com seriedade é uma medicina baseada, por um lado, na evidência, técnica estrita, e uma medicina baseada na experiência e no chamado senso clínico. (INTERVENÇÃO 11-10).

Deste modo, as reivindicações sobre qual o conhecimento tem a autoridade para fundamentar as políticas é uma discussão que se situa numa interseção entre a esfera da ciência e a esfera política. A crise epidémica permite-nos compreender que a crise de explicações emerge como controvérsia entre tomadas de posição tendencialmente polarizadas, onde os discursos sobre saúde pública emergem da interseção de dois campos: o político e o científico.

Se o campo científico se destaca como um provedor de conhecimento, é ao campo político que cabe a decisão e a regulação das aplicações técnicas. Isto significa que se o conhecimento científico contribui para a melhoria das condições de vida, em particular na saúde das populações, é também ao conhecimento científico que se apontam os efeitos nefastos da técnica, fonte de ameaça e incerteza, na emergência de problemas ambientais, na possibilidade destrutiva das guerras, na perda de diversidade local face ao global, nos riscos para a saúde por uma infinda panóplia de produtos e os seus processos industriais (Perrow, 1984; O'Neill, 2002; Stengers, 2018). Como diz Marcuse,

> Ao cientista são dados problemas que estão dentro da sua competência e interesse como cientista: problemas científicos; acontece que eles são também problemas de destruição da vida, de guerra química e bacteriológica. Mas se o mecanismo de autocorreção da ciência não trata desses problemas, a ênfase na natureza autocrítica da ciência perde muita da sua validade. (1965: 162)

A interseção do campo político com o científico, e os riscos e incertezas que daí emergem, permitem convergências, mas também divergências entre os seus interesses, processos e projetos. Desse modo, há disputas onde peritos, indústria, movimentos sociais, governos (supranacionais, nacionais e locais), bem como as populações afetadas pelas decisões políticas e/ou corporativas (indústria, comércio, serviços, etc.) se vão mobilizar em defesa de interesses e programas próprios (Kroll-Smith, Brown & Gunter, 2000; Matias, 2008).

Para compreender este aspeto, trazemos o conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu (1979, 1997, 2001). O 'campo' é um recorte do espaço social, uma 'área' do todo social, que possui regras e valores próprios que cada agente domina de forma desigual. É um espaço relacional de cooperação e disputa de capitais, em que há agentes que, dotados de diferentes recursos, procuram

conservar e outros modificar a estrutura do campo, pois «os agentes (…) criam o espaço e o espaço só existe pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes (…) conferindo-lhe uma certa estrutura» (Bourdieu, 1997: 22-23). Os campos podem ser entendidos como os vários contextos sociais nos quais os agentes, hierarquicamente posicionados, agem de acordo com um conjunto de regras mais ou menos tácitas, competem por capitais e pelo reconhecimento desses capitais.

Os campos, diz Bourdieu, nunca são completamente autónomos, estando em interação entre si no espaço social global, e dispõem, em relação a este, de uma autonomia parcial, mais ou menos acentuada (Bourdieu, 1997: 20-21). Bourdieu entende que a autonomia/heteronomia de um campo social, é a sua capacidade de «refração» para lidar com interferências externas e as converter numa forma de capital específico ao campo com maior ou menor grau de disrupção da lógica do campo (1997:22-32).

Complementando esta teoria de Bourdieu, propomos a noção de contaminação para designar os efeitos duradouros da influência entre diferentes campos em interseção. Um campo com pouca capacidade de refração é suscetível à contaminação, uma interferência com efeitos prolongados, por agentes exteriores ao campo. As interferências externas não são somente um acaso mas são estruturantes e estruturadas pelas relações entre agentes, com diferente capitais e posições nos diferentes campos em interseção. Bourdieu identificou uma forma desta interseção quando entende que os campos político e económico, em conjunto, formam o campo do poder, e que este tem efeitos diretos em todos os outros campos (Bourdieu, 1986, 1994).

Na análise desta controvérsia identifica-se que o campo da saúde pública é uma interseção de diferentes campos quando os agentes, que ocupam diferentes posições no campo científico e no campo político, agem assumindo a sua legitimidade na controvérsia e disputam as práticas legítimas do campo. A disputa pela 'verdade' é então a manifestação desta indefinição do campo, dos capitais legítimos e das regras do campo, percebidas em função da posição dos agentes que tomam posição, isto é, que se mobilizam e antagonizam para determinar esses aspetos indeterminados.

O MPV identifica que o campo médico é uma interseção entre o campo científico – que providencia os métodos, os protocolos e o saber acumulado – e o campo político, que consideram desvirtuar a medicina, dizendo «...sabemos que muitas destas medidas não são baseadas, nem são suportadas pelos critérios médicos, de profissionais médicos. (...) não são medidas médicas, são medidas políticas» (CONFERÊNCIA 13-12). Deste modo, contra a ação das instâncias de governo o MPV apela para a autoridade dos dirigentes e reguladores da profissão, como a OM e a OMS, dizendo:

> A Ordem dos Médicos (OM) deve exigir o regresso à normalidade, deve exigir a des-covidização do Sistema de Saúde. (...) Descorando a verdade sobre a epidemia do Coronavírus e sobre as consequências das medidas de contenção, a OM poderá estar a violar os seus próprios estatutos" (CARTA ABERTA 25-09)

> ...a Organização Mundial da Saúde foi a primeira a dizer que não indica a especificidade do vírus… os PCRs. (...) Também disse que não existe evidência científica de que haja proteção generalizada por parte da utilização das máscaras… Que existe transmissão do vírus nas superfícies… (CONFERÊNCIA 29-08)

Os opositores do MPV, por seu turno, contra a ação de desinformação do MPV apelam para a autoridade dos reguladores, sejam os reguladores da profissão seja o sistema judicial, a quem é endereçado o mandato para regular, julgar e punir, dizendo «Isto é grave e no caso de profissionais de saúde deveria dar direito a sanções disciplinares» (NOTÍCIA 24-10), e que «Da parte criminal tratarão os tribunais, se isto lá chegar. Da parte disciplinar, tratará a Ordem» (OPINIÃO 26-11).

Este tema da legitimidade e ilegitimidade científica tem um carácter manifesto nas declarações, mas identificamos dois temas latentes, que se prendem com a legitimidade e ilegitimidade cívico-moral. Depois de declarada a fidelidade à racionalidade científica e invocados os mecanismos de rarefação de discursos, o impasse deste confronto tende a ser resolvido por outros argumentos. Os agentes passam a sobrestimar ou subestimar o número de apoiantes da causa ou das vítimas do problema, e ainda a reivindicar o seu dever cívico, ético e moral de combater o opositor como uma ameaça ao bem comum. Apresentam-se estes temas nas duas secções que se seguem.

4.2 Números: muitos e poucos, sábios e loucos

Na antiguidade, o *Fórum* era o espaço do debate político. Ao contrário da *Ágora*, a praça pública do comércio e da discussão popular, o *Fórum* era o local ritualizado das discussões religiosas e políticas. Nesta controvérsia disputa-se uma noção de 'verdade' que se baseia nas credenciais, nos modos e lugares apropriados da discussão, mas também na constituição de um núcleo de apoiantes da causa. Como identificamos na 'fase da formação da comunidade de apoiantes', o MPV dedica muita atenção ao recrutamento de apoiantes à sua causa, apresentando as suas reivindicações nas redes sociais e em protestos de rua. Dirige-se, principalmente, às pessoas comuns, que designa por «concidadãos» (MANIFESTO 03/09), a quem solicita o apoio e agradece «muito assumirem a disponibilidade de estar aqui connosco e dar um pouco de credibilidade e força ao movimento dos Médicos pela Verdade em Portugal» (CONFERÊNCIA 29-08). Os seus opositores desconsideram as redes sociais e a praça como locais apropriados para a discussão. «Numa altura de combate à pandemia», isto é, um assunto grave que exige solenidade e bom senso, estes médicos «Participam inclusivamente em manifestações que juntam centenas de pessoas ignorando as regras em vigor», fazendo a discussão popular na praça e desconsiderando as decisões políticas e quasi-religiosas das instâncias de governo, pelo que apontam «o perigo e para a desinformação que o movimento podia provocar» (NOTÍCIA 13-02; NOTÍCIA 12-11). Este confronto pela 'verdade' é fortemente marcado pelo afastamento epistémico e político entre a *Ágora* e o *Fórum*: o envolvimento dos insensatos nos processos políticos ou a política como deliberação das elites judiciosas.

Identifica-se um tema que marca a argumentação, a que chamamos 'o número', isto é, uma preocupação em salientar o número de aderentes, apoiantes ou vítimas do problema, ora para a

ampliação ora para a diminuição da causa. São recorrentes as referências à minoria/maioria que compõe as partes em debate, e o número de pessoas que um determinado agente representa é invocado como prova de legitimidade ou ilegitimidade da causa. Invoca-se a 'maioria', a 'opinião pública' e o 'consenso' como mecanismos de legitimação do discurso, em que o número é sobrestimado ou subestimado pelo potencial disruptivo dos aderentes à causa.

Nos textos dos opositores ao MPV, há uma preocupação em destacar o elevado número de vítimas da doença, «Até este sábado já morreram em Portugal 1818 pessoas, tendo já sido infectados com o vírus um total de 57.448 pessoas» (NOTÍCIA 29-08), «Do total de mortos, cerca de 40% foram em lares. Por causa da divulgação de informações como estas, a Ordem dos Médicos decidiu atuar» (NOTÍCIA 12-11), e o potencial disruptivo que o grupo representa, «...na tarde deste sábado existiram manifestações semelhantes em Berlim e Paris. A de maior sucesso reuniu cerca de 20 mil pessoas na capital alemã» (NOTÍCIA 29-08), sublinhando o elevado número de apoiantes:

> Participam inclusivamente em manifestações que juntam centenas de pessoas ignorando as regras em vigor (...) os 'Médicos pela Verdade' multiplicam-se em entrevistas na internet e publicações nas redes sociais, onde já ultrapassam os 50 mil seguidores (...) Nestas plataformas atingem quase 400 mil visualizações. (...) …de Espanha, de Itália, onde há manifestações e… e… motins e protestos violentos…' (NOTÍCIA 12-11)

Pelo MPV afirma-se que o número de vítimas é sobrestimado:

> Em Barcelona, por exemplo, o Hospital Clinic, de Barcelona, fechou os andares de COVID-19 por falta de doentes COVID! Isto foi há duas/três semanas... E, por exemplo, em Madrid, fizeram um hospital novo, onde há 120 profissionais de saúde, entre médicos, enfermeiras e auxiliares… abriu esta semana e só tiveram UM doente! UM doente! (CONFERÊNCIA 29-08)

Nas afirmações dos opositores do MPV este é frequentemente descrito como um pequeno grupo de médicos, dizendo «Fui perguntar a outros médicos quem eram e percebi que, na comunidade, ninguém leva aquilo a sério» (OPINIÃO 29-09); e «Mas também creio que e é importante que não se dê demasiada importância a estas estas posturas. Haverá sempre pessoas que negarão o evidente...» (NOTÍCIA 12-11). Há também textos que descrevem as manifestações como ajuntamentos de poucas dezenas ou poucas centenas de manifestantes, dizendo

> Poucas dezenas manifestaram-se em Lisboa para 'desmascarar Portugal' (...) Apesar de quatro centenas terem afirmado que iriam participar, o número de pessoas que apareceu na baixa de Lisboa foi inferior (...) na capital francesa não apareceram mais de três centenas. (NOTÍCIA 29-08).

Aqui o número de aderentes ou o número de vítimas tende a ser menosprezado, relevando o caráter minoritário e marginal do MPV.

Por sua vez, há uma preocupação do MPV em dissuadir a ideia de que há poucos médicos no movimento, o que parece ser percebido como uma inferiorização da legitimidade do grupo, afirmando que o movimento ainda está em crescimento, «nós somos apenas um embrião da organização» mas «há muitos mais que não estão aqui por outras razões» (CONFERÊNCIA 29-08), ou então afirma-se «connosco temos muitos mais do que aqueles que nós somos a dar a cara»

(INTERVENÇÃO 11-10). À legitimidade das credenciais junta-se o número de apoiantes e aderentes e destaca-se o caráter internacional da causa:

> Os MPVP não são um mero grupo, são parte integrante de movimentos que se têm formado em diversos países envolvendo personalidades de muitas áreas da ciência e medicina (...) Juntos, são já milhares de profissionais que têm levantado a sua voz (COMUNICADO 13-11)
>
> Milhares de médicos, por todo o mundo, estão a interpelar as respetivas associações profissionais, questionando a cobertura implícita que estas têm vindo a dar às medidas do governo (CARTA ABERTA 25-09)

Neste sentido, Mike Michael (1996) identifica que numa controvérsia os cientistas vão procurar envolver a maior número de agentes de apoio aos seus argumentos, «incorporando dimensões não técnicas ou não profissionais (económicas, políticas, morais)» tornando o «conjunto nuclear potencialmente infinitamente extensível» (pp. 96 e 101). Assim, diz Michael,

> Antes de haver um conjunto nuclear, há um "conjunto agonístico generalizado" (todos aqueles que gostariam de ter, ou potencialmente podem ter, uma voz na controvérsia). Os critérios mínimos de racionalidade, afetação racional e não-violência (...) são utilizados pelos cientistas para determinar quem pode passar do "conjunto agonístico generalizado" para (o que eles considerariam ser) o conjunto nuclear. (1996: 102).

Contudo, os agentes excluídos do conjunto nuclear procuram constituir a sua própria comunidade para disputar a controvérsia. Um primeiro grupo é composto pelos decisores políticos, os peritos que os aconselham e os mídia que fazem ecos dos seus argumentos; o segundo, constitui-se por associações e movimentos de protesto, médicos e contra-peritos, e os apoiantes recrutados, principalmente, através das redes sociais e mobilizados para as ações de protesto.

Algumas opiniões classificam o MPV como 'chalupas' (um termo popular para loucos), (CONFERÊNCIA 13-12), um termo que visa despromover a sua credibilidade para a discussão, o que se estende aos aderentes à causa, procurando menosprezar o potencial disruptivo do número. O número serve, assim, para declarar a sanidade ou a insanidade do agente ou da causa, através de pressupostos implícitos:

(a) quando tantos pensam o mesmo, a causa não pode ser uma loucura ou ilusão, «...provavelmente quando a coisa começar a ser… a ser demasiado evidente, outras medidas e outro galo cantará, porque isto não pode ficar assim» (CONFERÊNCIA 13-12), ou como diz um colunista em apoio do MPV «é possível que este grupo, este movimento que ainda integra uma quantidade respeitável de médicos, também tenha razão e não seja… não seja a Ordem a tê-la» (OPINIÃO 20-10);

(b) quando tão poucos pensam o mesmo é uma minoria de loucos, pois «Se pessoas tão instruídas e com tantas responsabilidades são capazes de ter esta distorção, deste distúrbio de perceção, é normal que qualquer indivíduo da sociedade também a possa ter» (NOTÍCIA 12-11), ou «Este é o grande perigo das redes sociais, permitindo que vozes dissonantes com a realidade, que seriam ignoradas em contextos tradicionais, tenham oportunidade de se organizar» (NOTÍCIA 24-10)

Propomos pensar o 'número' como um processo social gerador de um recurso, um 'capital' distinto das formas de capital identificadas por Pierre Bourdieu[45], que se constitui pelo número de aderentes a uma causa ou prática social, que designamos por capital físico. Bourdieu cita uma frase de Pascal que diz que numa disputa «há sempre a possibilidade de o soldado romano cortar a cabeça de um matemático» para relevar o ato de tirania em que uma ordem de poder submete um poder que pertence a outra ordem (Bourdieu, 1997: 32). É um exemplo do capital físico que se pode mobilizar sobre o prestígio que a academia atribui ao capital cultural. Enquanto fenómeno revelador de conflitos na estrutura social, o capital físico compõe-se do próprio corpo e pelo número de corpos. Esta forma de capital é a que se manifesta na guerra, no desporto, nos guarda-costas e nas milícias, no confronto corpo-a-corpo, mas também no ato eleitoral e no protesto de rua. Em todos os casos, o número dá corpo literal e simbólico ao capital físico e é argumento vital para a legitimidade, seja no ato eleitoral seja nas reivindicações dos manifestantes.

Pelo protesto de rua, pela carta aberta, pelo manifesto, pelo artigo de opinião, etc., as partes em antagonismo procuram recrutar apoiantes para a aquisição de capital físico, isto é, a potência do número, da aglomeração, que tornam a multidão uma entidade disruptiva. Ela intimida os opositores, subverte a ordem e legitima as reivindicações. O MPV expressa esse entendimento quando diz à audiência numa conferência de imprensa «Quero agradecer-vos muito assumirem a disponibilidade de estar aqui connosco e dar um pouco de credibilidade e força ao movimento dos Médicos pela Verdade em Portugal» (CONFERÊNCIA 29-08), ou refere como a multidão pode ameaçar o poder político invocando o caso de um dirigente da saúde é «alvo de um gigantesco processo que está a ser levantado por parte da sociedade civil alemã» (CONFERÊNCIA 13-12). Conclui também que «é um pouco inútil cada um estar a fazer posts no Facebook… em que não temos qualquer espécie de visibilidade… O facto de nós conseguirmos juntar as vozes (...) poderá dar mais visibilidade à nossa mensagem» (CONFERÊNCIA 29-08).

Quando atrás identificamos as diferentes fases no desenvolvimento da controvérsia, o que compreendemos é que a contestação só se torna alarmante quando sai do espaço invisível da opinião individual, seja através de artigos de opinião ou de publicações em redes sociais, e dá forma a um aglomerado: o movimento de protesto. Neste sentido, a ênfase no número serve de mecanismo de pressão para a mudança, revelador do potencial disruptivo do movimento. Amiúde são invocadas as credenciais académicas e profissionais, cujo estatuto se conforma aos critérios de distribuição,

[45] 'Capital', um conceito adaptado da teoria económica, é a 'moeda de troca' das relações sociais no campo. Bourdieu alarga o conceito e entende que o capital existe de forma objetivada (material) e de forma incorporada (imaterial), para se referir a qualquer recurso que pode produzir mais-valia inserido num dado contexto de troca, isto é, num campo. Para Bourdieu, há três espécies fundamentais de capital: capital económico, capital social e capital cultural (Bourdieu, 1986: 243). Distingue ainda outras propriedades do capital que são fundamentais para a sua Teoria do Campo: capital simbólico e capital específico. (Cf.: Bourdieu, 1970; 1986; 1994).

controlo e ratificação do regime de verdade. Mas quando estes são recorrentemente desclassificados pelos mecanismos da disciplina, dos tempos e lugares ritualizados, e das sociedades de discursos, resta invocar o potencial da 'turba', a massa popular que faz o boicote, o motim e o bloqueio.

4.3 Vigilantes e anjos caídos: convicção e messianismo

Argumentos sobre a responsabilidade cívico-moral formam um outro tema. O MPV diz-se movido pelo dever de defender as pessoas que estão a ser intimidadas por uma 'narrativa oficial', um dever que tem um caráter deontológico, baseado nos regulamentos da prática médica; um dever cívico, baseado na lei e na defesa dos direitos constitucionais; e um dever moral da defesa das pessoas que juraram proteger, e pelas quais estão dispostos a sacrificar-se.

> Evocamos a Constituição, e aí estamos escudados, pois temos direito a expressar a nossa opinião, porque enquanto Portugal for uma democracia e um Estado de direito, temos direito a ter a nossa opinião, não havendo lugar para coisas ridículas alegadas contra nós como 'delito de opinião' (CONFERÊNCIA 13/12)

Também os opositores do MPV afirmam que o grupo configura uma ameaça à ordem e ao bem-estar, disseminando comportamentos perigosos que põem em causa toda a sociedade. Entre estes destacam-se os ativistas contra a desinformação científica e os que exigem que toda a sociedade e, principalmente, os reguladores, atuem para impedir que este mal se propague.

> {Médico}, médico de Saúde Pública... A própria Convenção Europeia dos Direitos do Homem prevê a detenção nestas situações. "Ninguém pode ser privado da sua liberdade, salvo nos casos seguintes e de acordo com o procedimento legal", lê-se no artigo 5.º, que aponta como um dos casos, "se se tratar da detenção legal de uma pessoa suscetível de propagar uma doença contagiosa" (NOTÍCIA 23/11)

Alguns dos oponentes ao MPV, para além da expressão de opinião, adotam ações concretas de oposição, sendo referido um médico que se «dedica a refutar desinformação anti-científica» (ENTREVISTA 07-11), para quem «os últimos meses têm sido de angústia ao tentar mostrar às pessoas a gravidade da doença» (NOTÍCIA 23-11); e um professor universitário aposentado que endereçou queixas à OM e «acusou o médico {MPV} de apelar à desobediência no uso das máscaras e de negar a existência da pandemia em publicações no Facebook» (NOTÍCIA 10-11). Manifestam um sentido de missão contra aqueles que desrespeitam a ciência ou que usam a ciência de forma ilegítima. O seu objetivo declarado é proteger a 'sociedade' contra os perigos da desinformação, pelo que é necessário impedir que o MPV incentive a população a rejeitar as políticas implementadas para conter a propagação da doença:

> Quando se põe em causa a máscara está-se a falsear a informação, está-se a desrespeitar a ciência (NOTÍCIA 12-11)

> {Scimed} alerta que a desinformação tende a levar a comportamentos irresponsáveis, que podem dificultar o trabalho do Governo e dos profissionais de saúde no controlo da pandemia. (NOTÍCIA 24-10)

> ....Os processos multiplicaram-se alertando para o perigo e para a desinformação que o movimento podia provocar, numa altura de combate à pandemia. (NOTÍCIA 13-02)

...mas identifica-se um objetivo latente que é purgar a discussão dos impostores, tidos como agentes e meios nefastos para a sociedade:

> {Scimed} Recentemente anunciou a criação de uma associação com o objetivo de denunciar profissionais de Saúde que promovam tratamentos perigosos ou inúteis e apoiar doentes lesados que pretendam defender-se em tribunal (...) O objetivo é proteger a população, denunciando a prática de tratamentos sem benefício demonstrado à luz da evidência científica (ENTREVISTA 07-11)

> {Especialista} ...existe a desobediência à autoridade de saúde, em estado de emergência, e existem outras vias pela qual é… pode ser considerado, se houve uma… se pessoa sabia que podia estar infetada e fez de forma infetar outros, consciente disso, pode também entrar no crime de propagação de doença infecciosa, previsto no Código Penal. (ENTREVISTA 24-11)

O MPV, por seu turno, diz-se incumbido 'por juramento' de proteger as pessoas, pois «O que fazemos é cumprir o que jurámos ao preocupar-nos com o rumo da Saúde física, mental e social dos nossos doentes.» (COMUNICADO 13-12); «...pela sua coragem e pelo seu compromisso para com o Juramento Hipocrático, e com a vida de todas as pessoas e da… e de toda a humanidade» (CONFERÊNCIA 13-12). O seu objetivo é mostrar a 'verdade', dizendo «damos o suporte a toda esta luta, a todo este trabalho de… chegar à verdade entre todos nós» (CONFERÊNCIA 29-08), expondo os objetivos velados da 'narrativa oficial', a desinformação como *dizer mal* e *não dizer*, que as instâncias de governo e os mídia querem impor:

> A narrativa apocalíptica, a "covidização" do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e do sector privado da saúde, aqui incluindo os consultórios médicos (...) são fruto do pânico e da ignorância e, é necessário que o proclamemos bem alto, não têm qualquer justificação médica. (...) é imperativo que os médicos denunciem as medidas governamentais de contenção do COVID-19 que não tenham fundamento na "legis artis", na prática clínica consagrada pelo tempo (CARTA ABERTA 25-09)

O grupo MPV apresenta-se como movimento pelo esclarecimento, afirmando que «…a designação 'médicos pela verdade' deve ser entendida como médicos pelo esclarecimento» (CONFERÊNCIA, 13/12), «integram um Movimento nascido na Alemanha sob o nome: "Ärtze Für Aufklärung", traduzindo-se a palavra "Aufklärung" por Iluminação, Esclarecimento ou Elucidação» (DOSSIER 25-10). «O Esclarecimento[46], escreveu Immanuel Kant, é a saída do homem (*sic*) da sua menoridade autoimposta», para se libertar da «incapacidade de se servir da razão sem a orientação de outrem», comparando esta dependência à criança que procura orientação dos pais ou aos fiéis que procuram um rumo na religião. Para ultrapassar essa condição é preciso ousar saber (*sapere aude*), ter a coragem de descobrir pela capacidade do pensamento racional (Kant, 1784: 11). No entanto, o MPV expressa a convicção de que pode guiar as pessoas, desorientadas e desinformadas pelos mídia, em

[46] Adota-se a tradução de *Aufklärung* por *Esclarecimento* e não por Iluminismo, ou Ilustração, ou ainda As Luzes, que são expressões usuais, seguindo a proposta de tradução de Guido de Almeida na edição brasileira *da Dialetik der Aufklärung* pela Zahar onde diz «por uma questão de maior fidelidade: a expressão esclarecimento traduz com perfeição não apenas o significado histórico-filosófico, mas também o sentido mais amplo que o termo encontra em Adorno e Horkheimer, bem como o significado corrente de Aufklärung na linguagem ordinária.» (Adorno & Horkheimer, 1947: iv).

direção à 'verdade'. O MPV considera que a sua credencial médica, dotando-o do saber da hermenêutica e o domínio dos métodos científicos, permite conhecer o que não é dito, pelo que se percebe como revelador de uma 'verdade' oculta:

> Qualquer médico antes de se tornar especialista tem um longo percurso generalista em saúde pública, epidemiologia, doenças infecciosas, doenças parasitárias, microbiologia, matemática, estatística e anos de prática clínica, nomeadamente em serviços de infectocontagiosas, previamente ao ingresso na especialidade escolhida (...) Por conseguinte qualquer médico está, sim, apto a discutir, a analisar e a reflectir sobre estas e outras matérias. (RESPOSTA 01-10)

> ...somos um movimento de cidadãos que, porque temos este pendor pela saúde, que temos uma experiência adquirida, começamos a perceber que era hora de dizer qualquer coisa, de intervir (INTERVENÇÃO 11-10)

A noção de que os governos e organizações escondem informação, o tema da desinformação como *não dizer*, é a justificação para o seu dever de enfrentar esses poderes estabelecidos. O MPV caracteriza o «trabalho que tem vindo a fazer» como uma missão: um ato altruísta, um ato de dever e um ato de revelação:

> ...estamos a trabalhar para que… esta situação social melhore (...) temos que mostrar à sociedade e às pessoas que não estão a ver esta situação e pela qual estão a sofrer a nível pessoal (...) Esse sofrimento, em silêncio, teremos que o minorar com o diálogo de todos e dando a mão ao outro, dizendo-lhe que não está só. (CONFERÊNCIA 29-08)

> E eu estou aqui a dar voz a quem, eu estou aqui a dar voz aos meus colegas, que como eu se sentem num colete de forças. Estou aqui dar voz aos meus doentes (...) porque eles próprios estão cheios de medo e estão com medo artificial, mas… do qual eles não se conseguem libertar. (INTERVENÇÃO 11-10)

> ...temos que mostrar à sociedade e às pessoas que não estão a ver esta situação e pela qual estão a sofrer a nível pessoal... um grande medo, uma grande angústia, um grande problema a nível também financeiro, por causa de… se ter fechado, ou fecharem ou poderem vir a fechar, os seus empregos, as suas lojas e, de alguma maneira, ter limitado a sua vida. (CONFERÊNCIA 29-08)

Essa missão é um dever a que está obrigado por juramento, que não lhe trará benefícios pessoais, e que se sujeita às provações da incumbência em prol das pessoas que jurou proteger:

> Os MpVP aceitam uma solução política da epidemia mas tal não significa que assistam impassíveis à destruição dos Direitos Fundamentais do povo que juraram cuidar. (COMUNICADO 19-10)

> E, conscientes do seu comportamento deontologicamente irrepreensível, mais declaram que não auferem quaisquer benefícios das posições assumidas e que apenas servem os seus doentes, o interesse público e o bem comum. (DOSSIER 25-10)

Afirma também que esta missão se concretiza pelo desvelar da verdade que o poder-sombra quer ocultar, e dessa forma libertar as pessoas do medo, dizendo «no fundo, é esse o nosso papel. Estejam atentos! Cuidado!», apelando à revolta popular, «O que podemos fazer?... Nós, como médicos, fazer o que estamos a fazer. Vocês, como cidadãos, lutar e dizer 'Não'. Pressão social.» (CONFERÊNCIA 29-08).

Esta conceção cabalística e o caráter sombrio e hermético dos poderes-sombra que o MPV entende enfrentar, imprime ao seu discurso a estrutura da narrativa heroica, o "monomito". De

facto, nas suas declarações, pode-se perceber arquétipos da 'jornada do herói' descrita por John Campbell (1949):

Entende-se numa cruzada, «constitui parte da cruzada dos Médicos pela Verdade Portugal» (DOSSIER 25-10), numa demanda, «deixei o Serviço Nacional de Saúde, mas o meu coração continua lá. E é por isso, se calhar, esta minha demanda» (ENTREVISTA 02-12).

Há a resposta a um chamamento...

> ...eu nunca pensei que algum dia, usando as minhas capacidades profissionais e os meus skills profissionais, eu tivesse que os pôr ao serviço… do meu povo. (...) Mas, às vezes, nós próprios nos vemos metidos num colete de forças e é muito difícil sair dele. E é dessa revolta que eu dimanei. Eu não posso mais ver o que se está a passar! Não posso! (INTERVENÇÃO 11-10)

> Temos um juramento a cumprir e todo um povo que poderá, sempre, contar connosco - e é por eles que batalharemos diariamente. (COMUNICADO 13-11)

> Estou aqui porque acredito que… tem que ser feito alguma coisa. Isto que está a acontecer em relação ao Sistema Nacional de Saúde é, no mínimo, eticamente reprovável... Eu acho que é uma traição... Pronto, é a razão por que estou aqui. (CONFERÊNCIA 29-08)

...a coragem de enfrentar o 'mal' em prol dos indefesos

> Há uma coisa que ninguém – simpatizantes, detratores ou oponentes – jamais nos poderá acusar: é de que somos cobardes. Independentemente do que o futuro nos reserve, tudo suportamos em nome daqueles que juramos defender há muito. Para os doentes. Pelos doentes. Com os doentes. É tudo o que nos move. (CONFERÊNCIA 13-12)

> Eu tenho que defender o meu doente à frente de toda a gente! Da Ordem dos Médicos, da Organização Mundial de Saúde, de quem que sejam! Eu tenho que defender o meu doente. É o primeiro de todos! (CONFERÊNCIA 29-08)

> Quando vejo filas, à porta da sopa dos pobres, de vítimas das medidas extravagantes do governo para a "guerra ao Coronavírus", sinto uma profunda tristeza e revolta. (CARTA ABERTA 25-09)

> Preocupa-me imenso os idosos. Eu tenho familiares a trabalhar em lares. Os idosos estão a deprimir. Os idosos estão a morrer sozinhos. Eu tenho casos de pessoas que morreram, pura e simplesmente, com medo se recusaram a ir para o hospital, eu tenho casos assim… (...) E é isto que me move, e é por isto que eu estou aqui. (CONFERÊNCIA 29-08)

...a orientação de um mentor injustiçado

> ...um dos mais notáveis conjuntos de peritos mundiais em ciências médicas (...) Todos têm sido silenciados ou viram subdivulgados os seus contributos para o esclarecimento nesta crise sanitária... (DOSSIER 25-10)

> Para vossa informação, estamos em contacto com alguns deles que nos dão suporte técnico. É para nós um orgulho imenso tal facto (CONFERÊNCIA 13-12)

...sujeita-se a provações

> Apesar do vil ataque que temos sofrido (...) uma coisa é certa: não conseguirão calar a nossa voz e não baixaremos os braços até todas as questões serem discutidas e dissecadas. (COMUNICADO 13-11)

> O único dividendo que tiramos até agora foi a perseguição, os processos disciplinares, a espada de Damócles sobre as nossas carreias, os insultos gratuitos, e a devassa das nossas vidas privadas. (CONFERÊNCIA 13-12)

...e que, tal como o 'herói das mil caras' de Campbell, tem de terminar a jornada para finalmente regressar a casa

> Sou meramente um médico. E, garanto-vos, que o mais que eu quero é que isto se resolva, e eu possa voltar ao meu anonimato. (CONFERÊNCIA 29-08)

Como sugere Phillip Strong, a 'epidemia de medos' e 'epidemia de explicações' podem precipitar o proselitismo moral, gerando uma onda de ativismo exigindo medidas sociais, tanto para o controlo da propagação da doença como para o controlo das perturbações psicossociais, que, entende Strong, ameaça os códigos de conduta; invade a privacidade e limita fortemente as liberdades como a mobilidade, o comércio, a reunião, a liberdade de expressão, etc., e «os próprios tratamentos podem ser considerados por alguns como anti-éticos» (Strong, 1990: 254-255). A controvérsia em análise revolve em torno de diferentes crenças morais, onde os vários agentes em disputa podem ser reconhecidos como proselitista morais. Tanto os textos de opinião, como as notícias, como os textos do MPV expressam formas de proselitismo moral (Becker, 1963; Cohen, 1972). Por um lado, o MPV tacitamente expressa a sua missão como cruzada moral e uma demanda, mobiliza-se contra aqueles que instigam o medo e o pânico nas pessoas e que arruínam a sociedade. Por outro, os seus opositores pressionam as autoridades a tomarem posição sobre o problema

> ...o Ministério da Saúde não só não respondeu às perguntas enviadas... como também não adiantou se a situação seria investigada. (...) o Ministério tutelado por Marta Temido recusou responder às perguntas (...) O Observador voltou a questionar a DGS... A autoridade de saúde nacional não quis responder (...) O conselho de administração foi questionado pelo Observador sobre o assunto, mas não respondeu. (NOTÍCIA 10-11)

> Não acredito que vá haver qualquer tipo de consequência, tendo em consideração o registo da atuação da OM. Só agem quando são coisas gravíssimas. A Ordem tem uma atitude demasiado reativa e pouco preventiva (ENTREVISTA 07-11)

> ...seria interessante que o bastonário, no intervalo do seu trabalho sindical e político, condenasse de forma clara e audível estes irresponsáveis, contribuindo para os desautorizar aos olhos dos cidadãos. (...) A forma descarada como estes médicos espalham desinformação mostra que não temem o poder disciplinar da Ordem ou o julgamento dos seus pares. Lá saberão porquê. (OPINIÃO 26-11)

A perturbação epidémica, diz Strong, é um tempo de acentuada estigmatização, perseguição e segregação (Strong: 1990: 254-255). Com Edgar Morin, podemos enfatizar que a crise é fortemente marcada pela purga, punição e expiação. Morin diz que a procura de soluções se torna muitas vezes na procura de explicações para «circunscrever a culpa, expiar e extinguir o mal, sacrificando-lhe os culpados», o proverbial 'bode-expiatório' (Morin, 1984: 168). Morin entende que então se «multiplicam os culpados imaginários que estão frequentemente entre os marginalizados e as minorias», tratando-se de «persegui-los como corpos estranhos e/ou destruí-los como agentes infeciosos», pelo que a busca de soluções se torna num «sacrifício ritual» (ibid.). De facto, no caso em análise, tendo estabelecido que a desinformação, sob os vários temas que identificamos, é uma ameaça social, o MPV e os seus antagonistas encetam uma busca pelos culpados, exigindo o seu julgamento e punição.

Stanley Cohen entende que os proselitistas morais pertencem aos grupos mais instruídos e economicamente privilegiados, ao passo que os demónios populares, provêm de modo geral de setores sociais com menos recursos económicos, sociais e políticos, cujo comportamento é percebido como irresponsável e perigoso por pessoas dos grupos dominantes (Cohen, 2011: xvii). Contudo, no fenómeno em análise há um antagonismo que opõe pessoas que se inscrevem numa mesma classe social, caracterizada por profissões e títulos académicos altamente valorizados. Não se trata aqui de pessoas das camadas populares desfavorecidas na distribuição de capitais culturais sociais, políticos e económicos. Muito pelo contrário, MPV, jornalistas e colunistas possuem um estatuto social, académico e profissional socialmente valorizado. Nesta pesquisa, toma-se por objeto de análise a comunicação de um conjunto de pessoas com estatuto privilegiado na nossa sociedade e, neste sentido, as pessoas e grupos em antagonismo nesta controvérsia têm atributos peculiares que requerem um reenquadramento teórico.

Para tal, identifica-se que nos textos de opinião e nos comentários e entrevistas com médicos, especialistas e dirigentes, é frequente a afirmação de desapontamento ou de deslealdade que o MPV representa para a ciência e a classe médica. Os jornalistas perguntam:

> Como é que se explica que médicos de profissão estejam a relativizar desta forma o impacto e a gravidade de uma pandemia que neste momento parece estar na iminência de provocar ruturas na capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde? (ENTREVISTA 07-11)
>
> Jornalista – Quais são os riscos de alguém que é médico partilhar este tipo de informação por outros profissionais... da mesma área, mas também por pessoas que têm pouco conhecimento sobre, por exemplo, os riscos que implicam o novo coronavírus? (ENTREVISTA 24-11)

Os entrevistados respondem:

> Sem conseguir "qualificar uma pessoa que queira falsear os resultados e que pode colocar terceiros em risco", {Médico} lembra que esta atitude pode ser punida por lei. De facto, o artigo 283.º do Código Penal prevê que uma pessoa que propague doença contagiosa, ou o profissional de saúde que "forneça dados ou resultados inexatos", e que "crie, deste modo, perigo para a vida ou perigo grave para a integridade física de outrem é punido com pena de prisão de um a oito anos" (NOTÍCIA 23-11)
>
> "Nunca pensei ver colegas meus irem contra a verdade científica, contribuírem para gerar confusão e maus comportamentos por parte das pessoas", confessa, desanimado, o médico de Medicina Geral e Familiar (...) Para {Médico}, a atitude de um médico que promove uma solução para falsear um teste é "inaceitável". "Deontologicamente, é muito difícil aceitar que um colega esteja a tentar fazer isto, atendendo à situação em que estamos." (NOTÍCIA 23-11)

Compreendemos que o discurso latente é a ideia de que a ação destas pessoas, que se inscrevem num grupo social privilegiado, é percebida como um sacrilégio que ameaça a própria ordem social que lhes confere esse estatuto. O MPV, ao contrário de outros movimentos de protesto com objetivos e reivindicações semelhantes – e que não terão qualquer referência específica nos artigos de opinião e pelos entrevistados – é percebido como herético, uma deserção e sacrilégio da ordem que assegura ideologicamente a sua posição privilegiada. Do mesmo modo, o MPV refere jornalistas, médicos, especialistas e dirigentes como adversários da ciência, dos cidadãos e da classe médica.

Expressam «uma grande mágoa» e um sentimento de «traição» em relação aos colegas de profissão que não se juntam ao movimento; os cientistas e médicos que não se insurgem contra as políticas da OMS e dos governos são visados como cúmplices:

> ...isto que nós estamos a passar é uma farsa, isto é uma farsa autêntica. Isto é uma farsa autêntica, e eu só me admira como é que a comunidade científica não se levanta contra isto. Porquê? (CONFERÊNCIA 29-08)
>
> Comecei a achar que a medicina… digamos que… o pensamento de médico entrou em colisão com a minha consciência… e pedi reforma antecipadamente. (...) Estou aqui porque acredito que (...) Eu acho que é uma traição (...) Eu vou tentar não ser mau… [risos] Eu já disse que o encerramento do Serviço Nacional de Saúde é um ato de pressa… Eu fiz o "juramento de hipócritas"… ou de "Hipócrates"?... (CONFERÊNCIA 29-08)
>
> Em relação aos outros, à grande maioria [dos médicos que não se juntam ao MPV]… A sua [membro da audiência] revolta tem deste lado o contraponto apenas de uma grande mágoa. (CONFERÊNCIA 29-08)

Para os primeiros é a dissidência dos seus pares e a blasfémia que põe em causa a ordem; para os segundos é o despotismo do poder e a conivência dos seus pares que demanda a sublevação. Portanto, propomos um cambiante na teoria dos 'folk devils' de Cohen, acrescentando a categoria dos 'fallen angels': pessoas que ocupam uma posição privilegiada no espaço social, que deliberadamente ou por equívoco, incorrem na heresia contra os valores da sua classe. No texto apócrifo do *Livro de Enoque* conta-se a história dos anjos caídos, duzentos entes divinos de entre as 'sentinelas' ou os 'vigilantes' escolhidos por Deus com a missão de velar pelos humanos, que, convencidos da sua própria sabedoria, se teriam desviado dos propósitos divinos e expulsos do Paraíso (*The Book of Enoch*, s/d: 1-36). Quando uma controvérsia entre membros da mesma classe se resolve pela expulsão de uma das partes em antagonismo, desvalorizando ou subtraindo-lhe os capitais que asseguram a pertença, podemos recuperar esse mito que opõe os vigilantes fiéis ao desígnio da ordem e os anjos caídos que a afrontam.

O MPV, jornalistas, os cientistas-especialistas e profissionais do campo político e económico, tal como celebridades das artes, do cinema e dos novos mídia, são pessoas inscritas nos grupos dominantes, cujos interesses de classe são protegidos pela ordem e a ideologia que a suporta. O facto de estas pessoas do MPV se perfilarem numa tomada de posição que hostiliza essa ordem é o que marca toda a atenção que lhes dedicam os mídia, os colunistas e as ações disciplinares dos reguladores. Não se trata de 'demónios populares' mas sim de 'anjos caídos', pessoas que ocupam um lugar no olimpo social e que, assumindo uma posição de confronto com os princípios, valores e objetivos da sua classe, incorrem na excomunhão. Mais do que o dissenso da heterodoxia, a controvérsia é sobre blasfémia e heresia. A controvérsia centra-se, então, no julgamento do MPV, mas também, da parte destes, dos governantes e peritos que os assessoram, e na defesa das ações que devem ser tomadas em face ao risco de os hereges comprometerem a ordem estabelecida.

Se no mito relatado por Enoque os anjos caídos têm um saber próprio da sua condição divina, onde se lê «Éreis nos Céus mas seus segredos ainda não tinham sido revelados a vós, e conhecíeis um segredo sem importância» (*The Book of Enoch*, 16:2-4), e que, contra a vontade do demiurgo,

partilham com as pessoas, o MPV mostra às pessoas a 'verdade' que possui pelo seu estatuto privilegiado, ainda que um saber equivocado e sem importância na consideração dos especialistas:

> {Especialista} ...infelizmente temos visto que o facto de ser médico, algumas pessoas sendo médicas... o conhecimento médico é muito vasto, e portanto, pode ser médico, mas pode ter uma compreensão ou uma análise muito errada de certos aspetos. (ENTREVISTA 24-11)

No entanto, tal como no mito antigo aos 'vigilantes' é dada a ordem para destruir «todo o erro da face da Terra e (...) Eu não lhes mandarei novamente um dilúvio (...) e Paz e verdade estarão unidas, por todos os dias da eternidade» (*The Book of Enoch*, 10:17-22), o MPV deve ser exemplarmente punido, extirpando o mal para que haja paz no mundo. Mas também o MPV exige que se denunciem os culpados da «tragédia infame» (CARTA ABERTA 25-09), para que se estabeleça um «mundo muito melhor» (CONFERÊNCIA 29-08), e se dizem «comprometidos com o sonho duma sociedade próspera, saudável e feliz» (RESPOSTA 01-10).

Deste modo, a disputa epistémica liga-se ao tema do combate à desinformação. Por um lado, este combate faz-se pela pressão sobre os reguladores – através de ações de denúncia e exigência de punição; e aponta-se a necessidade de reverter legislação («é imperativo que os médicos denunciem as medidas governamentais de contenção do COVID-19», CARTA 25/09) ou instituir legislação («urgência de se regular a profissão de uma forma mais incisiva», ENTREVISTA 7/11) – por outro, esse combate faz-se instruindo as pessoas, implementando programas de educação («...apostar-se na educação das crianças para o pensamento crítico (...) a formação de um espírito crítico associado a um conhecimento profundo sobre algo e à humildade», NOTÍCIA 24-10), ou esclarecendo para a desobediência civil («...o nosso papel [é dizer] 'Estejam atentos! Cuidado!' (...) O que podemos fazer?... Vocês, como cidadãos, lutar e dizer 'Não'. Pressão social.», CONFERÊNCIA 29-08).

Esta disputa toma lugar num contexto onde existe uma estrutura burocrática de reguladores e protetores das normas. Apresenta-se como um dilema entre a inação ou incúria das autoridades e da sociedade e a obrigação que estas têm de conter as ações perniciosas. Ainda que recorrentemente a preocupação seja o bem-estar geral, as ações preconizadas visam corrigir os déficits dos menos escolarizados da população, a quem falta a(s) literacia(s) para discernir sobre a validade dos argumentos:

> "É difícil dizer às pessoas o que é desinformação se elas não tiverem instrumentos necessários para processar de forma crítica o 'porquê' de ser desinformação", considera {Scimed} (NOTÍCIA 24-10)
>
> {Especialista} ..."É difícil medir o que é ter espírito crítico, mas, se [as pessoas] ficam só críticas e não percebem que não têm o mesmo conhecimento de quem estuda algo há 20 anos, ficam só críticas." (NOTÍCIA 24-10)
>
> «[MPV] enganam milhares de pessoas nas redes sociais (...) e vão convencendo os incautos que o contraditório científico se faz em posts no Facebook» (OPINIÃO 26-11)

Nestes discursos, para combater a desinformação, "pensamento crítico" não é necessariamente questionar tudo, mas, antes de tudo, duvidar da heresia...

> {Especialista} também dá conselhos fáceis que as pessoas podem seguir: ter referências, como certos meios de comunicação social; desconfiar quando alguém tem demasiada certeza; duvidar de conteúdo pouco cuidado; confirmar as fontes. "Ninguém tem capacidade de estar permanentemente a saber se tudo é verdadeiro ou falso." (NOTÍCIA 24-10)

> ...[MPV] sem serem especialistas da área (...) têm o atrevimento de, apesar de meterem a foice em seara alheia, se atribuírem a propriedade da "verdade", insinuando que os especialistas da área andam a enganar os cidadãos. (OPINIÃO 26-11)

...e ter a "humildade" de confiar em quem detém o conhecimento verdadeiro

> {Especialista} ...é preciso a formação de um espírito crítico associado a um conhecimento profundo sobre algo e à humildade. (NOTÍCIA 24-10)

> ...o mais simples é usar instituições e mensagens institucionais como referência, que se dê valor aos consensos científicos ou ter humildade na mudança de opinião. (NOTÍCIA 24-10)

A controvérsia entre o MPV e os seus opositores é uma *disputa*, pela classificação de Marcelo Dascal (2001), e como tal, apenas termina pela vitória de uma das partes, a 'morte anunciada dos Médicos pela Verdade' como declara um dos seus opositores. Recordamos estas palavras de Foucault:

> ...a verdade não é a recompensa dos espíritos livres, o rebento da solidão continuada, nem o privilégio daqueles que conseguiram libertar-se. A verdade é uma coisa deste mundo: é produzida apenas em virtude de múltiplas formas de coerção. (...) Há uma 'batalha pela verdade' ou pelo menos 'em torno da verdade' (...) entende-se também que não se trata de uma batalha 'em nome' da verdade, mas sim de uma batalha sobre o estatuto da verdade e o papel económico e político que desempenha. (Foucault, 1977: 131-132)

O troféu desta vitória é, podemos interpretar, o triunfo da 'verdade'. Mas não podemos deixar de pensar que este triunfo se parece muito com o do soldado romano que corta a cabeça do matemático.

II. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa, mesmo quando olha o quotidiano e as práticas mais rotineiras, é sempre uma incursão no desconhecido, um re-olhar sobre o que se toma por garantido. O caso que estudamos é particularmente marcado por certezas e incertezas. Entre as certezas, podemos aceitar que a OMS declarou o SARS-COV-2 uma pandemia, e que esta se tornou uma preocupação comum para os governos, e que as medidas políticas implementadas afetaram, ainda que de modo diverso, as rotinas de milhões de pessoas por todo o mundo. Menos clara é a forma como as pessoas, governos e organizações se relacionaram e entenderam a informação e o fundamento das políticas de controlo da pandemia. Se todos foram confrontados com um problema súbito e complexo, as medidas implementadas não foram acolhidas do mesmo modo por todos.

Do ponto de vista do conhecimento, esta crise relevou tanto a erudição dos peritos como os seus constrangimentos. Se cientistas, especialistas e todo o tipo de académicos foram chamados a pronunciar-se sobre os acontecimentos, a crise mostrou em que medida o seu conhecimento é frágil e tão definido no campo científico como no campo político. As incertezas sobre a doença e a pressão pelas instâncias de governo colocou os especialistas no papel de árbitros, conselheiros e provisores de certezas que, em boa medida, não podiam providenciar, mas que também não se podiam recusar a providenciar. Para a implementação de medidas restritivas da vida privada e pública das pessoas, o campo político procura justificar a inevitabilidade das medidas com a mediação do conhecimento dos peritos, mas "seguir a ciência" é uma justificação questionável quando os cientistas estão em desacordo (Walby, 2021).

Os problemas de saúde são, de modo geral, vividos como problemas individuais, mas um evento pandémico é um problema onde o coletivo se impõe ao individual. Aí, as decisões políticas vão afetar os que estão doentes, os que estão em maior risco, mas também os que estão saudáveis e não são percebidos como suscetíveis à doença. Num contexto profundamente marcado pela urgência de respostas, mas minado pelas incertezas, a autoridade vertical das instâncias de governo, é confrontada com a autoridade subversiva das massas que, no final, são os recipientes das políticas adotadas. As incertezas sobre a origem do vírus, a sua invisibilidade microscópica, que alguns governantes descreveram como um 'insidioso inimigo invisível' (Presidente da República Portuguesa, 2020; *MAI*, 2020: 7), os discursos de diferentes interesses nacionais, corporativos e políticos, contribuíram para a emergência de suspeições e explicações que, à falta de coerência, lia nas entrelinhas desses discursos os nexos que podiam trazer sentido a um fenómeno emergente e desconhecido.

Desse modo, aos discursos de centralidade, unilateralidade e monopólio das instâncias de governo, contrapôs-se uma pluralidade de discursos fragmentados, multissituados e interconectados, produzidos por agentes dotados de diferentes capitais, poderes e interesses coletivos e individuais.

Ainda a pandemia estava por decretar, já esta pluralidade era classificada como uma infodemia. Entre estas certezas e incertezas, travou-se uma disputa pela 'boa informação' e pela legitimidade de declarar a 'verdade'. Esta disputa, que se desenvolve através dos mídia convencionais (imprensa, rádio e televisão), os novos mídia (redes sociais, blogues, vídeos on-line, etc.), mas também nas ruas (manifestações, marchas de protesto, etc.), permitiu-nos investigar a relação entre a crise epidémica e a disputa epistémica e as dimensões socioculturais da doença.

Em seguida, retomam-se as questões de partida, para sistematizar o que compreendemos com a pesquisa, e concluímos este capítulo com algumas considerações sobre os limites metodológicos e analíticos deste trabalho, sugerindo outras linhas de investigação.

1. (Re)consideração do racional teórico e retorno às questões de partida

a) Como é que a disputa epistémica se relaciona com a crise epidémica?

Considerando como o modelo teórico nos orientou na interpretação do fenómeno, sugere-se que o cerne dos discursos da 'desinformação' nesta crise é revelador de brechas no regime de verdade, em que discursos profundamente divergentes, tentam fixar o sentido de 'verdade'. No contexto de uma crise, como uma catástrofe natural, um colapso económico, ou uma epidemia, o discurso, que até então define e se define por uma ordem particular, revela a sua artificialidade e insuficiência para os problemas sociais que emergem subitamente. Uma crise envolve elevada incerteza, especialmente numa fase inicial em que emerge o desconhecido. À medida que se procurava perceber o que se passava, e diante da indeterminação das ciências, a especulação fornecia respostas prontas às pessoas ansiosas por explicações. O campo científico desenvolvia o conhecimento sob um intenso escrutínio público, com rotundos sucessos, mas também reveses, ilustrados pelos episódios em que revistas influentes publicaram estudos que acabavam retirados pouco tempo depois (cf.: Baker, Van Noorden & Maxmen, 2020; Davey & Boseley, 2020; Offord, 2020). A corrida pelo protagonismo entre cientistas, a pré-publicação de resultados antes da revisão pelos pares, a discussão dos problemas entre todo o tipo de intelectuais na televisão, jornais e novos mídia, a par de uma miríade de discussões dentro e fora da imensidão do ciberespaço, acelerou a perturbação de explicações, de onde emergiram controvérsias e convicções que cristalizaram tomadas de posições polarizadas.

Os especialistas, médicos e reguladores do campo médico mobilizam-se defendendo uma determinada abordagem política a um problema emergente. O desconhecido é interpretado como 'facto' a partir de posições epistémicas que envolvem distintas conceções de governação, bem-estar, saúde pública, liberdade, responsabilidade, etc., difundidas através de meios tão diversos como a publicação científica, a televisão, os jornais e, principalmente, os novos mídia. As incertezas sobre a doença em contraste com o saber instituído de diferentes ciências, as diferentes posições de poder dentro das disciplinas científicas, os valores e convicções das pessoas envolvidas na discussão, vão

marcar a comunicação e espoletar controvérsias. É um contexto onde pessoas e grupos que não reconhecem legitimidade ou ortodoxia da posição adversária, procuram excluir outros discursos, como ignorantes, loucos, incompetentes, etc., e daí ilegítimos para contribuir para a interpretação e produção do conhecimento. O desenvolvimento da controvérsia acontece pelo alinhamento entre os valores e preocupações de indivíduos, mídia e organizações. Os agentes vão formar alianças, um conjunto nuclear (Collins, 1992), e procuram persuadir outros a adotar a sua interpretação, como conhecimento legítimo para resolver o problema, e a exclusão de outros do espaço agonístico legítimo (Michael, 1996).

Identificamos que nesta controvérsia os enunciados se iniciam pela declaração de fidelidade à racionalidade científica e à sua independência de valores, programas e agendas políticas. É também claro que os arguentes acabam por apelar a um regulador externo à controvérsia. Uns apelam à lei, às sociedades do discurso ou às instâncias do governo, advogava-se que os reguladores têm a responsabilidade de zelar pelo bem comum e acionar a sua capacidade para punir aqueles que causam o mal social. Outros apelam à soberania popular, à decisão da massa (tomada por opinião pública, sociedade civil, concidadãos). Apela-se a uma hierarquia de poder-saber, que tem no topo as tutelas de governo e o sistema judicial, as ordens profissionais e dirigentes de centros de investigação e serviços de saúde, depois as direções e editores dos mídia, depois os jornalistas, médicos, colunistas e ativistas e, em última instância, a maioria popular como juiz das querelas públicas. No caso estudado, a fronteira entre o campo científico e o campo político dilui-se, pois se o científico é invocado pelas partes em oposição como conhecimento legítimo para resolver o problema, a exclusão mútua do espaço agonístico legítimo, dá-se pela ação política. Se as razões políticas se dizem basear nas razões científicas, as razões científicas são recorrentemente acusadas de se basearem em razões políticas.

A incerteza da crise, como diz Morin, é propícia aos 'processos quasi-neuróticos', onde a demonização dos mídia e das instâncias de poder, por uns, e do ativismo e da dissidência, por outros, são as vias da revelação da 'verdade'. Ambas são vias destrutoras do diálogo. O objetivo, em qualquer caso, não é encontrar uma resposta a um problema em discussão, é o fim da disputa pelo silenciamento, isto é, a confirmação do monopólio da 'verdade' por uma das partes.

A crise potencia a vinculação das tomadas de posição em torno de discursos mutuamente exclusivos na interpretação da matéria controversa. A polarização de posições, com veemente pretensão às posições dominantes do discurso, o 'espaço agonístico legítimo', permite-nos vislumbrar o carácter contingente do regime de verdade e da ordem dos discursos. A ação dos empreendedores morais sobre pessoas, organizações, e governos, é simultaneamente ação e reação às condições políticas e sociais da crise. Sendo uma contenda onde as partes assumem discursos inconciliáveis, e os adversários sofrem de «uma teimosa impermeabilidade para argumentos racionais, sintomas de uma doença contra a qual as únicas ações razoáveis a serem tomadas são a punição, a

terapia, ou a desconsideração» (Dascal, 2001: 317), só terminou sendo dissolvida pela intervenção de uma entidade externa. A disputa termina, então, quando um dos discursos se impõe pela desqualificação de outros discursos para a posição de heresia e proscrição. A única solução possível é a exclusão.

Deste modo, as epidemias psicossociais de que nos fala Philip Strong, marcadas pela multiplicidade de discursos, de explicações e moralizações, têm de ser entendidas como disputas – de facto, entende Foucault, *a* disputa – pela ordem do discurso. A interpretação que produzimos nesta dissertação é que nas crises epidémicas, em particular numa sociedade estruturada pela extensividade, intensidade e instantaneidade da tecnologia digital (Castells, 1996), emergem perturbações de medo, explicação e ação (Strong, 1990), manifestas em disputas morais através dos mídia (Becker, 1967; Cohen, 1972; Dascal, 2001), reveladores das condições de produção da ordem social e com potencial para realizar mudanças (Morin, 1984), que abrem brechas no regime de verdade e expõem modos de rarefação de discursos (Foucault, 1970).

b) O que 'desinformação' quer dizer?

A informação sobre a pandemia, o vírus e a doença, os fundamentos e consequências das medidas políticas, etc., foi produzida, partilhada e comentada de forma fluida e desmaterializada, como seria de esperar numa sociedade líquida, sem fronteiras sólidas e sistemas rígidos que a contenham (Bauman, 2000). O economista Branko Milanovic escreveu que esta pandemia é «provavelmente o primeiro evento global na história da raça humana. Por "global" quero dizer que afetou quase todo mundo (…) Se daqui a alguns anos encontrarmos amigos de qualquer parte do mundo, todos teremos as mesmas histórias para contar» (Milanovic, 2020). Este último aspeto, das 'histórias que teremos para contar', é central para a controvérsia que estudamos. A pandemia apresentou uma ameaça à vida de cada pessoa e as políticas de resposta alteraram rotinas, hábitos e crenças, o tido-por-certo. A pandemia evidenciou as fragilidades do óbvio, da vida de todos os dias. Mas o sentido que cada pessoa foi construindo para o que estava a acontecer, as suas 'estórias' (no sentido de *storytelling*), foram construídas coletivamente, principalmente através dos mídia.

O que pode ser realmente novo neste fenómeno é que, para além da extensividade dos efeitos do vírus e das políticas de resposta à pandemia, a intensidade como foi debatido, permitiu que as 'estórias' que as pessoas e instituições criavam, depressa entrassem em grandes narrativas globais da pandemia. Ao mesmo tempo que Macron exortava "estamos em guerra", Trump lançava suspeitas sobre o "vírus chinês", e Bolsonaro desdenhava da "gripezinha" (BBC, 2020a, 2020b, 2020c), especialistas de variadíssimas áreas, a começar por virologistas, epidemiologistas, microbiologistas, bem como sociólogos, filósofos, economistas, etc., rapidamente se envolveram no estudo e análise do fenómeno em todas as suas dimensões. Por todo o mundo as pessoas tinham um coro de opiniões de peritos nos seus *smartphones*, nos ecrãs de televisão e nas páginas dos jornais, discutindo

a origem do vírus, possíveis profilaxias e terapias, os efeitos da doença na saúde e na economia, com atualizações diárias sobre o número de mortes, internamentos e recuperados, os casos suspeitos e confirmados, etc. Ao mesmo tempo, as pessoas enviavam mensagens, partilhavam desabafos, vídeos, notícias e '*memes*', com que construíram as suas próprias opiniões sobre as causas e efeitos da pandemia, a legitimidade e motivações das políticas e das opiniões dos peritos, e as previsões e expectativas sobre os acontecimentos em curso. É neste confronto de interpretações que a noção de desinformação se vai desdobrar em formas que classificamos como *dizer mal* (equívocos ou imprecisões), *maldizer* (diminuir o estatuto e as aptidões do oponente), *dizer não* (negar o consenso sobre um assunto) e *não dizer* (ocultação de informação essencial), e atua como mecanismo de exclusão de discursos adversos.

Quando os académicos definem desinformação como a produção e difusão de uma informação falsa, intencionalmente partilhada para benefício do desinformador, e acolhida como verdadeira por pessoas com vieses cognitivos, déficits de literacias e pensamento crítico, vulneráveis à manipulação, o que aqui estudamos revela que esse modelo requer reconsiderações. Por um lado, é difícil distinguir intenções, benefícios, os instruídos e os iletrados, etc., num campo onde médicos, especialistas e todo o tipo de intelectuais ocupam posições antagónicas e esgrimem com todo o tipo de argumentos para classificar como falsa a proposição do adversário. Porém, o que é classificado como desinformação por uns, é a bandeira da 'verdade' de outros. Se a isto se juntar o contexto geopolítico, como as diferentes lideranças políticas, religiosas, económicas e académicas nos vários países podem subscrever diferentes critérios da verdade, expõe-se a fragilidade contingencial de alguns pressupostos das perspetivas teóricas da desinformação.

A desinformação, em qualquer das variantes que identificamos, não é uma classificação sem pressupostos e pactos. Compreendemos que é um termo que muitas vezes é usado para excluir do debate vozes divergentes, subversivas e incómodas. No entanto, isso não quer dizer que toda a informação considerada como tal seja inócua, ou que sejam meros pontos de vista numa esfera pública aberta e democrática. O que sugerimos é que o uso da classificação de desinformação também é uma estratégia de limitação da democracia. Admite-se que a mentira intencional ou a meia-verdade oportunista não são produto do acaso, do desconhecimento e da incúria. Contudo, se as controvérsias são inevitáveis, porque o conhecimento que dispomos num dado momento é sempre transitório, é pela compreensão generalizada dos mecanismos de construção e validação do conhecimento científico que se pode ter uma sociedade preparada para a incerteza. E esse pode ser o papel da educação e das novas literacias. Retomaremos este tema adiante.

c) Como os novos mídia e os velhos mídia se relacionam com a controvérsia?

A dimensão científica da pandemia é, desde cedo, acompanhada pela dimensão da comunicação, tida como instrumental para persuasão da população para aderir às medidas políticas. As instâncias de

governo comunicam, através de relatórios diários, conferências de imprensa, artigos de opinião, publicações de mídia sociais, etc. (eg.: DGS, 2020, 2020a). Outras pessoas, como estudamos, vão discutir e agir sobre a informação governamental, e mobilizar outras fontes de informação, em apoio ou rejeição das políticas adotadas. Através dos meios de comunicação a que cada grupo acede e dispõe, as partes em antagonismo procuram estabelecer a ilegitimidade da posição adversária quer pelo recurso às suas credenciais académicas e profissionais, quer recrutando o apoio popular.

Desde a emergência da esfera pública moderna (Habermas, 1962) que os meios de comunicação tradicionais, de massa, unidirecionais e verticais, têm sido o meio privilegiado de formação da opinião pública. As tecnologias de comunicação em rede, no entanto, vieram transformar essa instituição. O contrato social entre o público e os meios de comunicação de massa, revela as suas fraquezas e dissolve-se perante a possibilidade de a informação ser produzida, partilhada e comentada num circuito alheio aos mídia convencionais e o monopólio da fabricação da opinião (Herman & Chomsky, 1988), detido pelas classes dominantes, é posto em causa. As possibilidades de produção e circulação da informação trazida pelas tecnologias de comunicação em rede subvertem o campo da comunicação, alterando uma relação 'de cima para baixo' numa comunicação multissituada e multidirecional, a que chamamos comunicação oblíqua. A verticalidade da comunicação deu lugar a uma obliquidade, onde 'baixo para cima' e 'cima para baixo' se influenciam, entram em conflito e cooperam na produção de diferentes relatos e visões sobre a realidade.

Organizações, jornalistas e comentadores partilham da conceção de que a desinformação é um problema do descontrolo e desregulação das redes sociais. No entanto, os jornais hoje são, em larga medida, publicações on-line, mídias sociais num mesmo ecossistema que as redes sociais. Os mídia convencionais vão ser a câmara de ressonância de todo o tipo de opiniões, sejam as interpretações de organizações como a OMS e os governos, mas também de uma multitude de colunistas, políticos e pessoas da academia, das mais diversas áreas do saber. E essas opiniões e interpretações alimentam e alimentam-se dos novos mídia, do seu poder de amplificação e repetição, mas também como novos modos de intervir no espaço público.

Durante a pandemia, os mídia convencionais foram beneficiando de uma crescente credibilidade junto da população, registando mais do dobro da confiança que tinham as redes sociais, as plataformas de vídeo e os serviços de mensagens (Cardoso, Paisana, & Pinto-Martinho, 2020; Nielsen et al., 2020). Porém é preciso compreender que os jornais, em particular na sua versão digital, têm mecanismos de restrição do acesso (*paywalls*, premium, exclusivos). As notícias de jornais que circulam nas redes sociais por vezes pouco mais são que o título e as primeiras linhas de um artigo, nem sempre representativos do conteúdo. Isto significa que as notícias podem ser facilmente enquadradas de acordo com a perspetiva e os interesses de quem partilha a notícia, sem que o utilizador de redes sociais tenha forma de verificar o conteúdo. Como evidenciamos, o MPV

frequentemente utilizou esta estratégia, partilhando os títulos e excertos de notícias da imprensa que, de alguma forma, favoreciam a sua tomada de posição.

A montante, se os grupos de protesto utilizam páginas da rede social abertas, também utilizam páginas de acesso restrito e serviços de mensagens, onde ficam livres dos constrangimentos da verificação de factos, mas também da ponderação que possam expressar quando escrevem nos jornais ou são abordados por jornalistas. Esse aspeto é sublinhado pela duplicidade que identificamos entre os textos do MPV na imprensa e nas redes sociais, por exemplo na grafia "D0ença!!9"; quando um website de verificação e desmentido classifica uma publicação do MPV como 'notícia falsa', levando o grupo a apagar a publicação no FB (Sampaio, 2020; FB, 21/09); ou pela polémica utilização da plataforma de conversação *Telegram* (NOTÍCIA, 23/11); ou ainda como procura contornar estes problemas apelando aos seus apoiantes para aderirem a plataformas sem restrição de conteúdo.

Aqui releva a tensão entre os velhos e novos mídia, em particular as redes sociais. Os primeiros procedem de um modelo de negócios baseado na tiragem e venda de notícias, enquadrados em códigos jurídicos e deontológicos, têm visto a queda abrupta do número de subscritores. O negócio torna-se dependente dos anunciantes, investidores e acionistas, que podem ter influência sobre a política editorial. E, para vender subscrições, mais do que o "*medium* é a mensagem", é a controvérsia é que faz o *medium*. Stanley Cohen sugere que os meios de comunicação precisam de criar pânicos morais para produzir notícias, manter o interesse dos seus leitores e gerar lucro. Ele coloca uma ênfase considerável na ideia de que é preciso «compreender o papel dos meios de comunicação social na criação de pânicos morais e demónios populares» (Cohen 1972: 17), apontando para o modo como as manchetes, em particular, menos do que informar, visam provocar reações fortes, como choque, indignação e empatia.

Por sua vez, as plataformas de rede social pautam-se por um modelo de negócios onde o leitor é igualmente o produtor de conteúdos, mas onde o produto transacionado não é a informação que se apresenta em cada página, mas sim o tempo de visualização, os hábitos e preferências, colhidos nos bastidores da comunicação e convertidos em 'big data' para todo o tipo de clientes corporativos (Zuboff, 2019). E isso significa que para as empresas de mídia sociais é indiferente que a informação partilhada seja falsa, violenta ou discriminatória, porque o seu negócio não é o jornalismo.

Uma frase que se torna cada vez mais frequente na discussão sobre a regulação da internet diz "o que é ilegal off-line deve ser ilegal on-line". Se se trata de incitamento à violência, comércio de produtos contrafeitos ou ilegais, infração dos direitos de autor, pornografia, etc., o quadro legal já existe. As próprias plataformas devem ter a obrigação legal de bloquear o que é ilegal, mas também – têm essa possibilidade e podemos, enquanto utilizadores, exigir essa responsabilidade – bloquear o que considerem atentar aos seus valores e padrões morais. As empresas de mídia sociais não prestam serviço público e não estão no ramo de providenciar notícias, mas também não podem

operar à margem do quadro constitucional, e cabe aos parlamentos e tribunais clarificar e regular como estes serviços comerciais podem operar.

Contudo, quando a informação não é ilegal mas considerada perigosa, navegamos em águas turvas. A definição do que é 'perigoso' é ambígua ao ponto de poder englobar fraude, logro, difamação, paródia, sátira e ficção, mas também manifestações de indignação e sublevação, ou a divulgação de informação verdadeira, como no caso da *WikiLeaks* (*El País*, 2010/07/26; *The Guardian*, 2010/07/25), e os 'wistleblowers' do *Facebook* e do *Instagram*, (Wells, Horwitz & Seetharaman, 2021/09/14; Paul & Anguiano, 2021/10/23). Regular a informação, seja off-line seja on-line, corre sempre o risco de controlar, vigiar e punir a indignação, a insubmissão e instituir a repressão.

d) O que a controvérsia pela 'verdade' revela sobre a ordem social?

A instituição dos estados de emergência, com a restrição das liberdades constitucionais e a disrupção que acarretam para as rotinas das pessoas, tratando-se de processos de decisão de cima para baixo, não se fez acompanhar do consenso nem de uma distribuição equitativa do sacrifício. Pelo contrário, concentrou o poder de decisão sobre a interpretação do desconhecido, limitou os processos de participação política e impôs a noção de trabalho essencial sobre a noção de igual direito ao trabalho. Compreendemos, com Daniel Innerarity, que se a «definição de democracia sugere que todos os afetados por uma decisão devem poder participar nela», na medida em que a comunidade dos afetados pelas decisões políticas deve coincidir com o conjunto daqueles que decidem, no entanto, a crise do coronavírus, como noutros riscos globais, configura «um acontecimento pandemocrático», que extravasa as fronteiras nacionais e a esfera individual, mas que cria «o paradoxo de um risco que nos coloca a todos em pé de igualdade revela, ao mesmo tempo, as desigualdades, causa outras desigualdades e põe à prova as nossas democracias.» (2020: 13).

Quando académicos e ativistas pressionam as instâncias de governo para adotar medidas de controlo da desinformação, invocando os valores da democracia, há o risco de se estar a defender menos democracia para haver mais democracia. A ideia de que a desinformação é perigosa para a democracia, muitas vezes associando-a à ignorância agressiva, à irracionalidade da turba e ao populismo xenófobo, é a justificação para controlar, censurar e punir os discursos que ameaçam essa ideia de valores democráticos. Contudo, como consideram Dentith e colegas (2016), a antítese de democracia é tirania, e «a história mostra que há uma grande probabilidade de desenvolvimento da tirania política em qualquer sociedade que não esteja atenta ao que os seus políticos estão a fazer» (Dentith et al, 2016: 13).

A produção de informação enviesada utilizada na procura de recrutar apoiantes através dos mídia, sejam tradicionais ou os novos, não tem sido uma aberração a ser purgada para que exista democracia. As disputas pela maioria já há muito que aprenderam a adaptar a publicidade à propaganda para fabricar o consenso e a opinião pública (Lippman, 1922; Bernays, 1947; Herman &

Chomsky, 1988; Stavrakakis & Katsambekis, 2014). No entanto, em vez de ser o seu inverso, isso é o *modus operandi* de governantes, organizações, movimentos sociais e partidos políticos. Isso é a democracia moderna. E é isso que deve ser repensado. A produção ativa da ignorância estratégica, difundindo informação de cuja falsidade os produtores estão plenamente conscientes, ou ocultando informação que deve ser debatida publicamente, é porventura o que mina a democracia. Aqui a desinformação não é um acaso, é o processo pelo qual se produz a ignorância. O envolvimento dos Estados e organizações das elites têm um papel ativo neste processo, onde pontifica a desinformação sobre as alterações climáticas; a desinformação sobre populações migrantes e a ameaça da islamização da Europa; a desinformação sobre o papel do Estado providência a as políticas de redistribuição; a desinformação sobre a ameaça à família e aos bons costumes pelos ativistas LGBT+; etc.

A democracia é justamente uma pluralidade de valores e projetos sociais e o direito a defendê-los, exigir a responsabilização dos governantes e das corporações, e intervir sobre os problemas socias por meios não violentos. Por vezes serão eleitos demagogos, por vezes teremos parlamentos mais preocupados com a manutenção de privilégios do que numa sociedade mais equitativa. Por vezes teremos movimentos sociais intolerantes, indignações fúteis e protestos sectários. No entanto, isto não deve traduzir-se numa suspensão da democracia. O que se torna urgente é que mais pessoas se envolvam na discussão e estejam preparadas para o fazer. Face a esta complexa teia de posições epistémicas, o pensamento crítico pode ser mais do que 'duvidar de tudo', mas sim, saber como duvidar e saber julgar a qualidade dos argumentos. Desse modo, «educar cidadãos críticos envolve desenvolver as capacidades dos estudantes para atingir um nível significativo de autonomia epistémica que possa sustentar as suas próprias opiniões e atitudes políticas» (Piedade et al. 2020: 5). Podemos afirmar, com Filipe Piedade e colegas (2020), que o pensamento crítico compreende duas dimensões principais e interligadas: a «dimensão atitudinal», que envolve a curiosidade, indagação, abertura a novas ideias e perspetivas; e a «dimensão cognitiva» que engloba a capacidade para analisar, inferir, comparar, sintetizar e gerar ideias, formulando hipóteses e testando conclusões. (p. 2). Ou seja, se muitas vezes se confunde o pensamento 'crítico' com a recusa do conhecimento, é necessário sublinhar que desenvolver o 'pensamento' crítico é tanto desenvolver a dimensão do *pensamento* quanto a dimensão *crítica*. E é justamente por isso, como se passa a discutir, que a educação é fundamental para a interpelação ética desta problemática.

e) Como pensar a educação na problemática da desinformação?

A dimensão da educação, se não tem o mesmo relevo que os discursos sobre a ciência e pode ser vista como secundária na discussão das políticas de saúde pública, torna-se efetivamente crucial no desenvolvimento da controvérsia. O potencial político dos grupos em antagonismo depende do número de apoiantes que podem envolver, formando, através dos mídia, uma opinião pública que lhe

seja favorável (Collins, 1992; Michael, 1996). Desta relação mediada entre ciência, saúde e política, a educação emerge nas acusações de incompetência e ignorância, estendendo estas classificações à massa indeterminada de apoiantes de cada uma das posições. Por outro lado, os debatentes percebem as suas ações como 'pedagogia', expressa como esclarecimento, elucidação ou revelação, dirigida às pessoas, suscetíveis ao engano pelos impostores, e a educação, que seria periférica ao problema da saúde pública torna-se parte da controvérsia. Os déficits de conhecimento, com particular destaque para o conhecimento científico, serão discutidos como radicais para os problemas em debate.

Um aspeto central que emerge nesta pesquisa, é que as pessoas com melhores credenciais académicas não estão mais inoculadas contra o mal da desinformação quanto qualquer outra pessoa. Este resultado é consistente com as pesquisas sobre cognição motivada (Kunda, 1990; Nyhan et al., 2010, 2013; Ecker et al., 2014a). A controvérsia que estudamos trava-se entre pessoas que provêm de um estrato da sociedade composto por intelectuais ou, pelo menos, detentores de certificados académicos, como são os médicos, professores universitários, dirigentes profissionais, colunistas da imprensa, etc., que, como aqui evidenciamos, estão profundamente comprometidos com a emergência do problema da desinformação. O conflito entre opiniões e preocupações, onde valores morais e evidência científica se cruzam, mostrou que a crença na competência própria em ciência sustentou o arrolar enviesado de publicações e opiniões de cientistas e dirigentes de organizações científicas.

Em conformidade com as pesquisas que apontam que maiores níveis de escolaridade e confiança nas competências próprias em ciência preveem maior polarização em torno de questões identitárias (Kellstedt, Zahran & Vedlitz, 2008; Kahan et al., 2012; Drummond & Fischhoff, 2017), a convicção nas credenciais próprias junta-se à convicção na justiça das causas, acentuando o antagonismo. A análise evidencia que o entendimento sobre o papel fundamental do conhecimento científico foi consensual. Contudo, a visão da ciência como discussão e esclarecimento, depressa deu lugar a discursos de proscrição e prescrição. A urgência das decisões, e o entendimento da comunicação de ciência como processo educativo para melhoria das competências dos cidadãos, não subsistiu à convicção moral dos perigos da desinformação, acabando por se tornar numa disputa pela prescrição de ações e pela proscrição de atores.

Em suma, esta pesquisa ajusta-se à literatura que sugere que a educação escolar, em particular a promoção da literacia científica e literacia mediática, potencia uma compreensão mais exata de um problema controverso, mas fatores culturais como as crenças religiosas e políticas podem levar a uma seleção da informação. Em controvérsias com uma história divisiva em termos políticos, as tomadas de posição alinham-se com as identidades perfilhadas pelos sujeitos e maiores níveis de escolaridade acabam por justificar um viés sobre os resultados, uma suspeição sobre os processos da ciência, e reforçar a polarização (cf.: Bump, 2020; Carvajal & Liptak, 2020; Gabler & Keller, 2020). No

fenómeno em análise, a crise pandémica foi acompanhada pela expressão de posições contraditórias pelas elites (económica, política e cultural) que dissolveram a fronteira entre factos e opiniões, entre a dúvida e a dubiez, entre os que procuraram o parecer de especialistas e os que os desconsideraram como meros peões ao serviço de interesses económicos e agendas políticas.

Como expusemos no primeiro capítulo, nos discursos sobre desinformação a educação é apontada como uma das causas e solução do problema (Wardle & Derakshan, 2017; Ireton & Posetti, 2018; *HLGE*, 2018). Com o diagnóstico de uma constelação de competências essenciais para navegar neste novo ecossistema mediático, caberia aos sistemas de ensino providenciar às pessoas a vacina para o vírus da desinformação. Peter Dahlgren (2009) entende que o conhecimento (em conjunção com a confiança, o pluralismo, a comunicação e a participação), é uma das dimensões-chave das culturas cívicas das sociedades democráticas, pois fornece os recursos necessários para a compreensão e o envolvimento dos cidadãos nos problemas políticos. Aumentar a(s) literacia(s) não será pior, mas se os acréscimos de conhecimento científico inerentes aos diplomas não parecem ser suficientes para promover a formação de uma elite cultural capaz de discernir a qualidade da informação, por exemplo, distinguindo um texto num website de uma publicação numa revista científica; estimar a capacidade explicativa de um único estudo face ao corpus de conhecimento acumulado; o processo de construção de consenso e orientações pelas organizações de especialistas; ou reconhecer os limites do seu conhecimento para decidir sobre a 'verdade', etc., o problema deverá ser reequacionado. A centralidade das credenciais académicas e do estatuto profissional que lhe está associado, aponta que o problema poderá estar no entendimento de ciência e literacia científica.

O conhecimento científico tornou-se particularmente relevante no campo político, onde os decisores procuram justificar as medidas políticas com a validação dos factos científicos. Contudo, a complexidade dos fenómenos sociais, onde as dimensões políticas, culturais, estéticas, tecnológicas e científicas se intercetam, significa que estes campos são permeáveis aos processos, conflitos e interesses próprios a cada um deles. Herbert Marcuse entende que não existe «o reino da teoria pura e o reino da prática impura – existe apenas um mundo no qual a ciência, a política e a ética, a teoria e a prática estão inerentemente ligadas» (1965: 160). Desta permeabilidade e interseccionalidade dos campos emergem controvérsias em que se opõem diferentes interesses, conflitos, métodos e saberes – as diferentes lógicas específicas dos campos (Bourdieu, 1979, 2001).

Na controvérsia analisada, o conhecimento científico foi discutido nas suas permeabilidades com outros campos, onde as suas fragilidades e forças foram exploradas para suportar ou refutar as convicções dos antagonistas sobre os aspetos sociais da doença. A diversidade de disciplinas, hierarquias e metodologias das ciências conduziu a tensões e conflitos. Médicos, cientistas, académicos, dirigentes de organizações da área da saúde, etc., procuraram determinar as ações da

população e as decisões políticas através dos meios de comunicação que dispunham invocando a sua fidelidade à ciência.

Porém, e é certamente polémico, devemos pensar, como sugerem José López Cerezo e Montaña Cámara, se possuir credenciais académicas sem compreender a diversidade dos aspetos sociais, políticos e económicos da ciência «pode conduzir-nos ao aparente paradoxo de um cientista competente sem um nível adequado de cultura científica» (2007: 71). O ensino de ciência que se ocupa da transmissão da teoria acumulada e o manuseio dos métodos e instrumentos, mas que não aborda questões sobre as condições de produção de conhecimento, as suas limitações e interconexões com o contexto histórico e sociológico, pode criar pessoas extremamente preparadas para estudos em medicina, física, biologia, psicologia, etc., mas que, ao mesmo tempo, carecem da preparação para compreender desafios essenciais do pensamento científico (Cachapuz, Praia & Jorge, 2002; Caamaño, 2005).

As razões serão múltiplas, mas destaca-se que a partir do ensino superior e descendo pelos níveis de escolaridade, o ensino poderá estar a responder às necessidades da indústria e tecnologia que procuram especialistas e técnicos que possam contribuir para a sua competitividade, privilegiando o saber que é exigido pelo mercado (Azevedo, 1999; Azevedo & Fonseca, 2007, Alves et al., 2011). Todavia, ao negligenciar questões como o sentido de 'verdade', o lugar da ética e dos valores na investigação científica, privilegiando os benefícios práticos da investigação medidos pelo seu valor de mercado, o pensamento científico afunila-se e confunde-se 'competência científica' com 'literacia científica'. Estas questões tendem a ser desconsideradas porque são 'filosofia da ciência', ou até antagonizadas quando parecem desvalorizar a ideia de ciência, como nas disputas das "guerras da ciência" (Jardine & Frasca-Spada, 1997; Polšek, 2009).

Se em tempos o problema era a divisão entre as "duas culturas" (Snow, 1959), hoje lidamos com a pulverização de múltiplas subculturas do saber, por vezes, como estudamos, em profundo antagonismo. Por um lado, os problemas com que lidamos coletivamente são complexos e multidimensionais, exigindo contributos de diferentes áreas do conhecimento; por outro, a especialização é um estreitamento de perspetivas que impede abarcar as problemáticas estudadas noutras áreas da ciência. O modo como diferentes ciências se acercam do mundo permite-nos uma compreensão maior do que as partes e, desse modo, é necessário um entendimento das ciências como um conjunto complexo e diversificado de saberes, métodos e problemáticas, que é mais do que o domínio de uma disciplina científica (Bybee, 1991; Aikenhead, 1992, 2009).

Quando se aponta para o carácter contingencial do conhecimento, todo o conhecimento, não pode ser confundido com uma ameaça ao conhecimento científico. O modo como pessoas e grupos lidam com o mundo não se estreita à ciência, e as epistemologias leigas, às vezes chamadas de teorias práticas, experiência, crença, etc., são formas de indagar o mundo e fornecer 'a verdade' (Aikenhead, 2006; Aikenhead & Ogawa, 2007). Pelo contrário, entende Boaventura Sousa Santos, é um certo

modo de pensamento científico que pretende ter «o monopólio do conhecimento rigoroso. Tudo o que está para além ou fora dele é ignorância» e que produz a «ignorância arrogante, a ignorância de quem não sabe que há outros modos de conhecimento com outros critérios de rigor e tem poder para impor a sua ignorância como a única verdade» (Santos, 2019). A educação pode favorecer uma relação com o conhecimento que não se encaminhe para uma redução, mas que se alargue para a compreensão da natureza tentativa do conhecimento, as formas de validação existentes, reconhecer as suas fragilidades, mas também para a compreensão das diferentes formas de viver e conhecer.

A discussão que Isabelle Stengers propõe com a ideia de "inteligência pública da ciência" [*public intelligence of science*] ajuda-nos a pensar outros caminhos para a educação em ciências:

> Não devemos criar, em oposição a um público infantil que precisa de conforto, a figura de um público ponderado e fiel (...) uma compreensão pública da ciência envolveria uma relação inteligente e lúcida com as afirmações científicas, uma compreensão que interessaria tanto aos cientistas como às "pessoas", uma vez que são todos vulneráveis à mesma tentação. (Stengers, 2018: 7)

Stengers denuncia um certo autoritarismo dos cientistas que se evidencia na sobranceria com que por vezes se dirigem aos que lhes colocam questões, considerando-as irrelevantes ou ingénuas, esquecendo que o que, potencialmente, interessa às pessoas em geral não é eloquência de um seminário ou as minudências de uma discussão entre pares, mas sim respostas a questões imediatas das suas vidas (pp. 122-124). Propõe que a ciência precisa de 'connoisseurs', pessoas interessadas no conhecimento científico, não como especialistas nem como 'pensadores alternativos', mas sim pessoas com conhecimentos fundamentais em ciências, que procuram acompanhar os assuntos científicos, discuti-los com outros, colocar perguntas a especialistas, e que possam constituir um 'amatorat', uma comunidade que discute, partilha e interpela a ciência (pp. 8-9). Portanto, a educação pode assumir o papel de promover a formação de pessoas que se interessam pelos processos científicos, discutem o desenvolvimento do conhecimento, mas também os riscos, a responsabilidade ética, e fomentam comunidades com os cientistas, que os valorizam, mas também que os contestam.

No âmbito do *Programme for International Student Assessment* (PISA) a OCDE define literacia científica como a «Capacidade de um indivíduo para se envolver em questões sobre ciência e compreender ideias científicas, como um cidadão reflexivo, sendo capaz de participar num discurso racional sobre ciência e tecnologia» (Marôco et al., 2015: i). Em Portugal, no documento normativo *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Martins, 2017) fala-se de cultura científica, afirmando que «É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo» e «dizem respeito à mobilização da compreensão de fenómenos científicos e técnicos e da sua aplicação para dar resposta aos desejos e necessidades humanos, com consciência das consequências éticas, sociais, económicas e ecológicas.» (Martins, 2017: 13 e 29). Contudo, a preparação de professores, os manuais e os modelos de avaliação que estas organizações preconizam podem não promover este tipo de abordagem, deixando o ensino refém do programa e do currículo (Bybee, 1991; Vieira,

Tenreiro-Vieira & Martins, 2011). As aulas de ciência são muitas vezes focadas nas técnicas e na utilização dos instrumentos de cada disciplina, bem como a exposição da teoria fundamental, sem muito espaço para a discussão das implicações éticas, económicas e culturais mais amplas no trabalho científico. Pode-se estar a partir do princípio de que quando os estudantes estão a aprender a aplicar os métodos de uma disciplina científica, isso significa que estão a aprender também a compreender as implicações do empreendimento das ciências. A conclusão desanimadora pode ser que o objetivo do ensino de ciência é a formação de cientistas, mas não necessariamente a formação de pessoas com literacia científica.

A abordagem do movimento pedagógico Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) tem relevado que «o ensino das ciências, para todos os níveis de escolaridade, deve preocupar-se com outras dimensões do saber, para além dos conteúdos disciplinares específicos», defendendo que o «futuro da educação em ciência residirá no desenvolvimento de uma literacia científica crítica, característica indispensável de um público verdadeiramente informado» que «não deve centrar-se exclusivamente em conteúdos de ciência, mas deve relevar também as múltiplas relações entre Ciência, a Tecnologia e a Sociedade» (Martins & Paixão, 2011: 39-42).

A ciência não é a única forma de interpretarmos o mundo, mas proporciona conhecimento que nenhuma outra forma de saber nos permite compreender. Para alcançarmos uma sociedade onde as pessoas se envolvem construtivamente na avaliação dos assuntos controversos, a educação em ciências não será somente o ensino de ciência. A literacia científica deve ser «a participação cidadã nas decisões ligadas à tecnociência e a força da opinião pública informada» (Martins & Paixão, 2011: 41), a capacidade para tomar decisões e fazer julgamentos com qualidade, ponderando tanto a ética como as evidências, sobre os problemas que se nos apresentam, tomando como fundamental a Declaração de Budapeste (*UNESCO*, 1999) em que se afirma que «A Ciência está na Sociedade e é para a Sociedade». Como afirmam Isabel Martins e Fátima Paixão,

> ...a finalidade da educação em ciência para todos os cidadãos deve garantir a preparação destes para desfrutarem dos benefícios proporcionados pela Ciência, para participarem na tomada de decisões (responsável e democraticamente) e na resolução de problemas (pessoais e sociais, locais e globais) (2011: 41)

Para tal, a literacia científica inclui a articulação do pensamento científico com outros saberes, nomeadamente com a filosofia, a história, a literatura e a arte, dando conta dos contextos sociais, culturais e técnicos onde os problemas e questões se colocam. É necessário desenvolver uma compreensão da ciência como empreendimento humano multidisciplinar, cujos processos e aplicações devem ser debatidos, não só, mas também, nas aulas de ciências.

2. Limitações da pesquisa e sugestão de futuras investigações

Terminamos a salientar algumas limitações desta pesquisa, que poderão apontar direções para futuras investigações. A circunscrição da pesquisa a um conjunto de textos não tem a pretensão de

representar a totalidade do fenómeno. Os textos, vídeos e imagens analisados são uma das suas dimensões visíveis, precisamente porque são um registo e um rasto da controvérsia, mas que dificilmente nos permitirão conhecer as suas dimensões invisíveis, ainda que subjacentes aos textos. Essas, ficaram nas reuniões entre os integrantes do MPV, nas reuniões entre dirigentes da OM, nas interações dos jornalistas com o mercado de trabalho, as suas fontes, os editores, os conselhos de administração, etc. Todas estas interações são marcadas por condições estruturais próprias que estarão implícitas nos documentos analisados, mas que, em larga medida, lhes escapam. Uma investigação sobre esses aspetos do fenómeno, por exemplo através de etnografia ou entrevistas, poderia complementar os resultados e aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno.

Numa fase exploratória da pesquisa, começamos por observar as interações entre administradores e aderentes de páginas de FB de vários grupos de protesto às medidas políticas. Pelas questões éticas que expusemos no capítulo *Metodologia*, acabamos por abandonar essa via de pesquisa. Contudo, dessa exploração ficou a perspetiva de que o estudo dessas interações é muito relevante para compreender como os administradores obtêm credibilidade, as estratégias de reforço mútuo das convicções e supressão de dissidentes, a forma como a informação (verdadeira e falsa) é produzida, recebia e adaptada, que valeria a pena investigar.

Outro aspeto a realçar, é que se limitou esta pesquisa ao período em que a página de FB, o blogue e o website do MPV estiveram ativos. No entanto, seria relevante estudar o grupo que lhe sucede, o *Aliança pela Saúde*, que, como se identificou na 'fase da reiteração,' é administrado por elementos do MPV. Do mesmo modo, seria relevante estudar outros grupos de protesto, contemporâneos e aliados do MPV, como o *Verdade Inconveniente*, *Covid-19 com Ciência*, *Cidadania XXI*, e outros que vão granjear protagonismo em 2021, como o *Juristas pela Verdade*, o *Habeas Corpus*, o *World Wide Alliance Portugal*, *Resistência Portugal*.

Seria também interessante investigar até que ponto esta controvérsia extravasou o espaço dos mídia, procurando compreender, por exemplo, qual o impacto que as ações do MPV e dos seus antagonistas tiveram nas decisões das pessoas. É pertinente lembrar que, apesar de tudo, Portugal foi um dos primeiros países a declarar que tinha atingido a meta de vacinar 85% da população contra a covid (Albuquerque, 2021; *DN/Lusa*, 2021b), o que nos sugere que esta controvérsia pode ter sido desproporcional aos efeitos que se apontam aos movimentos de rejeição das políticas pandémicas. No entanto, será também relevante procurar compreender se, de alguma forma, existem efeitos menos diretos e imediatos, por exemplo, nas atitudes e representações das pessoas sobre as políticas de saúde, as organizações da saúde, a vacinação, os profissionais de saúde ou as ciências biomédicas.

Por último, sendo a pandemia um acontecimento internacional por definição, e tendo este tipo de controvérsias surgido com diferentes expressões nacionais e regionais, seria interessante

compreender como disputas idênticas se desenvolveram noutros países, como estas se articularam e identificar em que se assemelham e quais as suas particularidades.

QUE SEJAS ANÁTEMA – post-scriptum de uma dissertação

Na língua portuguesa a palavra anátema designa uma maldição ou imprecação sobre algo ou alguém (e.g. Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora). É um termo com uma longa história litúrgica, pelo menos desde a Grécia Antiga. Está no *Novo Testamento* como sinónimo de ostracismo, quando S. Paulo se refere à proscrição de hereges da comunidade cristã «se alguém vos anunciar outro evangelho além do que já recebestes, que seja anátema» (*Bíblia Sagrada*, Gál, i:9). É uma forma de excomunhão, a sentença que excluía a pessoa visada das práticas e valores da comunidade. Mas, no Grego Antigo, ἀνάθεμα tinha o significado de dádiva ou tributo aos deuses (Liddell & Scott, 1940: 104), e é com este mesmo sentido que aparece no *Antigo Testamento*, designando o que é reservado ao sacrifício cerimonial, portanto, retirado do uso ordinário para ser consagrado numa destruição total, os holocaustos (Bauer & Danker, 1957: s/p). Apenas os melhores espécimenes, sem qualquer defeito, eram dignos de ser oferecidos (e.g. *Bíblia Sagrada*, Lev., xviii: 2-5; Deut., xii: 31). Terá entrado no seu uso corrente por via das condenações papais com a expressão *anathema sit* (que sejas anátema) a que se votavam as doutrinas apócrifas e heréticas e os seus seguidores (Holmes & Bickers, 1983. 50-51; Fo, Tomat & Malucelli, 2009: 39-40).

Este texto, um epílogo da dissertação em forma de de post-scriptum, trata dos anátemas da pesquisa. A pesquisa é mais uma das mil caras da jornada do herói de que nos fala Joseph Campbell (1949). O dilema entre a segurança da rotina e a aceitação do desafio que, sob orientação de um mentor, levará o 'herói em construção' a desvelar o que se esconde nas sombras, ultrapassar as dificuldades num árduo caminho de autossuperação, de onde regressa transfigurado. A pesquisa é uma viagem de inúmeras descobertas, surpresas, ansiedades e desencantos, cujo contributo para a transfiguração do pesquisador fica em grande parte fora do texto. A dissertação é o lugar da gravidade dos grandes desafios e das grandes vitórias. Mas a leitura de centenas de artigos, dezenas de livros, a escuta de palestras, seminários, entrevistas, etc., é uma busca detectivesca, cheia engodos e becos sem saída. Quantas pistas teóricas, propostas metodológicas e revelações epistemológicas não ficam para trás quando a pesquisa avança?...

Há uma pesquisa invisível na dissertação. A busca de um objeto de investigação, uma metodologia, uma problemática, entre uma imensidão de possibilidades. Pierre Bourdieu entende que a problemática é «o espaço dos possíveis relativamente ao qual me vou determinar» (Bourdieu, 2001: 19). A problemática é, então, do conjunto das teorias de uma disciplina, uma só lente pela qual se olha os fenómenos, que define conceitos e acolhe problemas de investigação. A decisão de ancorar o caso observado numa discussão mais ampla é um trabalho de descobertas e frustrações, mas estas dificuldades, entendo, proporcionam conhecimento que é tão parte da 'tese' como o que efetivamente se defende como 'tese'.

Não há um tiro de partida que anuncia o início da pesquisa. Ela surge sub-reptícia pelas inquietações do pesquisador sobre o mundo, e ganha forma em momentos de sistematização – o pensamento e a escrita sobre o que se encontra. A descoberta é um encontro entre o que se vê, o que se lê e o que se pensa. Neste caso, numa fase inicial, grande parte da leitura foi uma deambulação, procurando compreender o que se dizia sobre a ignorância, a desinformação, a literacia mediática, a epistemologia das ciências, a globalização, as redes sociais, a esfera pública, e muitos outros assuntos. A pesquisa bibliográfica é como entrar numa conversa entre largas centenas de pessoas, que começou algures no passado, e o recém-chegado deve primeiro familiarizar-se com as línguas, os ritmos, os modos e os termos que são tidos por certos, antes de abrir a boca para dizer seja o que for.

Esta deambulação permitiu compreender a multidimensionalidade do problema, onde convergem teorias da informação, tecnologia e comunicação; sociologia da ciência, da política e da globalização; filosofia do conhecimento, da política e da educação; etc., o que foi levando a alguma ansiedade sobre a impossibilidade de circunscrever o estudo a uma dessas dimensões. No entanto, fui tomando nota de conceitos fundamentais, de problemas e contradições entre as abordagens teóricas, quais os pressupostos não se ajustavam à controvérsia que observava, e quais podiam ajudar a compreender o que se passava. Deste modo, pela pesquisa, forma-se de um lastro, que eleva o conhecimento, mas que afundaria a dissertação sob o peso da confusão. A clareza da escrita impõe o sacrifício cerimonial de grande parte da pesquisa, sob o risco de a tese se tornar num cemitério de citações onde espreitam algumas afirmações próprias.

O anátema da antiguidade tinha a função de reconhecer, agradecer à deidade a intervenção providencial num momento de crise, fosse uma guerra, o mau tempo, a incerteza das colheitas, ou qualquer aflição da comunidade ou do foro pessoal. Era, assim, um gesto reverente. O objeto oferecido seria ainda mais valioso do que o objeto ordinário que se mantinha para uso corrente. Do mesmo modo, o saber acumulado pela pesquisa é mais valioso do que o pouco que cabe de capa a contracapa numa dissertação. A dificuldade maior é precisamente sacrificar o que foi tão ou mais relevante para o desenvolvimento pessoal do pesquisador, e usar o que é mais apropriado à dissertação. Se a dissertação é um tecido de linhas finas, ordenadas e elegantes, a pesquisa é uma urdidura rude, de pontas soltas, tramas desalinhadas e mal cosidas. Se a dissertação é a obra do mestre, a pesquisa é a tentativa tosca do aprendiz. Contudo, a dissertação exige anátemas, conhecimento condenado ao sacrifício ritual, mas será esse conhecimento e a decisão de o reservar à oblação que fará do aprendiz um novo mestre.

César S. Silva

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros, capítulos e artigos científicos

Aarnio, Kia & Lindeman, Marjaana (2005). Paranormal beliefs, education, and thinking styles. *Personality and Individual Differences, 39*, 1227–1236. [DOI:10.1016/j.paid.2005.04.009]

Acerbi, Alberto (2019) Cognitive attraction and online misinformation. *Palgrave Communications*, *5*(15), 1-7. [DOI:10.1057/s41599-019-0224-y]

Adorno, Theodor & Horkheimer, Max (1947 [2014]). *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

Aikenhead, Glen (1992). The Integration of STS into Science Education. *Theory Into Practice*, *31*(1), 27-35. [DOI:10.1080/00405849209543521].

Aikenhead, Glen (2006). *Science Education for Everyday Life: Evidence-based practice*. Nova Iorque: Teachers College Press/Columbia University.

Aikenhead, Glen (2009). *Educação Científica para Todos*. Mangualde: Edições Pedago.

Aikenhead, Glen & Ogawa, Masakata (2007). Indigenous Knowledge and Science Revisited. *Cultural Studies of Science Education*, *2*, 539–620. [DOI:10.1007/s11422-007-9067-8].

Almeida, June & Tyrrell, David (1965). The morphology of three previously uncharacterized human respiratory viruses that grow in organ culture. *The Journal of General Virology*. *1*(2), 175–178. [DOI:10.1099/0022-1317-1-2-175].

Altay, Sacha; Hacquin, Anne-Sophie & Mercier, Hugo (2020). Why Do so Few People Share Fake News? It Hurts Their Reputation. *New Media & Society*, *00*(0), 1-22. [DOI:10.1177/1461444820969893]

Alves, Nuno A.; Cantante, Frederico; Baptista, Isabel & Carmo, Renato M. (2011). *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.

Alwan, Nisreen A; Burgess, Rochelle A.; Ashworth, Simon et al. (2020a) Scientific consensus on the COVID-19 pandemic: we need to act now. *The Lancet*, 396 (10260), e71-e72. [DOI:10.1016/S0140-6736(20)32153-X]

Al-Zaman, Sayeed (2021). Social media and COVID-19 misinformation: how ignorant Facebook users are?. *Heliyon*, *7*(5), e07144. [DOI:10.1016/j.heliyon.2021.e07144]

Amado, João (2000). A Técnica de Análise de Conteúdo. *Referência*. *5*, 53-63.

Anomaly, Jonny (2014). What is an epidemic? Currents in contemporary bioethics. *The Journal of law, medicine & ethics: a journal of the American Society of Law, Medicine & Ethics*, *42*(3), 389–391. [DOI:10.1111/jlme.12155].

Arriaga, Miguel; Costa, Andreia; Santos, Benvida et al. (2021). *Literacia em Saúde e Comunicação na Promoção da Adesão à Vacinação Contra a Covid-19*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde/ Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde.

Aslam, Faheem; Awan, Tahir M.; Syed, Jabri H. *et al.* (2020). Sentiments and emotions evoked by news headlines of coronavirus disease (COVID-19) outbreak. *Humanities and Social Sciences Communications, 7*(23). [DOI:10.1057/s41599-020-0523-3].

Azevedo, Joaquim (1999). *Voos de Borboleta. Escola, trabalho e profissão*. Porto: Asa.

Azevedo, Joaquim & Fonseca, António (2007). *Imprevisíveis Itinerários de Transição Escola-Trabalho*. VN de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Barnes, Barry (2005). The credibility of scientific expertise in a culture of suspicion. Interdisciplinary Science Reviews, 30(1), 11-18. [DOI:10.1179/030801805X25882].

Bauer, Walter & Danker, Frederick W. (1957 [2001]). *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature*. 3ª ed. Chicago: University of Chicago Press.

Bauman, Zygmunt (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press/Blackwell.

Beaulieu, Anne & Estalella, Adolfo (2012). Rethinking research ethics for mediated settings. *Information Communication and Society Communication & Society*, *1*, 23-42. [DOI:10.1080/1369118X.2010.535838].

Becker, Howard (1963 [19973). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Nova Iorque: Free Press.

Becker, Howard (1967). Whose Side Are We On?. *Social Problems*, *14*(3), 239–247. [DOI:10.2307/799147].

Ben, Hu; Hua, Guo; Peng, Zhou & Zheng-Li, Shi (2020). Characteristics of SARS-CoV-2 and COVID-19. *Nature Reviews Microbiology*, *19*, 141–154. [DOI:10.1038/s41579-020-00459-7]

Bennett, W. Lance & Livingston, Steven (Eds.). (2020). *The Disinformation Age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Berardi, Franco (2015). *And: Phenomenology Of The End: Sensibility and connective mutation*. California: Semiotext(e)/MIT Press.

Bernays, Edward. (1947). The Engineering of Consent. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, *250*(1), 113–120.

Berriche, Manon & Altay, Sacha (2020). Internet users engage more with phatic posts than with health misinformation on Facebook. *Palgrave Communications, 6*(1),1–9. [DOI:10.1057/s41599-020-0452-1]

Bobkowski, Piotr (2015). Sharing the news: Effects of informational utility and opinion leadership on online news sharing. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 92, 320–345. [DOI: doi.org/10.1177/1077699015557319].

Borick, Christopher & Rabe, Barry (2010). A Reason To Believe: Examining the factors that determine individual views on global warming. *Social Science Quarterly*, *91*(3), 777–800. [DOI:10.1111/j.1540-6237.2010.00719.x].

Bourdieu, Pierre (1970 [1992]). *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

Bourdieu, Pierre (1979 [2010]). *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Londres: Routledge.

Bourdieu, Pierre (1986). 'The Forms of Capital'. In Richardson, John (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, 241–58. Westport: Greenwood.

Bourdieu, Pierre (1994 [1997]). *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta.

Bourdieu, Pierre (1997 [2003]). *Os Usos Sociais da Ciência*. São Paulo: Editora UNESP.

Bourdieu, Pierre (2001 [2021]). *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70.

Boyatzis, Richard E. (1998). *Transforming Qualitative Information: Thematic analysis and code development*. Thousand Oaks: Sage.

Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3*(2), 77-101. [DOI:10.1191/1478088706qp063oa].

Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2016). Successful qualitative research: A practical guide for beginners. *Feminism & Psychology*. *26*(3), 387-391. [DOI:10.1177/0959353515614115].

Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, *11*, 1-9. [DOI:10.1080/2159676X.2019.1628806].

Breton, Philippe (1997). *La parole manipulée.* Quebec: Boréal.

Bright, Jonathan (2016). The social news gap: How news reading and news sharing diverge. *Journal of Communication*, 66, 343–365. [DOI: doi.org/10.1111/jcom.12232].

Brulle, Robert; Carmichael, Jason & Jenkins, Craig (2012). Shifting public opinion on climate change: An empirical assessment of factors influencing concern over climate change in the U.S., 2002–2010. *Climatic Change*, 114 (2),169–188. [DOI: 10.1007/s10584-012-0403-y].

Bunge, Mario (1998). *Social Science under Debate: A philosophical perspective*. Toronto: University of Toronto Press.

Bybee, Roger W. (1991). Science-Technology-Society in Science Curriculum: The policy-practice gap. *Theory Into Practice*, *30*(4), 294-302.[http://www.jstor.org/stable/1476828].

Bybee, Rodger W. (1997). *Achieving Scientific Literacy – From purposes to practices*. Portsmouth: Heinemann.

Caamaño, Aureli (2005). Contextualizar la Ciencia: Una necesidad en el nuevo currículo de ciências. *Alambique: Didáctica de las ciencias experimentales*, 46, 5-8.

Cacciatore, Michael (2021). Misinformation and public opinion of science and health: Approaches, findings, and future directions. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *118*(15), e19124371117. [DOI:10.1073/pnas.1912437117].

Cachapuz, António; Praia, João & Jorge, Manuela (2002). *Ciência, Educação em Ciência* e *Ensino das Ciências*. Lisboa: Ministério da Educação.

Callon, Michel (1999). The role of lay people in the production and dissemination of scientific knowledge. *Science, Technology and Society*, 4 (1), 81–94. [DOI:10.1177/097172189900400106].

Campbell, Joseph (1949). *The Hero with a Thousand Faces*. Princeton: Princeton University Press.

Cardoso, Gustavo; Baldi, Vania; Quintanilha, Tiago L. & Paisana, Miguel (2020/02/22). *Impacto do Coronavírus* e *da crise pandémica no sistema mediático (Versão III – fevereiro 2021)*. Lisboa: Observatório da Comunicação. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210222182348/https://obercom.pt/impacto-do-coronavirus-e-da-crise-pandemica-no-sistema-mediatico-versao-iii-fevereiro-2021/]

Cardoso, Gustavo; Crespo, Miguel; Narciso, Inês; Moreno, José et al. (2020a/03/17). *Informação* e *desinformação sobre o Coronavírus em Portugal*. Lisboa: MediaLab CIES/ISCTE. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210614001431/https://medialab.iscte-iul.pt/informacao-e-desinformacao-sobre-o-coronavirus-em-portugal/].

Cardoso, Gustavo; Paisana, Miguel & Pinto-Martinho, Ana (2020/06/16). *Reuters Digital News Report 2020 – Portugal*. Lisboa: OberCom/Reuters Institute for the Study of Journalism.

Carvalho, Graça S. (2009). 'Literacia Científica: Conceitos e dimensões', In Fernando Azevedo & Maria G. Sardinha (Coord.), *Modelos e Práticas em Literacia*, pp. 179-194. Lisboa: Lidel.

Castells, Manuel (1996). *The Information Age: Economy, Society and Culture*. Oxford: Blackwell.

Castells, Manuel (2007). Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, *1*, 238-266. [https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/46/35]

Castells, Manuel (2012). *Networks of Outrage and Hope: Social movements in the Internet Age*. Cambridge: Polity Press.

Ceccarelli, Leah (2011). Manufactured scientific controversy: Science, rhetoric, and public debate. *Rhetoric & Public Affairs*, 14 (2), 195–228. [DOI:10.1353/rap.2010.0222].

Chen, Emily; Lerman, Kristina & Ferrara, Emilio (2020). Tracking Social Media Discourse About the COVID-19 Pandemic: Development of a Public Coronavirus Twitter Data Set. *JMIR Public Health Surveillance*, *6*(2), e19273 [DOI:10.2196/19273].

Cheyfitz, Eric (2017). *The Disinformation Age: The Collapse of Liberal Democracy in the United States*. Nova Iorque: Routledge.

Cinelli, Matteo; Quattrociocchi, Walter; Galeazzi, Alessandro & Valensise, Carlo M. et al. (2020). The COVID-19 social media infodemic. *Scientific reports*, *10*(1), 16598. [DOI:10.1038/s41598-020-73510-5].

Cohen, Stanley (1972 [2011]). *Folk Devils and Moral Panics: The creation of the Mods and Rockers*. Londres: Routledge.

Cohen, Stanley (2011). 'Introduction to the third edition' In Cohen, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The creation of the Mods and Rockers*, pp. vi-xliv. Londres: Routledge.

Collins, Harry & Pinch, Trevor (1998). *The Golem: What You Should Know About Science*. Cambridge: Cambridge University Press.

Collins, Harry (1992). *Changing Order: Replication and induction in scientific practice*. Chicago: University of Chicago Press.

Cooke, Nicole (2017). Post-Truth, Truthiness, and Alternative Facts: Information behavior and critical information consumption for a new age. *Library Quarterly: Information, Community, Policy*, *87*(3), 211–221. [DOI:10.1086/692298].

Cope, Bill & Kalantzis, Mary (Eds.). (2005). *Multiliteracies: Literacylearning and the design of social futures*. Londres: Routledge.

Dahlgren, Peter (2018). Media, Knowledge and Trust: The deepening epistemic crisis of democracy, *Javnost - The Public*, *25*(1-2), 20-27. [DOI:10.1080/13183222.2018.1418819].

Damasceno, Cristiane (2021). Multiliteracies for Combating Information Disorder and Fostering Civic Dialogue. *Social Media + Society*, *7*(1). 205630512098444. [DOI:10.1177/2056305120984444]

Darmofal, David (2009). Elite cues and citizen disagreement with expert opinion. *Political Research Quarterly*, 58(3), 381–395. [DOI:10.2307/3595609].

Dascal, Marcelo (2001). How rational can a polemic across the analytic-continental 'divide' be?. *International Journal of Philosophical Studies, 9*(3), 313-339. [DOI:10.1080/09672550110058849].

Dascal, Marcelo (2008). 'Dichotomies and types of debate'. In: Eemeren, Frans. H. van; Garssen, Bart (Eds.). *Controversy and Confrontation: relating controversy analysis with argumentation theory*, pp. 27-49. Amsterdão: John Benjamins.

DeBoer, George E. (2000). Scientific Literacy: Another look at its historical and contemporary meanings and its relationship to science education reform. *Journal of Research in Science Teaching*, 37 (6), 582-601. [DOI:10.1002/1098-2736(200008)37:63.0.CO;2-L]

Del Vicario, Michela ; Bessi, Alessandro ; Zollo, Fabiana et al. (2016). The spreading of misinformation online. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. *113*. [DOI:10.1073/pnas.1517441113]

Del Vicario, Michela; Bessi, Alessandro; Vivaldo, Gianna et al. (2016a) Echo Chambers: Emotional Contagion and Group Polarization on Facebook. *Nature - Scientific Reports, 6*, 37825. [DOI:10.1038/srep37825]

della Porta, Donatella (2015). *Social movements in times of austerity: Bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity Press.

Dellantonio, Sara & Pastore, Luigi (2019). Ignorance, misconceptions and critical thinking. *Synthese*, *198*, 7473–7501 (2021). [DOI:10.1007/s11229-019-02529-7]

Dennett, Daniel (2006). *Breaking the Spell: Religion as a Natural Phenomenon*. Londres/Nova Iorque: Penguin Books Limited/Viking.

Dentith, Matthew; Basham, Lee; Coady, David et al. (2016). Social science's conspiracy-theory panic: Now they want to cure everyone. *Social Epistemology Review and Reply Collective*, *5*(10), 12–19. [http://wp.me/p1Bfg0-3fi]

Derrida, Jacques (1996). História da mentira: prolegómenos. *Estudos Avançados*, *10*(27). [DOI:10.1590/S0103-40141996000200002]

DiMaggio, Paul; Evans, John & Bryson, Bethany (1996). Have American's Social Attitudes Become More Polarized?. *American Journal of Sociology*, *102*(3), 690–755. [DOI:10.1086/230995]

Dingwall, Robert; Hoffman, Lily M. & Staniland, Karen (2013). Introduction: Why a Sociology of Pandemics?. *Sociology of Health & Illness*, *33*(2), 167-173. [DOI:10.1111/1467-9566.12019]

Douglas, Karen M., Sutton, Robbie M., Callan, Mitchell J., Dawtry, Rael J., & Harvey, Annelie J. (2016). Someone is pulling the strings: Hypersensitive agency detection and belief in conspiracy theories. *Thinking and Reasoning, 22*, 57–77. [DOI:10.1080/12546783.2015.1051586]

Dretske, Fred (1981). *Knowledge and the Flow of Information*. Nova Iorque: MIT Press.

Drucker, Peter (1969). *The age of discontinuity: Guidelines to our changing society*. Nova Iorque: Harper & Row.

Drucker, Peter (2002). *Managing in the Next Society*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Drummond, Caitlin & Fischhoff, Baruch (2017). Individuals with greater science literacy and education have more polarized beliefs on controversial science topics. *PNAS*, *114* (36), 9587–9592. [DOI:0.1073/pnas.1704882114]

Duffy, Andrew & Ling, Rich (2020). The Gift of News: Phatic news sharing on social media for social cohesion. *Journalism Studies, 21*(1), 72–87. [DOI:10.1080/1461670X.2019.1627900]

Duffy, Andrew; Tandoc, Edson & Ling, Rich (2020). Too good to be true, too good not to share: the social utility of fake news. *Inf. Communication & Society*, *23*(13),1965-1979. [DOI:10.1080/1369118X.2019.1623904]

Ecker, Ullrich K.; Lewandowsky, Stephan; Fenton, Olivia & Martin, Kelseu (2014a). Do people keep believing because they want to? Preexisting attitudes and the continued influence of misinformation. *Mem. Cognit.* 42, 292–304. [DOI:10.3758/s13421-013-0358-x]

Ecker, Ullrich; Lewandowsky, Stephan; Chang, Ea P. & Pillai, Rekha (2014). The effects of subtle misinformation in news headlines. *Journal of Experimental Psychology Applied*, *20*(4), 323–335. [DOI:10.1037/xap0000028]

Eysenbach, Gunther (2002). Infodemiology: The epidemiology of (mis)information. *American Journal of Medicine*, *113*(9), 763–5. [DOI:10.1016/s0002-9343(02)01473-0]

Eysenbach, Gunther (2009). Infodemiology and infoveillance: framework for an emerging set of public health informatics methods to analyze search, communication and publication behavior on the Internet. *Journal of Medical Internet Research*, *11*(1): e11. [DOI:10.2196/jmir.1157]

Fallet, Laurent (2001). *La désinformation, mal incontournable des médias? Mémoire de Communication*. Rouen: INSA.

Fallis, Don (2009). A conceptual analysis of disinformation. *Proceedings of the iConference*.

Fallis, Don (2011). Floridi on Disinformation. *Etica and Politica / Ethics and Politics*, *2*, 201-214. [https:\\philpapers.org\rec\FALFOD]

Fallis, Don (2015). What is Disinformation?. *Computer Science Library Trends*, *63* (3), 401-426. [DOI:10.1353\lib.2015.014]

Fetzer, James. (2004). Disinformation: The Use of False Information. *Minds and Machines*, *14*, 231-240. [DOI:10.1023/B:MIND.0000021683.28604.5b]

Flaxman, Seth; Goel, Sharad & Rao, Justin M. (2016). Filter bubbles, echo chambers, and online news consumption. *Public Opinion Quarterly*, *80* (1), 298–320. [DOI:10.1093\poq\nfw006]

Floridi, Luciano (2005/10/05). 'Semantic conceptions of information'. In Sebastian Sequoiah-Greayson (última revisão 2022) *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [https:\\plato.stanford.edu\entries\information-semantic\]

Floridi, Luciano (2011). *The philosophy of information*. Oxford: Oxford University Press.

Fo, Jacopo, Tomat, Sergio & Malucelli, Laura (2009). *O Livro Negro do Cristianismo*. Vila Nova de Famalicão: Magnólia.

Foucault, Michel (1970 [1981]). 'The Order of Discourse'. In Young, Robert (Ed.) *Untying the Text: A post-structuralist reader*, pp. 48-78. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Foucault, Michel (1972 [1980]). 'Truth and Power'. In Gordon, Colin (Ed.) *Power/Knowledge: Selected interviews and other writings (1972-1977)*, pp. 109-133. Nova Iorque: Pantheon Books.

Foucault, Michel (1975 [2013]). *Vigiar e Punir – Nascimento da prisão*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70.

Foucault, Michel (1977) [1980]. 'Truth and Power'. In Colin Gordon (Ed.) *Power/Knowledge. Selected Interviews and Other writings 1972-1977. Michel Foucault*, pp. 109-133. Nova Iorque: Pantheon Books.

Fox, Christopher J. (1983). *Information and Misinformation: an Investigation of the Notions of Information, Misinformation, Informing, and Misinforming*. Westport: Greenwood Press.

Frankenberg, Ronald (1988). 'Social and cultural aspects of the prevention of the three epidemics (HIV infection, AIDS and counterproductive societal reaction to them)', In Fleming A. et. al. (eds*) The Global Impact of AIDS*, 191-199. Nova Iorque: Alan R. Liss Inc.

Frické, Martin (1997). Information using likeness measures. *Journal of the American Society for Information Science*, *48*(10), 882-892. [DOI:10.1002/(SICI)1097-4571(199710)48:10<882::AID-ASI4>3.0.CO;2-Y]

Fuchs, Christian (2020). *Communication and Capitalism: A Critical Theory*. Londres: University of Westminster Press.

Fürsich, Elfriede (2009) In Defense of Textual Analysis. *Journalism Studies*, *10*(2), 238-252, [DOI:10.1080/14616700802374050]

Gamson, William (2004). 'Bystanders, Public Opinion, and the Media'. In Snow, David; Soule, Sarah & Kriesi, Hanspeter (eds.) *The Blackwell Companion to Social Movements*, pp. 242-261. Malden: Blackwell Publishing.

Garfin, Dana R.; Silver, Roxane C. & Holman, E. Alison (2020). The novel coronavirus (COVID-2019) outbreak: Amplification of public health consequences by media exposure. *Health Psychology*, *39*(5), 355–357. [DOI:10.1037/hea0000875].

Gentzkow, Matthew A. & Shapiro, Jesse M. (2004). Media, education and anti-Americanismin the Muslim world. *Journal of Economic Perspectives, 18* (3), 117–133. [DOI:10.1257/0895330042162313]

Gieryn, Thomas F. (1983). Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. *American Sociological Review*, *48*(6), 781–795. [DOI:10.2307/2095325]

Gieryn, Thomas F. (1999). *Cultural Boundaries of Science: Credibility on the line*. Chicago: University of Chicago Press.

Godin, Benoît & Gingras, Yves (2000). What is scientific and technological culture and how is it measured? A multidimensional model. *Public Understanding of Science*, *9* (1), 43–58. [DOI:10.1088/0963-6625/9/1/303].

Gramsci, Antonio (1929-1935 [2000]). 'Hegemony, relations of Force, Historical Bloc'. In Forgacs, David (Ed.), *The Antonio Gramsci reader: selected writings, 1916-1935*, pp. 189-221. Nova Iorque: New York University Press.

Grand, Ann; Wilkinson, Clare; Bultitude, Karen & Winfield, Alan (2012). Open science: A new 'trust technology'?. *Science Communication*, 34 (5), 679–689. [DOI:10.1177/1075547012443021].

Greenwood, Molly M.; Sorenson, Mary E. & Warner, Benjamin R. (2016). Ferguson on Facebook: Political persuasion in a new era of media effects. *Computers in Human Behavior*, *57*, 1–10. [doi:10.1016/j.chb.2015.12.003]

Habermas, Jürgen (1962 [1989]). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: MIT Press.

Hall, Stuart (1973). 'Encoding and Decoding in the Television Discourse' In Ann Gray et al. (Ed.) (2007), *CCCS Selected Working Papers,* vol. 2, pp. 286-398. Oxon: Routledge.

Hall, Stuart (1975). 'Introduction'. In Anthony Smith, Elizabeth Immirzi & Trevor Blackwell (Eds), *Paper Voices: the popular press and social change*, *1935-1965*, pp. 1-24. Londres: Chatto & Windus.

Hamilton, Lawrence (2008). Who Cares about Polar Regions? Results from a Survey of U.S. Public Opinion. *Arctic Antarctic and Alpine Research*, *40*(4), 671-678. [DOI:10.1657/1523-0430(07-105)[HAMILTON]2.0.CO;2].

Hamilton, Lawrence (2010). Education, Politics and Opinions About Climate Change Evidence for Interaction Effects. *Climatic Change*, *104*(2), 379–422. [DOI 10.1007/s10584-010-9957-8].

Hara, Noriko & Huang, Bi-Yun (2011). Online social movements. *Annual Review of Information Science & Technology*, *45*, 489-522. [https://hdl.handle.net/2022/18718].

Hara, Noriko (2008). The Internet use for political mobilization: Voices of the participants. *First Monday*, *13*(7). [DOI:10.5210/fm.v13i7.2123].

Harambam, Jaron & Aupers, Stef (2014). Contesting epistemic authority: Conspiracy theories on the boundaries of science. *Public Understanding of Science*, *24*(4), 1-15. [DOI:10.1177/0963662514559891]

Harambam, Jaron & Aupers, Stef (2016). 'I am not a conspiracy theorist': Relational identifications in the Dutch conspiracy milieu. *Cultural Sociology*, *11*(1), 113–129. [DOI:10.1177/1749975516661959]

Harambam, Jaron (2020). *Conspiracy theory entrepreneurs, movements and individuals*. Routledge Handbooks Online.

Hart, P. Sol; Chinn, Sedona & Soroka, Stuart (2020). Politicization and Polarization in COVID-19 News Coverage. *Science Communication*, *42*(5), 679–697. [DOI:10.1177/1075547020950735].

Hendricks, Vincent & Vestergaard, Mads (2019). *Reality Lost: Markets of Attention, Misinformation and Manipulation*. Cham: Springer Open.

Herman, Edward S. & Chomsky, Noam (1988). *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. Nova Iorque: Pantheon.

Hobbs, Renee; Donnelly, Katie; Friesem, Jonathan & Moen, Mary (2013). Learning to Engage: How positive attitudes about the news, media literacy, and video production contribute to adolescent civic engagement. *Educational Media International*, *50*(4), 231-246. [DOI:10.1080/09523987.2013.862364].

Holmes, J. Derek & Bickers, Bernard W. (1983 [2002]). *História da Igreja Católica*. Lisboa: Edições 70.

Howell, Emily & Brossard, Dominique (2021). (Mis)informed about what? What it means to be a science-literate citizen in a digital world. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *118*(15), e1912436117. [DOI:10.1073/pnas.1912436117].

Hurd, Paul (1997). *Inventing Science Education for the New Millennium*. Nova Iorque: Teachers College Press.

Imhoff, Roland & Bruder, Martin (2014). Speaking (Un–)truth to power: Conspiracy mentality as a generalised political attitude. *European Journal of Personality*, *28*(1), 25–43. [DOI:10.1002/per.1930]

Imhoff, Roland; Dieterle, Lea & Lamberty, Pia (2021). Resolving the puzzle of conspiracy worldview and political activism: Belief in secret plots decreases normative but increases nonnormative political engagement. Social Psychological and Personality Science, *12*(1), 71–79. [DOI:10.1177/1948550619896491]

Impey, Chris; Buxner, Sanlyn; Antonellis, Jessie; Johnson, Elisabeth & King, Courtney (2011). Twenty-Year Survey of Scientific Literacy and Attitudes Toward Science - Investigating the Relationship Between Students' Knowledge and Attitudes. *Journal of College Science Teaching*, 40 (4), 31-37.

Innerarity, Daniel (2020). *Pandemocracia. Una filosofía de la crisi del coronavírus*. Barcelno: Galaxia Gutenberg.

Ioannidis, John (2022). Citation impact and social media visibility of Great Barrington and John Snow signatories for COVID-19 strategy. *BMJ,12*, e052891. [DOI:10.1136/bmjopen-2021-052891].

Irwin, Alan (1998). *Ciência Cidadã: Um estudo das pessoas, especializações e desenvolvimento sustentável*. Lisboa. Instituto Piaget.

Jack, Caroline. (2017). *Lexicon of lies: Terms for problematic information*. Nova Iorque: Data & Society Institute. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20180710193616/https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_LexiconofLies.pdf]

Jardine, Nick & Frasca-Spada, Marina (1997). Splendours and miseries of the science wars. *Studies in History and Philosophy of Science*, 28 (2), 219-235. [DOI:10.1016/S0039-3681(97)00002-2]

Jasanoff, Sheila (Ed.) (2004). *State of knowledge: The co-production of science and social order*. Londres: Routledge.

Jenkins, Henry (2006). *Fans, Bloggers, and Gamers: Exploring participatory culture*. Nova Iorque: New York University Press.

Jenkins, Henry; Ito, Mizuko & boyd, danah (2016). *Participatory Culture in a Networked Era*. Cambridge: Polity Press.

Jenkins, Henry; Purushotma, Ravi; Weigel, Margaret, Clinton, Katie & Robison, Alice (2009). *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media education for the 21st century*. Chicago: MacArthur Foundation.

Kahan, Dan M; Peters, Ellen; Wittlin, Maggie, et al. (2012). The polarizing impact of science literacy and numeracy on perceived climate change risks. *Nature Climate Change*, *1547* [on-line]. [DOI:10.1038/nclimate1547]

Kahn, Jeffrey S. & McIntosh, Kenneth MD (2005). History and Recent Advances in Coronavirus Discovery. *The Pediatric Infectious Disease Journal, 24*(11), S223-S227. [DOI:10.1097/01.inf.0000188166.17324.60].

Kahne, Joseph & Bowyer, Benjamin (2019). Can media literacy education increase digital engagement in politics?, *Learning, Media and Technology*, *44*(2), 211-224. [DOI:10.1080/17439884.2019.1601108].

Kant, Immanuel (1784 [1995]). 'Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo'. In *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, pp. 11-20. Lisboa: Edições 70.

Kapantai, Eleni; Christopoulou, Androniki; Berberidis, Christos & Peristeras, Vassilios (2020). A systematic literature review on disinformation: Toward a unified taxonomical framework. *New Media & Society*. *23*. 146144482095929. [DOI:10.1177/1461444820959296.]

Kellstedt, Paul (2003). *The Mass Media and the Dynamics of American Racial Attitudes*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kellstedt, Paul; Zahran, Sammy & Vedlitz, Arnold (2008). Personal Efficacy, the Information Environment, and Attitudes Toward Global Warming and Climate Change in the United States. *Risk Analysis*, *28*(1), 113–126. [DOI:10.1111/j.1539-6924.2008.01010.x].

Kirsten Drotner (1999). Dangerous Media? Panic Discourses and Dilemmas of Modernity. *Paedagogica Historica*, *35*(3), 593-619, [DOI:10.1080/0030923990350303]

Knorr-Cetina, Karin & Mulkay, Michael (1983). *Science observed: perspectives on the social study of science*. London Beverly Hills: Sage Publications.

Kompatsiaris, Panos, & Mylonas, Yannis (2015). 'The rise of Nazism and the Web social media as platforms of racist discourses in the context of the Greek economic crisis'. In Christian Fuchs & Daniel Trottier (eds.), *Social media, politics and the state: Protests, revolutions, riots, crime, and policing in the age of Facebook, Twitter and YouTube*, pp. 109–130. Nova Iorque: Routledge.

Krippendorff, Klaus (2004). *Content Analysis: An introduction to its methodology*. Londres: SAGE.

Kühn, Lucas; Bachert, Philip; Hildebrand, Claudia; Kunkel, Jule et al. (2022). Health Literacy Among University Students: A Systematic Review of Cross-Sectional Studies. *Frontiers in public health*, *9*, 680999. [DOI:10.3389/fpubh.2021.680999].

Kunda, Ziva (1990). The case for motivated reasoning. *Psychological Bulletin, 108*, 480–498. [DOI:10.1037/0033-2909.108.3.480]

Lasswell, Harold (1948). 'The Structure and Function of Communication in Society' In Lyman Bryson (Ed.), *The Communication of Ideas*, pp. 37-51. Nova Iorque: Harper and Row.

Latour, Bruno (1987). *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge: Harvard University Press.

Latour, Bruno (1991). *We Have Never Been Modern*. Cambridge: Harvard University Press.

Lévy-Leblond, Jean-Marc (2004). 'Ciencia, Cultura y Público: Falsos problemas y cuestiones verdaderas'. In Francisco J. Rubia Vila, Isabel Patricia Fuentes Julián & Santos Casado de Otaola (Eds.), *Percepción Social de la Ciencia*, pp. 115-126. Madrid: Academia Europea de Ciencias y Artes/UNED.

Liddell, Henry G. & Scott, Robert (1940 [1996]). *A Greek-English Lexicon*. 9ª ed. Oxford: Clarendon Press.

Lindgren, Simon (2018). 'The Concept of 'Data' in Digital Research'. In Flick, Uwe (Ed.) (2018). *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection*, pp. 441-450. Londres : SAGE.

Lippman, Walter (1922 [1998]). *Public Opinion.* New Brunswick: Transaction Publishers.

López Cerezo, José & Cámara, Montaña (2007). Scientific Culture and Social Appropriation of the Science. *Social Epistemology*. *21*, 69-81. [DOI:10.1080/02691720601125522].

Lopes, Paula & Ávila, Patrícia (2019). 'Literacia Mediática e Cidadania'. In Rita Espanha & Tiago Lapa (Orgs.) *Literacia dos Novos Media*, pp. 29-44. Lisboa: Mundos Sociais.

Lu, R., Zhao, X., Li, J., Niu, P. et al. (2020). Genomic characterisation and epidemiology of 2019 novel coronavirus: implications for virus origins and receptor binding. *The Lancet*, *395*(10224), 565–574. [DOI:10.1016/S0140-6736(20)30251-8]

Lukianoff, George & Haidt, Jonathan (2018). *The Coddling of the American Mind: How good intentions and bad ideas are setting up a generation for failure*. Nova Iorque: Penguin Press.

Lukianoff, Greg (2012). *Unlearning Liberty: Campus censorship and the end of american debate*. Nova Iorque: Encounter Books/Foundation for Individual Rights in Education.

Lynch, Michael (2012). Revisiting the Cultural Dope. *Human Studies*, *35*(2), 223-233. [DOI:10.1007/s10746-012-9227-z].

Mahairas, Aristedes & Dvilyanski, Mikhail (2018). Disinformation – Дезинформация (Dezinformatsiya). *The Cyber Defense Review*, *3*(3), 21-28. [https://www.jstor.org/stable/26554993]

Malafaia, Carla & Meriluoto, Taina (2022). Making a deal with the devil? Portuguese and Finnish activists' everyday negotiations on the value of social media. *Social Movement Studies*. [DOI:10.1080/14742837.2022.2070737].

Malka, Ariel; Krosnick, Jon & Langer, Gary (2009). The Association of Knowledge With Concern About Global Warming: Trusted information sources shape public thinking. *Risk Analysis*, *29*(5), 633–647. [DOI:10.1111/j.1539-6924.2009.01220.x].

Marcuse, Herbert (1965 [2009]). A responsabilidade da ciência. *Scientiae Studia*, *7*(1), p. 159-164. [DOI:10.1590/S1678-31662009000100008]

Martins, Isabel P. & Paixão, Fátima (2011). 'Perspectivas atuais Ciência-Tecnologia-Sociedade no ensino e na investigação em educação em ciência', In Wildson dos Santos & Décio Auler (Orgs.), *CTS e Educação Científica: Desafios, tendências e resultados de pesquisas*, pp. 135-160. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Marwick, Alice & Lewis, Rebecca (2017). *Media Manipulation and Disinformation Online*. Nova Iorque: Data & Society Research Institute.

Matias, Marisa (2008). 'Quantas Partes Fazem Um Todo? A saúde como fator de controvérsia científica no seio dos conflitos ambientais em Portugal: o caso de Souselas'. In João A. Nunes & Ricardo Roque (Orgs.), *Objectos Impuros. Experiências em estudos sobre a Ciência*, pp. 303-328. Porto: Afrontamento.

McGoey, Linsey (2012) Strategic unknowns: Towards a sociology of ignorance. *Economy and Society*, 41(1), 1–16. [DOI:10.1080/03085147.2011.637330]

McGoey, Linsey (2019) *The unknowers: How strategic ignorance rules the world*. Londres: Zed Books.

McGonagle, Tarlach (2017). 'Fake news': False fears or real concerns?. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, *35*(4): 203–209. [DOI:10.1177/0924051917738685]

McIntyre, Lee C. (2018). *Post-truth*. Cambridge: MIT Press.

McKee, Heidi A. & Porter, James E. (2009) *The Ethics of Internet Research. A Rhetorical, Case-based Process*. Nova Iorque: Peter Lang.

Melley, Timothy (2000). *Empire of Conspiracy: The culture of paranoia in postwar America*. Ithaca: Cornell University Press.

Michael, Mike (1996). *Constructing Identities*. Londres: SAGE.

Mihailidis, Paul & Thevenin, Benjamin (2013). Media Literacy as a Core Competency for Engaged Citizenship in Participatory Democracy. *American Behavioral Scientist*, *57*, 1611-1622. [DOI:10.1177/0002764213489015].

Miller, Jon (1998). The measurement of civic scientific literacy. *Public Understanding of Science*, *7*(3), 203–223. [DOI:10.1088/0963-6625/7/3/001].

Mills, C. Wright (1956). *The Power Elite*. Oxford: Oxford University Press.

Mitchelstein, Eugenia, & Boczkowski, Pablo (2013). *The news gap: When the information preferences of the media and the public diverge*. Cambridge: MIT Press.

Mondon, Aurelien & Winter, Aaron (2020). *Reactionary Democracy: How racism and the populist far right became mainstream*. Londres: Verso.

Moreno, José; Narciso, Inês & Sepúlveda, Rita (2021). Dinâmicas de circulação de conteúdo (des)informativo sobre a COVID-19 no WhatsApp, nos media e nas redes sociais online. *Observatorio (OBS) Journal*, Special issue, *1*(15), 003-023. ISCTE. [DOI:http://hdl.handle.net/10071/22708].

Moretti, Franco (2013). *Distant Reading*. Londres: Verso.

Morin, Edgar (1984 [1995]). 'Por Una Teoría de la Crisis'. In *Sociología*, pp. 159-172. Madrid: Editorial Tecnos.

Namhata, Rima & Patnaik, Priyadarshi (2019). 'The 'Verticals', 'Horizontals', and 'Diagonals' in Organisational Communication: Developing models to mitigate communication barriers through social media applications' In Srikanta Patnaik (Ed.) *Digital Business, Lecture Notes on Data Engineering and Communications Technologies 21*, pp. 343-373. Nova Iorque: Springer.

Narciso, Inês (2020). Portugueses e a internet na quarentena – I, Lisboa: MediaLab CIES/ISCTE. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210614004118/https://medialab.iscte-iul.pt/portugueses-e-a-internet-na-quarentena-i/]

Nguyen, An & Catalan-Matamoros, Daniel (2020) Digital Mis/Disinformation and Public Engagment with Health and Science Controversies: Fresh Perspectives from Covid-19. *Media and Communication*, *8*(2), 323 - 328. [10.17645/mac.v8i2.3352]

Nielsen, Rasmus K.; Fletcher, Richard, Newman, Nic; Brennen, J. Scott & Howard, Philip N. (2020/04/15). Navigating the 'Infodemic': How People in Six Countries Access and Rate News and Information about Coronavirus. Oxford University/Reuters Institute for the Study of Journalism.

Nissenbaum, Helen (2010). *Privacy in Context: Technology, Policy, and the Integrity of Social Life*. Stanford: Stanford University Press.

Noelle-Neumann, Elisabeth (1974 [2013]), *The Spiral of Silence*. Londres: Routledge.

Nunes, João A. (1996). Fronteiras, Hibridismo e Mediatização: os novos territórios da cultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 35-71.

Nyhan, Brendan & Reifler, Jason (2010). When corrections fail: The persistence of political misperceptions. *Political Behavior, 32* (2), 303–330. [DOI:10.1007/s11109-010-9112-2]

Nyhan, Brendan; Reifler, Jason & Ubel, Peter A. (2013). The hazards of correcting myths about health care reform. *Medical Care, 51*, 127–132. [DOI:10. 1097/MLR.0b013e318279486b]

O'Neill, Onora (2002). *A Question of Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.

Oliveira, Djalma (2002). *Sistemas, Organização E Métodos - Uma Abordagem Gerencial.* (13ª ed.). São Paulo: Atlas.

O'Neil, Eileen & Naumova, Elena. (2007). Defining Outbreak: Breaking Out of Confusion. *Journal of public health policy, 28*(4), 442-455. [DOI:10.1057/palgrave.jphp.3200140].

Oreskes, Naomi & Conway, Erik M. (2010). *Merchants of Doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Nova Iorque: Bloomsbury Press.

Osborne, Jonathan; Simon, Shirley & Collins, Sue (2003). Attitudes towards Science: A Review of the Literature and its Implications. *International Journal of Science Education*, *25*(9), 1049-1079. [DOI:10.1080/09500690320000032199].

Pais, José M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Paraskevis, D.; Kostaki, E. G.; Magiorkinis, G.; Panayiotakopoulos, G. et al. (2020). Full-genome evolutionary analysis of the novel corona virus (2019-nCoV) rejects the hypothesis of emergence as a result of a recent recombination event. *Infection, Genetics and Evolution: Journal of molecular epidemiology and evolutionary genetics in infectious diseases*, *79*(104212). [DOI:10.1016/j.meegid.2020.104212].

Pariser, Elis (2011). *The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You*. Londres: Penguin Press.

Parsons, Sharon; Simmons, William; Shinhoster, Frankie & Kilburn, John (1999). A Test of the Grapevine: An Empirical Examination of Conspiracy Theories Among African Americans. *Sociological Spectrum*, *19* (2). [DOI:10.1080/027321799280235]

Perrow, Charles (1984). *Normal Accidents: Living with high-risk technologies*. Nova Iorque: Basic Books.

Piedade, Filipe; Malafaia, Carla; Neves, Tiago; Loff, Manuel; Menezes, Isabel (2020). Educating critical citizens? Portuguese teachers and students' visions of critical thinking at school [pre-print], *Thinking Skills and Creativity*, 37 (100690). [DOI:10.1016/j.tsc.2020.100690].

Pinker, Steven (2018). *Enlightenment Now: The Case for Reason, Science, Humanism, and Progress*. Londres/Nova Iorque: Penguin Books Limited/Viking.

Plous, Scott (1993). *The Psychology of Judgment and Decision Making*. Nova Iorque: McGraw-Hill.

Pohjonen, Matti & Udupa, Sahana (2017). Extreme Speech Online: An Anthropological Critique of Hate Speech Debates. *International Journal of Communication*, *11*, 1173-1191. [URN:nbn:de:bvb:19-epub-58904-2].

Polšek, Darko (2009). Who Has Won The Science Wars?. *Društvena Istraživanja, 18* (6), 1023-1047. [DOI:https://hrcak.srce.hr/45793]

Prior, Lindsay (2003). Belief, knowledge and expertise: The emergence of the lay expert in medical sociology. *Sociology of Health & Illness*, 25(3), 41–57. [DOI:10.1111/1467-9566.00339].

Proctor, Robert N., & Schiebinger, Londa (eds.)(2008) *Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance*. Stanford: Stanford University Press.

Rauch, Jonathan (2021). *The Constitution of Knowledge*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press

Rayner, Steve (2012). Uncomfortable knowledge: The social construction of ignorance in science and environmental policy discourses. *Economy and Society*, *41*(1), 107–125. [DOI:10.1080/03085147.2011.637335].

Redlawsk, David P.; Civettini, Andrew J. & Emmerson, Karen M. (2010). The affective tipping point: Do motivated reasoners ever "get it"? *Political Psychology, 31* (4), 563–593. [DOI:10.1111/j.1467-9221.2010.00772.x]

Rego, Arménio (2016). *Comunicação Pessoal e Organizacional - Teoria e Prática*. (4ª ed.). Lisboa: Sílabo.

Rheingold, Howard (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Reading: Addison-Wesley.

Rogers, Richard (2020). Deplatforming: Following extreme Internet celebrities to Telegram and alternative social media. *European Journal of Communication*, *35*(2), 026732312092206. [DOI:10.1177/0267323120922066].

Rosenberg, Charles (1989). What is an epidemic? AIDS in historical perspective. *Daedalus*, *2*(118), 1-18.

Rycroft-Malone, Jo; Burton, Christopher; Bucknall, Tracey; Graham, Ian; Hutchinson, Alison & Stacey, Dawn (2016). Collaboration and co-production of knowledge in healthcare: Opportunities and challenges. *International Journal of Health Policy Management*, 5 (4), 221–223. [DOI:10.15171/ijhpm.2016.08].

Santanella, Lucia (2003). *Cultura e Artes do Pós-humano*. São Paulo: Paulus.

Schaffner, Brian F. & Roche, Cameron (2017). Misinformation and motivated reasoning: Responses to economic news in a politicized environment. *Public Opinion Quarterly, 81*, 86–110. [DOI:10.1093/poq/nfw043]

Scheufele, Dietram & Krause, Nicole (2019). Science audiences, misinformation, and fake news. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *116*(16), 7662–7669. [DOI:10.1073/pnas.1805871115].

Schütz, Alfred (1945). On Multiple Realities. *Philosophy and Phenomenological Research*, *5*, 533-576. [DOI:10.2307/2102818]

Shamos, Morris H. (1995). *The myth of scientific literacy*. New Brunswick: Rutgers University Press.

Shantz, Jeff & Tomblin, Jordan. (2014). *Cyber disobedience.* Winchester: Zero Books.

Skulmowski, Alexander & Standl, Bernhard (2021). COVID-19 information fatigue? A case study of a German university website during two waves of the pandemic. *Human behavior and emerging technologies*, *3*(3), 350–356. [DOI:10.1002/hbe2.260].

Smith, Jackie; John D. McCarthy; Clark McPhail & Boguslaw, Augustyn (2001). From Protest to Agenda Building: Description Bias in Media Coverage of Protest Events in Washington, D.C. *Social Forces*, *79*(4): 1397-1423. [DOI:http://www.jstor.org/stable/2675477].

Snow, C. P. (1959). *The Two Cultures*. Cambridge: Cambridge University Press.

Soares, Ricardo; Ferreira, Pedro & Malafaia, Carla (2021). Perfis de envolvimento cívico e político juvenil nas redes sociais: explorando atitudes e comportamentos. *Configurações* [Online], 27. [DOI:10.4000/configuracoes.11850].

Stavrakakis, Yannis & Katsambekis, Giorgios (2014) Left-Wing Populism in the European Periphery: The Case of SYRIZA. *Journal of Political Ideologies*, *19*, 119-142. [DOI:10.1080/13569317.2014.909266]

Stengers, Isabelle (2018). *Another Science Is Possible: A manifesto for slow science*. Cambridge: Polity Press.

Steve Kroll-Smith, Philip M. Brown & Valerie Gunter (Eds.)(2000). *Illness and the Environment: A reader in contested medicine*. Nova Iorque: NY University Press.

Strong, Philip (1990). Epidemic Psychology: A model. *Sociology of Health & Illness, 12*(3), 249-259.

Sunstein, Cass & Vermeule, Adrian (2009). Conspiracy Theories: Causes and Cures. *Journal of Political Philosophy*, *17*(2), 202–227. [DOI:10.1111/j.1467-9760.2008.00325.x].

Sunstein, Cass R. (2017). *#Republic: divided democracy in the age of social media*. Nova Jérsia: Princeton University Press.

Tandoc, Edson Jr., Lim, Zheng W. & Ling, Richard (2018). Defining 'Fake News': A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, *6*(2), 137–153. [DOI:10.1080/21670811.2017.1360143]

Taylor Gary W. & Ussher, Jane M. (2001). Making Sense of S&M: A Discourse Analytic Account. *Sexualities*, *4*(3), 293-314. [DOI:10.1177/136346001004003002].

Thiel, Volker (Ed.) (2007). *Coronaviruses: Molecular and Cellular Biology*. Norfolk: Caister Academic Press.

Tiidenberg, Katrin (2018). 'Ethics in Digital Research' In Flick, Uwe (Ed.) *The SAGE Handbook of Qualitative Data Colletction*, pp. 466-481. Londres: SAGE.

Treadwell, Donald (2014). *Introducing Communication Research: Paths of Inquiry*. Los Angeles: SAGE.

Trépos, Jean-Yves (1996). *La Sociologie de L'expertise*. Paris: Presses Universitaires de France.

Trindade, Rui (2012). A ação educativa como um empreendimento ético: Uma reflexão que se quer mais urgente do que apressada. In Joe Garcia & Rui Trindade (orgs.) *Ética e Educação: Questões e reflexões*, pp. 23-84. Rio de Janeiro: Wak Editora.

Tucker, Joshua A.; Guess, Andrew; Barberá, Pablo et al. (2018). Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature. *SSRN Electronic Journal*. [DOI:10.2139/ssrn.3144139]

Tufekci, Zeynep (2017). *Twitter and Tear Gas - The Power and Fragility of Networked Protest*. New Haven: Yale University Press.

Tversky, Amos & Kahneman, Daniel (1972). Subjective Probability: A judgment of representativeness. *Cognitive Psychology*, *3*(3), 430-454. [DOI:10.1016/0010-0285(72)90016-3]

Tyrrell, David & Fielder, Michael (2002). *Cold Wars: The Fight Against the Common Cold*. Oxford: Oxford University Press.

Valente, Maria O. (2002/05). *Literacia e Educação Científica* [Apresentação em conferência]. Encontro Literacia e Educação Científica, Universidade de Évora, Évora.

Valverde-Berrocoso, Jesús; González-Fernández, Alberto & Acevedo-Borreg, Jesús (2022). Disinformation and Multiliteracy: A Systematic Review of the Literature. Comunicar: Media Education Research Journal, *30*(70), 93-105 [DOI:10.3916/c70-2022-08]

Van Duyn, Emily & Collier, Jessica (2019). Priming and Fake News: The Effects of Elite Discourse on Evaluations of News Media. *Mass Communication and Society*, *22*(1), 29-48. [DOI:10.1080/15205436.2018.1511807].

Van Prooijen Jan-Willem (2017). Why Education Predicts Decreased Belief in Conspiracy Theories. *Applied cognitive psychology, 31*(1), 50–58. [DOI:10.1002/acp.3301]

Vieira, Rui M.; Tenreiro-Vieira, Celina & Martins, Isabel P. (2011). *A Educação em Ciências com Orientação CTS*. Lisboa: Areal Editores.

Volfovsky, Alexander; Merhout, Friedolin; Mann, Marcus; Lee, Jaemin et al. (2018). Exposure to opposing views on social media can increase political polarization. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, *115*(37), 9216–9221. [DOI:10.1073/pnas.1804840115].

Walby, Sylvia (2021). The COVID pandemic and social theory: Social democracy and public health in the crisis. *European Journal of Social Theory, 24*(1), 22–43. [DOI:10.1177/1368431020970127]

Wang, Yuxi; McKee, Martin; Torbica, Aleksandra & Stuckler, David (2019). Systematic Literature Review on the Spread of Health-related Misinformation on social media. *Social Science & Medicine*, *240*, 112552. [DOI:10.1016/j.socscimed.2019.112552]

Wardle, Claire & Derakhshan, Hossein (2017). *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Estrasburgo: Conselho da Europa.

Wark, Mckenzie (2019). *Capital Is Dead: Is This Something Worse?*. Londres: Verso Books.

Warrell, Jacqueline & Jacobsen, Michele (2014). Internet research ethics and the policy gap for ethical practice in online research settings. *Canadian Journal of Higher Education*, *44*(1), 22–37. [DOI:10.47678/cjhe.v44i1.2594]

Waruwu, Barui K.; Tandoc, Edson C. Jr; Duffy, Andrew et al. (2020) Telling lies together ? Sharing news as a form of social authentication. *New Media & Society*, 1-18. [DOI:10.1177 /1461444820931017].

Wehrens, Rik (2014). Beyond two communities — from research utilization and knowledge translation to co-production?. *Public Health*, 128 (6), 545–551. [DOI:10.1016/j.puhe.2014.02.004].

Wen, Jun; Aston, Joshua; Liu, Xinyi & Ying, Tianyu (2020). Effects of misleading media coverage on public health crisis: a case of the 2019 novel coronavirus outbreak in China. *Anatolia*, *31*(2), 331–336. [DOI:10.1080/13032917.2020.1730621].

West, Jevin & Bergstrom, Carl (2021). Misinformation in and about science. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *118*(15), e1912444117. [DOI:10.1073/pnas.1912444117].

Wilson, Donald (1992). Diagonal communication links within organisations. *International Journal of Business Communication*, 29(2), 129–143. [DOI:10.1177/002194369202900202].

Wing, Steve (2000). 'Limits of Epidemiology', In Steve Kroll-Smith, Philip M. Brown & Valerie Gunter (Eds.), *Illness and the Environment: A reader in contested medicine*. Nova Iorque: NY University Press.

Worobey, Michael (2021). Dissecting the early COVID-19 cases in Wuhan. *Science*, *374* (6572), 1202–1204. [DOI:10.1126/science.abm4454].

Wynne, Brian (1995). 'Public Understanding of Science'. In Sheila Jasanoff et al. (Eds.), *Handbook of Science and Technology Studies*, pp. 361-388. Londres: Sage.

Wynne, Brian (1996). 'May the sheep safely graze? A reflexive view on the expert-lay knowledge divide', In Scott Lash, Bronislaw Szerszynski & Brian Wynne (Eds). *Risk, environment and modernity: Towards a new ecology*, pp. 44–83. Londres: Sage.

Xiong, Yang; Cheng, Zhichao; Liang, Enhe & Wu, Yinbo (2018). Accumulation mechanism of opinion leaders' social interaction ties in virtual communities: Empirical evidence from China. *Computers in Human Behavior*, 82, 81–93. [DOI:10.1016/j.chb.2018.01.005].

Zaller, John (1992). *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: Cambridge University Press.

Zarocostas, John (2020) How to fight an infodemic. *The Lancet*, *395*(10225). [DOI:10.1016/S0140-6736(20)30461-X]

Zuboff, Shoshana (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. Nova Iorque: Public Affairs.

2. Comunicados, relatórios e legislação

CE (2018). *Código de Conduta da UE sobre Desinformação*. Bruxelas: Comissão Europeia. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220416083639/https://combatefakenews.lusa.pt/wp-

content/uploads/2020/08/CNECT-2019-20022-00-00-PT-TRA-00pdf-1.pdf?msclkid=119d6587bd6011eca3065d51d070d21b]

CE (2019) *Parecer do Comité das Regiões Europeu – Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia*. Bruxelas: Comissão Europeia/CIVEX. Arquivado em: [web.archive.org/web/20220323234948/https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2018/PT/COM-2018-236-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF]

CE (2020). Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho - Relativo a um mercado único de serviços digitais (Regulamento Serviços Digitais) e que altera a Diretiva 2000/31/CE. *CE - ec.europa.eu*, 15.12.2020. COM(2020) 825 final 2020/0361(COD). Bruxelas: Comissão Europeia. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210608080758/https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020PC0825&from=en]

CE (2022). *European citizens' knowledge and attitudes towards science and technology: Report*. European Commission, Directorate-General for Communication, Publications Office of the European Union. [DOI:10.2775/303708]

Decreto do Presidente da República n.° 14-A/2020. *Diário da República*, n.° 55/2020, 3° Suplemento, Série I de 2020-03-18.

Decreto n.° 2-A/2020. Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República*, n.° 57/2020, 1° Suplemento, Série I de 2020-03-20.

DGS (2020). Situação Epidemiológica em Portugal. Covid-19 - Relatório de Situação. *DGS*, covid19.min-saude.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220602140117/https://covid19.min-saude.pt/relatorio-de-situacao/]

DGS (2020a). Materiais de Divulgação. DGS, covid19.min-saude.pt, 2020/03/19. Arquivado em. [https://web.archive.org/web/20200330132448/https://covid19.min-saude.pt/materiais-de-divulgacao/]

DSPDPS/DGS (2020). *Literacia em Saúde e a Covid-19: Plano, prática e desafios*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde/ Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde.

ECDC (2020). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) in the EU/EEA and the UK – sixth update*. ECDC, 2020/03. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20200314223709/https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/RRA-sixth-update-Outbreak-of-novel-coronavirus-disease-2019-COVID-19.pdf]

ERCS (2019). *A Desinformação—Contexto Europeu e Nacional (Contributo da ERC para o debate na Assembleia da República)*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20200508021509/https://www.parlamento.pt/Documents/2019/abril/desinformacao_contextoeuroeunacional-ERC-abril2019.pdf] e [http://web.archive.org/web/20220416101122/https://www.erc.pt/pt/noticias/a-desinformacao-

contexto-europeu-e-nacional-em-consulta-publica?msclkid=c304a35cbd6c11ec900343d8d754276f]

Eurofound (2021), *Living, working and COVID-19*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. [doi:10.2806/76802]

First Draft (2020). *Guia Essencial da First Draft para Entender a desordem informacional*. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220422121159/https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x76851]

Ghebreyesus, Tedros & *OMS* (2020a). Discurso do Diretor-geral da OMS na Munich Security Conference 2020. *OMS - https://www.who.int*, 2020/02/15. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201022175750/https://www.who.int/director-general/speeches/detail/munich-security-conference]

Ghebreyesus, Tedros & *OMS* (2020c). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 24 February 2020. *OMS - https://www.who.int*, 2020/02/24. Arquivado em: [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---24-february-2020?msclkid=ecace024bd4011ecb3699a678a528c5d]

Ghebreyesus, Tedros & *OMS* (2020d). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. *OMS - https://www.who.int*, 2020/03/11. Arquivado em: [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020]

Ghebreyesus, Tedros & *OMS* (2020e). *WHO Director-General's remarks at the media briefing on 2019-nCoV*. OMS, www.who.int, 2020/02/11. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20201021130311/https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-remarks-at-the-media-briefing-on-2019-ncov-on-11-february-2020

Guterres, António & *ONU* (2020a). This is a time for science and solidarity. *UN*, www.un.org, 2020/04/14. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200713045309/https://www.un.org/en/un-coronavirus-communications-team/time-science-and-solidarity]

HLGE (2018). *A multi-dimensional approach to disinformation. Report of the independent High Level Group on fake news and online disinformation*. Directorate-General for Communications Networks, Content and Technology. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. [DOI:10.2759/739290].

Ireton, Cherilyn & Posetti, Julie (Eds.)(2018). *Journalism, fake news & disinformation: handbook for journalism education and training*. Paris: UNESCO. Arquivado em:

[web.archive.org/web/20220208040657/https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265552_eng]

Johnson, Daniel & *ONU* (2020). Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia. *ONU - news.un.org*, 2020/03/11. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200605143657/https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881]

Jorge, Ricardo (1918). 'Relatório dirigido ao Presidente da República' cit. Armando Malheiro da Silva (2006) *Sidónio e Sidonismo, vol. 2 – História de um Caso Político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 311, nota 847.

Lei n.º 2/99. *Diário da República*, n.º 10/1999, Série I-A de 1999-01-13

Lei n.º 27/2021 - Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital. República Portuguesa. *Diário da República*, n.º 95/2021, Série I de 2021-05-17.

MAI (2020). Relatório sobre a aplicação da declaração do estado de emergência, de 13 de abril, produzido pela Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência: 19 de março de 2020 a 2 de abril de 2020. *Governo de Portugal, Ministério da Administração Interna*, 2020/04/13. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200605022653/https://www.parlamento.pt/Documents/2020/abril/Relat%C3%B3rio-declaracaoe-emergencia-SA.pdf]

Marôco, João; Gonçalves, Conceição; Lourenço, Vanda & Mendes, Rosário (2016). PISA 2015 – Portugal. Volume I: Literacia científica, literacia de leitura e literacia matemática. Lisboa: IAVE. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20221019120004/https://iave.pt/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio_PISA2015.pdf]

Martins, G. d'Oliveira (Coord.)(2017). Despacho n.º 6478/2017 - Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Ministério da Educação / Direção-Geral da Educação. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20180820071803/http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf]

OCDE (2016). 'PISA 2015 Science Framework', In *PISA 2015 Assessment and Analytical Framework: Science, Reading, Mathematic and Financial Literacy.* Paris: OECD Publishing. [DOI:10.1787/9789264255425-3-en].

OCDE (2019). *PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do, PISA.* Paris: OECD Publishing. [DOI:10.1787/5f07c754-en].

OCDE (2021). *Tackling Coronavirus (Covid-19). The territorial impact of COVID-19: Managing the crisis across levels of government.* Paris: OECD Publishing. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200709045955/https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=128_128287-5agkkojaaa&title=The-territorial-impact-of-covid-19-managing-the-crisis-across-levels-of-government]

OMS & Jiani, Sun; Dalangin, Khristeen, Jianrong, Qiao et al. (2021). WHO-convened Global Study of Origins of SARS-CoV-2: China Part - Joint WHO-China Study 14 January-10 February 2021 Joint Report. *OMS*, www.who.int, 2021/03/30. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20210330162219/https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part]

OMS (1986/11/21). Carta de Ottawa. 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Ottawa.

OMS (2020/01/04) [@WHO]. *#China has reported to WHO a cluster of #pneumonia cases —with no deaths— in Wuhan, Hubei Province* 🇨🇳*. Investigations are underway to identify the cause of this illness* [Tweet]. Twitter. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20200513104059/https://twitter.com/WHO/status/1213523866703814656?s=20]

OMS (2020a). 1st WHO Infodemiology Conference - How infodemics affect the world & how they can be managed. 30 de junho & 1, 7, 9, 14, 16 de julho de 2020. *WHO - www.who.int*. Arquivado em: [https://www.who.int/news-room/events/detail/2020/06/30/default-calendar/1st-who-infodemiology-conference?msclkid=416f02f3bcb411ec803483b65b51f845] e [https://cdn.who.int/media/docs/default-source/epi-win/infodemic-management/infodemiology-scientific-conference-booklet_f7d95516-24e5-414c-bfd2-7a0fc4218659.pdf?sfvrsn=179de76a_4]

OMS (2020b/04/17) Infodemic management: a key component of the COVID-19 global response. *Weekly Epidemiological Record*, 95(16), 145-148. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20200609102557/https://apps.who.int/iris/handle/10665/331775]

OMS (2020c). *Novel Coronavirus (2019-nCoV) Situation Report – 1*. OMS, www.who.int, 2020/01/21. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20200121222503/https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf]

OMS (2020d). *Novel Coronavirus (2019-nCoV) Situation Report – 10*. OMS, www.who.int, 2020/01/30. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20200131151439/https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200130-sitrep-10-ncov.pdf]

OMS (2020e). *Naming the coronavirus disease (COVID-19) and the virus that causes it*. OMS, www.who.int, 2020/02/20. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20200220090143/https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-(covid-2019)-and-the-virus-that-causes-it]

OMS (2020g). Listings of WHO's response to COVID-19. *OMS*, www.who.int. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20220516021958/https://www.who.int/news/item/29-06-2020-covidtimeline]

OMS (2020h). COVID-19 Public Health Emergency of International Concern (PHEIC) Global research and innovation forum. *OMS*, www.who.int, 2020/02/12. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220221050644/https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-public-health-emergency-of-international-concern-(pheic)-global-research-and-innovation-forum]

Presidente da República (2020). Mensagem do Presidente da República ao País sobre a declaração do estado de emergência. *Sítio Oficial de Informação da Presidência da República Portuguesa*, www.presidencia.pt,2020/03/19. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210612213146/https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2020/03/mensagem-ao-pais-sobre-a-declaracao-do-estado-de-emergencia/]

Resolução da Assembleia da República n.° 15-A/2020. *Diário da República*, n.° 55/2020, 3° Suplemento, Série I de 2020-03-18.

SPCE (2020). *Carta Ética*. Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação. Arquivado em [http://www.spce.org.pt/assets/files/CARTA-TICA2.EDICAOFINAL-2020-COMPACTADO.pdf]

UNESCO (1999). *Ciência para o Século XXI: Um novo compromisso*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.

3. Notícias e on-line mídia

Abreu, Pedro (2021/02/10). Cartas ao Diretor. A Morte Anunciada dos Médicos pela Verdade. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220613024031/https:/www.publico.pt/2021/02/10/opiniao/noticia/cartas-director-1950014]

Abreu, Pedro (2021a/08/18). Negacionismo da covid-19, terrorismo e bioterrorismo. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210818180646/https://www.publico.pt/2021/08/18/opiniao/opiniao/negacionismo-covid19-terrorismo-bioterrorismo-1974433]

Abreu, Pedro (2021b/09/02). A desinformação científica na comunicação social. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210902212817/https://www.publico.pt/2021/09/02/opiniao/opiniao/desinformacao-cientifica-comunicacao-social-1975650]

ACU (2020/07/03). Außerparlamentarischer Corona Untersuchungsausschuss. https://acu2020.org. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/202012230052134/https://acu2020.org/english-versions/]

Albuquerque, Raquel (2020/09/05). Covid-19. Portugal atinge os 85% da população com pelo menos uma dose da vacina. Expresso, expresso.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210912063012/https://expresso.pt/sociedade/2021-09-05-Covid-19.-Portugal-atinge-os-85-da-populacao-com-pelo-menos-uma-dose-da-vacina-48b65dfd]

Alcantara, Chris; Shin, Youjin; Shapiro, Leslie; Taylor, Adam & Emamdjomeh, Armand (2020/01/22). Tracking covid-19 cases, deaths and vaccines worldwide. *The Washington Post*, www.washingtonpost.com, atualização diária desde 2020/01/22. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220528004544/https://www.washingtonpost.com/graphics/2020/world/mapping-spread-new-coronavirus/]

Aleixo, Márcio (2020/06/01). Covid-19. Profissionais da Cultura e das Artes protestam em Lisboa e Porto. *RTP*, www.rtp.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200609150957/https://www.rtp.pt/noticias/pais/covid-19-profissionais-da-cultura-e-das-artes-protestam-em-lisboa-e-porto_n1233381]

Almeida, Isaura (2020/03/16). Mário Veríssimo. Uma vida dedicada a cuidar dos outros como enfermeiro e massagista. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200318013913/https://www.dn.pt/desportos/mario-verissimo-uma-vida-dedicada-a-cuidar-dos-outros-como-enfermeiro-e-massagista-11939060.html]

Almeida, Pedro (2020a/08/31). Covid-19. "Acham que uma máscara vos protege de algum vírus?". *Jornal i*, ionline.sapo.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220610181401/https://ionline.sapo.pt/artigo/707322/covid-19-acham-que-uma-mascara-vos-protege-de-algum-virus-]

Almeida, Pedro (2020b/12/02). Médicos pela Verdade. "Não somos contra as regras nem anarquistas, mas questionamos". *SOL*, sol.sapo.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201128103740/https:/sol.sapo.pt/artigo/716526/medicos-pela-verdade-nao-somos-contra-as-regras-nem-anarquistas-mas-questionamos]

Alves, Marco (2021/03/20). Há mais uma manifestação contra os "covideiros" e a "fraudemia". *Sábado*, www.sábado.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210614144343/https://www.sabado.pt/vida/detalhe/hoje-ha-mais-uma-manifestacao-contra-os-covideiros-e-a-fraudemia]

Alwan, Nisreen A; Burgess, Rochelle Ann; Ashworth, Simon et al. (2020b/10/15) John Snow Memorandum [www.johnsnowmemo.com]. [https://web.archive.org/web/20220214142033/https://www.johnsnowmemo.com/]

Artspacehotel [canal de Bitchute] (2020(08/29). *Conferência de Imprensa "Médicos pela Verdade", Lisboa, 29 de Agosto 2020. Press Conference "Médicos pela Verdade" (Doctors for Truth)* [podcast]. Bitchute, www.bitchute.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201007003932/https:/www.bitchute.com/video/pidcrikp5oeq/]

Baker, Noah; Van Noorden, Richard & Maxmen, Amy (2020/06/12). Coronapod: The Surgisphere scandal that rocked coronavirus drug research. *Nature,* www.nature.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210825033805/https://www.nature.com/articles/d41586-020-01790-y]

Barata, Clara (2021/03/31). EUA e outros 13 países criticam relatório da OMS sobre origem do coronavírus. *Público*. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20220519183035/https://www.publico.pt/2021/03/31/mundo/noticia/eua-13-paises-criticam-relatorio-oms-origem-coronavirus-1956674]

Barreto, Diogo (2021/02/09). "Médicos pela Verdade" suspendem a atividade online. Sábado, www.sabado.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210209140521/https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/medicos-pela-verdade-suspendem-a-atividade-online]

BBC (2020a/03/16). Coronavirus: 'We are at war' – Macron. *BBC News*. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201022164619/https://www.bbc.com/news/av/51917380]

BBC (2020b/03/17). Trump angers Beijing with 'Chinese virus' tweet. *BBC News*. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210128164105/https://www.bbc.com/news/world-asia-india-51928011]

BBC (2020c/03/29). Coronavirus: Brazil's Bolsonaro in denial and out on a limb. *BBC News*. Arquivo: [https://web.archive.org/web/20200329150416/https://www.bbc.com/news/world-latin-america-52080830]

Boistard, Pierre (2000). Expertise scientifique et débat démocratique, Canal-U, la vidéothèque de l'enseignement supérieur*, Mission 2000 en France.* ID: 10670/1.4tbp7u.

boyd, danah (2017/01/05). Did Media Literacy Backfire?. *Data & Society: Points*, points.datasociety.net. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20180104111056/https://points.datasociety.net/did-media-literacy-backfire-7418c084d88d?gi=97838197dbd7]

Branco, Gabriel & Dias, André (2020/06/10). Perguntas frequentes sobre a Covid-19 e respostas que promovem o bom-senso. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200610213823/https://observador.pt/opiniao/perguntas-frequentes-sobre-a-covid-19-e-respostas-que-promovem-o-bom-senso/]

Branco, Gabriel (2020a/06/06). Bases científicas sobre o uso de máscaras para proteção individual e social. *Observador*, observador.pt. Arquivado em:

[https://web.archive.org/web/20200606195001/https://observador.pt/opiniao/bases-cientificas-sobre-o-uso-de-mascaras-para-protecao-individual-e-social/]

Branco, Gabriel (2020b/06/14). Uma breve reflexão sobre falácia e ciência. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200629195437/https://observador.pt/opiniao/uma-breve-reflexao-sobre-falacia-e-ciencia/]

Brocklehurst, Steven (2020/04/15). The woman who discovered the first coronavirus. *BBC Scotland News*, www.bbc.com. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20200420090731/https://www.bbc.com/news/uk-scotland-52278716]

Bump, Philip (2020/04/24). The rise and fall of Trump's obsession with hydroxychloroquine. *The Whashington Post*, www.whashingtonpost.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200708121243/https://www.washingtonpost.com/politics/2020/04/24/rise-fall-trumps-obsession-with-hydroxychloroquine/]

Carmo, Cátia, (2021a/09/13). PSP participa ao Ministério Público insultos de negacionistas a Ferro Rodrigues. *TSF*, www.tsf.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210919051954/https://www.tsf.pt/portugal/politica/psp-participa-ao-ministerio-publico-insultos-de-negacionistas-a-ferro-rodrigues-14116553.html]

Carmo, Daniela & Pinto, José V. (2021/03/20). Covid-19: Três mil pessoas manifestaram-se em Lisboa contra restrições. Em Londres, houve 13 detenções. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220610173232/https://www.publico.pt/2021/03/20/sociedade/noticia/covid19-autotestes-positivos-comunicados-linha-sns24-1955251]

Carmo, Daniela (2021/03/20). Perto de 3000 pessoas manifestaram-se em Lisboa contra a gestão da pandemia. Muitos sem máscara. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210718220803/https://www.publico.pt/2021/03/20/sociedade/noticia/perto-3000-pessoas-manifestaramse-lisboa-gestao-pandemia-mascara-1955287]

Carona, Gustavo (2020a/09/18). Covid-19: Resistam à estupidez. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210705231419/https://www.publico.pt/2020/09/18/impar/noticia/covid19-resistam-estupidez-1931932]

Carona, Gustavo (2020b/10/26). A ignorância é a doença que mais mata. *Público*. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220423105835/https://www.publico.pt/2020/10/26/impar/noticia/ignorancia-doenca-mata-1936732]

Carona, Gustavo (2022/01/19). Palavras que matam. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220119184857/https://www.publico.pt/2022/01/19/impar/opiniao/palavras-matam-1992425]

Carvajal, Nikki & Liptak, Kevin (2020/05/18). Trump says he is taking hydroxychloroquine though health experts question its effectiveness. *CNN*, edition.cnn.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200603062326/ttps://edition.cnn.com/2020/05/18/politics/donald-trump-hydroxychloroquine-coronavirus/index.html]

Chaíça, Inês (2020/03/16). Coronavírus: Confirmada a primeira morte por covid-19 em Portugal. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210301085617/https://www.publico.pt/2020/03/16/sociedade/noticia/coronavirus-confirmada-primeira-morte-covid19-portugal-1907987]

Clarke, Seán; Voce, Anetonio; Gutiérrez, Pablo & Hulley-Jones, Frank (2020/04/09). *How coronavirus spread across the globe - visualised*. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210122053011/https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2020/apr/09/how-coronavirus-spread-across-the-globe-visualised]

Cordeiro, Ana D. & Rocha, Daniel (2020/11/25). "Disseram para nos adaptarmos e eu adaptei-me. Peguei num megafone e vim para a rua". *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220610232210/https://www.publico.pt/2020/11/25/sociedade/noticia/disseram-adaptarmos-adapteime-peguei-megafone-vim-rua-1940725]

Coutinho, Pedro (2021/03/23). As ovelhas e a Universidade do YouTube – defender o conhecimento, a racionalidade e a ciência. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210324131016/https://www.publico.pt/2021/03/23/opiniao/noticia/ovelhas-universidade-youtube-defender-conhecimento-racionalidade-ciencia-1955547]

Dantas, Miguel (2020/12/31). 2020 acaba com 1,8 milhões de mortos por covid-19. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201231145114/https://www.publico.pt/2020/12/31/sociedade/noticia/covid19-portugal-1944703https://web.archive.org/web/20210515021503/https://www.publico.pt/2020/12/31/sociedade/noticia/covid19-portugal-1944703]

Davey, Melissa & Boseley, Sarah (2020/06/03). Surgisphere: governments and WHO changed Covid-19 policy based on suspect data from tiny US company. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200604035055/https://www.theguardian.com/world/2020/jun/03/covid-19-surgisphere-who-world-health-organization-hydroxychloroquine]

Davey, Melissa (2020a/05/27). Questions raised over hydroxychloroquine study which caused WHO to halt trials for Covid-19. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200602114726/https://www.theguardian.com/science/2020/may

/28/questions-raised-over-hydroxychloroquine-study-which-caused-who-to-halt-trials-for-covid-19]

Davey, Melissa (2020b/06/05). Retracted studies may have damaged public trust in science, top researchers fear. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20211107230655/https://www.theguardian.com/science/2020/jun/06/retracted-studies-may-have-damaged-public-trust-in-science-top-researchers-fear]

Davey, Melissa (2021/07/15). Huge study supporting ivermectin as Covid treatment withdrawn over ethical concerns. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210715200525/https://www.theguardian.com/science/2021/jul/16/huge-study-supporting-ivermectin-as-covid-treatment-withdrawn-over-ethical-concerns]

Dean, Will (2020/04/15). Covid-19 and 100 days that transformed the world, *The Guardian Weekly*, www.theguardian.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200601091016/https://www.theguardian.com/news/2020/apr/15/covid-19-and-100-days-that-transformed-the-world-the-17-april-edition-of-the-guardian-weekly]

Dieguez, Sebastian; Bronner, Gérald; Gauvrit, Nicolas et al. (2016/06/06) Luttons efficacement contre les théories du complot. *Le Monde*, 29. [https://www.researchgate.net/publication/303881603]

DN (2020a/01/30). "Perigo é a forma como se propaga." OMS declara emergência global. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200131183957/https://www.dn.pt/mundo/oms-declara-emergencia-de-saude-publica-internacional-11768530.html]

DN (2021/02/11). Dois clínicos dos Médicos pela Verdade punidos pela Ordem. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210211220338/https://www.dn.pt/sociedade/dois-clinicos-dos-medicos-pela-verdade-punidos-pela-ordem-13342989.html]

DN/Lusa (2020/02/27). Declaração de pandemia ainda pode ser evitada. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220604161657/https://www.dnoticias.pt/2020/2/27/66795-declaracao-de-pandemia-ainda-pode-ser-evitada]

DN/Lusa (2021/08/15). Gouveia e Melo recebido com insultos de manifestantes anti-vacinas. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210815135315/https://www.dn.pt/sociedade/gouveia-e-melo-recebido-com-insultos-de-manifestantes-anti-vacinas-14034351.html]

DN/Lusa (2021a/05/15). Vírus na origem da covid-19 "é uma mentira", diz representante do World Wide Demonstration. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210614150306/https://www.dn.pt/sociedade/sars-cov-e-uma-mentira-diz-representante-portuguesa-do-world-wide-demonstration-13725539.html]

DN/Lusa (2021b/10/19). Portugal já atingiu a meta de 85% da população vacinada. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20211009093029/https://www.dn.pt/sociedade/portugal-ja-atingiu-a-meta-de-85-da-populacao-vacinada-14202410.html]

Ducharme, Jamie (2020/02/07). News Coverage of Coronavirus in 2020 is Very Different Than it Was For Ebola in 2018. Time, time.com. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220307034632/https://time.com/5779872/coronavirus-ebola-news-coverage/]

El País (2010/07/26). Una filtración revela las dificultades de EE UU en Afganistán. *El País*, elpais.com. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20160301204037/http://tecnologia.elpais.com/tecnologia/2010/07/26/actualidad/1280132878_850215.html]

Ferreira, Beatriz (2020/08/29). Covid-19. Milhares protestam em Berlim, Londres e Paris contra as restrições. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201030150252/https://observador.pt/2020/08/29/covid-19-policia-alema-dispersa-protesto-em-berlim-contra-restricoes/]

Figueiredo, Sérgio (2020/04/14). A Covid-19, a Região Norte e um pedido de desculpas. Comunicado do Diretor de Informação da TVI. *TVI*, tvi.iol.pt/. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220601083506/https://tvi.iol.pt/noticias/sociedade/30-04-2020/a-covid-19-a-regiao-norte-e-um-pedido-de-desculpas]

Firmino, Teresa & Maia, Ana (2020/10/21). Sete médicos têm processos disciplinares por veicularem desinformação sobre covid-19 – notícia. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201101102149/https:/www.publico.pt/2020/10/21/ciencia/noticia/abertos-processos-disciplinares-sete-medicos-veiculam-desinformacao-covid19-1935998]

Gabler, Ellen & Keller, Michael H. (2020/04/25). Prescriptions Surged as Trump Praised Drugs in Coronavirus Fight. *The New York Times*, www.nytimes.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220209041715/https://www.nytimes.com/2020/04/25/us/coronavirus-trump-chloroquine-hydroxychloroquine.html]

Ghebreyesus, Tedros & *OMS* (2020b/02/15). [@WHO] *Live with @DrTedros on health security from the @MunSecConf. #MSC2020* [Tweet]. Twitter. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200215140845/https://twitter.com/WHO/status/1228680399733194756]

Gomes, João F. & Tavares, Rita (2021/03/20) Protesto anti-restrições. "Beijo a minha mãe de 92 anos sem máscara" - como aconteceu. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210324051703/https://observador.pt/liveblogs/pandemia-aumenta-pobreza-cada-vez-mais-familias-pedem-ajuda-junto-do-setor-social/]

Gomes, Margarida (2020a/03/12). Coronavírus: Decisão de rejeitar fecho das escolas foi consensual e votada por unanimidade. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200312221658/https://www.publico.pt/2020/03/12/politica/noticia/coronavirus-decisao-rejeitar-fecho-escolas-consensual-votada-unanimidade-1907428]

Gonçalves, Alberto (2021/01/23). Os "negacionistas", ou #vaificartudomuitomal. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210125154511/https:/observador.pt/opiniao/os-negacionistas-ou-vaificartudomuitomal/]

Gonçalves, Alberto (2021a/02/15). Médicos Pela Verdade e Ministros Pela Mentira. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210421114258/https:/observador.pt/programas/ideias-feitas/medicos-pela-verdade-e-ministros-pela-mentira/]

Gore, Al (1994/01/11). Remarks given by Vice President Gore at The Superhighway Summit, UCLA. Clinton Foundation, clintonfoundation.org. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20060929192826/http://www.clintonfoundation.org/legacy/011194-remarks-by-the-vp-on-television.htm]

Guterres, António & *ONU* (2020b/04/14). [@antonioguterres] *As the world fights #COVID19, we are also fighting an epidemic of harmful falsehoods & lies* [Tweet]. Twitter. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210625184440/https://twitter.com/antonioguterres/status/1250095790959267841/video/1]

Hennig, Philipp; Hilbert, Jörg, Seekamp, Mirco & Struckmeier, Lea (2020/05/15). Coronavirus: Die breite Front der Verharmloser. *NDR*, www.ndr.de. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200723015843/https://www.ndr.de/fernsehen/sendungen/panorama3/Coronavirus-Die-breite-Front-der-Verharmloser,corona2936.html]

JN (2020a/01/30). OMS declara emergência de saúde pública mundial. *JN*, www.jn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200212182011/https://www.jn.pt/mundo/oms-declara-emergencia-de-saude-publica-mundial-11768527.html]

JN/Agências (2020a/03/10). Número de novos casos por Covid-19 volta a cair na China. *JN*, www.jn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200311014454/https://www.jn.pt/mundo/numero-de-novos-casos-por-covid-19-volta-a-cair-na-china-11907037.html]

Kulldorff, Martin; Gupta, Sunetra; Bhattacharya, Jay et al. (2020/!0/04). *The Great Barrington Declaration* [https://gbdeclaration.org]. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220305012249/https://gbdeclaration.org/]

Leonhardt, David & Thompson, Stuart A. (2017/06/23). Trump's Lies. *The New York Times*. Última atualização a 2017/12/14. Arquivado em:

[https://web.archive.org/web/20171229060343/https://www.nytimes.com/interactive/2017/06/23/opinion/trumps-lies.html]

Lopes, Maria & Rodrigues, Sofia (2020/10/23). Assembleia da República aprova uso obrigatório de máscaras ao ar livre. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201101002044/https://www.publico.pt/2020/10/23/politica/noticia/marques-guedes-arrasa-gestao-pandemia-nao-infantilizem-portugueses-1936447]

Maia, Ana (2020/03/02). Coronavírus: Há dois casos confirmados em Portugal. *Público*. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200302111738/https://www.publico.pt/2020/03/02/sociedade/noticia/coronavirus-ha-dois-infectados-portugal-1905823]

Mandim, David (2020/04/14). TVI pede desculpas por reportagem dizer que o norte tem "população menos educada". *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200612095704/https://www.dn.pt/pais/tvi-pede-desculpas-por-reportagem-dizer-que-o-norte-tem-populacao-menos-educada-12068881.html]

Marçal, David (2020a/12/27). A ciência entre a ribalta e o estranhamento. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201230000549/https://www.publico.pt/2020/12/27/ciencia/noticia/ciencia-ribalta-estranhamento-1944022]

Marques, Ana C. (2021/03/23). Pessoa envolvida na organização de manifestação contra o confinamento infetada com Covid-19. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210324171029/https://observador.pt/2021/03/23/pessoa-envolvida-na-organizacao-de-manifestacao-contra-o-confinamento-infetado-com-covid-19/]

Marques, Vanda (2020/12/03). "Os 'médicos pela verdade' deveriam ser impedidos de continuar a exercer medicina". Sábado, www.sabado.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201203085350/https://www.sabado.pt/vida/detalhe/os-medicos-pela-verdade-deveriam-ser-impedidos-de-continuar-a-exercer-medicina]

Mendes, Filipa A. (2020/06/04). Autores de estudo sobre a hidroxicloroquina pedem que seja retirado da Lancet. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200605074731/https://www.publico.pt/2020/06/04/ciencia/noticia/fraude-dados-estudo-hidroxicloroquina-suspeitas-sao-fortes-1919416]

Micael, Manuela (2021/05/01). Covid-19: Portugal ultrapassa a barreira das 1000 mortes. *TVI24*, tvi.iol.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220602133712/https://tvi.iol.pt/noticias/sociedade/01-05-2020/covid-19-portugal-ultrapassa-a-barreira-dos-1000-obitos]

Milanović, Branko (12/08/2020). The first global event in the history of humankind. *IPS - International Politics and Society*. Arquivado em:

[https://web.archive.org/web/20220403091751/https://www.ips-journal.eu/topics/future-of-social-democracy/the-first-global-event-in-the-history-of-humankind-4848/]

Mitchell, Amy & Oliphant, J. Baxter (2020/03/18). Americans Immersed in COVID-19 News; Most Think Media Are Doing Fairly Well Covering It. Pew Research, www.pewresearch.org. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220313203605/https://www.pewresearch.org/journalism/2020/03/18/americans-immersed-in-covid-19-news-most-think-media-are-doing-fairly-well-covering-it/]

Molla, Rani (2020/03/17). It's not just you. Everybody is reading the news more because of coronavirus. Vox, www.vox.com. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220305172203/https://www.vox.com/recode/2020/3/17/21182770/news-consumption-coronavirus-traffic-views]

Neto, Ivo (2020/02/28). Mulher com suspeita de Covid-19 mantida em casa de banho apesar de existirem salas de isolamento. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200714050733/https://www.publico.pt/2020/02/28/sociedade/noticia/mulher-suspeita-covid19-mantida-casa-banho-apesar-existirem-salas-isolamento-1905935]

Neves, Sofia (2020/04/14). Covid-19: TVI retira reportagem em que dizia que Norte é mais afectado por ter população "menos educada". *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200421041416/https://www.publico.pt/2020/04/14/sociedade/noticia/covid19-tvi-retira-reportagem-dizia-norte-afectado-populacao-menos-educada-1912220]

Neves, Sofia (2020a/02/26). Covid-19 já está a espalhar-se mais rapidamente no resto do mundo do que na China. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200227210717/https://www.publico.pt/2020/02/26/mundo/noticia/covid19-ja-espalharse-rapidamente-resto-mundo-china-1905619]

Neves, Sofia; Ramos, Gonçalo & Neto, Ivo (2020/02/28). Portugal continua sem casos confirmados de Covid-19. Houve sete suspeitos no último dia. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200302111754/https://www.publico.pt/2020/02/28/mundo/noticia/nigeria-identifica-caso-covid19-africa-subsaariana-1905806]

Novais, Vera & Duarte, José C. (2021/10/15). Ordem dos Médicos instaura processo disciplinar contra médico negacionista de Coimbra. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20211019022644/https://observador.pt/2021/10/15/ordem-dos-medicos-instaura-processo-disciplinar-contra-medico-negacionista-de-coimbra/]

Novais, Vera & Simões, Sónia (2021/02/10). Ordem condena médica "pela Verdade" a suspensão de seis meses. Margarida Oliveira vai contestar a decisão. *Observador*, observador.pt. Arquivado

em: [https://web.archive.org/web/20210210215722/https:/observador.pt/2021/02/10/medica-pela-verdade-punida-com-suspensao-de-seis-meses-margarida-oliveira-vai-contestar-a-decisao/]

Novais, Vera (2020/10/19). "Médicos Pela Verdade". Ordem abre processo contra movimento que nega a gravidade da Covid-19. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201101084518/https:/observador.pt/especiais/medicos-pela-verdade-ordem-abre-processo-contra-movimento-que-nega-a-gravidade-da-covid-19/]

Novais, Vera (2021/02/11). Ordem dos Médicos condena Médicos pela Verdade a penas de censura. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220126231457/https:/observador.pt/2021/02/11/medicos-pela-verdade-punidos-com-pena-de-censura-pela-ordem-dos-medicos/]

Nunes, Carla & Laires, Pedro (2020/06/14). A causa e o efeito da pandemia da desinformação. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200613235414/https://www.publico.pt/2020/06/14/opiniao/opiniao/causa-efeito-pandemia-desinformacao-1919583]

Nunes, Rita R. (2021/10/04). Portugal passa a barreia das 2 mil mortes no fim de semana com mais casos de covid. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201010080415/https://www.dn.pt/pais/portugal-regista-mais-904-casos-de-covid-e-10-mortes-em-24-horas-12876905.html]

Observador (2020/11/25). Ordem dos Médicos abre processo disciplinar a médica "pela verdade" por receita para enganar os testes. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210118082513/https:/observador.pt/2020/11/25/ordem-dos-medicos-abre-processo-disciplinar-a-medica-pela-verdade/]

Observador (2021/02/09). Movimento Médicos pela Verdade suspende redes sociais e anuncia interregno. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210209082635/https:/observador.pt/2021/02/09/movimento-medicos-pela-verdade-suspende-redes-sociais-e-anuncia-interregno/]

Observador/Lusa (2020b/11/27). Covid-19. Movimento "A Pão e Água" pede apoio ao Presidente da República e alguns membros iniciam greve de fome. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201127212618/https://observador.pt/2020/11/27/covid-19-movimento-a-pao-e-agua-pede-apoio-ao-presidente-da-republica-e-alguns-membros-iniciam-greve-de-fome/]

Observador/Lusa (2020c/10/24). Covid-19. Centenas de pessoas contestam uso obrigatório de máscara em Lisboa. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201030174829/https://observador.pt/2020/10/24/covid-19-centenas-de-pessoas-contestam-uso-obrigatorio-de-mascara-em-lisboa/]

Offord, Catherine (2020/10/23). Physician Behind Surgisphere Scandal Switches Medical Licenses. *The Scientist*, www.the-scientist.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201101074407/https://www.the-scientist.com/news-opinion/physician-behind-surgisphere-scandal-switches-medical-licenses-68085]

Oliveira, Maria (2020a/06/02). A propósito dos números de Lisboa e Vale do Tejo. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200611042558/https://observador.pt/opiniao/continuar-a-fazer-tantos-testes-nao-faz-sentido/]

Oliveira, Mariana (2020/11/24). Ordem abre processo disciplinar a médica que terá dado conselhos para ludibriar testes à covid-19. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220106164500/https:/www.publico.pt/2020/11/24/sociedade/noticia/ordem-pondera-abrir-novo-processo-disciplinar-medica-tera-dado-conselhos-ludibriar-testes-covid19-1940514]

OMS (2015/05/08). *World Health Organization Best Practices for the Naming of New Human Infectious Diseases*. OMS, www.who.int. Arquivado em [https://web.archive.org/web/20200325181333/https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/163636/WHO_HSE_FOS_15.1_eng.pdf]

OMS (2022/03/22). COVID-19 pandemic triggers 25% increase in prevalence of anxiety and depression worldwide. *OMS*, www.who.int. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220331075228/https://www.who.int/news/item/02-03-2022-covid-19-pandemic-triggers-25-increase-in-prevalence-of-anxiety-and-depression-worldwide]

Paul, Kari & Anguiano, Dani (2021/10/23). Facebook crisis grows as new whistleblower and leaked documents emerge. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20211023032614/https://www.theguardian.com/technology/2021/oct/22/facebook-whistleblower-hate-speech-illegal-report]

Pequenino, Karla & Serafim, Teresa (2020/10/21). Sete médicos têm processos disciplinares por veicularem desinformação sobre covid-19. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201101102149/https:/www.publico.pt/2020/10/21/ciencia/noticia/abertos-processos-disciplinares-sete-medicos-veiculam-desinformacao-covid19-1935998]

Pereira, Inês (2021a/02/11). Notícia TVI: médica negacionista suspensa por seis meses. *TVI*, tvi.iol.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220613022118/https:/tvi.iol.pt/noticias/sociedade/negacionistas/noticia-tvi-medica-negacionista-suspensa-por-seis-meses]

Pereira, José P. (2016/12/31). A Ascensão da Nova Ignorância. *Público*. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20201112021726/https://www.publico.pt/2016/12/31/sociedade/opiniao/a-ascensao-da-nova-ignorancia-1756629]

Pereira, José P. (2017/01/07). A Ascensão da Nova Ignorância e a Democracia como Fragilidade. *Público*. Arquivado em:

[http://web.archive.org/web/20220421095304/https:/www.publico.pt/2017/01/07/politica/opiniao/a-ascencao-da-nova-ignorancia-e-a-democracia-como-fragilidade-1757336]

Pereira, José P. (2020/06/20). O Martelo de Thor. *Público*. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220421100104/https://www.publico.pt/2020/06/20/opiniao/noticia/martelo-thor-1921242]

Pereira, José P. (2021/03/27). Movimentos pela "verdade" que negam a pandemia. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220215183117/https:/www.publico.pt/2021/03/27/opiniao/noticia/movimentos-verdade-negam-pandemia-1956139]

Pereirinha, Tânia; Ferreira, Marta; Martingo, Ana (2022/10/18). Contra testes, vacinas, máscaras e certificados. O que defende o novo partido ADN e que ligações tem aos movimentos negacionistas. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220118185643/https://observador.pt/especiais/contra-testes-vacinas-mascaras-e-certificados-o-que-defende-o-novo-partido-adn-e-que-ligacoes-tem-aos-movimentos-negacionistas/]

Philipp-Muller, Aviva; Lee, Spike W. & Petty, Richard E. (2022). Why are people antiscience, and what can we do about it?. *PNAS, 119* (30), e2120755119. [DOI: 10.1073/pnas.2120755119]

Pina, Jaime (2020/11/04). Covid-19, como chegámos aqui: da iliteracia em saúde à má estratégia comunicacional. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210619030824/https:/www.publico.pt/2020/11/04/opiniao/noticia/covid19-chegamos-aqui-iliteracia-saude-ma-estrategia-comunicacional-1937808]

Pinheiro, Miguel (2021/02/12). "Médicos pela Verdade" não são mártires da ciência. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210218044826/https:/observador.pt/programas/o-bom-o-mau-e-o-vilao/medicos-pela-verdade-nao-sao-martires-da-ciencia/]

Polígrafo (2020/08/27). Coronavírus. As sete fake news defendidas pela polémica plataforma "Médicos Pela Verdade". *Polígrafo*, poligrafo.sapo.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201101045954/https://poligrafo.sapo.pt/saude/artigos/as-sete-fake-news-sobre-a-covid-19-defendidas-pela-plataforma-medicos-pela-verdade]

Polígrafo (2020a/11/07). "Os 'Médicos pela Verdade' são, na sua maioria, pessoas com ligações à pseudociência". Polígrafo, poligrafo.sapo.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20211110223415/https:/poligrafo.sapo.pt/sociedade/artigos/julio-cerqueira-os-medicos-pela-verdade-sao-na-sua-maioria-pessoas-com-ligacoes-a-pseudociencia#:~:text=Os%20%22M%C3%A9dicos%20pela%20Verdade%22%20s%C3%A3o%2C%20na%20sua%20maioria%2C,e%20promotores%20do%20medo%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%205G]

Público (2020a/01/26). Primeiro caso suspeito de coronavírus em Portugal deu negativo. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200129135919/https://www.publico.pt/2020/01/26/sociedade/noticia/nao-ha-caso-coronavirus-portugal-caso-suspeito-deu-negativo-1901740]

Público (2020b/08/29). Poucas dezenas manifestaram-se em Lisboa para "desmascarar Portugal". *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200830171559/https://www.publico.pt/2020/08/29/sociedade/noticia/dezenas-manifestaramse-lisboa-desmascarar-portugal-1929719]

Público/Lusa (2020a/06/01). Covid-19: profissionais da Cultura e das Artes promovem protestos em Lisboa e no Porto. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200601074448/https://www.publico.pt/2020/06/01/culturaipsilon/noticia/covid19-profissionais-cultura-artes-promovem-protestos-lisboa-porto-1918884]

Público/Lusa (2020b/05/12). Covid-19: não haverá vacina ou tratamento nos próximos meses, alerta ECDC. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://www.publico.pt/2020/05/12/ciencia/noticia/covid19-nao-havera-vacina-tratamento-proximos-meses-alerta-ecdc-1916133]

Público/Lusa (2020c/10/25). Centenas de pessoas contestaram em Lisboa medidas do Governo. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201031231451/https://www.publico.pt/2020/10/25/sociedade/noticia/centenas-pessoas-contestam-lisboa-medidas-governo-1936652]

Público/Lusa (2021a/05/15). Marcha contra restrições sanitárias reúne centenas de pessoas sem máscara em ruas de Lisboa. *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201031231451/https://www.publico.pt/2020/10/25/sociedade/noticia/centenas-pessoas-contestam-lisboa-medidas-governo-1936652]

Reis, Catarina (2020a/03/12). Decisão sobre fecho das escolas só ao final do dia. Costa quer ouvir partidos. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200620211516/https://www.dn.pt/pais/decisao-sobre-fecho-das-escolas-so-ao-final-do-dia-costa-quer-ouvir-partidos-11919116.html]

Reis, Marta (2020/01/03). Responsável português na OMS diz que é muito cedo para declarar o fim da pandemia. *SOL*, sol.sapo.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220103160453/https://sol.sapo.pt/artigo/758040/responsavel-portugu-s-na-oms-diz-que-e-muito-cedo-para-declarar-o-fim-da-pandemia]

Rito, André (2021/05/09). Negacionistas das redes sociais. *Sábado*, www.sabado.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210720120226/https://www.sabado.pt/vida/detalhe/negacionistas-das-redes-sociais]

Rothkopf, David (2003/05/11). When the Buzz Bites Back. *The Whashington Post*. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20200324104416/https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/]

Russell, Bertrand (1951/12/16). The best answer to fanaticism: Liberalism. The New York Times Magazine, 183. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20180828192646/https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1951/12/16/89825036.html]

Sá, Paula (2021/01/23). Portugal ultrapassa as 10 mil mortes em dia de novos máximos. *DN*, www.dn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220602172510/https://www.dn.pt/sociedade/mais-274-mortos-e-15333-infetados-com-covid-19-em-portugal-13267834.html]

Salcedas, Rita (2021/12/07). Portugal ultrapassa as cinco mil mortes por covid-19 com 2597 novos casos. *JN*, www.jn.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201207162236/https://www.jn.pt/nacional/portugal-ultrapassa-as-cinco-mil-mortes-por-covid-19-com-2597-novos-casos-13114459.html]

Sampaio, Gustavo (2020/08/27). OMS anunciou que a Suécia "neste momento tem zero casos novos" de Covid-19?. *Polígrafo*, poligrafo.sapo.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201029074933/https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/oms-anunciou-que-a-suecia-neste-momento-tem-zero-casos-novos-de-covid-19]

Santos, Boaventura S. (2019/03/15). *As Três Ignorâncias: Arrogante, indolente, malévola*. outraspalavras.net. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20190319133819/https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/boaventura-tres-ignorancias-contra-a-democracia/]

Santos, João A. (2021/09/13). Ferro Rodrigues sobre os ataques de negacionistas: "Trata-se de um crime público. Espero que a PGR cumpra o seu dever". *Visão*, visao.sapo.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210919055455/https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-09-13-ferro-rodrigues-sobre-os-ataques-de-negacionistas-trata-se-de-um-crime-publico-espero-que-a-pgr-cumpra-o-seu-dever/]

Schneider, Johannes (2020/07/08). Die Stunde der Pseudo-Opposition. *Zeit*, www.zeit.de. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200712151655/https://www.zeit.de/kultur/2020-04/demokratischer-widerstand-querfront-hygienedemo-verschwoerungstheorien]

Simões, Sónia (2021/02/13). Os processos, os bloqueios nas redes e as ameaças. As razões por trás do fim dos "Médicos pela Verdade". *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210213222147/https:/observador.pt/especiais/os-processos-os-bloqueios-nas-redes-e-as-ameacas-as-razoes-por-tras-do-fim-dos-medicos-pela-verdade/]

SOL (2021/02/10). Fundadora do grupo "Médicos Pela Verdade" suspensa durante seis meses. *SOL*, sol.sapo.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20210210204954/https:/sol.sapo.pt/artigo/724393/fundadora-do-grupo-medicos-pela-verdade-suspensa-durante-seis-meses]

Sundermeyer, Olaf (2020/05/07). Corona-Proteste unter falscher Flagge. *RBB*, www.rbb24.de. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200510200603/https://www.rbb24.de/politik/thema/2020/coronavirus/beitraege_neu/2020/05/kommentar-corona-proteste-berlin-krisenprofiteure.html]

The Guardian (2010/07/25). Afghanistan war logs: the unvarnished picture. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20131012223615/https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/jul/25/afghanistan-war-logs-guardian-editorial?intcmp=239]

TLB (2020/11/01). World Doctors Alliance is Launched Under ACU2020 Banner @ www.thelibertybeacon.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201101020706/https://www.thelibertybeacon.com/world-doctors-alliance-is-launched-under-acu2020-banner-video/]

Tribolet, Tiago (2020/05/13). Fomos Enganados. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200520191748/https://observador.pt/opiniao/fomos-enganados/]

Tribolet, Tiago (2020a/06/08). Recuso ser testado para o SARS-CoV-2. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200608055335/https://observador.pt/opiniao/recuso-ser-testado-para-o-sars-cov-2/]

Tribolet, Tiago (2020b/06/28). Covid-19: afinal quão grave é esta doença?. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200629185809/https://observador.pt/opiniao/covid-19-afinal-quao-grave-e-esta-doenca/]

Tribolet, Tiago (2020c/09/28). O que é que eu faço? Carta aberta ao Bastonário da Ordem dos Médicos e à Directora da DGS. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20201021200805/https:/observador.pt/opiniao/o-que-faco/]

Tribolet, Tiago (2020d/12/08). A Rendição. *Observador*, observador.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220510112547/https:/observador.pt/opiniao/a-rendicao/]

TSF/Lusa (2021/08/15). Gouveia e Melo recebido com insultos por negacionistas em Odivelas. *TSF*, www.tsf.pt. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20210815002519/https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/gouveia-e-melo-recebido-por-insultos-por-negacionistas-em-odivelas--14034315.html]

Vicente, Cátia (2020/02/28). Fechada na casa de banho do Centro de Saúde de Cantanhede por suspeita de coronavírus. *As Beiras*, www.asbeiras.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200626062131/https://www.asbeiras.pt/2020/02/fechada-na-casa-de-banho-do-centro-de-saude-de-cantanhede-por-suspeita-de-coronavirus/]

VV.AA. (2021). *MANIFESTAÇÃO MUNDIAL PELA LIBERDADE | PORTUGAL | 20 Março 2021*. [documento em PDF em Google Drive]. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20220824000747/https://drive.google.com/file/d/1zPt4VCI6wPVK3DbbZa1ervlWeWjjJlbO/view]

WDA (2020/06/25). World Doctors Alliance. https://worlddoctorsalliance.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20211126003821/https://worlddoctorsalliance.com/?fbc]

Wells, Georgia; Horwitz, Jeff & Seetharaman, Deepa (2021/09/14). Facebook Knows Instagram Is Toxic for Teen Girls, Company Documents Show. *The Wall Street Journal*, www.wsj.com. Arquivado em: [http://web.archive.org/web/20220404134737/https://www.wsj.com/articles/facebook-knows-instagram-is-toxic-for-teen-girls-company-documents-show-11631620739?mod=hp_lead_pos7]

Wong, Bárbara (2020a/03/12). Escolas Médicas apelam a Costa para que tome "medidas restritivas o mais precocemente possível". *Público*, www.publico.pt. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200312221711/https://www.publico.pt/2020/03/12/sociedade/noticia/escolas-medicas-apelam-costa-tome-medidas-restritivas-precocemente-possivel-1907511]

Wong, Julia C. (2020/04/07) Hydroxychloroquine: how an unproven drug became Trump's coronavirus 'miracle cure'. *The Guardian*, www.theguardian.com. Arquivado em: [https://web.archive.org/web/20200407093305/https://www.theguardian.com/world/2020/apr/06/hydroxychloroquine-trump-coronavirus-drug]

4. Literatura (ficção), arte e outros

Bíblia Sagrada. Lisboa: Difusora Bíblica/Missionários Capuchinhos.

Boccaccio, Giovanni (1348-1353 [2018]). *Decamerão: volumes I e II*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Camus, Albert (1947). *La Peste*. Paris: Gallimard.

Poe, Edgar A. (1841 [2012]). *A Descent into the Maelström*. Londres: Read Books.

Pope, Alexander (1733 [2006]).'An Epistle to Allen Lord Bathurst'. In Pat Rogers (ed.) *Alexander Pope: The Major Works*, pp. 250-251. Oxford: Oxford University Press.

Saramago, José (2002). *Levantado do Chão*. Lisboa: Caminho.

Saramago, José (2004). *Ensaio Sobre a Lucidez*. Lisboa: Caminho.

The Book of Enoch (s/d [2013]). R. H. Charles (Trad.). Londres: SPCK.

White, Jack (2003). Girl, you have no faith in medicine. [Gravado por The White Stripes]. In *Elephant*, 13. Third Man Records.

GLOSSÁRIO

Aderentes - as pessoas com quem um utilizador de uma rede social se conecta, compartilha conteúdos, comentários e atualizações de estado. Pode ter a designação de amigo, seguidor, subscritor, etc. O utilizador pode enviar e receber solicitações de amizade de outros membros da rede social. Quem recebe solicitações de amizade pode aceitar, recusar ou ignorar.

Administrador – utilizador individual ou grupo de utilizadores que gerem uma página numa plataforma de rede social, que podem publicar, editar e eliminar os conteúdos da página, bem como aceitar, suspender ou banir aderentes da página.

Atualização de estado - é uma característica que permite aos utilizadores partilhar com os seus aderentes, mensagens curtas sobre os seus interesses, locais onde se encontram, pessoas com quem estão, eventos que organizam ou participam ou outras informações pessoais. Quando um estado é atualizado, ele é publicado no feed do utilizador, bem como no feed dos seus aderentes.

Blogue - Os blogues ou weblogs são plataformas semelhantes a um jornal de parede virtual, onde o utilizador publica conteúdos de texto, imagem, vídeo, etc. Particularmente voltada para a função de criação de textos, estes são apresentados por ordem cronológica, permitindo um foco nas preocupações presentes, mas mantém um arquivo de assuntos discutidos ao longo do tempo. Os blogues têm a aparência de um website, com ligações para as diferentes publicações feitas ao longo do tempo, disponibilizando ao utilizador inúmeros modelos para personalizar a sua página. O Wordpress (http://wordpress.org/), Tumblr (http://tumblr.com/), e Blogger (http://blogger.com/) são algumas das plataformas de blogging mais populares.

Comentário – uma forma de interação nos mídia sociais é o comentário sobre uma publicação, que pode desencadear uma conversação na forma de uma sucessão de comentários.

Facebook (página) - uma página de Facebook é uma página web na plataforma Facebook (http://facebook.com/). Trata-se de uma página criada e administrada por empresas, organizações, grupos ou qualquer pessoa na plataforma. As páginas do Facebook podem ser abertas (qualquer pessoa pode ver os conteúdos nela publicados); fechadas (apenas os aderentes, ou subscritores aceites pelos administradores, podem ver os conteúdos publicados); páginas individuais (funcionam muito como páginas de perfil pessoal); páginas comunitárias (páginas onde várias pessoas têm o papel de administrador e funcionam para promover um interesse comum). Característico das páginas de Facebook são as atualizações de estado, os amigos (aderentes, seguidores, subscritores), e a linha de notícias (feed).

Linha de notícias - mais usualmente designada por feed é uma apresentação de conteúdos e atividades do próprio utilizador e de outras páginas que o utilizador aderiu ou segue exibidas numa sequência contínua. É composta pelas publicações (posts), comentários e outras interações com conteúdos, dispostos numa sequência em função daquilo que o sistema de análise estatística da plataforma (algoritmo) determina ser mais relevante para o utilizador.

Mensagens instantâneas – também designadas de 'chat', é uma função que algumas plataformas incluem onde os utilizadores podem comunicar por mensagem privada, semelhantes às mensagens de correio eletrónico, visível apenas aos administradores das páginas.

Mídia sociais – da expressão inglesa *social media*, designa qualquer plataforma da Web 2.0, baseada em tecnologias de comunicação que permitem a criação, manipulação e partilha de conteúdos gerados pelos próprios utilizadores, em vários formatos (texto, vídeos, foto, áudio, etc.), designado UGC (user generated content). Nos mídia sociais, temos um leque diverso de plataformas, desde as redes sociais, plataformas de conversação, plataformas de imagem e vídeo, blogues, etc.

Perfil – um perfil de utilizador de uma rede social é composto por um conjunto de informações que o utilizador fornece sobre si, que pode incluir uma foto que fica associada a todas as publicações (avatar), informação biográfica, contactos telefónicos ou de correio eletrónico, interesses (música, filmes, livros, etc.), entre outras informações. A informação de perfil pode ser de acesso aberto ou reservada aos aderentes (amigos, seguidores ou subscritores).

Plataformas de conversação - as plataformas de conversação fornecem um serviço de conversação de modo síncrono ou assíncrono onde os utilizadores podem enviar e receber mensagens de texto, vídeo, imagem ou áudio através de uma aplicação para smartphone. O WhatsApp (https://www.whatsapp.com/), Telegram (https://telegram.org/) e o Snapchat (https://www.snapchat.com/) são as plataformas mais utilizadas.

Publicações – também designadas posts, são os conteúdos publicados pelos utilizadores de mídia sociais.

Redes sociais - websites baseados na conexão (networking) e realimentação (feed) da comunicação entre utilizadores. Na utilização da internet a expressão 'redes sociais' refere-se tanto à plataforma eletrónica que permite a ligação entre pessoas como à forma como as pessoas se relacionam nessa plataforma. Os websites de redes sociais ou simplesmente redes sociais (social networking sites) são plataformas de internet que alojam páginas web de utilizadores que vêm e produzem publicações, chamadas 'posts', em variados formatos como texto, foto, vídeo e ligações para outras páginas e ficheiros web, ligadas entre si através de funcionalidades como seguir, fazer amizade e subscrever (following, befriending, subscribing). Alojam também páginas de grupo ou comunidade, que permitem que os utilizadores se reúnam sob uma página web comum na plataforma. A sua característica distintiva é o processo de realimentação da comunicação pelo qual o utilizador é exposto a conteúdos selecionados algoritmicamente para si de acordo com o seu histórico de utilização da plataforma. Também fornecem funcionalidades como comentários, gostos e partilha, que permitem expressar interesse, apoio ou desacordo e os utilizadores podem envolver-se em conversas através de comentários. O Facebook (http://facebook.com/) é o site de redes sociais mais conhecido. No entanto, muitos outros sites incorporaram este tipo de funcionalidades, como o Youtube (http://www.youtube.com/) e o Instagram (http://instagram.com/).

Sites de imagem/vídeo - Os sites de partilha de imagens são plataformas para facilitar a partilha assíncrona de imagens. Este tipo de plataforma permite aos indivíduos ou grupos de utilizadores editar, publicar e comentar imagens e vídeos de curta duração. Entre estas destaca-se o Flickr (http://flickr.com), o Pinterest (http://pinterest.com) e o Instagram (http://instagram.com). No entanto, o Instagram tendo começado como uma plataforma de partilha de fotografias e vídeos, incorporou características que o classificam como uma rede social. Os sites de plataformas de vídeo permitem que os utilizadores partilhem e transmitam conteúdos de vídeo, seja a partir de um ficheiro de vídeo pré-gravado e editado, ou diretamente da sua câmara de vídeo ou webcam transmitidos em direto (live streaming). O Youtube

(http://youtube.com/), Vimeo (http://vimeo.com/) e Bitchute (http://bitchute.com/) são as plataformas de vídeo mais conhecidas.

UGC - O UGC (user generated content) é o conjunto de todas as formas de criação, manipulação e interação com conteúdos gerados pelos próprios utilizadores, em vários formatos (texto, vídeos, foto, áudio, etc.) que caracterizam a estrutura da Web 2.0.

Web 2.0 - é a estrutura em rede da internet integrada em várias plataformas (redes sociais, conversação, partilha de vídeo, imagem, etc.) e dispositivos (computadores, tablets, telemóveis, relógios digitais, etc.), baseadas na criação, manipulação e interação com conteúdos gerados pelos próprios utilizadores em vários formatos (texto, vídeos, foto, áudio, etc.), designados UGC (user generated content). Enquanto a Web 1.0 se caracterizava por uma comunicação estática, onde todos os utilizadores que acediam a um website viam a mesma informação, as características fundamentais da Web 2.0 são a constante produção de novos conteúdos pelos utilizadores e a possibilidade de adaptar o serviço a cada utilizador pela monotorização das suas interações através do sistema de análise estatística de cada plataforma (algoritmo).

Webpage - Uma página web ou webpage é um documento, comumente escrito em HTML, que é pesquisável e navegável usando um navegador de internet. Uma página web pode ser acedida introduzindo um endereço URL na barra de endereços de um navegador ou navegando no website onde está alojada. Uma página web consiste em conteúdos (texto, imagens, vídeos ou áudio) e hiperligações para outras páginas e ficheiros. Várias páginas web compõem um website. Quando se clica num link fornecido por um motor de busca, acede-se a uma página web. A internet é composta por milhões de páginas web.

Website - Um site ou website é uma localização central de páginas web que estão relacionadas e são acedidas usando um navegador (browser). Um website tem uma página inicial (home page) que funciona como o índice de um livro, onde se pode aceder a qualquer uma das páginas web contidas no mesmo. Um website tem um URL de endereço (Uniform Resource Locator), que é pesquisável e navegável num browser (e.g.: https://www.website.com) e a partir de uma página inicial de um site, pode-se aceder a qualquer uma das páginas que ele contém (e.g.: https://www.website.com/page/).